

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 195/2011<br>CIRO NOGUEIRA             | Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 199/2011<br>HUMBERTO COSTA            | Dispõe sobre o sigilo de informações, dados e documentos nas investigações policiais e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 30/2011<br>HUMBERTO COSTA             | Altera a Constituição Federal para disciplinar o cálculo e a correção dos proventos de aposentadoria dos servidores das áreas de segurança pública e defesa civil que se invalidem em serviço, bem como das pensões instituídas por eles no caso de morte nas mesmas condições.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 228/2011 - Complementar<br>PAULO PAIM | Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 232/2011<br>PAULO PAIM                | Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 36/2011<br>HUMBERTO COSTA             | Institui o serviço civil obrigatório para egressos dos cursos de graduação das profissões de saúde regulamentadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 274/2011<br>ALVARO DIAS               | Altera o art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 286/2011<br>HUMBERTO COSTA               | Altera o art. 809 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para que a autoridade policial seja informada sobre o resultado do processo-crime.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 293/2011<br>HUMBERTO COSTA               | Dispõe sobre o voto em listas partidárias pré-ordenadas, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 298/2011 - Complementar<br>KÁTIA ABREU   | Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 309/2011 - Complementar<br>CIRO NOGUEIRA | Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 51/2011<br>CIRO NOGUEIRA                 | Acresce o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Fundo para a Revitalização Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 321/2011<br>HUMBERTO COSTA               | Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 365/2011<br>HUMBERTO COSTA               | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a suspensão do direito de dirigir nas condições que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 367/2011<br>HUMBERTO COSTA               | Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------|--|---|
| PLS 438/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 37/2011<br>ALVARO DIAS     | Dispõe sobre a retirada de assinaturas dos requerimentos para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 463/2011<br>HUMBERTO COSTA | Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 466/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 485/2011<br>HUMBERTO COSTA | Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a contratação com a administração pública de pessoas ou empresas cujos sócios tenham relações de parentesco ou união estável com servidor ocupante de cargo em comissão em órgão ou entidade pública, na mesma área de atuação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 492/2011<br>CIRO NOGUEIRA  | Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal e prever a possibilidade de caracterização da infração por outros meios de prova admitidos em direito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 78/2011<br>HUMBERTO COSTA  | Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 507/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças ou adolescentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 512/2011 - Complementar<br>PAULO PAIM | Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 519/2011<br>HUMBERTO COSTA            | Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 520/2011<br>HUMBERTO COSTA            | Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime homicídio de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 529/2011<br>LINDBERGH FARIAZ          | Altera a Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001, para vedar a emissão de títulos da dívida pública remunerados pela taxa de juros SELIC e por taxas de câmbio, após prazo de dois anos da alteração proposta.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 84/2011<br>PAULO PAIM                 | Acrescenta o § 17 ao art. 100 da Constituição Federal, para conceder aos dependentes e pensionistas dos credores de precatórios o direito de serem pagos com preferência, nos termos do § 2º do mesmo artigo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 68/2011<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 71/2011<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedo, à criança ou ao adolescente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 555/2011<br>CIRO NOGUEIRA             | Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para punir a prática de atos preparatórios tendentes à execução de homicídio e de crimes hediondos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLS 584/2011<br>HUMBERTO COSTA      | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 82/2011<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Proíbe a pesca amadora com rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de 3 (três) anos, para pescadores amadores e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 98/2011<br>KÁTIA ABREU          | Acresce o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para realizar revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 100/2011<br>PAULO PAIM          | Altera a redação do § 13 do art. 100 da Constituição Federal, para incluir a possibilidade de utilização de precatórios para o pagamento de financiamentos habitacionais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 629/2011<br>PAULO PAIM          | Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 641/2011<br>HUMBERTO COSTA      | Autoriza a fixação, em endereço residencial, da sede de empresa que opera por meio exclusivamente virtual.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 650/2011<br>HUMBERTO COSTA      | Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PLS 653/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 104/2011<br>PAULO PAIM     | Altera o art. 100 da Constituição para instituir novo modelo de execução em face da Fazenda Pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 106/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera o art. 55 da Constituição Federal, para estabelecer critérios para admissibilidade de representações e denúncias por quebra de decoro parlamentar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 669/2011<br>HUMBERTO COSTA | Institui a obrigatoriedade da discriminação do valor dos produtos pré-medidos em razão do conteúdo expresso na embalagem e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 694/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera o Código de Processo Penal para prever que a autoridade policial não deverá efetuar prisão em flagrante quando verificada excludente de ilicitude.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 706/2011<br>KÁTIA ABREU    | Altera o art. 32 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para determinar a incineração de drogas no prazo de 24 horas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 4/2012<br>HUMBERTO COSTA   | Altera os Códigos Penal e de Processo Penal para prever e regular o ato de indiciamento e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 8/2012<br>CIRO NOGUEIRA    | Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 17/2012<br>HUMBERTO COSTA       | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 14/2012<br>HUMBERTO COSTA       | Acrescenta o inciso LXXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer que o Estado indenizará o erro judiciário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 94/2012<br>CIRO NOGUEIRA        | Institui, em processos licitatórios para exploração de petróleo, gás natural ou outros hidrocarbonetos, a necessidade de incluir disposição que trate de planos de emergência para os casos de vazamento ou derramamento de óleo ou derivados, como requisito de edital, como critério de julgamento de licitação e como condição contratual. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 17/2012<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 132 da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 127/2012<br>CIRO NOGUEIRA       | Modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 151/2012<br>PAULO PAIM          | Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 153/2012<br>PAULO PAIM          | Inclui a disciplina Direito e Relações Étnicas nos cursos de graduação em Direito, de formação de oficiais e soldados da Polícia Militar, delegados de polícia e agentes, de delegados de polícia e agentes da Polícia Civil e de oficiais e soldados das Forças Armadas Brasileiras.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 158/2012<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que “regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”, para conferir prioridade ao exame do pedido de patentes verdes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLC 80/2012<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                      | Acresce parágrafo único ao art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 308/2012<br>PAULO PAIM                               | Altera o art. 120 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências para fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar as ações regressivas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 47/2012<br>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ | Altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 349/2012<br>CIRO NOGUEIRA                            | Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 354/2012 - Complementar<br>KÁTIA ABREU               | Altera os arts. 113 e 115 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispor que as obrigações tributárias acessórias decorrem da lei e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 356/2012<br>PAULO PAIM                               | Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 363/2012<br>PAULO PAIM                               | Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações nas áreas da previdência social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 361/2012<br>PAULO PAIM                               | Dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------|--|---|
| PLS 372/2012<br>PAULO PAIM     | Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações, referentes à Seguridade Social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 395/2012<br>PAULO PAIM     | Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para nele incluir a atividade de transporte de cargas indivisíveis, superdimensionadas em peso ou dimensão; e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 404/2012<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete "airbag") por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 405/2012<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação presumida de órgãos   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 406/2012<br>HUMBERTO COSTA | Confere prioridade aos inquéritos e ações penais nos delitos de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e estabelece regras para a obtenção da prova.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 418/2012<br>PAULO PAIM     | Altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, para inserir capítulo sobre o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 424/2012<br>PAULO PAIM     | Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 423/2012<br>PAULO PAIM     | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação da legislação trabalhista brasileira aos empregados de embaixadas e consulados de Estados acreditados no Brasil e em Organismos Internacionais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 131/2012<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS   | Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 1/2013<br>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2013<br>CIRO NOGUEIRA            | Altera o art. 66 da Constituição Federal, para determinar a apreciação dos vetos na ordem definida pelo Congresso Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 16/2013<br>KÁTIA ABREU             | Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 e revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, para disciplinar o uso da tecnologia genética de restrição de uso e dar nova definição à substância pura quimicamente definida obtida por meio de processo biológico. Acrescenta artigo a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer regras para a rotulagem de produto que contenha OGM ou derivados de OGM. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 23/2013<br>PAULO PAIM              | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 41/2013<br>CIRO NOGUEIRA           | Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que trata dos crimes hediondos, para qualificar o crime de homicídio contra agentes públicos e torná-lo hediondo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 68/2013<br>CIRO NOGUEIRA           | Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 12/2013<br>FLEXA RIBEIRO           | Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 92/2013<br>HUMBERTO COSTA       | Altera o art. 134 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para impedir o exercício da advocacia perante os tribunais compostos por magistrados que sejam parentes do advogado postulante.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 104/2013<br>PAULO PAIM          | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 13/2013<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 21/2013<br>ALVARO DIAS          | Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 170/2013<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução de despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 202/2013<br>CIRO NOGUEIRA       | Institui a Política Nacional de Estímulo à Transição para a Economia Verde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 212/2013<br>PAULO PAIM          | Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 250/2013<br>CIRO NOGUEIRA       | Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 42/2013<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 284/2013<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar o período máximo de internação para seis anos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 304/2013<br>HUMBERTO COSTA      | Altera o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para tornar mais rígidas as regras referentes à vedação da publicidade institucional durante o período de propaganda eleitoral.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 314/2013<br>PAULO PAIM          | Altera o art. 5º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para que os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, não venham a excluir da condição de dependente quem assim estiver definido pelo Regime Geral da Previdência Social. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 349/2013<br>KÁTIA ABREU         | Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do índio).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 357/2013<br>HUMBERTO COSTA      | Altera o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para que a ofensa com a utilização de elementos referentes ao estado de saúde seja considerado crime de injúria qualificada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 61/2013<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 45/2013<br>KÁTIA ABREU          | Altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas invadidas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------|---|---|
| PLS 373/2013<br>CIRO NOGUEIRA | Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 27 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a notificação do devedor previamente à venda extrajudicial de bem objeto de alienação fiduciária em garantia, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 377/2013<br>CIRO NOGUEIRA | Dispõe sobre a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre os débitos judiciais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 382/2013<br>PAULO PAIM    | Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar as operações de crédito consignado do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 386/2013<br>ALVARO DIAS   | Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para extinguir os embargos infringentes nas ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 407/2013<br>CIRO NOGUEIRA | Altera o art. 43 do Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre a natureza, a finalidade e o acesso às informações dos bancos de dados e cadastros relativos a consumidores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 418/2013<br>PAULO PAIM    | Dispõe sobre a concessão de visto, a repatriação de marítimos empregados a bordo de navio de turismo estrangeiro que opere em águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 419/2013<br>PAULO PAIM    | Regulamenta o trabalho de tripulantes brasileiros em embarcações ou armadoras estrangeiras, com sede no Brasil, e que explorem economicamente o mar territorial e a costa brasileira, de cabotagem a longo curso e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 420/2013<br>PAULO PAIM    | Dispõe sobre a competência de investigação e julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLS 426/2013<br>ALVARO DIAS          | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para dispor sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 54/2013<br>PAULO PAIM            | Altera o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 105/2013<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 477/2013<br>HUMBERTO COSTA       | Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 63/2013<br>JORGE AFONSO ARGELLO  | Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 488/2013<br>PAULO PAIM           | Dispõe sobre trabalhadores marítimos empregados a bordo de navios de turismo estrangeiro e brasileiro que operem em águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 71/2013<br>RICARDO FERRAÇO       | Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PFS 3/2013<br>KÁTIA ABREU            | Propõe acompanhar os processos investigativos e administrativos em curso perante a Polícia Federal - PF e o Ministério da Previdência Social - MPS, relacionados à apuração de desvios e prejuízos nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, revelados recentemente pela "Operação Miquéias" da Polícia Federal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------|--|---|
| PLS 532/2013<br>CIRO NOGUEIRA | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar subdivisões de categorias de habilitações para a condução de veículos de duas rodas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 21/2014<br>CIRO NOGUEIRA  | Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde a garantir a cobertura dos exames necessários à comprovação do diagnóstico de morte encefálica e a autorizar a realização desses exames no prazo máximo de três horas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 47/2014<br>HUMBERTO COSTA | Proíbe a distribuição de animais a título de sorteio ou brinde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 45/2014<br>ALVARO DIAS    | Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 51/2014<br>CIRO NOGUEIRA  | Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para estabelecer que o material escolar, quando de uso coletivo, deve ser fornecido pelo estabelecimento de ensino, sendo vedada a indicação de marca específica para materiais a serem utilizados por todos os alunos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 58/2014<br>PAULO PAIM     | Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 59/2014<br>PAULO PAIM     | Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 69/2014<br>PAULO PAIM     | Acrescenta o art. 20-A à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e altera o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para transferir o crime de injúria qualificada, quando forem utilizados elementos referente a raça, cor, ou etnia, para a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 76/2014<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 79/2014<br>PAULO PAIM           | Altera o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer hipótese de interrupção da prescrição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 84/2014<br>ALVARO DIAS          | Estabelece competências de fiscalização do Tribunal de Contas da União no caso em que especifica e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 91/2014<br>ALVARO DIAS          | Dá nova redação, acrescentando parágrafos, ao art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 10/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização semafórica piscante.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 11/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Estabelece prioridade de tramitação para os processos penais relativos aos crimes hediondos, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 5/2014<br>PAULO PAIM            | Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, para autorizar a acumulação de um cargo de professor ou de um cargo privativo de médico com outro cargo público.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 31/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLC 30/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o provimento da titularidade da delegação das serventias notariais e de registro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 7/2014<br>ALVARO DIAS           | Altera o Art. 73 da Constituição Federal para estabelecer que a investidura no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União somente dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 137/2014<br>CIRO NOGUEIRA       | Insere o § 1º-A no art. 33 da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, para agravar as penas relacionadas ao tráfico de crack.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 138/2014<br>CIRO NOGUEIRA       | Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 139/2014<br>HUMBERTO COSTA      | Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para prever a competência da Polícia Federal para destruir ou doar armas de fogo de uso permitido, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 144/2014<br>HUMBERTO COSTA      | Acrescenta inciso XII e parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para vedar as doações de empresas com contrato de publicidade oficial com a Administração direta ou indireta da União, dos Estados do Distrito Federal ou dos Municípios. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 170/2014<br>ALVARO DIAS         | Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 172/2014<br>PAULO PAIM          | Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLC 53/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 56 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 186/2014<br>CIRO NOGUEIRA       | Dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 191/2014<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera a redação do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a câmera de marcha a ré como equipamento obrigatório dos veículos automotores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 194/2014<br>ACIR GURGACZ        | Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 220/2014<br>PAULO PAIM          | Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 221/2014<br>ALVARO DIAS         | Estabelece a política e os instrumentos de fiscalização e controle sobre as entidades responsáveis pelo futebol brasileiro e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 229/2014<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera o art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de interrupção ou perturbação de serviços de comunicações nos casos em que o crime é cometido para facilitar ou assegurar a execução de outro crime. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 64/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 66/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 259/2014<br>HUMBERTO COSTA      | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para regular as atividades de observadores de atletas e as atividades-teste de recrutamento de atletas em formação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 261/2014<br>PAULO PAIM          | Altera o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para tornar facultativa a competência dos Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 262/2014<br>PAULO PAIM          | Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 44/2014<br>PAULO PAIM           | Altera o inciso IV do art. 167 e acrescenta os §§3º, 4º e 5º ao art. 230 da Constituição Federal, para assegurar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a destinação de recursos mínimos ao financiamento das ações e programas da Política Nacional do Idoso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 93/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 45/2014<br>PAULO PAIM           | Altera o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer que a prescrição incidente sobre o não-recolhimento dos valores destinados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é de trinta anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 113/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 368/2014<br>ALVARO DIAS          | Altera o Código de Processo Penal para prever que o juiz, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal, levará em consideração se o produto do crime foi integralmente recuperado para decidir se o condenado por crime de peculato, concussão ou corrupção, passiva ou ativa, poderá apelar em liberdade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 411/2014<br>KÁTIA ABREU          | Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 56/2014<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 416/2014<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera o Código Penal para aumentar a pena mínima do crime de estelionato e condicionar a incidência da causa de diminuição de pena para os casos que não gerem grave dano à vítima.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 422/2014<br>KÁTIA ABREU          | Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, para modernizar o controle do tráfego marítimo no acesso às instalações portuárias. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 424/2014<br>KÁTIA ABREU          | Altera as Leis nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo; nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional; e nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha, para permitir a formação de pessoal para a Marinha Mercante por instituições de ensino públicas e privadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PLS 1/2015<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera o Código Penal para agravar a pena do furto a caixas eletrônicos quando praticado com o emprego de explosivos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 3/2015<br>PAULO PAIM          | Altera o art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para desonerar o segurado da restituição, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, dos valores recebidos em decorrência de decisão judicial, com base nos arts. 273 e 798, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que Institui o Código de Processo Civil. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 11/2015<br>JOSÉ MEDEIROS      | Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 1/2015<br>JOSÉ MEDEIROS       | Institui o “Prêmio de Jornalismo Roberto Civita” e o “Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita”, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 13/2015<br>HUMBERTO COSTA     | Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 1/2015<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera o inciso III da letra "d" do art. 159 da Constituição Federal e suprime o § 4º do mesmo artigo, para destinar, de forma mais coerente e equânime, recursos oriundos do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) para estados e municípios.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 4/2015<br>REGUFFE             | Dá nova redação ao § 5º do art.14 da Constituição Federal, proibindo a reeleição do Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 3/2015<br>REGUFFE             | Dá nova redação aos dispositivos da Constituição Federal que especifica, estabelecendo a possibilidade de uma única reeleição aos cargos eletivos legislativos federais, estaduais, distritais e municipais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 5/2015<br>REGUFFE                  | Suprime o inciso I e o § 3º, ambos do art. 56 da Constituição Federal, condicionado a posse de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores em cargos do Poder Executivo à renúncia ao mandato e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2015<br>REGUFFE                  | Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 6/2015<br>REGUFFE                  | Suprime e acrescenta dispositivos à Constituição Federal, possibilitando o lançamento de candidaturas avulsas, independentemente de filiação partidária.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 10/2015<br>REGUFFE                 | Dá nova redação ao § 1º do art. 14 da Constituição Federal, acabando com o voto obrigatório e instituindo o voto facultativo no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 8/2015<br>REGUFFE                  | Acrescenta o art. 14-A à Constituição Federal, instituindo a revogabilidade de mandatos políticos no Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 9/2015<br>REGUFFE                  | Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 21/2015<br>JOSÉ MEDEIROS           | Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 22/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei 9.096 de setembro de 1995.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa   | Situação da matéria   |
|----------------------------------|--|---|
| PRS 2/2015<br>ROBERTO ROCHA      | Denomina "Ala Senador Darcy Ribeiro" o segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 23/2015<br>ROBERTO ROCHA     | Acrescenta os art. 26-A e art. 26-B à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre a perda de mandato em razão de desfiliação partidária sem justa causa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 26/2015<br>ROMÁRIO           | Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 28/2015<br>CRISTOVAM BUARQUE | Institui a Política Nacional de Bibliotecas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 11/2015<br>ALVARO DIAS       | Altera os §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 4/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Susta o Decreto nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, que "altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação, e o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível". | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 31/2015<br>ALVARO DIAS       | Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| PRS 5/2015<br>REGUFFE                 | Dispõe sobre a publicação da frequência dos Senadores às sessões deliberativas no plenário do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 38/2015<br>REGUFFE                | Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir “Cidadania” como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 35/2015<br>HUMBERTO COSTA         | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para prever o crime de enriquecimento ilícito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PFS 1/2015<br>ROBERTO ROCHA           | Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que seja investigado o processo de autorização da construção da Refinaria Premium I em Bacabeira, no Estado do Maranhão, e, sobretudo, a legalidade e legitimidade da determinação da Petrobras de suspender sua execução. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 36/2015<br>REGUFFE                | Dispõe sobre a proibição de doações privadas, institui o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais no Brasil e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 6/2015<br>REGUFFE                 | Dispõe sobre a composição dos Gabinetes Parlamentares do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 37/2015 - Complementar<br>REGUFFE | Estabelece a obrigatoriedade de aprovação legislativa para que o Poder Executivo possa ampliar a dívida mobiliária federal e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 7/2015<br>REGUFFE                 | Dispõe sobre a publicação dos gastos dos Senadores com a contratação de assessores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PLS 43/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, para tipificar o crime de conspiração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 41/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, para prever nova possibilidade autorizativa da prisão preventiva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 44/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir o crime de frustração ou fraude ao caráter competitivo de processos licitatórios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 6/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Susta a Instrução Normativa - TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que "dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 13/2015<br>ROBERTO ROCHA      | Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal, para nele inserir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 49/2015<br>FÁTIMA BEZERRA     | Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 53/2015<br>OTTO ALENCAR       | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para revogar o § 4º do art. 33.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 52/2015<br>OTTO ALENCAR       | Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar o percentual de transferência dos recursos do DPVAT destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 54/2015<br>OTTO ALENCAR                       | Revoga o art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 14/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                  | Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 3/2015 - Complementar<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de contratos de repasse, termos de parceria, convênios e instrumentos congêneres, celebrados entre órgãos e entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 67/2015<br>ROMÁRIO                            | Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 69/2015<br>ROMÁRIO                            | Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 65/2015<br>ROMÁRIO                            | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 66/2015<br>ROMÁRIO                            | Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta do agente público que utilizar o cargo ou função pública para se eximir de cumprir obrigação a todos imposta ou para obter vantagem ou privilégio indevido. (Lei da Carteirada)   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PLS 63/2015<br>ROMÁRIO            | Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 73/2015<br>ROMÁRIO            | Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 84/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera a Lei 9.296/96, para regulamentar o envio de fatos não conexo ao juízo competente e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 72/2015<br>ROMÁRIO            | Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, estabelecendo prioridade para os processos relativos aos crimes de peculato, concussão, excesso de exação e os de corrupção passiva e ativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 71/2015<br>ROMÁRIO            | Altera o art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para dispor sobre a prisão temporária e agravar a pena para quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa com deficiência física, mental ou intelectual.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 81/2015<br>HUMBERTO COSTA     | Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir o fumo no interior de veículo automotor no qual trafegue passageiro com idade inferior a 18 anos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 82/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE    | Altera a redação do art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 16/2015<br>PAULO PAIM         | Dá nova redação ao inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição, para dispor sobre a candidatura de pessoas não filiadas a partidos políticos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 64/2015<br>ROMÁRIO                       | Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de constranger alguém, mediante contato físico com fim libidinoso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 10/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE               | Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequá-lo à legislação que trata das licenças maternidade e paternidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 11/2015<br>RONALDO CAIADO                | Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 87/2015 - Complementar<br>HUMBERTO COSTA | Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para vedar expressamente a transferência da responsabilidade pela cobrança da dívida ativa dos entes federados a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas de direito privado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 18/2015<br>RAIMUNDO LIRA                 | Altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 90/2015<br>HUMBERTO COSTA                | Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 89/2015<br>HUMBERTO COSTA                | Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 124/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES           | Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca das análises feitas pelo COAF(Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre as contas abertas irregularmente junto ao HSBC. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 20/2015<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 92/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, para tipificar o crime de perjúrio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 19/2015<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera a Constituição Federal para extinguir a reeleição dos cargos do Poder Executivo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 94/2015<br>FÁTIMA BEZERRA          | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas escolas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 96/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei n.º 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e a Lei nº 4.737, de 17 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para proibir a coligação partidária para a eleição proporcional.        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 97/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE         | Altera a redação do art. 538 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 – Código Civil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 98/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE         | Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 99/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE         | Altera a redação do art. 244 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir o termo “gênero” pelo termo “espécie”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PEC 21/2015<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 102/2015<br>SÉRGIO PETECÃO          | Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 22/2015<br>ROBERTO ROCHA            | Altera a Constituição Federal para incluir os tribunais de contas na jurisdição do Conselho Nacional de Justiça.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 5/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Anistia as penalidades aplicadas com base no art. 253 e nos incisos V, VII, X e XII do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Código de Trânsito Brasileiro, no período de 18 de fevereiro a 2 de março de 2015, em todo o território nacional, aos veículos classificados nos itens 6 e 7 da alínea b e na alínea e do inciso II do art. 96 da mesma Lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 106/2015<br>ALVARO DIAS             | Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 109/2015<br>ROBERTO ROCHA           | Altera o art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para estabelecer sistema de rodízio na ordem de apresentação dos cargos em disputa nas eleições federais e estaduais, no horário da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 114/2015<br>VANESSA GRAZZIOTIN      | Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para instituir novo piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 11.345, de 14 de setembro de 2006; e institui o percentual de cinco por cento incidente sobre o total de recursos arrecadados com as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 115/2015<br>ACIR GURGACZ            | Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|------------------------------------|--|---|
| PLS 117/2015<br>HUMBERTO COSTA     | Disciplina a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescenta o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 8/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE      | Susta os efeitos da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, que Homologa as quotas anuais definitivas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE para o ano de 2015 e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 121/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE    | Altera o § 3º e acrescenta o § 4º ao art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata do contrabando.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 122/2015<br>JOSÉ SERRA         | Institui programa de concessão de créditos da União no âmbito do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, denominado “Nota Fiscal Brasileira”, com o objetivo de incentivar os Estados e o Distrito Federal a implantarem programas de estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 126/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para aperfeiçoar o tipo penal de evasão de divisas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 29/2015<br>MAGNO MALTA         | Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.”  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 9/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 135/2015<br>CIRO NOGUEIRA      | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para acrescentar mais uma causa especial de aumento de pena ao § 2º do art. 157.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|----------------------------------|---|---|
| PLS 133/2015<br>REGUFFE          | Altera o parágrafo único do art. 13 e o §2º do art. 35-E, ambos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para assegurar que os planos de saúde coletivos ou empresariais com até cem beneficiários tenham o mesmo regime jurídico que os planos de saúde individuais e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 134/2015<br>REGUFFE          | Dá nova redação ao § 1º do art. 459 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer multa de 5% em caso de atraso do pagamento, acrescido de 1% ao dia de atraso.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 139/2015<br>RONALDO CAIADO   | Altera a Lei nº 9.250, de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 138/2015<br>RONALDO CAIADO   | Altera a Lei nº 9.250, de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 32/2015<br>FERNANDO COLLOR   | Institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 33/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Susta o Terceiro Termo de Ajuste ao 80º Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações vinculadas ao projeto “Ampliação do acesso da população brasileira à atenção básica em saúde”, celebrado entre o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e a Organização Pan Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 184/2015<br>RONALDO CAIADO   | Nos termos do art. 50, § 2, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência Social acerca do fundo de pensão POSTALIS.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 145/2015<br>RONALDO CAIADO   | Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que “autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES” e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 144/2015<br>RONALDO CAIADO             | Altera a Lei nº 12.096, de 2009, que "autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES" e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 152/2015<br>ROBERTO ROCHA              | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para os partidos políticos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 148/2015<br>OTTO ALENCAR               | Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, institui o § 3º no art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para vedar a progressão de regime aos condenados que praticarem delitos penais em situação de reincidência. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 151/2015<br>OTTO ALENCAR               | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estipular em cinco anos o prazo de quarentena de conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações e para impedir o exercício desse cargo a indivíduos que ocupem, ou tenham ocupado nos cinco anos anteriores, funções de direção em empresas regulamentadas ou fiscalizadas pela autarquia.            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 150/2015<br>OTTO ALENCAR               | Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 33/2015<br>FERNANDO COLLOR             | Uniformiza regras de escolha do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 153/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES         | Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 155/2015 - Complementar<br>LÚCIA VÂNIA | Acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para disciplinar os benefícios tributários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLC 16/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                    | Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para tratar do prazo de entrega de imóveis adquiridos em fase de incorporação e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 35/2015<br>LASIER MARTINS                          | Altera o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 158/2015<br>CIRO NOGUEIRA                          | Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 157/2015<br>CIRO NOGUEIRA                          | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 160/2015<br>PAULO PAIM                             | Acrescenta parágrafos aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar insusceptíveis de fiança e de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 164/2015 - Complementar<br>RONALDO CAIADO          | Altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 165/2015 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 166/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA                      | Altera as Leis nº 9.096, de 1995 e nº 9.504, de 1997, para dispor sobre o financiamento democrático das eleições e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PEC 37/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA               | Altera a Constituição Federal, para estabelecer o mandato de seis anos dos Chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, proibir a reeleição e estabelecer eleições unificadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 38/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 172/2015 - Complementar<br>FERNANDO COLLOR | Altera o art. 237 e institui o art. 243-A na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que "dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União", para estabelecer a responsabilidade administrativa, civil e criminal do membro do Ministério Público da União que praticar ato temerário ou com deliberada má-fé, ou ainda visando promoção pessoal ou perseguição política. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| INS 1/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                  | Indicação de estudo e de providência pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para que manifeste à ANAC a importância de revisar a Resolução nº 138/2010.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PLS 174/2015<br>FÁTIMA BEZERRA                 | Isenta as motocicletas nacionais do Imposto sobre Produtos Industrializados, nas condições que estabelece.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 179/2015<br>RAIMUNDO LIRA                  | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 175/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo prazos, garantias e condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 178/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para incluir, no seu Título VIII, o Capítulo IV – Dos Crimes de Terrorismo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|------------------------------------|--|---|
| PLS 176/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE    | Altera a redação do art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade dos Cartórios e/ou Tabelionato de Notas encaminharem ao órgão executivo de trânsito dos Estados o comprovante de transferência de propriedade. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 177/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE    | Altera a redação do art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para permitir que a situação econômica do réu seja considerada como parâmetro no momento da aplicação da pena.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 181/2015<br>ALVARO DIAS        | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de trote vexatório.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 39/2015<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera o art. 175 Constituição Federal, para determinar que as concessões e permissões de serviços públicos sejam normatizados por lei complementar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 184/2015<br>ROBERTO ROCHA      | Veda a substituição de livros didáticos antes de decorridos, no mínimo, três anos letivos desde a sua adoção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 8/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, de modo a tornar mais rigorosos os requisitos necessários ao deferimento do livramento condicional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 41/2015<br>ALVARO DIAS         | Altera a Constituição Federal para ampliar a duração da licença-maternidade e licença-paternidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 188/2015<br>RONALDO CAIADO     | Altera o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para “restringir a concessão de livramento condicional”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PLS 187/2015<br>FERNANDO COLLOR    | Altera o art. 1º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para assegurar o sigilo na fase investigatória e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 189/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES | Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 191/2015<br>RONALDO CAIADO     | Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências'  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 192/2015<br>ROBERTO ROCHA      | Acrescenta parágrafo único ao art. 83 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para estabelecer que, na eleição para o Senado Federal, cada eleitor poderá votar em um único candidato, ainda que o pleito seja para a renovação de dois terços da representação de cada Estado e do Distrito Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 194/2015<br>HUMBERTO COSTA     | Dispõe sobre o dano moral decorrente do descumprimento das obrigações trabalhistas e sua respectiva reparação pelo infrator.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 17/2015<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera o artigo 104 do Regimento Interno do Senado Federal para incluir os §§ 1º e 2º, no sentido de dispor sobre audiências públicas regulares dos presidentes de Agências Reguladoras na Comissão de Serviços de Infraestrutura.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 44/2015<br>ALVARO DIAS         | Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 201/2015<br>HÉLIO JOSÉ          | Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, sobre a definição dos grupos e classes tarifárias, recepciona o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem) e redireciona o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), cria novas fontes de financiamento da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), dá novas redações às leis de nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e de nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 204/2015<br>ACIR GURGACZ        | Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime de poluição de manancial de água.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 24/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dispondo sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de furto e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 205/2015<br>PAULO PAIM          | Acrescenta ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, o art. 9º-A, para assegurar a contratação de seguro de vida em grupo por parte do empregador para os empregados envolvidos em reportagens externas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 206/2015<br>PAULO PAIM          | Acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 211/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 212/2015<br>ACIR GURGACZ        | Disciplina a profissão de Cientista.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 213/2015<br>VANESSA GRAZZIOTIN  | Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PRS 18/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Acrescenta artigo à Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o afastamento de membro da Mesa Diretora, de Presidente e Vice-Presidente de Comissão e de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que tenha contra si instaurado inquérito ou denúncia no âmbito do Supremo Tribunal Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 219/2015<br>ROMÁRIO                | Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 47/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Constituição Federal, para estabelecer a coincidência das eleições, fixar o mandato de cinco anos dos chefes do Poder Executivo e dos membros do Poder Legislativo, vedar a reeleição e alterar a data da posse dos chefes do Poder Executivo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 221/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA      | Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 225/2015<br>WILDER MORAIS          | Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para dispor sobre a utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na Carteira de Identidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 227/2015<br>WILDER MORAIS          | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 231/2015<br>VALDIR RAUPP           | Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 230/2015<br>FÁTIMA BEZERRA         | Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, nos municípios de São José de Mipibu, Jucurutu, Touros, Mossoró, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 235/2015<br>ALVARO DIAS                 | Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de veículos automotores para utilização no transporte autônomo de cargas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 234/2015<br>RONALDO CAIADO              | Acrescenta o artigo 4º-A na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 233/2015 - Complementar<br>BLAIRO MAGGI | Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 236/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a doação de pessoa jurídica a partidos e candidatos e limitar a doação de pessoa física a R\$ 700,00 (setecentos reais).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 237/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a necessidade de manifestação do Ministério Público antes da concessão de Habeas Corpus e delimitar as hipóteses de cabimento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 238/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Altera o art. 674 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o trânsito em julgado da sentença penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 239/2015<br>ACIR GURGACZ                | Institui o art. 37-A e altera os arts. 29, 36 e 37 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar que o Poder Público incentive a criação de polos industriais próximos aos complexos penitenciários, para fomentar o estabelecimento de empresas que contribuam para a formação profissional e o exercício de atividade laboral pelo condenado. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 27/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS         | Altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 241/2015<br>RONALDO CAIADO         | Modifica o disposto no art. 5º, caput, e revoga o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, visando fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 29/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para determinar que constituem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública bens, direitos e valores apreendidos pela Polícia Federal, com perdimento decretado pela Justiça Federal como fruto de contrabando ou descaminho, e que possam ser usados na repressão ao crime. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 19/2015<br>JOSÉ MEDEIROS           | Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário no âmbito do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 30/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 247/2015 - Complementar<br>REGUFFE | Altera o inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir informações pormenorizadas nos meios eletrônicos de acesso público, acerca dos gastos públicos, especificando e detalhando o valor unitário efetivamente pago por cada produto adquirido ou serviço prestado à Administração Pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 250/2015<br>OTTO ALENCAR           | Altera as Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar a transposição de águas de rios ou bacias hidrográficas sem a comprovação da prévia revitalização integral do rio ou da bacia doadora.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 251/2015 - Complementar<br>REGUFFE | Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para fixar em trezentos (300) o número máximo de Deputados Federais, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 83/2015<br>REGUFFE                 | Revoga o § 1º do art. 1º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014, para extinguir a ajuda de custo devida aos membros do Congresso Nacional no início e no final do mandato parlamentar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 254/2015 - Complementar<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre a aplicação anual de recursos mínimos, pela União, em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e para incluir as despesas com promoção e recuperação da saúde, realizadas por Hospitais Universitários Federais, com recursos alocados por emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, na apuração desse montante. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 33/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                     | Altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 34/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                     | Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 258/2015<br>ROMERO JUCÁ                             | Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 85/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                     | Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 260/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                 | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reduzir o período das campanhas eleitorais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 261/2015<br>REGUFFE                                 | Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 262/2015<br>RONALDO CAIADO                          | Acrescenta artigo a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que “Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 263/2015<br>RONALDO CAIADO          | Altera o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro.”  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 86/2015<br>RONALDO CAIADO           | Susta a aplicação do art. 8º da Resolução nº 3, de 16 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica da Secretaria de Educação Superior, que dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos Programas de Residência Médica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 52/2015<br>REGUFFE                  | Altera os arts. 49, 52, 73, 75, 84, 101 e 104 da Constituição Federal, para estabelecer que os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, bem como os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, sejam selecionados mediante concurso público de provas e títulos e nomeados para mandatos de cinco anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 36/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 271/2015<br>ROBERTO ROCHA           | Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petrobras. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 270/2015<br>CIRO NOGUEIRA           | Altera o art. 28 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, V, da Constituição Federal, para permitir que órgãos partidários de qualquer esfera utilizem recursos próprios, compreendidos os oriundos do Fundo Partidário, para assumir obrigações de outro, inclusive na hipótese de suspensão da participação do órgão originalmente responsável no referido Fundo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 273/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Dispõe sobre o financiamento de campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a doação de pessoa jurídica diretamente a partidos e candidatos e reforçar o financiamento público das campanhas eleitorais, entre outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PRS 22/2015<br>GLADSON CAMELI  | Altera a redação do inciso III do art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir a prevalência da norma regimental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 275/2015<br>GLADSON CAMELI | Altera artigo 4º, inciso IX, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 277/2015<br>WILDER MORAIS  | Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 87/2015<br>RONALDO CAIADO  | Susta o § 5º do art. 9º e o inciso III do § 2º do art. 10, ambos do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, com redação dada pelo Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 23/2015<br>RONALDO CAIADO  | Altera os arts. 224 e revoga o inciso II do 225 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de permitir o envio de indicação a outro Poder para que proponha projeto de lei sobre matéria de sua competência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 278/2015<br>ROMÁRIO        | Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 279/2015<br>ROMÁRIO        | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para atribuir direito à aposentadoria especial ao atleta profissional e regular a atividade de prática desportiva profissional em entidades de prática desportiva de todas as modalidades esportivas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 282/2015<br>RAIMUNDO LIRA  | Altera as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 280/2015<br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 54/2015<br><br>RAIMUNDO LIRA  | Altera os arts. 73, 101, 104, 107, 111-A, 115, 119, 120, 123 e 125 da Constituição Federal, para elevar a idade mínima requerida para a investidura no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas da União, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, nos Tribunais Regionais Eleitorais e nos Tribunais de Justiça dos Estados. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 285/2015<br><br>BLAIRO MAGGI  | Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 55/2015<br><br>TASSO JEREISSATI   | Altera os arts. 52 e 153 da Constituição Federal, para estabelecer condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 291/2015<br><br>GLEISI HOFFMANN   | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 288/2015<br><br>RONALDO CAIADO  | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer critérios de valorização do mérito no regime jurídico dos servidores públicos da União, suas autarquias e fundações públicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 57/2015<br><br>WELLINGTON FAGUNDES                                      | Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a escolha e nomeação das autoridades definidas no inciso III e tornar crime de responsabilidade o seu descumprimento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 297/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Altera os arts. 109, 110, 112, 114, 115, 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que dispõem sobre a prescrição penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 58/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA    | Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 59/2015<br>MARTA SUPLICY        | Acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer prazos para a indicação, apreciação e nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal e definir como crime de responsabilidade o seu descumprimento. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 62/2015<br>GLEISI HOFFMANN      | Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 40/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre o cancelamento das sanções administrativas que discrimina, aplicadas a servidores públicos, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 39/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 304/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de "Terraço Verde" nos locais que especifica e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 307/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO   | Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências, para vincular 50% (cinquenta por cento) da destinação para as áreas de educação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 25/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE            | Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para o Requerimento de Informação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 313/2015<br>PAULO PAIM                | Modifica o § 1º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a interveniência de sindicato ou de autoridade administrativa na rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de três meses de serviço.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 314/2015<br>ACIR GURGACZ              | Altera o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e a Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, para dispor sobre a redução e/ou fracionamento de intervalo intrajornada e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 310/2015<br>RONALDO CAIADO            | Altera o art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições."  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 315/2015 - Complementar<br>PAULO PAIM | Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 65/2015<br>RONALDO CAIADO             | Altera o art. 21 da Constituição Federal, transferindo para a União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 317/2015<br>DÁRIO BERGER             | Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar e de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais na construção de novos prédios públicos para a utilização em atividades que não necessitem de água potável.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 319/2015<br>ROBERTO ROCHA            | Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 318/2015<br>JOSÉ MEDEIROS            | Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a finalidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas previstas na referida lei.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 322/2015<br>ROMÁRIO                  | Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 324/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA        | Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 323/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA        | Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas fabricantes, envasadores e importadores de bebidas alcóolicas a incluírem nos rótulos de seus produtos informações sobre riscos e restrições de consumo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 329/2015<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Concede isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos musicais, suas partes e acessórios, e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder, à importação desses produtos, isenção da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 332/2015<br>VANESSA GRAZZIOTIN          | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 67/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA            | Altera o Art. 229 da Constituição Federal para vincular a assistência paternal a filhos maiores portadores de necessidades especiais e dos filhos maiores aos irmãos portadores de necessidade especiais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 337/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA           | Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 338/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO     | Altera as Leis nos 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para dispor sobre a responsabilidade da União na remuneração docente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 342/2015<br>JOSÉ SERRA                  | Altera o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para isentar da cobrança de laudêmio, foro e taxa de ocupação os imóveis enfitêuticos da União situados em perímetro urbano.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 346/2015 - Complementar<br>SIMONE TEBET | Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para permitir o abatimento do saldo da dívida dos Estados, Distrito Federal e Municípios junto à União em montante equivalente à insuficiência da compensação por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre as exportações de bens primários e semielaborados e aquisições destinadas ao ativo imobilizado.                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 70/2015<br>ANTONIO ANASTASIA            | Altera os arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para vedar o exercício da advocacia dos juízes eleitorais oriundos da advocacia e ampliar o tempo do respectivo mandato, vedando a recondução.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 352/2015<br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para determinar a absorção, pelo Sistema Único de Saúde, de profissionais de saúde recém-formados na rede pública de ensino.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 354/2015<br><br>ROMÁRIO   | Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 74/2015<br><br>DONIZETI NOGUEIRA  | Altera a Constituição Federal para incluir o Planejamento Estratégico de Longo Prazo como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 75/2015<br><br>DOUGLAS CINTRA   | Altera os artigos 24 e 37 da Constituição Federal para prever a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre concursos públicos e facultar ao Poder Legislativo a iniciativa legislativa sobre a matéria.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 355/2015<br><br>REGUFFE   | Altera a redação do art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para corrigir anualmente os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de 1% (um por cento) ao ano, até que se recupere a defasagem acumulada da tabela. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 46/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, para permitir a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 10/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.349-B de 2007 do Senado Federal (PLS Nº 509/03, na Casa de origem), que “determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 45/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Inclui §§ 3º e 4º ao art. 893 e § 5º ao art. 894, todos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 48/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre o encaminhamento das mensagens curtas de texto de telefonia celular destinadas aos serviços públicos de emergência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 43/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 357/2015<br>PAULO PAIM          | Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 685/2015<br>FERNANDO COLLOR     | Requer, nos termos dos artigos 215, caput, e 334, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 1º, da Lei nº 11.372/2006, e com o art. 130-A, da Constituição Federal, que seja considerado prejudicado, com a consequente devolução ao órgão de origem, o Ofício "S" nº 72, de 2015 (nº 6/2015, na origem), referente à indicação de recondução do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, como representante do Ministério Público Federal, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 360/2015<br>PAULO PAIM          | Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 364/2015<br>DOUGLAS CINTRA      | Altera as Leis nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para reconhecer a competência do Poder Executivo para alterar os componentes do Sistema Federal de Viação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 359/2015<br>PAULO PAIM          | Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PDS 228/2015<br>RONALDO CAIADO      | Susta a tramitação congressual dos atos bilaterais firmados com a Venezuela.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 49/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 365/2015<br>ROBERTO ROCHA       | Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para conferir representatividade às secretarias subnacionais de segurança pública no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 367/2015<br>PAULO PAIM          | Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 368/2015<br>ALVARO DIAS         | Modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 370/2015<br>REGUFFE             | Dá nova redação ao caput do art. 3º e revoga o artigo 13, todos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, tornando privativos de servidores de carreira todos os cargos comissionados das Agências Reguladoras no âmbito da União. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 371/2015<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 79/2015<br>JOSÉ AGRIPINO        | Acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, para prever a obstrução da pauta do Congresso Nacional, no caso de não haver manifestação, no prazo fixado, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 80/2015<br><br>FERNANDO BEZERRA COELHO                 | Institui a carreira nacional do magistério público da educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 375/2015<br><br>FERNANDO BEZERRA COELHO                | Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 374/2015 - Complementar<br><br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera o parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar 63 de 1990, tornando facultativo para os Estados a possibilidade de considerar ou não, para efeito de cálculo do valor adicionado, as parcelas isentas ou com benefícios fiscais e as operações imunes do imposto .  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 81/2015<br><br>WELLINGTON FAGUNDES                     | Altera o art. 24 da Constituição Federal, para incluir no rol das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao idoso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 51/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                    | Dispõe sobre a utilização pelo Governo do Distrito Federal das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 376/2015<br><br>FERNANDO COLLOR                        | Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar uma nova hipótese de agravante genérica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 378/2015<br><br>REGUFFE                                | Acrescenta o parágrafo único ao artigo art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança de tarifa de assinatura básica por empresas, públicas ou privadas, prestadoras de serviços públicos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 379/2015<br><br>DAVI ALCOLUMBRE                        | Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 380/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                         | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de assédio verbal ou físico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 381/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                         | Acrescenta § 5º ao art. 787 do Código Civil, a fim de prever a devolução do prêmio ao segurado no caso que especifica referente a locações de veículos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 382/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                         | Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer, no caso de perda ou quebramento de fiança, de recolhimento de 50% à vítima e/ou seus familiares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 385/2015<br>LASIER MARTINS                          | Altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito para incluir idade mínima entre os requisitos necessários para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 392/2015<br>REGUFFE                                 | Dispõe sobre alterações no inciso II do art. 6º da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001 e no inciso II do art. 5º da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, a fim de incluir no rol de competências dos Juizados Especiais da Fazenda Pública o julgamento das ações ajuizadas em face das sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 398/2015<br>ANTONIO ANASTASIA                       | Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 399/2015 - Complementar<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para estabelecer que os recursos devidos aos Estados e Municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 396/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                         | Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos contra animais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLC 55/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição via rede mundial de computadores - internet em concurso público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 83/2015<br>RENAN CALHEIROS      | Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 406/2015<br>PAULO PAIM          | Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 404/2015<br>PAULO PAIM          | Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 408/2015<br>HÉLIO JOSÉ          | Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para determinar a obrigatoriedade de vagas públicas e gratuitas nos estacionamentos dos aeroportos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 409/2015<br>OMAR AZIZ           | Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 412/2015<br>ROMÁRIO             | Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que "institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para alterar expressões relativas a pessoas com deficiência e ampliar o escopo da isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para outras deficiências, além da física. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 417/2015<br>OMAR AZIZ           | Cria o banco nacional de impressões digitais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PRS 29/2015<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera a Resolução nº 24, de 8 de junho de 1995, para dispor sobre a acessibilidade da programação veiculada pela TV Senado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 88/2015<br>GLADSON CAMELI           | Modifica os arts. 54 e 56 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores a investidura em outro cargo ou mandato público.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 424/2015<br>OTTO ALENCAR            | Altera o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e nº 13.139, de 26 de junho de 2015.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 425/2015<br>OTTO ALENCAR            | Altera o art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para estabelecer alíquotas específicas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviço (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) em relação aos produtos farmacêuticos sem similar nacional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 89/2015<br>PAULO ROCHA              | Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada semanal de trabalho.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 91/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA        | Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 59/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros – PLANHORT; fixa normas gerais para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar; e altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 431/2015<br>PAULO PAIM              | Acrescenta os §§ 3º e 4º ao Art. 29-C da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 433/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA   | Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para tornar obrigatória a participação mínima de 15% (quinze por cento) das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica brasileira até o ano de 2025.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 92/2015<br>ROBERTO ROCHA        | Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 434/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 436/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Altera o art. 212, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, para elevar a pena de quem pratica o crime de exposição de cadáver.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 439/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA   | Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 443/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, para obrigar a exibição de advertência sobre os riscos do consumo de bebida alcoólica por gestante. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 63/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a redação do inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 67/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para autorizar o julgamento de processo pelo Supremo Tribunal Federal que tenha por objeto dispositivo revogado de lei ou ato normativo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 68/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 65/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 66/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 50 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRN 5/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE       | Altera a Resolução nº 1, de 2006-CN, que Dispõe sobre Comissão Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, para disciplinar a escolha do Coordenador de Bancada Estadual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 94/2015<br>ANTONIO ANASTASIA    | Altera o art. 14 da Constituição Federal, para acrescentar hipótese de inelegibilidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 449/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Altera os §§ 1º e 5º do art. 97 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para definir o limite dos prazos máximo e mínimo de internação ou tratamento ambulatorial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 450/2015<br>ROBERTO ROCHA       | Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir entre os direitos do assinante do serviço de acesso condicionado o direito de cancelar o serviço sem pagamento de cláusula penal e de ter à sua disposição atendimento pessoal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 452/2015<br>ANTONIO ANASTASIA   | Acrescenta o art. 92-A ao Capítulo X da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para disciplinar o procedimento administrativo de interdição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PEC 96/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO        | Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 95/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO        | Altera a Constituição Federal, nos seus Incisos I e II do Parágrafo Único do Artigo 158 das regras de repartição da parcela dos Municípios sobre ICMS.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 454/2015<br>SIMONE TEBET                  | Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir a utilização do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do ensino superior do trabalhador, de seu cônjuge e de seus dependentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 456/2015<br>OMAR AZIZ                     | Dispõe sobre o fornecimento, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, mediante ordem judicial e sob segredo de Justiça, de dados que permitam o rastreamento físico de terminais móveis, para fins de investigação criminal, instrução processual penal e execução penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 455/2015<br>OMAR AZIZ                     | Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para incluir as agências dos Correios que atuem como Banco Postal e as unidades lotéricas entre os estabelecimentos financeiros que devem possuir sistema de segurança; tornar obrigatório o circuito fechado de televisão (CFTV), a porta giratória com detector de metais e a cabine blindada nos estabelecimentos financeiros; e tornar obrigatória a filmagem frontal dos usuários nos terminais de autoatendimento bancário. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 460/2015 - Complementar<br>HUMBERTO COSTA | Regulamenta o art. 79, parágrafo único, da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 461/2015<br>JOSÉ SERRA                    | Altera a Lei nº 9.504, de 1997, para dispor sobre os debates entre candidatos durante o processo eleitoral.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 462/2015<br>JOSÉ SERRA                    | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para modificar a disciplina da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 465/2015<br>ROSE DE FREITAS                | Institui o Fundo Nacional dos Pequenos Municípios (FNPM) e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 466/2015 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 467/2015<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para excluir o bem de família com valor venal inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) da penhorabilidade decorrente de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições tributárias devidas em função do imóvel familiar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 469/2015<br>RAIMUNDO LIRA                  | Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 72/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção do Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito – PRAT por órgãos ou empresas públicas e privadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 70/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Estabelece a forma da tributação do imposto de renda sobre salários, recebidos acumuladamente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 71/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Dispõe sobre a incidência da tabela mensal do imposto de renda das pessoas físicas, a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 73/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 74/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS   | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação dos valores arrecadados com as multas de trânsito e sua destinação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 480/2015<br>MARCELO CRIVELLA  | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para considerar abusiva a cláusula contratual que estabeleça autorização prévia como condição para a realização de atendimento de saúde e para tipificar o crime de condicionar atendimento de saúde à exigência de autorização prévia da operadora do plano de saúde. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 486/2015 - Complementar<br>SIMONE TEBET                                     | Reduz o limite de comprometimento de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento dos encargos da dívida junto à União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 103/2015<br>CÁSSIO CUNHA LIMA   | Revoga o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 76/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS   | Dispõe sobre a renúncia de aposentadoria por tempo de contribuição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 104/2015<br>COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO 2015 | Acrescenta o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer patamares mínimos de gastos com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos para os anos de 2016 a 2022.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 31/2015<br>RICARDO FERRAÇO  | Altera a alínea "d" da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que trata dos requisitos para apreciação das indicações a chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando necessidade de apresentação de relatório de gestão do último posto desempenhado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PEC 105/2015<br>ALOYSIO NUNES FERREIRA | Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal para determinar que a arguição para a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente ocorra em sessão aberta.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 498/2015<br>LASIER MARTINS         | Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para reajustar o valor das indenizações pagas pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 12/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito da administração pública federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 79/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 499/2015<br>LASIER MARTINS         | Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 83/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Dispõe sobre o Dia Nacional de Prevenção e de Combate ao Alcoolismo e às Drogas; altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996; e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 84/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 85/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Dispõe sobre as empresas de sistemas eletrônicos de segurança e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 90/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a curatela compartilhada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 501/2015<br>OMAR AZIZ           | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 503/2015<br>SANDRA BRAGA        | Institui estímulos a doações de produtos alimentícios, altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 506/2015<br>ROMÁRIO             | Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Expcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 93/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o piso salarial dos radialistas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 507/2015<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para majorar a pena do crime previsto no art. 29 e criar o tipo penal de tráfico de animais silvestres e de plantas silvestres.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 509/2015<br>ACIR GURGACZ        | Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 510/2015<br>ROMÁRIO             | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir penalidade de apreensão do veículo em caso de estacionamento irregular em vaga para pessoa com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 517/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA   | Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para modificar as alíquotas e as faixas de tributação constantes na tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 518/2015<br>PAULO PAIM          | Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 520/2015<br>PAULO PAIM          | Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 521/2015<br>PAULO PAIM          | Dá nova redação o caput do art. 40 e seu inciso I e caput do art. 94 da Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 99/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal; altera as Leis nº s 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 98/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 96/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta os §§ 6º, 7º e 8º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, relativos aos contratos de adesão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 522/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 528/2015<br>ROMÁRIO                        | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 328/2015<br>RONALDO CAIADO                 | Determina a sustação do Decreto nº 8.497, de 4 de julho de 2015, do Poder Executivo, que “regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam o § 4º e o § 5º do art. 1º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o art. 35 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.” | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 109/2015<br>ANTONIO ANASTASIA              | Acrescenta inciso V ao art. 158 da Constituição Federal para prever a entrega aos Municípios de vinte por cento da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é dada pelo art. 154, I.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 110/2015<br>AÉCIO NEVES                    | Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 538/2015 - Complementar<br>RICARDO FERRAÇO | Dá nova redação ao parágrafo único do art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispensar da aprovação do Congresso Nacional tratados que disponham sobre troca de informações com Estados estrangeiros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 537/2015<br>RICARDO FERRAÇO                | Regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 111/2015<br>RENAN CALHEIROS                | Altera o Artigo 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 541/2015<br>ANTONIO CARLOS VALADARES       | Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 540/2015<br>GLADSON CAMELI                   | Altera o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para estabelecer que os cargos de direção das agências reguladoras serão preenchidos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro da entidade respectiva. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 548/2015<br>TELMÁRIO MOTA                    | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 103/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 549/2015 - Complementar<br>BENEDITO DE LIRA  | Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 550/2015 - Complementar<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 552/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 106/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Altera a redação da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, para instituir o Dia Nacional de Ação de Graças e de Oração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 115/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 107/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Altera o art. 144 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre condução de tratores e máquinas agrícolas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 108/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Dispõe sobre as condições de envio de mensagens por parte das operadoras de telefonia, a título de alerta ou cobrança de pagamento de conta em atraso, para o número do telefone do cliente em condição de inadimplência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 557/2015<br>ROBERTO ROCHA             | Altera o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar o uso de qualquer marca ou símbolo que caracterize administração ou governo na propaganda realizada durante o período eleitoral. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 559/2015<br>ROBERTO ROCHA             | Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para determinar a simultaneidade do horário da votação em todo o território nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 561/2015 - Complementar<br>PAULO PAIM | Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para estabelecer novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios, e dá outras providências.                             | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 116/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO   | Acrescenta § 7º, no artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre a carreira nacional dos cargos de Médico e Dentista de Saúde da Família do Sistema Público de Saúde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 564/2015<br>MAGNO MALTA               | Dispõe sobre a realização de provas de concursos públicos e de acesso ao ensino superior aos candidatos impossibilitados de comparecer ao certame, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 565/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE           | Altera dispositivos da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 111/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 110/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 562/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                | Define como crime a disponibilização, em rede internet ou em qualquer rede de computadores, de informações, mensagens ou imagens, subliminares ou explícitas, que induzam ou incitem a anorexia ou bulimia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 112/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 570/2015 - Complementar<br>JOÃO CAPIBERIBE | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de normatizar a transparência das informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 573/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO        | Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação e uniformes escolares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 576/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE                | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a remição nas hipóteses de superlotação prisional e encarceramento em circunstâncias desumanas ou degradantes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 40/2015<br>JOSÉ SERRA                      | Revoga o parágrafo único do art. 336, do Regimento Interno do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLC 118/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 119/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 580/2015<br>WALDEMIR MOKA        | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso resarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 120/2015<br>WALTER PINHEIRO      | Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 121/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 122/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 - Lei das Franquias, para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 123/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 124/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, instituídos por fornecedores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLC 126/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 592/2015<br>LASIER MARTINS       | Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 593/2015<br>LASIER MARTINS       | Altera a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 para estabelecer limites para a doação de pessoas físicas a partidos políticos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 41/2015<br>VANESSA GRAZZIOTIN    | Altera a Resolução nº 9, de 25 de março de 2013, que cria a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal, para alterar a forma de escolha da Procuradora e tratar do quadro de pessoal da Procuradoria.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 595/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA    | Dispõe sobre a proteção ambiental e a promoção do ecoturismo em Unidades de Conservação através da gestão compartilhada com hotéis-cassino autorizados à exploração de jogos de apostas, cria Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a operação de hotéis-cassino (Cide Verde), altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.516, de 28 de agosto de 2007. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 42/2015<br>ROMÁRIO               | Altera o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para definir regras sobre a composição e prazos para as comissões parlamentares de inquérito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 603/2015<br>DELCÍDIO DO AMARAL   | Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 604/2015<br>JOSÉ SERRA           | Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 605/2015<br>ROBERTO ROCHA                 | Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRN 8/2015<br>BETINHO GOMES                   | Dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas no Congresso Nacional, para apresentação de relatório detalhado quadrimestral, pelo Ministro da Saúde, conforme estabelece o art.36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 611/2015 - Complementar<br>RONALDO CAIADO | Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer limitações à Fazenda Pública e reforçar garantias do contribuinte, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para incluir hipótese em que a saída interna de mercadoria é equiparada a operação de exportação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 610/2015<br>RONALDO CAIADO                | Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 122/2015<br>DONIZETI NOGUEIRA             | Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 123/2015<br>RONALDO CAIADO                | Inclui o art. 101 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vedar a instituição e o aumento de tributo por um período de 4 (quatro) anos  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 348/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE               | Susta o Decreto nº 8.515, de 3 de setembro de 2015, que “Delega competência ao Ministro de Estado da Defesa para a edição de atos relativos a pessoal militar”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 5/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.401-B, de 2012, do Senado Federal (PLS Nº 521/2011 na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 129/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 620/2015<br>MARCELO CRIVELLA     | Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquáticas de pequeno porte. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 130/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 624/2015<br>RONALDO CAIADO       | Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei.                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 625/2015<br>VALDIR RAUPP         | Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio.                            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 127/2015<br>JOSÉ PIMENTEL        | Altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas.      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 126/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE      | Altera o art. 84 da Constituição Federal, para estabelecer prazo para a apreciação da prestação de contas do Presidente da República pelo Congresso Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 627/2015<br>JOSÉ MEDEIROS        | Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 630/2015<br>PAULO ROCHA          | Concede anistia a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS que participaram de movimento grevista dentro dos meses de junho e julho de 2009 e dá outras providências   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 138/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 135/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 137/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 139/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a obrigação de as operadoras de cartão de crédito ou débito disponibilizarem aos clientes de bares, restaurantes, hotéis e assemelhados fatura específica para gorjeta.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 140/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 6/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS   | “Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.” | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 631/2015<br>MARCELO CRIVELLA     | Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 637/2015<br>ALVARO DIAS   | Altera os artigos 1º, 2º, 5º e 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 646/2015<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 649/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Estabelece a obrigatoriedade do psicólogo e/ou psiquiatra informar ao empregador de paciente atestado incapaz temporariamente para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 129/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Altera os arts. 20, 159, 198 e 212 da Constituição Federal, para suavizar as transferências da União para os Municípios decorrentes da exploração de recursos minerais e hídricos e do Fundo de Participação dos Municípios, bem como para suavizar o piso para as despesas com educação e saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 651/2015<br>TELMÁRIO MOTA   | Altera os arts. 7º e 8º da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para incluir a categoria de educador social na composição da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho da Comunidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 654/2015<br>ROMERO JUCÁ   | Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 130/2015<br>VANESSA GRAZZIOTIN                                      | Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, para que seja suspenso o prazo de validade de concurso público quando a administração suspender nomeações ou a realização de novos concursos públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 145/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições, dispondo sobre a transferência voluntária de recursos da União e dos Estados em ano de eleição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 45/2015<br>RICARDO FERRAÇO                         | Altera as Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, para ampliar a transparência e consistência fiscal da apreciação e autorização de operações de crédito e concessão de garantias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 658/2015<br>ALVARO DIAS                            | Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 131/2015<br>TASSO JEREISSATI                       | Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 661/2015<br>RAIMUNDO LIRA                          | Altera a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante resarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 147/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 662/2015 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para permitir a diminuição temporária dos valores das prestações dos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados e o Distrito Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 46/2015<br>REGUFFE                                 | Altera o art. 163 do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer a prerrogativa de o Senador requerer a inclusão automática de uma proposição de sua autoria na Ordem do Dia do Senado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PEC 132/2015<br>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA | Altera o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, para atribuir a lei nacional a fixação de regras gerais sobre a aplicação do teto remuneratório dos agentes públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 669/2015<br>TELMÁRIO MOTA                                 | Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 670/2015<br>SANDRA BRAGA                                  | Obriga os estabelecimentos comerciais a indenizarem os consumidores quando o preço do produto exposto para venda for diferente do preço efetivamente cobrado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 668/2015 - Complementar<br>WELLINGTON FAGUNDES            | Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para mudar a destinação de recursos à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e as fontes de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 671/2015<br>CIRO NOGUEIRA                                 | Altera o art. 28 e revoga os arts. 27, 29 e 30 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tipificar o crime de porte de drogas para consumo pessoal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 673/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES                            | Altera as Leis nºs 10.560, de 13 de novembro de 2002, e 10.336, de 19 de dezembro de 2001, para desonerar da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) o querosene de aviação que for destinado a abastecimento de aeronave na Amazônia Legal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 47/2015<br>REGUFFE  | Extingue a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar dos Senadores da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 153/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 154/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade Parlamentar emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 155/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regulamenta a profissão do corretor de seguros.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 676/2015<br>JOSÉ MARANHÃO        | Dispõe sobre a embalagem para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 681/2015<br>ALVARO DIAS          | Altera o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para restabelecer que o pagamento do FGTS quando vencer em final de semana ou feriado poderá ser efetuado no primeiro dia útil. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 159/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 160/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 161/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre as atividades de repórter cinegrafista e cinegrafista radialista, respectivamente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| <a href="#">SCD 18/2015</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera o art. 90 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, para determinar a realização de audiência periódica do Presidente do Tribunal de Contas da União perante as comissões competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLC 162/2015</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta inciso IX ao art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLC 165/2015</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLC 166/2015</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dá nova redação ao § 7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">SCD 19/2015</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Acrescenta parágrafos ao art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar, nas condições que menciona, a cobrança, por concessionário ou permissionário de serviços públicos, de tarifa relativa a serviço não efetivamente prestado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 691/2015</a><br>DONIZETI NOGUEIRA    | Fica instituído o Programa Nacional de Investimento e Fortalecimento da Educação (Pronife), com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados à reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às instituições privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficiantes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público, e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 696/2015</a><br>CRISTOVAM BUARQUE    | Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PEC 135/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Altera os arts. 28 e 32 da Constituição Federal para dispor que a instauração de processo contra o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado dos Estados e do Distrito Federal independe de autorização do Poder Legislativo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 136/2015<br>RONALDO CAIADO       | Altera a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados a ser entregue pela União aos Estados e ao Distrito Federal, bem como os respectivos critérios de rateio de que tratam o inciso II e o § 2º do art. 159 da Constituição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 137/2015<br>RONALDO CAIADO       | Altera os arts. 62, 150 e 195, da Constituição Federal, para vedar a edição de medida provisória em matéria tributária e para reforçar o princípio da anterioridade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 174/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta o art. 260-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a prescrição das multas de trânsito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 171/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 7.089, de 23 de março de 1983, que veda a cobrança de juros de mora nos casos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 176/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a redação do art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 178/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas sintéticas, alterando a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 703/2015<br>ROMÁRIO              | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 704/2015<br>ROMÁRIO                                | Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 705/2015<br>OTTO ALENCAR                           | Altera a redação do § 7º do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para excluir da obrigatoriedade da reserva legal as áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ou solar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 381/2015<br>RONALDO CAIADO                         | Susta a Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres nº 4.777, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros em regime de fretamento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 382/2015<br>COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA | Susta a Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da Secretaria do Patrimônio da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 140/2015<br>RONALDO CAIADO                         | Altera o Título VIII, Capítulo II, Seção II - "Da Saúde" - da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 51/2015<br>LASIER MARTINS                          | Altera a Resolução nº 8, de 2009, para definir categorias ao Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 180/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 715/2015<br>REGUFFE                     | Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o custeio de despesas com educação e qualificação profissional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 143/2015<br>DALIRIO BEBER               | Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 52/2015<br>REGUFFE                      | Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar para qualificar como irregularidade grave, incompatível com o decoro parlamentar de Senador da República, a indicação de pessoa para ocupar cargo em comissão ou função de confiança no Poder Executivo da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 722/2015<br>SÉRGIO PETECÃO              | Revoga o parágrafo único do art. 114, o inciso II do art. 116 e o Capítulo III do Título III da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e trata do Registro de Jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 719/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE             | Proíbe a comercialização e o uso de embalagens e recipientes de poliestireno destinados ao acondicionamento de alimentos e bebidas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 724/2015 - Complementar<br>SIMONE TEBET | Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para regular a forma de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, em atendimento ao disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 725/2015<br>RONALDO CAIADO              | Dispõe sobre a eleição, pelo Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, na hipótese do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 726/2015<br>LASIER MARTINS              | Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 para disciplinar o serviço de transporte privado individual de passageiros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 729/2015<br>LASIER MARTINS          | Altera dispositivos da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, para limitar a aplicação de multas aos contribuintes que descumprirem obrigações acessórias tributárias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 728/2015<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para prorrogar o prazo de liquidação das operações de crédito rural de que tratam os arts. 8º e 9º.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 181/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 182/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Denomina Viaduto Vereador Ângelo Baccin o viaduto construído no km 489 da Rodovia Regis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 183/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 184/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 145/2015<br>OTTO ALENCAR            | Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 147/2015<br>LASIER MARTINS          | Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PEC 148/2015<br>PAULO PAIM  | Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 743/2015<br>CIRO NOGUEIRA   | Altera a Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010 e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 193/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                    | Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 195/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                    | Acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 191/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                    | Acrescenta § 6º ao art. 94 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de estender os efeitos da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida, quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 56/2015<br>JORGE VIANA  | Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 747/2015<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 749/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES                                      | Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRN 9/2015<br>TASSO JEREISSATI  | Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional junto à União Europeia - UE.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 752/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES                                      | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 57/2015<br>REGUFFE  | Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 756/2015<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 761/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Regulamenta o uso de algemas em todo o território nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 760/2015<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Altera as Leis nºs 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para revogar a obrigatoriedade do regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de setenta anos e limitar a autorização para a promoção da interdição até parentes consanguíneos de terceiro grau. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 758/2015<br>ROMÁRIO              | Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 23/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 199/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 196/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui no âmbito da administração pública federal a Semana da Consciência Negra, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro, na semana em que recair o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data que lembra o dia em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 197/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 764/2015<br>ANTONIO ANASTASIA    | Dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 765/2015<br>ANTONIO ANASTASIA    | Acrescenta o art. 22-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para instituir o Fundo Nacional de Combate à Corrupção – FNCC.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 763/2015<br>ACIR GURGACZ         | Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a órgãos públicos, e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 5.070, de 7 de julho de 1966, e 10.703, de 18 de julho de 2003.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 768/2015<br>WELLINGTON FAGUNDES       | Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências, para tratar da cessão não onerosa do espaço aéreo sobre instalações aeroportuárias e do espaço físico em águas públicas em instalações portuárias. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 202/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 201/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 771/2015 - Complementar<br>ANA AMÉLIA | Acrescenta o art. 44-A à Lei Complementar nº 150, de 1º junho de 2015, para dispor sobre a multa por infração à legislação do trabalho doméstico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 775/2015<br>RANDOLFE RODRIGUES        | Altera o art. 105-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir transporte público coletivo urbano gratuito aos eleitores nos dias de eleição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 156/2015<br>JOSÉ SERRA                | Inclui os §§ 13, 14 e 15 no art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre o recrutamento de diretores de agências reguladoras e limitar a quantidade de cargos em comissão nessas entidades.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 157/2015<br>JOSÉ SERRA                | Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 206/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Altera a redação dos arts. 5º e 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLC 207/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 779/2015<br>LASIER MARTINS            | Acrescenta o § 3º ao art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para impor limite ao reajuste dos valores das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Partidário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 113A/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  | Transformado(a) no(a) EMC nº 91/2016  |
| PLS 780/2015<br>JORGE VIANA               | Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 62/2015<br>RONALDO CAIADO             | Altera o Regimento Interno para estabelecer regras para o horário de funcionamento das Comissões.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 63/2015<br>RONALDO CAIADO             | Revoga o § 3º do art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 785/2015 - Complementar<br>PAULO PAIM | Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 789/2015 - Complementar<br><br>DOUGLAS CINTRA | Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 66/2015<br><br>ANTONIO ANASTASIA              | Altera os arts. 131 e 132 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre a síntese de relatório.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 216/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Altera o art. 1º da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 162/2015<br><br>RANDOLFE RODRIGUES            | Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 218/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que "disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências". | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 217/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Acrescenta §§ 1º a 4º ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 215/2015<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 798/2015<br><br>COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 7/2016 - Complementar<br><br>LASIER MARTINS  | Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 10/2016<br><br>COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA                             | Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 12/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES  | Dá nova redação ao caput do art. 10 do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, “que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus”, para modificar a denominação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 13/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES  | Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Massoterapeuta e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 14/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES  | Acrescenta o art. 317-A ao Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar o crime de solicitação ou recebimento de presentes por agentes políticos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 15/2016 - Complementar<br><br>OTTO ALENCAR   | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 20/2016<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 22/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a poluição ambiental com resultado morte, e o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dobrar a pena se da poluição resultar morte.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 25/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para incluir na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana os municípios amapaenses fronteiriços.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 3/2016<br>JOSÉ AGRIPINO            | Institui, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o "Diploma do Mérito Escola de Excelência".   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES       | Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 33/2016<br>VANESSA GRAZZIOTIN      | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a garantia de acesso e permanência da criança no estabelecimento de ensino frequentado por sua mãe, por seu pai ou por seu responsável.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 40/2016<br>DÁRIO BERGER            | Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 37/2016<br>DÁRIO BERGER                           | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a gratuidade da utilização de vagas em estacionamentos abertos ao público por veículos que transportem pessoas com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 39/2016<br>DÁRIO BERGER                           | Altera o art. 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para facultar ao locatário de imóvel urbano a escolha da garantia locatícia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 43/2016<br>JOÃO CAPIBERIBE                        | Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 42/2016<br>TELMÁRIO MOTA                          | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para tornar mais gravosas as penas da injúria racial e da injúria relacionada à condição de pessoa com deficiência, quando cometidas contra criança ou adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 6/2016<br>SIMONE TEBET                            | Altera o inciso II do § 2º do art. 177 da Constituição Federal para determinar o regime de partilha na exploração de petróleo e acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais para determinar a participação da Petrobras como operadora na exploração do petróleo em águas profundas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 46/2016 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para prever que a revisão periódica da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 50/2016<br>CIRO NOGUEIRA                          | Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir a proibição de o condenado por crime com emprego de violência ou grave ameaça auferir benefício financeiro decorrente de obra de sua autoria alusiva ao crime cometido.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 52/2016<br>CIRO NOGUEIRA                          | Altera as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e nº 13.046, de 6 de julho de 2015, para prever a obrigatoriedade de oferta, pelo Poder Público, de serviços de tradução e de interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) nos locais que especifica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PLS 54/2016<br>CÁSSIO CUNHA LIMA   | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 7/2016<br>LINDBERGH FARIAS     | Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o direito humano ao acesso à terra e à água como direito fundamental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 55/2016<br>DONIZETI NOGUEIRA   | Acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para permitir o custeio da operação de rádios comunitárias através da venda de publicidade e propaganda comercial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 56/2016<br>DÁRIO BERGER        | Dispõe sobre a realização, pela Caixa Econômica Federal, de concursos especiais de loterias de números, cuja renda líquida será destinada aos municípios em estado de calamidade pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 60/2016<br>DAVI ALCOLUMBRE     | Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios.                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 61/2016<br>GLADSON CAMELI      | Altera o artigo 2º da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, que “autoriza a criação de áreas de livre comércio nos Municípios de Brasiléia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e dá outras providências”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 62/2016<br>RONALDO CAIADO      | Determina que os gastos pessoais realizados pela Presidência da República, bem como as despesas do governo federal realizadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal sejam listados e publicados na Internet, vedando a classificação de parte desses gastos como sigilosos.                    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 66/2016<br>WELLINGTON FAGUNDES | Institui o Fundo para Investimentos em Infraestruturas de Transporte Aquaviário e altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para destinar-lhe parcela do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 65/2016<br>RICARDO FERRAÇO  | Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 67/2016<br>RICARDO FRANCO   | Altera os arts. 50, 51, 106, 109, 110, 111, 112, 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, os arts. 283 e 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e os arts. 105, 106, 147 e 164 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a possibilidade de execução da pena após a decisão condenatória proferida por tribunal de segunda instância ou por órgão colegiado nos casos de foro por prerrogativa de função. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 68/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 8/2016<br>REGUFFE   | Acrescenta o § 3º ao art. 61 da Constituição Federal para aplicar aos projetos de lei de iniciativa popular o célere ritmo de tramitação das Medidas Provisórias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 136/2016<br>COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR | Requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e nos arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os ganhadores dos prêmios de loterias, relativas à alçada da Caixa Econômica Federal na condição de administradora das loterias federais.           | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 74/2016<br>REGUFFE  | Acrescenta o art. 2º-A à Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, tornando o crime de lavagem de dinheiro inafiançável e insuscetível de liberdade provisória.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 76/2016<br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 80/2016<br><br>PAULO PAIM  | Dispõe sobre a prática de crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional por intermédio da rede Internet ou de outras redes de computadores de acesso público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 78/2016<br><br>PAULO PAIM  | Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 77/2016<br><br>PAULO PAIM  | Dispõe sobre a substituição processual pelo sindicato da categoria profissional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 83/2016<br><br>PAULO PAIM  | Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 88/2016<br><br>DAVI ALCOLUMBRE   | Dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter indenizatório, mensal, vitalícia e intransferível aos portadores de microcefalia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 10/2016<br><br>ROMÁRIO   | Altera a redação do inciso IV do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar a composição da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 90/2016 - Complementar<br><br>DONIZETI NOGUEIRA | Regulamenta Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 95/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES               | Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 96/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera os arts. 600, § 4º, 609, 613, 620, 647, 652, 664, todos do Código de Processo Penal e acrescenta o art. 638-A, também ao Código de Processo Penal, no intuito de melhorar a eficiência da Justiça a partir da revisão dos recursos cabíveis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 97/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES               | Disciplina, nos termos do art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, o sigilo da fonte da informação que deu causa à investigação relacionada à prática de atos de corrupção.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 105/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES              | Disciplina a aplicação de percentuais de publicidade para ações e programas, bem como estabelece procedimentos e rotinas para prevenir a prática de atos de corrupção.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 98/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para majorar as penas dos crimes contra a Administração Pública, suprime a regulação específica do crime de corrupção praticado no contexto tributário da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e do crime de peculato praticado por prefeito, previsto no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e inclui a forma mais gravosa de corrupção no rol de crimes hediondos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 100/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES              | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a fim de prever a responsabilização dos partidos políticos por atos de corrupção e similares; acrescenta os arts. 32-A e 32-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro 1997, para tornar crime o caixa 2, e altera a redação do art. 105-A da mesma lei.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 91/2016<br><br>RANDOLFE RODRIGUES               | Prevê a criação de Turmas, Câmaras e Varas Especializadas para o julgamento das ações relativas a atos de improbidade administrativa, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PLS 106/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Acrescenta o art. 312-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 99/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Altera os arts. 157, 563, 564, 567 e 570 a 573 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para redefinir o conceito de provas ilícitas e revisar as hipóteses de nulidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 107/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Disciplina a ação para extinção de domínio sobre bens de qualquer natureza, ou valores, que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita ou com as quais estejam relacionados na forma desta lei, e na sua transferência em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, sem direito a indenização. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 108/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera os §§ 7º, 8º, 9º e 10 do art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para agilizar a tramitação da ação de improbidade administrativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 101/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera a redação do art. 312 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a fim de prever a possibilidade de prisão preventiva para evitar dissipação do dinheiro desviado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 109/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Prevê a criação de regras de accountability no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e dos Ministérios Públicos respectivos, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 92/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Acresce o art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para disciplinar o acordo de leniência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 102/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera o art. 17-C da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer o pagamento de multa em caso de descumprimento de ordem judicial por instituições financeiras obrigadas a prestar informações bancárias e fiscais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 93/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES         | Altera os arts. 110, 112, I, 116 e 117, e acrescenta § 2º ao art. 337-B, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que versam sobre o prazo prescricional penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 103/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES        | Acrescenta o art. 91-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar possível o confisco alargado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 104/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES        | Cria o teste de integridade dos agentes públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 94/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES         | Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 580-A, para disciplinar o trânsito em julgado de recursos manifestamente protelatórios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 110/2016<br>WALDEMIR MOKA             | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 111/2016<br>PAULO PAIM                | Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 113/2016 - Complementar<br>PAULO PAIM | Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.                           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 114/2016<br>PAULO PAIM                | Revoga o inciso II do art. 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, a fim de excluir a fiança como modalidade de garantia nas locações em geral.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 112/2016<br>PAULO PAIM  | Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 116/2016<br>RICARDO FRANCO  | Denomina Rodovia Governador Marcelo Déda Chagas o trecho da BR-101 que liga os municípios de Cristinápolis e Propriá, no Estado de Sergipe.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PFS 1/2016<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PLS 120/2016<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 14/2016<br>COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | Altera o art. 107, I, k, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para dispor sobre o dia e o horário das reuniões da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 129/2016<br>ROBERTO ROCHA   | Dispõe sobre o regime de especial das Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico – AET, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 130/2016<br>ROBERTO ROCHA   | Dispõe sobre o pedido de explicações previsto no art. 144 do Código Penal, nos casos de informação ofensiva publicada na rede mundial de computadores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------|--|---|
| PLS 134/2016<br>AÉCIO NEVES   | Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 135/2016<br>AÉCIO NEVES   | Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 12/2016<br>PAULO PAIM     | Possibilita a indenização dos detentores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público incidentes sobre terras indígenas e de remanescentes de quilombos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 138/2016<br>PAULO PAIM    | Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 139/2016<br>JOSÉ MEDEIROS | Altera a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que “institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004, e dá outras providências”, para autorizar o desmembramento de financiamento coletivo contratado no âmbito do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 140/2016<br>PAULO PAIM    | Cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa (PNPEM) e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 144/2016<br>TELMÁRIO MOTA | Isenta as pessoas reconhecidamente pobres do pagamento de emolumentos pelo reconhecimento de firmas e autenticações. Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e o art. 45-A à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 145/2016<br>DONIZETI NOGUEIRA               | Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 13/2016<br>ALVARO DIAS                      | Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 146/2016 - Complementar<br>LINDBERGH FARIAS | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 149/2016<br>PAULO PAIM                      | Altera a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para reajustar o valor da cota do salário-família.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 151/2016 - Complementar<br>LASIER MARTINS   | Acrescenta artigo na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 152/2016<br>PAULO PAIM                      | Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 156/2016<br>JOSÉ MARANHÃO                   | Regula as formas de fiscalização pelo Estado e sociedade sobre as fundações públicas federais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 155/2016<br>TELMÁRIO MOTA                   | Aumenta a pena do crime previsto no art. 290 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PEC 15/2016<br>PAULO PAIM                    | Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a eleição de representantes do povo para participar de assembleia revisional para dispor exclusivamente sobre a reforma política, eleitoral e partidária, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 159/2016<br>TELMÁRIO MOTA                | Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 17/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Modifica os arts. 49 e 81 da Constituição Federal e insere o art. 86-A, para dispor sobre a revogação de mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 163/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES           | Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade e aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 18/2016<br>PAULO PAIM                    | Alteram o § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para determinar que o reajuste dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) preserve os respectivos valores reais, mediante a utilização, dentre os índices inflacionários divulgados pelas entidades especializadas, daquele mais benéfico aos segurados.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 165/2016<br>JOSÉ SERRA                   | Acrescenta os arts. 28-A, 69-B e 76-A à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 166/2016 - Complementar<br>WALDEMIR MOKA | Altera o art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder estabilidade provisória aos empregados que retornarem ao trabalho após o término do auxílio-doença, concedido em decorrência de tratamento contra a neoplasia maligna.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 167/2016<br>RONALDO CAIADO               | Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 9.096, de 19 de setembro, que dispõe sobre partidos políticos, para dispor sobre a redistribuição do tempo de propaganda partidária e eleitoral no rádio e na televisão na hipótese de perda de mandato do parlamentar por força de decisão definitiva da Justiça Eleitoral. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PRS 22/2016<br>RICARDO FERRAÇO | Altera a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para vedar prorrogação ou reabertura do prazo para exercício da autorização para contratação de operação de crédito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 19/2016<br>JOSÉ MARANHÃO   | Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 169/2016<br>TELMÁRIO MOTA  | Dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 172/2016<br>DÁRIO BERGER   | Altera o art. 327 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para incluir, entre as causas de aumento de pena, a prática de crimes contra a honra como parte da execução de pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 24/2016<br>DÁRIO BERGER    | Acrescenta parágrafo ao art. 95 do Regimento Interno do Senado Federal, para submeter à comissão as recomendações e providências propostas em reunião de audiência pública por ela realizada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 21/2016<br>PAULO PAIM      | Estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 181/2016<br>LASIER MARTINS | Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 184/2016<br>RICARDO FRANCO | Vincula cinco por cento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) sobre operações com bebidas alcóolicas, cigarros, charutos e cigarrilhas ao financiamento da recuperação e tratamento de usuários de drogas ilícitas, álcool e tabaco. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 183/2016<br>ROMÁRIO                    | Dispõe sobre a impenhorabilidade do veículo da pessoa com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 185/2016 - Complementar<br>PAULO BAUER | Altera o art. 48 e introduz o art. 48-B na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a instituir avaliação de projetos e programas de elevado impacto fiscal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 189/2016<br>TELMÁRIO MOTA              | Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 198/2016<br>PAULO PAIM                 | Altera o inciso VI do art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar a decretação de suspensão de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira por conveniência da instrução criminal, nos casos de utilização do cargo, função ou atividade para impedir ou dificultar a produção de provas.                                 | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 199/2016<br>MAGNO MALTA                | Dispõe sobre a isenção da tarifa de pedágio nas vias federais, exploradas direta ou indiretamente, pelos veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 205/2016<br>TELMÁRIO MOTA              | Altera os arts. 47 e 51 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para direcionar parte das aplicações do Fundo Social para programas e projetos de desenvolvimento de energias renováveis.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 15/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Susta o inciso III e os § 1º, 2º e 3º do artigo 63 da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, intitulado como Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que "aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite". | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 214/2016 - Complementar<br>PAULO PAIM  | Dispõe sobre a aposentadoria especial dos guardas municipais e dos agentes das autoridades de trânsito segurados do regime geral de previdência social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 19/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafos aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 15/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para promover a fiscalização em edificações privadas de uso coletivo e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 17/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para acrescentar normas voltadas à proteção do meio ambiente e à garantia da qualidade ambiental nos perímetros urbanos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 14/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico.                         | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 20/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dá nova redação ao caput do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 16/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 12/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 13/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 18/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 4º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a forma de divulgação da Tarifa Social de Energia Elétrica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 216/2016<br>REGINA SOUSA                  | Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados.           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 26/2016<br>ALVARO DIAS                    | Acrescenta o parágrafo único ao art. 80 da Constituição Federal para prever que o parlamentar que seja réu em ação penal fica impedido de substituir o Presidente da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 36/2016<br>TELMÁRIO MOTA                  | Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista.                            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 220/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 221/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES            | “Institui o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Proteção das Espécies em Extinção”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 37/2016<br>RONALDO CAIADO                 | Altera o Regimento Interno relativamente à inclusão de matérias não constantes da pauta dos trabalhos previamente distribuída no âmbito das Comissões.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 225/2016 - Complementar<br>RICARDO FRANCO | Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a utilização de empresas controladas pelo setor público com o objetivo de alterar preços de mercado, exceto por meio de criação de subvenção econômica de caráter geral. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PDS 16/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES | Dispõe sobre a convocação de plebiscito para realização de nova eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 226/2016<br>JORGE VIANA       | Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 29/2016<br>PAULO PAIM         | Altera o art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre concursos públicos para preenchimento de cargos e empregos públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 231/2016<br>PAULO PAIM        | Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, para instituir o Sistema Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (SNAPI).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 229/2016<br>TELMÁRIO MOTA     | Dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 38/2016<br>TELMÁRIO MOTA      | Acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 230/2016<br>PAULO PAIM        | Institui Piso Nacional para o profissional de segurança privada (Vigilante) e dá outras providencias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 234/2016<br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 30/2016<br><br>PAULO PAIM   | Acrescenta o § 13 ao artigo 62 da Constituição Federal para estabelecer a preferência da tramitação de projetos de lei em relação à medida provisória que trate da mesma matéria.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 236/2016<br><br>RICARDO FRANCO  | Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco, a menores de vinte e um anos de idade. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 239/2016<br><br>CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS - 2015                     | Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 241/2016<br><br>CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS - 2015                     | Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública - LAISP.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 242/2016<br><br>DAVI ALCOLUMBRE   | Regulamenta o serviço de Call Center e estabelece penalidades nos casos que menciona.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 245/2016 - Complementar<br><br>GLADSON CAMELI                           | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PLS 246/2016<br>OMAR AZIZ       | Institui o art. 302-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar o crime de homicídio doloso na direção de veículo automotor e considerar doloso o homicídio cometido sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou durante participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 250/2016<br>PAULO PAIM      | Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para, após a destruição ou inutilização da marca falsificada, destinar os produtos preservados a entidades de assistência social, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 251/2016<br>ALVARO DIAS     | Regulamenta os incisos I e II do art. 52 da Constituição Federal, para definir os crimes de responsabilidade do Presidente, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles, do Procurador-Geral da República, do Advogado-Geral da União, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais juízes, dos membros dos tribunais de contas e do Ministério Público; bem como dispõe sobre o respectivo processo e julgamento desses crimes. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 255/2016<br>EDUARDO AMORIM  | Concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zika o direito ao recebimento de pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 259/2016<br>ROSE DE FREITAS | Institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla, com três ou mais nascituros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 33/2016<br>PAULO PAIM       | Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 41/2016<br>TELMÁRIO MOTA    | Acrescenta parágrafo único ao art. 405 do Regimento Interno do Senado Federal, para fixar prazo de decisão sobre questão de ordem.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 268/2016<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 270/2016<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para regulamentar a situação jurídica processual penal de investigados e acusados indígenas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 271/2016<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei no 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), e a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, também perante o STF, para prever a participação dos parlamentares que indica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 17/2016<br>HUMBERTO COSTA           | Susta a Portaria nº 611 de 10 de junho de 2016, do Ministério da Justiça e Cidadania, que suspendeu, por noventa dias, as delegações de competência relativas à celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, a nomeação de servidores, a autorização de repasses de quaisquer valores não contratados, a realização de despesas com diárias e passagens, e a realização de eventos, no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 272/2016<br>LASIER MARTINS          | Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 277/2016<br>ROMÁRIO                 | Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 275/2016<br>ROMÁRIO                 | Altera as Leis nºs 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedutibilidade, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), de despesas com tratamentos e tecnologias assistivas em prol de pessoas com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 279/2016<br>ROMÁRIO                 | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 34/2016<br>ROMÁRIO                             | Acrescenta o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reservar cadeiras parlamentares para pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras municipais nas quatro legislaturas subsequentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 18/2016<br>LASIER MARTINS                      | Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 284/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES                 | Revoga o Decreto-Lei nº 9.858, de 13 de setembro de 1946, para submeter as reservas de manganês existentes no Estado do Amapá ao regime de disponibilidade de que trata o art. 26 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 288/2016 - Complementar<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regulamentar a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semi-elaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 35/2016<br>TASSO JEREISSATI                    | Acrescenta o artigo 175-A à Constituição Federal para fixar os princípios da atividade regulatória.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 37/2016<br>ALVARO DIAS                         | Altera a Constituição Federal para instituir a revogação de mandato do Presidente da República, dos Governadores de Estado, do Governador do Distrito Federal e dos Prefeitos Municipais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 291/2016<br>EDUARDO AMORIM                     | Altera a Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013, para estabelecer que 70% (setenta por cento) dos valores arrecadados na celebração de acordos de leniência pelo poder público sejam aplicados na saúde pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 294/2016<br>ROMÁRIO                            | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os Centros de Formação de Condutores ofereçam, para cada vinte veículos de sua frota, um veículo adaptado para o aprendizado de pessoa com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PEC 38/2016<br>ALVARO DIAS              | Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 300/2016<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Estabelece a incidência do imposto sobre a renda a valores de bens e direitos adquiridos por herança ou doação de que trata o inciso XVI da Lei 7.713, de 22 de dezembro 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 299/2016<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 302/2016<br>PAULO PAIM              | Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, § 4º da Constituição Federal, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 301/2016<br>REGUFFE                 | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para deixar de ser obrigatório o uso de farol baixo aceso durante o dia no perímetro urbano das cidades brasileiras.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 303/2016<br>REGUFFE                 | Dispõe sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Brasileira, estabelecido para a proteção preventiva e integral dos bens, interesses e direitos inerentes ao patrimônio público nacional, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 304/2016<br>JOSÉ AGRIPINO           | Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 306/2016<br>TELMÁRIO MOTA           | Acrescenta o art. 91-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir o confisco alargado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 305/2016<br>TELMÁRIO MOTA                | Altera o art. 17-C da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer o pagamento de multa em caso de descumprimento de ordem judicial por instituições financeiras obrigadas a prestar informações bancárias e fiscais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 48/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Denomina Deputado Welington Landim todo o trecho do canal da transposição do rio São Francisco que se localiza em solo cearense.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 50/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Institui o Dia Nacional do Boxe.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 45/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS          | Altera o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 314/2016<br>TELMÁRIO MOTA                | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para majorar as penas dos crimes de estelionato e os cometidos contra a Administração Pública; a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para suprimir o crime de corrupção praticado no contexto tributário; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a forma mais gravosa de corrupção no rol de crimes hediondos; e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para revogar o crime de peculato praticado por prefeito. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 315/2016 - Complementar<br>FLEXA RIBEIRO | Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Sexta Legislatura (2019-2023), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 316/2016<br>ROMÁRIO                      | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 317/2016<br>DÁRIO BERGER                 | Cria o Programa Lar Legal, com o objetivo de reconhecer o domínio de imóvel público ou privado em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda detentoras de posse consolidada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|------------------------------------|--|---|
| PLS 320/2016<br>LASIER MARTINS     | Acrescenta o art. 64-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para ampliar os casos de retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por Estados e Municípios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 321/2016<br>TELMÁRIO MOTA      | Acrescenta os incisos XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nos casos de adoção ou nascimento de filho.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 319/2016<br>TELMÁRIO MOTA      | Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 5/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, estabelecendo prazo para a comunicação de instauração de processo administrativo e a sanção correspondente, em caso de descumprimento. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 326/2016<br>DÁRIO BERGER       | Institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 327/2016<br>TELMÁRIO MOTA      | Acresce o art. 312-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940– Código Penal, para tornar crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 44/2016<br>DÁRIO BERGER        | Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 328/2016<br>ACIR GURGACZ       | Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| PLS 329/2016<br>ACIR GURGACZ          | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para inserir no rol dos crimes hediondos o homicídio praticado contra jornalista, em razão de sua profissão.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 330/2016<br>ACIR GURGACZ          | Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para isentar imóveis rurais de novos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, com até um módulo fiscal, da obrigatoriedade de constituição de reserva legal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 333/2016<br>RONALDO CAIADO        | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para limitar em 1 (um) ano a validade do aval ou da fiança concedidos em favor do fornecedor de crédito ou de financiamento ao consumidor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 332/2016<br>ACIR GURGACZ          | Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 48/2016<br>ALOYSIO NUNES FERREIRA | Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 338/2016<br>LASIER MARTINS        | Altera a Lei nº 7.474, de 8 de março de 1986, para determinar que as medidas de segurança aos ex-presidentes da República também se aplicam aos presidentes afastados segundo o art. 86, §1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 339/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES    | Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 340/2016<br>TELMÁRIO MOTA         | Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos elétricos, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 344/2016<br>OTTO ALENCAR  | Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita bruta de venda no mercado interno de capacetes de segurança e de vestuário de proteção destinados ao uso por condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 343/2016<br>ALVARO DIAS   | Altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências, para excetuar de suas disposições os que tenham perdido o mandato.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 347/2016<br>VANESSA GRAZZIOTIN                                      | Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 346/2016<br>TELMÁRIO MOTA   | Disciplina a ação para extinção de domínio sobre bens de qualquer natureza, ou valores, que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita ou com as quais estejam relacionados na forma desta lei, e a sua transferência em favor da União, dos Estados ou do Distrito Federal, sem direito a indenização.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 348/2016<br>TELMÁRIO MOTA   | Altera dispositivos da legislação eleitoral, para criminalizar o "caixa dois" eleitoral, promover a responsabilização de partidos políticos por atos de corrupção e permitir a utilização de inquérito civil nas investigações eleitorais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 350/2016<br>WELLINGTON FAGUNDES                                     | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 349/2016<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os profissionais Enfermeiros.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 353/2016<br>LÍDICE DA MATA      | Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 362/2016<br>WELLINGTON FAGUNDES | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 55/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Altera o parágrafo único do art. 107 da Resolução nº 93, de 1970, que veicula o Regimento Interno do Senado Federal, para ampliar o âmbito de vedações ao funcionamento das Comissões.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 364/2016<br>ALVARO DIAS         | Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para direcionar ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio o valor arrecadado com a incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM na importação de fertilizantes.                           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 365/2016<br>OTTO ALENCAR        | Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 366/2016<br>LASIER MARTINS      | Dispõe sobre os crimes de responsabilidade e as respectivas normas de processo e julgamento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 369/2016<br>AÉCIO NEVES         | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre adoção intuitu personae.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 370/2016<br>AÉCIO NEVES         | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir medidas aplicáveis no caso de desistência da adoção durante o estágio de convivência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLS 375/2016<br>PAULO ROCHA         | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 49/2016<br>TELMÁRIO MOTA        | Acrescenta as alíneas c e d ao inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada ou empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, bem como estabelecer que, no caso de falecimento do adotante, a estabilidade provisória no emprego será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 60/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 61/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 64/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 376/2016<br>RONALDO CAIADO      | Acrescenta inciso ao art. 20 da Leiº 8.039, de 1990, para “possibilitar a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento ou resarcimento de despesas com pagamento de plano privado de assistência à saúde.”  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 385/2016<br>SÉRGIO PETECÃO      | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 56/2016<br>DÁRIO BERGER         | Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre os lugares destinados aos Senadores no Plenário da Casa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 66/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, para instituir como direito do radiodifusor ser informado sobre o término de sua outorga no prazo que estipula.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 53/2016<br>ROSE DE FREITAS      | Altera os arts. 9º e 37 da Constituição Federal para estabelecer a educação como serviço essencial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 52/2016<br>ROSE DE FREITAS      | Altera o art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal, para incluir expressa referência ao Distrito Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 51/2016<br>ROSE DE FREITAS      | Altera o art. 126 da Constituição Federal para dispor sobre Varas Especializadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 54/2016<br>ROSE DE FREITAS      | Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 57/2016<br>ROSE DE FREITAS      | Acrescenta o parágrafo único ao art. 280 do Regimento Interno do Senado Federal para prever a suspensão da contagem do prazo de interstício quando a sessão legislativa ordinária sofrer qualquer paralisação ou em caso de decisão da Mesa de não agendar Ordem do Dia durante a convocação extraordinária ou de continuação da sessão legislativa por força de determinação constitucional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 398/2016<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a reserva de um percentual mínimo para cada gênero nos conselhos de administração das companhias abertas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 392/2016<br>ROSE DE FREITAS     | Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PLS 391/2016<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.          | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 394/2016<br>ROSE DE FREITAS | Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 390/2016<br>ROSE DE FREITAS | Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 395/2016<br>ROSE DE FREITAS | Atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 396/2016<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a reserva de vagas para idosos em concurso público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 399/2016<br>PAULO PAIM      | Acrescenta o § 3º ao art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que não se enquadram no inciso II deste artigo os benefícios previdenciários concedidos ou revisados por decisão administrativa ou judicial, ainda que proferida em sede de tutela provisória no âmbito do Poder Judiciário. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 400/2016<br>TELMÁRIO MOTA   | Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 401/2016<br>TELMÁRIO MOTA   | Dispõe sobre a tarifa máxima cobrada dos comerciantes pelas credenciadoras dos cartões de débito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 406/2016 - Complementar<br><br>COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL | Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), determina a reformulação do cadastro de que trata o inciso II do art.37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 57/2016<br><br>COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL                 | Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 56/2016<br><br>ROSE DE FREITAS                                     | Altera a redação do §6º do art. 66 da Constituição para excluir o sobrerestamento do exame de outras proposições pelo Congresso Nacional quando da apreciação de veto presidencial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 407/2016 - Complementar<br><br>IVO CASSOL                          | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 58/2016<br><br>DÁRIO BERGER  | Altera o § 9º do art. 37 da Constituição Federal, para submeter a remuneração paga por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias aos limites constitucionais impostos à Administração Pública direta.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 59/2016<br><br>DÁRIO BERGER  | Altera o § 1º do art. 56 da Constituição Federal para estabelecer que em caso de licença superior a sessenta dias o suplente de Deputado ou Senador será convocado para substituir o titular.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 412/2016 - Complementar<br><br>REGUFFE                             | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 413/2016 - Complementar<br>GLEISI HOFFMANN | Regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 416/2016 - Complementar<br>LASIER MARTINS  | Confere nova redação ao art.85 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 1/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.745-C de 2010 do Senado Federal (PLS Nº 344/2006 na Casa de origem), que altera o § 4º do art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar a proibição de serem atribuídos nomes ou designações de fantasia aos medicamentos com uma única substância ativa e aos imunoterápicos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 70/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 68/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no esporte.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 419/2016<br>LASIER MARTINS                 | Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1.593 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para vedar a filiação socioafetiva em algumas hipóteses de “filhos de criação” e de “enteados” e para dispor sobre a sua impugnação pelo filho capaz.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 425/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES             | Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para o Município de Ferreira Gomes, no Amapá.                              | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 428/2016<br>JORGE VIANA                    | Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| PLS 432/2016<br>ANTONIO ANASTASIA     | Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 63/2016<br>JOSÉ ANÍBAL            | Modifica o art. 37 da Constituição Federal para vedar o recebimento de qualquer valor pago pelos cofres públicos acima do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e para estabelecer período máximo de trinta (30) dias de férias no setor público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 434/2016<br>RANDOLFE RODRIGUES    | Autoriza o Poder Executivo a compensar financeiramente os chamados "catraieiros" que exploram serviço público de transporte de pessoas e cargas no rio Oiapoque em razão do dano sofrido pela construção da ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 65/2016<br>TELMÁRIO MOTA          | Altera o art. 150 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre medicamentos de uso humano adquiridos por pessoas de baixa renda.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 437/2016<br>WELLINGTON FAGUNDES   | Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, para prever prazo mínimo de validade para as certidões.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 443/2016<br>GARIBALDI ALVES FILHO | Acrescenta inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de mãe trabalhadora responsável pelo sustento da família.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 6/2016<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 444/2016<br>ROMÁRIO   | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 446/2016<br>OTTO ALENCAR  | Acrescenta alínea c ao inciso VII do art.7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para prever o acesso à declaração de imposto de renda de pessoa física (IRPF) dos agentes públicos que ocupem cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou que sejam ordenadores de despesas.             | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 447/2016<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 448/2016<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Modifica o art. 3º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o adequado dimensionamento do pessoal de enfermagem, em instituições de saúde públicas e privadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 67/2016<br>REGUFFE  | Dá nova redação ao § 1º do art. 81 da Constituição Federal para determinar a realização de eleição direta aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, na hipótese de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 452/2016<br>PASTOR VALADARES  | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir representante dos Departamentos Estaduais de Trânsito e representante dos Municípios na composição do Contran.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 453/2016<br>PASTOR VALADARES  | Altera o § 1º do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para remover a exigência de janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias para os exames toxicológicos para a habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação dos condutores das categorias C, D e E. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| PLS 454/2016<br>CPI DO FUTEBOL - 2015 | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dar nova definição ao desporto de formação, regular os casos de dispensa motivada do atleta, aumentar o percentual a ser pago à entidade formadora do atleta em caso de transferência, determinar a contratação de seguro para o responsável técnico das entidades de prática desportiva, instituir regime especial de tributação para as Sociedades Empresárias Desportivas e conceder incentivos a clubes de futebol, e a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para restringir os casos de proibição de alteração no regulamento das competições e permitir a venda de ingressos pela internet. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 455/2016<br>CPI DO FUTEBOL - 2015 | Altera o Código Penal para prever o crime de corrupção privada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 456/2016<br>CPI DO FUTEBOL - 2015 | Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 457/2016<br>CPI DO FUTEBOL - 2015 | Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para prever o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos e a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário ou administrador do local quando o torcedor sofrer dano ou lesão em razão da não observância das normas relativas a higiene, alimentação, instalações físicas e monitoramento previstas no Estatuto.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 461/2016<br>PASTOR VALADARES      | Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a prática do aborto em qualquer estágio da gestação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 460/2016<br>PASTOR VALADARES      | Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo, bem como para exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro, e modifica a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para aperfeiçoar a redação dos arts. 1º a 3º.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 465/2016<br>LINDBERGH FARIA       | Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| AVS 57/2016<br>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3). | Conhecida em 21/12/2022   |
| PLS 466/2016<br>PAULO PAIM                 | Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 468/2016<br>ZEZE PERRELLA              | Acrescenta ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 3/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS         | Confere ao Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 5/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS         | Inclui § 4º ao art. 40 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para proibir a cobrança de taxa de visita técnica ou de qualquer despesa do consumidor com a finalidade de elaboração de orçamento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 6/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS         | Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 11/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Acrescenta os arts. 1.345-A e 1.345-B à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para permitir a aquisição de imóvel para a recuperação de cotas condominiais vencidas e não pagas ou para acrescer benfeitorias voluptuárias ou úteis.                                | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 16/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Altera os arts. 29 e 30 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que dispõe sobre as normas gerais do desporto, para dar novas disposições à formação de atletas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PRN 1/2017<br><br>MESAS SENADO E CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal - CMCF.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 4/2017<br><br>COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA | Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 5/2017<br><br>CÁSSIO CUNHA LIMA                         | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 9/2017<br><br>RANDOLFE RODRIGUES                        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 19/2017<br><br>ROSE DE FREITAS                          | Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 24/2017<br><br>ALVARO DIAS                              | Revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 22/2017<br><br>ALVARO DIAS                              | Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| PLS 23/2017<br>DÁRIO BERGER           | Dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 29/2017 - Complementar<br>ROMÁRIO | Modifica o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para permitir a membros do Ministério Público, autoridades e servidores do controle externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o exame de documentos, livros e registros de instituições financeiras referentes a pessoas físicas e jurídicas que contratem com o Poder Público, recebam transferências voluntárias de recursos públicos, subsídios ou qualquer espécie de incentivo financeiro ou creditício envolvendo valores públicos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 32/2017<br>ROSE DE FREITAS        | Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares para estender sua proteção à comercialização do produto final do processo de produção agrícola.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 34/2017<br>ROSE DE FREITAS        | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para permitir alterações nas embalagens e na composição de medicamentos, após o seu registro, sem autorização prévia da autoridade sanitária, nos casos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 31/2017<br>ROSE DE FREITAS        | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 4/2017<br>ROSE DE FREITAS         | Acrescenta o parágrafo único ao art. 280 do Regimento Interno do Senado Federal para prever a suspensão da contagem do prazo de interstício quando a sessão legislativa ordinária sofrer qualquer paralisação ou em caso de decisão da Mesa de não agendar Ordem do Dia durante a convocação extraordinária ou de continuação da sessão legislativa por força de determinação constitucional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 6/2017<br>ROSE DE FREITAS         | Altera os arts. 21, 22, 42 e 144 da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para federalizar os órgãos de segurança pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PDS 30/2017<br>SÉRGIO PETECÃO                     | Susta a Instrução Normativa nº 1, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre a cobrança da contribuição sindical dos servidores e empregados públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 37/2017<br>SIMONE TEBET                       | Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 9/2017<br>COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL | Insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional do Esporte - FUNDESPORTE.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 49/2017<br>PAULO PAIM                         | Altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 48/2017<br>RONALDO CAIADO                     | Altera o art. 387, inciso IV, do Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, a fim de estabelecer que o Juiz, ao proferir a sentença penal condenatória, fixará o valor mínimo para a reparação dos danos materiais e morais causados pela infração, independentemente de pedido específico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 52/2017<br>JOSÉ SERRA                         | Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 53/2017<br>REGINA SOUSA                       | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 56/2017<br>ROSE DE FREITAS                    | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para liberar e autorizar o registro de medicamento estrangeiro destinado ao tratamento de doenças raras não havendo produto similar no país e devidamente prescrito por profissional de saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 26/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 58/2017<br>DÁRIO BERGER         | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para possibilitar a realização dos exames necessários à obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, exceto a prova prática, nos três meses anteriores ao preenchimento do critério da idade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 61/2017<br>RONALDO CAIADO       | Altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos recebidos por portadores do mal de Alzheimer.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 152/2017<br>GLADSON CAMELI      | Requerimento de tramitação conjunta PLS 245/2016 e PLS 407/2016   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 69/2017<br>PAULO ROCHA          | Cria o vale-cultura do servidor público federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 71/2017<br>KÁTIA ABREU          | Altera o Código Penal e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, para reforçar medidas contra a improbidade e a corrupção. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 73/2017<br>ROSE DE FREITAS      | Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar a edição de atos de caráter normativo pelas agências reguladoras.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 74/2017<br>ROSE DE FREITAS      | Altera a redação do art. 23, IX, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para dispor sobre o poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------|--|---|
| PLS 78/2017<br>LASIER MARTINS  | Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, para prever a possibilidade de exploração de apostas em competições de hipismo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 9/2017<br>REGUFFE          | Altera o art. 46 do Regimento Interno do Senado Federal para extinguir a estrutura administrativa e de pessoal das quatro suplências de Secretários da Mesa do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 12/2017<br>THIERES PINTO   | Dispõe sobre a duração do trabalho normal que não poderá ser superior a seis horas diárias e trinta semanais, nas condições que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 93/2017<br>ROSE DE FREITAS | Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 91/2017<br>ROSE DE FREITAS | Altera os arts. 130, 134 e 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias dos empregados, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 90/2017<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 96/2017<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei 11.340/06 para prever em caso de reincidência demissão por justo motivo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 98/2017<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 99/2017<br>THIERES PINTO  | Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 101/2017<br>THIERES PINTO   | Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para estabelecer o Serviço Militar para jovens economicamente incapazes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 100/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera o art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para proibir a adoção de franquias de consumo na internet fixa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 102/2017<br>THIERES PINTO   | Institui o Código de Processo do Trabalho  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 49/2017<br>HUMBERTO COSTA   | Susta os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação “Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional”, no âmbito do Ministério da Saúde.                          | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 50/2017<br>DAVI ALCOLUMBRE  | Susta o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que “Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem; e altera o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998”. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 106/2017<br>ALVARO DIAS   | Acrescenta o art. 25-B na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prever a possibilidade de escolha por parte do agricultor fazer a opção pelo recolhimento da contribuição para a seguridade social, que incidirá sobre a receita bruta ou sobre a folha de salários.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PRS 11/2017<br>PEDRO CHAVES          | Institui a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado Federal a instituições privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 29/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 31/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 33/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera o art. 18 da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para garantir que os guardas municipais serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, na forma que indica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 37/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015 (aumenta o prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 36/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para definir procedimentos relativos à inspeção e fiscalização dos produtos e estabelecimentos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 112/2017<br>HUMBERTO COSTA       | Altera a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências, para tornar expresso seu objeto, especificar as atividades abrangidas pelo regime jurídico que cria e fixar critérios para identificação dos bens aptos a integrar o acervo patrimonial privado do Presidente e ex-Presidentes da República. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 117/2017<br>MARIA DO CARMO ALVES | Acrescenta o § 1º-A ao art. 32 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para incentivar o cultivo de hortas orgânicas nos estabelecimentos penais brasileiros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 116/2017 - Complementar<br>MARIA DO CARMO ALVES                     | Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 124/2017<br>PAULO PAIM  | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 123/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 101/2017<br>REGUFFE   | Dispõe sobre a convocação de plebiscito para que a população brasileira escolha o melhor sistema eleitoral para o país.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 125/2017<br>OTTO ALENCAR  | Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 126/2017<br>CIRO NOGUEIRA   | Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito da indústria, do comércio e de serviços em operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e com recursos mistos dos referidos fundos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 133/2017<br>ÂNGELA PORTELA  | Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 140/2017<br>DÁRIO BERGER            | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, a fim de determinar celeridade e transparência na realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 142/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Contrato de Trabalho Especial do Idoso.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 145/2017<br>TELMÁRIO MOTA           | Altera as Leis nos 7.713, de 22 de dezembro de 1988; 8.212, de 24 de julho de 1991; e 10.887, de 18 de junho de 2004; para isentar do Imposto sobre a Renda e excluir da base de cálculo da contribuição social dos trabalhadores e da contribuição social do servidor público federal os valores recebidos a título de décimo terceiro salário e adicional de férias; revoga dispositivos das Leis nos 7.713, de 1988; 7.787, de 30 de junho de 1989; 8.134, de 27 de dezembro de 1990; e 8.212, de 1991. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 147/2017<br>LASIER MARTINS          | Altera a Lei de Execução Penal para prever nova hipótese de remição de pena, para o preso em situação degradante e de flagrante desrespeito à sua integridade física e moral, e define o procedimento do incidente de excesso ou desvio de execução.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 15/2017<br>TELMÁRIO MOTA            | Estabelece alíquotas mínimas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) conforme o tipo dos veículos, nos termos do art. 155, § 6º, inciso I, da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 151/2017<br>ROSE DE FREITAS         | Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 19/2017<br>FÁTIMA BEZERRA           | Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 153/2017<br>REGUFFE                 | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 42/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre o tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 44/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Arquipélago do Marajó.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 3/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 4/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para vedar a exigência de valor mínimo para movimentação de recursos de conta de depósitos de poupança.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 156/2017<br>KÁTIA ABREU         | Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 109/2017<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Susta o Decreto Presidencial sem número, editado em 24 de maio de 2017, que DECRETO sem número, de 24 de maio de 2017, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 158/2017<br>DÁRIO BERGER        | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar expressa a possibilidade de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito nas despesas que específica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 160/2017<br>ELMANO FÉRRER       | Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 162/2017 - Complementar<br><br>LASIER MARTINS | Regulamenta o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente à compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 111/2017<br><br>HUMBERTO COSTA                | Susta os efeitos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, da Presidência da República, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 45/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para determinar a comunicação prévia ao consumidor a respeito da majoração de preços dos serviços.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 46/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 50/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que trata do mototaxista, para dispor sobre o transporte de crianças e de outros passageiros em motocicletas, motonetas e ciclomotores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 51/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 395/2017<br><br>ROBERTO ROCHA                 | Nos termos do inciso X do art. 49, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Ministro de Estado da Fazenda que sejam solicitadas à Caixa Econômica Federal (CEF), informações acerca de empréstimo concedido pelo banco público à J&F Participações, no final de 2015, que viabilizou a aquisição do controle da Alpargatas, maior empresa de calçados da América Latina e dona da marca Havaianas. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 169/2017<br><br>CIRO NOGUEIRA                 | Acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 170/2017 - Complementar<br>ROMÁRIO | Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências, para estabelecer a inelegibilidade de devedores de Fazenda Pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 171/2017<br>ROMÁRIO                | Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 175/2017<br>PAULO PAIM             | Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 113/2017<br>FÁTIMA BEZERRA         | Revoga a Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017, do Ministério da Educação, que dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 184/2017<br>JORGE VIANA            | Cria Área de Livre Comércio nos municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 185/2017<br>KÁTIA ABREU            | Altera a Lei 8.427, de 24 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 186/2017<br>PAULO PAIM             | Revoga o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 23/2017<br>LASIER MARTINS          | Altera o art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para vedar a reeleição de Presidente e Vice-Presidente para o período imediatamente subsequente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PEC 22/2017<br>CÁSSIO CUNHA LIMA    | Altera o artigo 22, altera o inciso III do art. 52, altera o artigo 73, acrescenta o artigo 73-A, altera o parágrafo único do art. 75, altera a alínea "r" do inciso I do artigo 102, todos da Constituição Federal, e acrescenta os artigos 29-A e 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para modificar a forma de composição dos Tribunais de Contas, criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e adotar outras providências.                            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 23/2017<br>JADER BARBALHO       | Dá nova redação à alínea a do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações de exportação de bens minerais primários ou semielaborados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 187/2017<br>ROMÁRIO             | Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 189/2017<br>RONALDO CAIADO      | Acrescenta o art.23-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir doações eleitorais pela internet.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 24/2017<br>FERNANDO COLLOR      | Altera a Resolução nº 15, de 2012, para acrescentar as denominações Chico Mendes, José Antônio Kroeff Lutzenberger e Almirante Ibsen de Gusmão Câmara às categorias Responsabilidade Ambiental, Gestão Sustentável e Inovação Ambiental, respectivamente, do Prêmio Mérito Ambiental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 191/2017<br>JORGE VIANA         | Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 190/2017<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 52/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Declara Monumento Natural do Rio Samburá, para compor o mosaico de unidades de conservação da Serra da Canastra, a área que especifica, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 54/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Dispõe sobre a garantia aos profissionais do magistério de desconto em livros, periódicos e materiais didáticos correlatos vinculados à sua área de ensino e de atuação profissional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 58/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para estabelecer procedimentos para sanar defeitos de fabricação em veículos automotores comercializados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 194/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 195/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a concessão de tutela antecipada que autorize o funcionamento de curso de graduação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 196/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, para dispor sobre a responsabilidade dos consórcios públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 209/2017<br>CIRO NOGUEIRA           | Denomina Rodovia Deputado Themístocles Sampaio o trecho da rodovia BR-222 compreendido no Estado do Piauí.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 211/2017<br>ROMÁRIO                 | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 63/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Proíbe a comercialização, a distribuição e o uso de buzina de pressão à base de gás propanobutano envasado em tubo de aerosol e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 64/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Dá nova redação ao caput do art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 65/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Denomina Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade o trecho da BR-135, compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7 na travessia urbana no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 66/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Altera o art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a garantia contratual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 67/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Determina a obrigatoriedade do uso de detectores de metal e de gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 69/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 71/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS        | Dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 213/2017<br>CIRO NOGUEIRA              | Veda operações com cartões de crédito ou débito ou, ainda, em moeda eletrônica que tenham por finalidade a participação em jogos de azar em sítios eletrônicos hospedados em servidores localizados fora do País, e dá outras providências.       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 214/2017 - Complementar<br>ALVARO DIAS | Acrescenta o §6º ao art. 1º da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PEC 26/2017<br><br>MARIA DO CARMO ALVES                                     | Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 215/2017<br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 216/2017<br><br>RONALDO CAIADO  | Acrescenta artigo na Lei nº 11.343, de 2006, para tipificar a conduta de corromper menores para prática de delitos relacionados ao tráfico de drogas, e adequa a redação do inciso VI do art. 40 do mesmo diploma à tipificação do novo crime.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 74/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Disciplina o trânsito por bens de propriedade privada para o acesso a sítios naturais públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 219/2017 - Complementar<br><br>PAULO PAIM                               | Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que “Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1ode maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999”, para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 222/2017<br><br>JADER BARBALHO  | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 226/2017<br><br>RONALDO CAIADO  | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de forma a determinar que a autoridade de trânsito alerte o condutor sempre que este atinja a contagem de 16 pontos em sua Carteira Nacional de Habilitação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PRS 27/2017<br>HÉLIO JOSÉ         | Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma do Mérito Social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 230/2017<br>ANTONIO ANASTASIA | Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 122/2017<br>ALVARO DIAS       | Susta dispositivos do Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, que aprova o Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 234/2017<br>TELMÁRIO MOTA     | Institui o Dia Livre de Tributos Federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 231/2017<br>HUMBERTO COSTA    | Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, trinta dias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 236/2017<br>CIDINHO SANTOS    | Acrescenta o Capítulo V ao Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, e acrescenta o § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre incentivo à contratação de empregados com mais de cinquenta e cinco anos de idade | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 233/2017<br>PAULO PAIM        | Revoga a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; 8.036, de 11 de maio de 1990; e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.                                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 232/2017<br>TELMÁRIO MOTA     | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que, salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente poderá ser exigido quando houver dúvida motivada de sua autenticidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 239/2017<br>ALVARO DIAS   | Institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 240/2017<br>ROSE DE FREITAS   | Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 242/2017<br>ROSE DE FREITAS   | Revoga o § 5º do art. 1.583 e dá nova redação ao caput do art. 1.589, acrescentando-lhe os §§ 2º a 7º e renumerando-se o atual parágrafo único, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre o exercício do direito do devedor de alimentos à exigência de prestação de contas em face do responsável pela guarda do filho a quem se destinam os alimentos por ele prestados. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 238/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito em razão de procedência regional ou identidade cultural  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 243/2017<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem plásticos biodegradáveis como insumo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 247/2017 - Complementar<br>RONALDO CAIADO                           | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para desburocratizar a realização de transferências voluntárias aos entes da Federação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 248/2017<br>RONALDO CAIADO  | Destina dois por cento da arrecadação bruta mensal das loterias federais aos fundos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PLS 249/2017<br>PAULO PAIM     | Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 251/2017<br>PAULO PAIM     | Revoga o art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.                                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 250/2017<br>GLADSON CAMELI | Altera o art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para impor ao locador o dever de informar trimestralmente o fiador sobre a situação de adimplência de aluguéis e acessórios da locação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 254/2017<br>PAULO PAIM     | Revoga o art. 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, e restabelece a Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016, a fim de proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 253/2017<br>PAULO PAIM     | Revoga o §3º do art. 443 e o art. 452-A, e altera o “caput” do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar o trabalho intermitente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 252/2017<br>PAULO PAIM     | Revoga os art.611–A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 257/2017<br>MAGNO MALTA    | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a divulgação de informações de prevenção do uso indevido de drogas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 259/2017<br>CIRO NOGUEIRA  | Acrescenta o art. 5º-A e o inciso VI ao art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a participação em licitações e contratações com o Poder Público de condenados por crime contra o patrimônio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 258/2017<br>JADER BARBALHO      | Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 266/2017<br>ROMÁRIO             | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 para dispor sobre: a) cômputo do tempo de labor na duração da jornada diária de trabalho; b) limitação do trabalho parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais; c) horário especial para o trabalhador com deficiência; d) regime de teletrabalho diferenciado para o empregado com deficiência; e) afastamento da trabalhadora gestante ou lactante com deficiência de atividades insalubres; f) vedação de labor intermitente para empregados com deficiência; g) natureza salarial de todas as parcelas pagas com habitualidade ao empregado e em contraprestação aos serviços prestados; h) participação do sindicato na homologação da rescisão do contrato de trabalho do empregado que conte com mais de seis meses na empresa; h) limitações do negociado sobre o legislado em relação à jornada de trabalho e ao teletrabalho; i) prevalência da norma coletiva mais benéfica para o trabalhador com deficiência; j) revogação do art. 448-A da CLT; e k) limitação do contrato de trabalho temporário a 90 (noventa) dias, vedada a sua prorrogação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 265/2017<br>ROMÁRIO             | Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para ampliar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência que estiverem em tratamento médico em regime de internação domiciliar e cuja renda familiar não ultrapasse o limite máximo fixado, pela legislação, para o valor do salário-de-benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 262/2017<br>ROMÁRIO             | Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 263/2017<br>ROMÁRIO             | Altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que a reserva de vagas nele prevista aplica-se aos beneficiários reabilitados e às pessoas com deficiência, habilitadas, também no preenchimento das funções de confiança na empresa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SUG 34/2017<br>PROGRAMA E-CIDADANIA | "Piso salarial médico" (sic)  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------|--|---|
| PLS 268/2017<br>PAULO PAIM    | Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 269/2017<br>PAULO PAIM    | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prorrogação do horário normal de trabalho de, no mínimo, 15 minutos, antes do início do período extraordinário do trabalho da mulher.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 267/2017<br>PAULO PAIM    | Altera o art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre as consequências do não comparecimento das partes à audiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 270/2017<br>PAULO PAIM    | Revoga o art.442-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 271/2017<br>PAULO PAIM    | Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 272/2017<br>TELMÁRIO MOTA | Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para tornar obrigatória a catraca com controle biométrico para acesso em estádios de futebol.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 27/2017<br>PAULO ROCHA    | Altera a alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui art. 115 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir a imunidade do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações interestaduais relativas à energia elétrica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 273/2017<br>PAULO PAIM    | Revoga os arts. 59-A e 59-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLC 78/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 79/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Denomina Prefeito Paulo Osny May o viaduto duplo de acesso à cidade de Capivari de Baixo localizado no Km 329,71 da rodovia BR-101, Estado de Santa Catarina.            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 80/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Denomina Rodovia Monsenhor José Sinfrônio de Assis Filho a rodovia BR-361, entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 81/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Denomina Rodovia José Alexandre Filho – Major Senhor Alexandre o trecho da rodovia BR-405 entre as cidades de São João do Rio do Peixe e Marizópolis, Estado da Paraíba. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 84/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 85/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Proíbe o corte e a derrubada da mangabeira e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 86/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) para reconhecer as artes e atividades circenses como manifestação cultural.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 275/2017<br>RONALDO CAIADO      | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para fixar prazo do prévio aviso para fins de interrupção do fornecimento de serviço, em caso de inadimplemento.      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| PLS 276/2017<br>RONALDO CAIADO        | Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para definir prazos para o reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública e para o início do apoio complementar a ser prestado pelo Poder Executivo federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 278/2017<br>CIRO NOGUEIRA         | Altera a Lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016, que estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, para determinar que a União reincorpore à malha rodoviária federal todos os trechos de interesse dos Estados e do Distrito Federal, que lhes foram repassados durante a vigência desta Medida Provisória. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 277/2017<br>RONALDO CAIADO        | Institui o “Dia Nacional de Conscientização sobre o Câncer de Estômago”, a realizar-se, anualmente, no dia 28 de setembro.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 280/2017<br>ANTONIO ANASTASIA     | Estabelece diretrizes e requisitos para a delegação, no âmbito da Administração Pública Federal, do serviço público de fiscalização administrativa a particulares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 113C/2015<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Constituição Federal, para reformar as instituições político-eleitorais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 281/2017<br>PAULO PAIM            | Acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 282/2017<br>PAULO PAIM            | Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.                                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 283/2017<br>TELMÁRIO MOTA         | Institui regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 284/2017 - Complementar<br>ANA AMÉLIA | Regula o art. 146-A da Constituição Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RCE 43/2017<br>CRISTOVAM BUARQUE          | Requeiro, nos termos do art. 336, II e do art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do PLC Nº 76/2017 - Institui o Dia Nacional do Ciclista.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLS 286/2017<br>GLADSON CAMELI            | Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatório o fornecimento de extrato detalhado dos valores de todos os procedimentos realizados e do tratamento prestado a paciente internado com a cobertura de plano privado de assistência à saúde. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 287/2017<br>TELMÁRIO MOTA             | Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para reajustar o valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 87/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Institui a Rota Nacional do Turismo Enológico, Cultural, Artesanal, Paisagístico, Ecológico e Gastronômico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 88/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Denomina Viaduto Atalíbio Foscarini o viaduto construído no cruzamento da rodovia BR-116 com a rua Rincão, na cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 89/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 90/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLC 91/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos a instituições de ensino superior ou a suas mantenedoras.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 92/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 298/2017<br>PAULO PAIM          | Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso                           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 300/2017<br>ROMÁRIO             | Acrescenta § 4º ao art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para promover a reserva de cargos em comissão e de funções comissionadas na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas federais, nos percentuais que estabelece, para as pessoas com deficiência. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 302/2017<br>LASIER MARTINS      | Estabelece a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre premiações de cunho artístico e cultural.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 303/2017<br>LASIER MARTINS      | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir o limite anual individual de deduções de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes e alimentandos, para efeitos da apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 304/2017<br>CIRO NOGUEIRA       | Institui a política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 97/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, a fim de limitar o uso de automóveis oficiais para representação oficial, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 98/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Institui o Dia Nacional do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 32/2017<br>ROBERTO MUNIZ  | Altera a Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, do Senado Federal (Regimento Interno do Senado Federal), a fim de possibilitar a realização de reuniões virtuais de deliberação eletrônica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 307/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o reconhecimento de experiências extraescolares nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 308/2017<br>VANESSA GRAZZIOTIN                                      | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória, por parte do agente financeiro, a devolução de 80% dos valores pagos ao mutuário que der causa, ainda que por ato culposo, à rescisão contratual de bens móveis ou imóveis, e de 100% das quantias pagas nos casos de rescisão causadas por culpa única e exclusiva do mutuante, constituindo crime a sua retenção dolosa, sem prejuízo de reparações em âmbito cível e administrativo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 309/2017<br>SÉRGIO PETECÃO  | Altera o art. 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar infração média a falta de licenciamento do veículo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 313/2017 - Complementar<br>PAULO PAIM                               | Altera o inciso I do art.3º da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, para denominar a Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida – SIDA, como deficiência grave, para fins de concessão de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 315/2017 - Complementar<br>OTTO ALENCAR                             | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 317/2017<br>GLADSON CAMELI               | Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Analista de Sistemas, Desenvolvedor, Engenheiro de Sistemas, Analista de Redes, Administrador de Banco de Dados, Suporte e suas correlatas, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 318/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO      | Dispõe sobre o replanejamento de dívida e a insolvência civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 36/2017<br>REGUFFE                       | Fixa o prazo de cinco sessões para o despacho de requerimentos de informações apresentados pelos Senadores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 326/2017<br>ROSE DE FREITAS              | Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 330/2017<br>ROSE DE FREITAS              | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para garantir a inclusão como dependentes os familiares dos empregados segurados de Planos Privados de Assistência à Saúde de caráter coletivo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 327/2017<br>ROSE DE FREITAS              | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para prever a restrição de horário de tráfego de veículos de carga em rodovias com risco de desabamento ou deslizamento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 331/2017<br>ROSE DE FREITAS              | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 334/2017 - Complementar<br>DALIRIO BEBER | Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 103/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Disciplina o exercício da profissão de mercadólogo (marketing).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 104/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos (Pefsa), fundamentada em uma sociedade fraterna, justa e solidária.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 105/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional do Estagiário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 106/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para vedar o apelo ao consumo nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 107/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para disciplinar o desligamento da iluminação noturna dos edifícios comerciais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 108/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a redação do art. 1.021 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 338/2017<br>ROMÁRIO              | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 339/2017<br>ROMÁRIO              | Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que “altera as Leis nos 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências”, para estabelecer parâmetros para o apoio financeiro suplementar a ser percebido por Municípios e pelo Distrito Federal, para ampliação da oferta de educação infantil. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 344/2017<br>TELMÁRIO MOTA   | Insere o art. 120-A na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para responsabilizar solidariamente a empresa pelos prejuízos causados ao Regime Geral de Previdência Social, em decorrência de crime cometido por seus administradores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 347/2017<br>PAULO ROCHA   | Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acrescenta o art. 40-B na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva, pela Previdência Social, contra quem, pela prática de ato ilícito, der causa ao pagamento de benefício previdenciário ou assistencial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 346/2017<br>HÉLIO JOSÉ  | Altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, e a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para permitir o registro da condição de "pessoa com deficiência" na Cédula de Identidade e no Documento Nacional de Identidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 348/2017<br>PAULO PAIM  | Revoga o parágrafo único do art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para retirar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de empregado titular de diploma de nível superior e que perceba salário igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social negociar as condições de seu labor sem a presença do sindicato da categoria profissional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 349/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos motoristas de ambulância.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 350/2017<br>PAULO PAIM  | Revoga o art. 448-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 351/2017<br>ACIR GURGACZ  | Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no Estado de Rondônia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------|--|---|
| PLS 353/2017<br>EDUARDO BRAGA | Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 37/2017<br>EDUARDO BRAGA  | Altera a Resolução nº 93, de 1970, para incluir no Regimento Interno do Senado Federal o procedimento de suspensão da tramitação de proposição para avaliação de compatibilidade com o Novo Regime Fiscal nos termos dos artigos 109 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e dos artigos 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 356/2017<br>EDUARDO BRAGA | Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 38/2017<br>EDUARDO BRAGA  | Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 357/2017<br>EDUARDO BRAGA | Altera o art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para prever o resarcimento da Justiça Eleitoral nos casos de eleição suplementar que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 358/2017<br>PAULO PAIM    | Revoga o art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 359/2017<br>PAULO ROCHA   | Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PLS 362/2017<br>PAULO PAIM     | Dá nova redação ao § 3º e revoga o § 4º, ambos do art. 790 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que é facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 361/2017<br>PAULO PAIM     | Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 366/2017<br>PAULO PAIM     | Revoga os arts. 477-A e 477-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 370/2017<br>PAULO PAIM     | Modifica a redação do art. 878 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para restaurar a redação anterior à adotada na Lei nº 13.647, de 13 de julho de 2017.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 371/2017<br>JADER BARBALHO | Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para prever a possibilidade de a maioria do conjunto de deputados federais e senadores eleitos pelo Estado que enfrenta situação grave de preservação da ordem pública e de ameaça à incolumidade das pessoas e do patrimônio solicitar diretamente à União a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 373/2017<br>KÁTIA ABREU    | Institui as diretrizes da Política de Investimento e Fortalecimento da Agroindústria Familiar (Agroforte) com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a aplicação em maquinários, reforma da infraestrutura de produção, estruturação da Agroindústria Familiar, capacitação profissional, e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 372/2017<br>KÁTIA ABREU    | Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, para dispor sobre a presença de farmacêutico nas farmácias constituídas como Microempreendedor Individual (MEI) e Microempresas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 374/2017<br>KÁTIA ABREU                 | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 34/2017<br>JADER BARBALHO               | Acrescenta dispositivos ao art. 159 da Constituição Federal, para prever a destinação ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios o equivalente a dez por cento dos rendimentos mensais das aplicações financeiras de fundos públicos federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 376/2017<br>ACIR GURGACZ                | Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 375/2017 - Complementar<br>ACIR GURGACZ | Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 382/2017<br>CIDINHO SANTOS              | Dispõe sobre o registro da sentença de desapropriação em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 383/2017<br>ROBERTO ROCHA               | Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 385/2017<br>PAULO ROCHA                 | Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 387/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO     | Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o procedimento especial para ação fiscal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 388/2017<br>REGUFFE                 | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, para democratizar a eleição para a direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), alterando o colégio eleitoral, que passa a ter como eleitores os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 391/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para prever como requisito para o processamento de recuperação judicial que o devedor não tenha condenação por órgão colegiado pelos crimes que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 392/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame psicológico periódico aos profissionais que trabalham em creches e instituições de educação infantil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 190/2017<br>LINDBERGH FARIAS        | Susta a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Trabalho, que “dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 191/2017<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Susta os efeitos da Portaria MTB nº 1.129, de 13 de outubro de 2017, que dispôs sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.              | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 192/2017<br>LÍDICE DA MATA          | Susta os efeitos da Portaria MTB Nº 1129 DE 13/10/2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.”                         | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 393/2017<br>JADER BARBALHO          | Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Superior (PRONIES).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 394/2017<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 111/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre o uso imediato de bens imóveis e infungíveis apreendidos para destinação ao Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab).                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 1/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS   | Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.329-B de 2015 do Senado Federal (PLS nº 111/2011, na Casa de origem), que "institui a Política Nacional de Tecnologia Social".    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 114/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 118/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006, que "Institui o Dia do Radialista".  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 121/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas; e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 126/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Fixa limites de emissão de poluentes por motores de máquinas móveis não rodoviárias e por veículos similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 127/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a promoção automática no ensino fundamental e médio. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 128/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| <a href="#">SCD 7/2017</a><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 398/2017</a><br>ELMANO FÉRRER         | Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o art. 4º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, para determinar a correção monetária dos repasses da União a Estados e Municípios de recursos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 403/2017</a><br>ACIR GURGACZ          | Institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia – Restaura Amazônia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PEC 36/2017</a><br>ROMÁRIO                | Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 405/2017</a><br>KÁTIA ABREU           | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, de modo adequar a legislação trabalhista ao equilíbrio da relação capital-trabalho.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 408/2017</a><br>GARIBALDI ALVES FILHO | Altera o caput e o § 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que “Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências”, para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 410/2017</a><br>HÉLIO JOSÉ            | Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 130/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, como requisito para licitação de obras ou serviços, que o vencedor da licitação admita trabalhadores em situação de rua.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 131/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Cria o Banco de Prótese Mamária.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 132/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui a Semana Nacional dos Contadores de História.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 134/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 135/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre exibição de informações relativas ao prazo de validade dos produtos oferecidos aos consumidores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 413/2017<br>EDUARDO BRAGA        | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para definir como crime a oferta, a contratação ou a utilização de ferramenta automatizada que simule ou possa ser confundida com pessoa natural para gerar mensagens ou outras interações, pela internet ou por outras redes de comunicação, com o objetivo de influenciar o debate político ou de interferir no processo eleitoral.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 411/2017<br>WILDER MORAIS        | Altera a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para determinar às prestadoras de serviços de telecomunicações a adoção de medidas para restringir o acesso a suas redes em estabelecimentos penitenciários e em outros locais em que o acesso for restrito por lei, e dar outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 415/2017<br>LASIER MARTINS       | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 417/2017<br>ALVARO DIAS                              | Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 423/2017<br>CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017                | Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas e eliminar, no caso de pagamento do tributo devido, a possibilidade de extinção de punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e para criar causas de redução de pena.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 424/2017<br>CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017                | Dispõe sobre os crimes contra a Previdência Social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 425/2017 - Complementar<br>CPI DA PREVIDÊNCIA - 2017 | Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 429/2017<br>ANTONIO ANASTASIA                        | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 42/2017<br>LASIER MARTINS                            | Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequar as normas regimentais ao Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e dispor sobre o exame de adequação orçamentária e financeira pela Comissão de Assuntos Econômicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 198/2017<br>HUMBERTO COSTA                           | Susta a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 432/2017 - Complementar<br><br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 199/2017<br><br>RANDOLFE RODRIGUES                     | Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PFS 2/2017<br><br>ROMÁRIO                                  | Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) , para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PLC 140/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 141/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Determina que as empresas de telefonia e as operadoras de serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de telecomunicações, de radiocomunicações e de internet nos estabelecimentos penais e socioeducativos; e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 440/2017<br><br>SÉRGIO PETECÃO                         | Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para determinar a substituição das atuais cédulas de valores de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e de R\$ 100,00 (cem reais) no prazo de 90 (noventa) dias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 146/2017<br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                   | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para modificar requisitos de saída temporária e sua duração e periodicidade; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar agravante genérica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 442/2017<br>PAULO PAIM                             | Altera o art. 392-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o art. 71-B da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao cônjuge ou companheiro o período remanescente de licença-maternidade, quando a mãe não puder usufruí-la, em razão de incapacidade física ou psíquica, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 443/2017<br>LASIER MARTINS                         | Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 454/2017<br>TELMÁRIO MOTA                          | Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 455/2017<br>ALVARO DIAS                            | Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União no que diz respeito à realização de auditorias e inspeções para a instrução de processos de competência do Tribunal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 457/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                | Altera a redação do art. 7º e acrescenta os arts. 7º-A a 7º-E à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para estabelecer procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 459/2017 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE       | Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 460/2017<br>RANDOLFE RODRIGUES                     | Dispõe sobre a proibição de empresas brasileiras ou sediadas em território nacional de importar petróleo de países que violem o princípio básico da soberania popular sobre recursos naturais e de estabelecerem acordos e contratos com tais países ou empresas sediadas nesses países com o fim de produção e refinamento do petróleo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 464/2017 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera o art. 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para permitir a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos e à dívida ativa mediante a apresentação de depósito ou garantias extrajudiciais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 461/2017<br>VANESSA GRAZZIOTIN         | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 462/2017<br>ROBERTO ROCHA              | Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder benefício tributário temporário aos taxistas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 465/2017<br>KÁTIA ABREU                | Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 466/2017 - Complementar<br>KÁTIA ABREU | Acrescenta § 7º ao art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o registro como Microempreendedor Individual (MEI) de servidores públicos, nas condições que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 40/2017<br>CRISTOVAM BUARQUE           | Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União sejam excluídas da base de cálculo e dos limites de despesas primárias estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 41/2017<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Altera o art. 39 da Constituição Federal, para vedar o pagamento de auxílio moradia aos membros de Poder.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 149/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Dispõe sobre o prazo de validade do certificado de que trata o inciso V do caput do art. 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e das certidões de que trata o art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; acresce § 2º ao art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; e altera a redação do § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 150/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Altera o § 1º do art. 528 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 152/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 154/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 155/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta parágrafo único ao art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a responsabilidade da União pelos honorários periciais quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 156/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional do Profissional de Eventos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 469/2017<br>ROMÁRIO              | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever como efeito da condenação a inabilitação por oito anos para assunção de novo cargo, função pública ou mandato eletivo, contados da data do cumprimento ou da extinção da pena.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 158/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 473/2017<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 159/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 43/2017<br>SIMONE TEBET                            | Altera o art. 56 da Constituição Federal, para regular a reassunção, por membro do Poder Legislativo, de função executiva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 478/2017<br>COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS        | Dispõe sobre o procedimento facultativo do credor fiduciário para a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária de bem móvel, por meio do uso do instituto da busca e apreensão extrajudicial de bens móveis.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 49/2017<br>FERNANDO COLLOR                         | Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 485/2017 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera o art. 187 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e o art. 29 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), para dispor sobre o concurso de preferência das pessoas jurídicas de direito público na hipótese de cobrança judicial de créditos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 44/2017<br>TELMÁRIO MOTA                           | Altera o art.. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil para que o acesso à energia elétrica seja direito social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 489/2017<br>ALVARO DIAS                            | Estabelece recursos a serem destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 490/2017<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica.                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 494/2017 - Complementar<br>ALVARO DIAS | Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para isentar do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins os rendimentos decorrentes da remuneração prevista em contrato de participação e do direito de resgate do aporte de capital efetuado por investidor-anjo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 495/2017<br>TASSO JEREISSATI           | Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 501/2017<br>ROSE DE FREITAS            | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para determinar a suspensão da contagem do prazo de validade de concursos públicos, nos casos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 499/2017<br>GLADSON CAMELI             | Dispõe sobre a comercialização de aeronaves não tripuladas em todo o território nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 50/2017<br>ROSE DE FREITAS             | Altera o art. 77 da Resolução nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal para reduzir a composição numérica das comissões permanentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 51/2017<br>ROSE DE FREITAS             | Cria a Comissão Especial de Aviação Civil  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 505/2017<br>ROBERTO ROCHA              | Cria a Universidade Federal do Maranhão do Sul (UFMA-Sul), no Estado do Maranhão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 509/2017<br>ROMÁRIO                    | Concede pensão especial às famílias das vítimas fatais e aos sobreviventes brasileiros do acidente aéreo envolvendo a Associação Chapecoense de Futebol.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 510/2017<br>JADER BARBALHO       | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 50/2017<br>ROSE DE FREITAS       | Assegura aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, investidos por concurso público, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, o direito a efetivação no cargo de titular, quando de sua vacância a qualquer tempo.                    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 49/2017<br>ROSE DE FREITAS       | Altera o art. 102 da Constituição Federal para especializar decisões judiciais relativas a Chefes de Poder no âmbito da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 48/2017<br>ROSE DE FREITAS       | Altera o art. 66, § 3º, da Constituição Federal para fazer constar expressamente a referência ao prazo como contabilizável em dias úteis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 47/2017<br>ROSE DE FREITAS       | Altera o art. 49 da Constituição Federal, para instituir a moção de desconfiança do Poder Legislativo contra ato do Presidente da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRN 3/2017<br>ROMERO JUCÁ            | Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 168/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Proíbe o envio de mensagens e o completamento de chamadas telefônicas de cunho publicitário pelas prestadoras de serviço de telefonia sem autorização expressa dos clientes, disciplina o conteúdo das mensagens; e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 169/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 47 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para prever a proibição de outra forma de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PLC 173/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional da Cachaça.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 175/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 176/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que “dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 177/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, para dispor sobre o exercício da profissão de Secretariado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 179/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Garante aos consumidores o direito de livre escolha da oficina ao acionar a seguradora em caso de sinistro e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 180/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 181/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre as instâncias de negociação e pactuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 182/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| SCD 8/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                      | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 2/2017<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                      | Altera o art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 511/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 512/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os professores da educação básica, ocupantes de cargo efetivo na Administração Pública, como beneficiários da isenção. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 514/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 515/2017<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a discriminação ou preconceito de origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| <a href="#">PEC 51/2017</a><br><br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLC 4/2018</a><br><br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Denomina Viaduto Durval José Moreira o viaduto localizado no Km 674 da BR-116, no Estado de Minas Gerais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 1/2018</a><br><br>ROBERTO MUNIZ  | Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o Certificado de Recebíveis de Saneamento (CRS).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 4/2018</a><br><br>CÁSSIO CUNHA LIMA  | Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, para incluir representantes dos órgãos estaduais e municipais na composição do Contran e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 2/2018</a><br><br>CÁSSIO CUNHA LIMA  | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei Complementar nº 29, de 7 de janeiro de 1994, e revoga dispositivos da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar ao Fundo Nacional de Saúde o produto do perdimento de bens e valores em decorrência de condenação por crime contra a Administração Pública ou tráfico ilícito de drogas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 5/2018</a><br><br>CÁSSIO CUNHA LIMA  | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para instituir o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| <a href="#">PLS 6/2018</a><br><br>CÁSSIO CUNHA LIMA  | Altera os arts. 382 e 619 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para alterar o prazo para oposição de embargos de declaração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------|---|---|
| PLS 8/2018<br>ANA AMÉLIA     | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar o seu art. 18, que dispõe sobre as condições para o registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 7/2018<br>PEDRO CHAVES   | Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 11/2018<br>NÃO INFORMADO | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para aperfeiçoar o tratamento legislativo da sociedade limitada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 12/2018<br>NÃO INFORMADO | Altera o inciso IV do art. 199 e acrescenta inciso V ao art. 202, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para admitir a suspensão da prescrição na pendência da análise de pedido extrajudicial de pagamento e a interrupção da prescrição pela interpelação judicial e extrajudicial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 13/2018<br>NÃO INFORMADO | Altera o artigo 474 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer que a condição resolutiva tácita se opera por interpelação judicial e extrajudicial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 14/2018<br>NÃO INFORMADO | Altera o art. 1.418 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para disciplinar a adjudicação extrajudicial no caso de promessa de compra e venda de imóveis e o procedimento de reate de trato sucessivo no caso de cessões de direitos de aquisição oriundos de promessa de compra e venda de imóvel.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 16/2018<br>NÃO INFORMADO | Acrescenta § 4º ao art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e altera o art. 8º-A do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, e o art. 128 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para autorizar a alienação fiduciária sobre móveis para pessoas naturais e jurídicas com incidência do procedimento judicial do Decreto-Lei nº 911, de 1969, para dispor sobre a independência dos efeitos jurídicos dos direitos reais em relação às restrições tributárias e administrativas relacionadas aos veículos automotores e para tornar ineficaz negócios jurídicos relativos a esses veículos diante de créditos fiscais ou administrativos vinculados ao bem. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 20/2018<br>NÃO INFORMADO  | Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o direito do credor em obter a constrição cautelar de bens nos processos envolvendo obrigações de pagar quantia, de entregar coisa, de fazer e de não fazer.                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 21/2018<br>NÃO INFORMADO  | Altera o art. 256 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a citação, por edital, do réu com endereço desconhecido.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 23/2018<br>COMISSÃO MISTA DE DESBUROCRATIZAÇÃO (ATN Nº 3, DE 2016 ) | Dispõe sobre a periodicidade da fiscalização dos estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 1/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                                   | Susta os § 6º e §7º do art. 34; § 9º e §10 do art. 38; § 3º e § 4º do art. 42; § 3º e § 4º do art. 43; e § 5º e 6º do art. 46, todos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 27/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                                  | Inclui o art. 289-A na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar, nos casos em que especifica, a comprovação da regularidade fiscal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 28/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                                  | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a educação domiciliar não caracteriza o crime de abandono intelectual.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 25/2018<br>FLEXA RIBEIRO  | Estabelece a obrigação de prévia comunicação, antes da inclusão de nome ou dados do consumidor, em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 31/2018<br>CIRO NOGUEIRA  | Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a saída temporária de condenados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PLS 34/2018<br>HÉLIO JOSÉ       | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para conceder porte de arma de fogo aos agentes de segurança metroviária.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Altera os arts. 73 e 84 da Constituição Federal para modificar a forma de composição do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 1/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para ampliar a duração da licença-maternidade e da licença-paternidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 3/2018<br>WILDER MORAIS     | Altera o art. 144 da Constituição Federal, para criar a Polícia Nacional de Fronteiras.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 38/2018<br>VICENTINHO ALVES | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar ao magistrado aplicar a substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, que, dadas a peculiaridades do caso, deverá consistir em internação compulsória para tratamento de dependentes químicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 40/2018<br>TELMÁRIO MOTA    | Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para determinar a sabatina pelo Senado Federal de indicados a cargos do conselho diretor de instituições financeiras federais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 41/2018<br>TELMÁRIO MOTA    | Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer proteção especial a determinados grupos de trabalhadores na adesão a planos de demissão voluntária ou incentivada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 39/2018<br>TELMÁRIO MOTA    | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de colarinho branco no rol dos crimes hediondos   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------|--|---|
| PLS 42/2018<br>REGINA SOUSA   | Insere o art. 4º-A na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a reforma trabalhista somente atingirá as ações ajuizadas após a sua entrada em vigor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 44/2018<br>LÍDICE DA MATA | Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1995, para determinar a responsabilidade pessoal do candidato pela retirada da propaganda eleitoral, até 30 dias após o pleito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 45/2018<br>LASIER MARTINS | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar o acesso ao Fundo Partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha aos partidos políticos com débitos fiscais ou previdenciários.                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 49/2018<br>JOSÉ PIMENTEL  | Dispõe sobre a declaração destinada a fazer prova de vida, para fins de manutenção de benefício previdenciário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 51/2018<br>CIDINHO SANTOS | Cria campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 50/2018<br>CIDINHO SANTOS | Cria campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 46/2018<br>LASIER MARTINS | Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a alteração da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e das deduções aplicáveis à base de cálculo do imposto. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 1/2018<br>ROBERTO MUNIZ   | Acrescenta o inciso V ao art. 1º da Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2016, para acrescentar o acompanhamento do desempenho das empresas estatais federais dentre as atribuições da Instituição Fiscal Independente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 47/2018<br>JOSÉ PIMENTEL                 | Define como prática abusiva a oferta de desconto em medicamentos mediante cadastramento prévio do consumidor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 53/2018<br>PAULO BAUER                   | Institui programa de concessão de créditos da União, denominado "Nota Azul", para incentivar a pessoa física que adquirir mercadorias ou tomar serviços a solicitar a emissão de documento fiscal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 54/2018<br>PAULO BAUER                   | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para prever o crime de saque ou manuseio de arma de fogo com o intuito de reagir a abordagem de agente público devidamente identificado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 52/2018<br>PAULO BAUER                   | Acrescenta o Capítulo II-B à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para dispor sobre a hipoteca reversa de coisa imóvel.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 56/2018<br>AÉCIO NEVES                   | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar ao Conselho Tutelar a atribuição de identificar responsável por garantir o direito de convivência da criança ou do adolescente com pais privados de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 57/2018<br>HUMBERTO COSTA                | Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 58/2018<br>ROBERTO REQUIÃO               | Cria Área de Livre Comércio no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 59/2018 -<br>Complementar<br>ALVARO DIAS | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para suprimir exceções à vedação de operações de crédito entre entes da Federação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 60/2018<br>AIRTON SANDOVAL                  | Modifica o artigo 49, da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para limitar as variações nos valores praticados entre classes tarifárias e estabelecer transparência na oferta de preços através da internet.                                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 61/2018<br>WILDER MORAIS                    | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a obrigatoriedade de aplicação de percentual da arrecadação de receitas com multas de trânsito nas despesas com engenharia de campo que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 62/2018<br>ROBERTO REQUIÃO                  | Estabelece normas sobre exercício do direito de vistas a processos administrativos, judiciais e legislativos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 65/2018<br>SÉRGIO DE CASTRO                 | Altera a redação do inciso II do § 3º do art. 20-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para excluir a possibilidade de a Fazenda Pública tornar indisponíveis os bens do devedor por ato administrativo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 66/2018 - Complementar<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Dispõe sobre o Regime de Saneamento das Finanças Municipais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 68/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                | Altera a Lei nº 9.431, de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País, para dispor sobre a admissão de animais no ambiente hospitalar com a finalidade de participação em práticas terapêuticas complementares. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 67/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                | Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 69/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                | Altera a Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e dá outras providências, para estabelecer período mínimo de ausência de vínculo com empresas do setor regulado como condição para o exercício do cargo de Diretor.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 71/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN             | Revoga o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para extinguir as escusas absolutórias e imunidades processuais previstas para os crimes contra o patrimônio, no caso do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 9/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 10/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e de outros resíduos animais no campo para fins agropecuários e industriais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 73/2018 - Complementar<br>ROBERTO REQUIÃO | Estabelece regras sobre o pagamento de auxílio-moradia aos membros de Poder e de créditos remuneratórios atrasados e de diárias aos agentes públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 74/2018<br>TELMÁRIO MOTA                  | Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de material escolar, destinado a alunos matriculados em escolas públicas de educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 4/2018<br>SÉRGIO DE CASTRO                | Altera o art. 338 da Resolução nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para regulamentar o requerimento de urgência regimental a proposições originadas na Câmara dos Deputados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 78/2018<br>JOSÉ PIMENTEL                  | Altera o art. 2º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para dispor sobre a divulgação de audiências concedidas por agentes públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 77/2018<br>SÉRGIO DE CASTRO               | Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a informação adequada, prazo para entrega, indenização dos custos no caso de distrato ou resolução contratual motivada por inadimplemento de obrigações dos contratantes nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis submetidos à incorporação imobiliária. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 79/2018<br>CIRO NOGUEIRA                    | Acrescenta ao Código Penal o art. 140-A, para criminalizar a divulgação de fotografias de pessoas acidentadas ou em situação vexatória.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 80/2018<br>CIRO NOGUEIRA                    | Inclui o art. 32-A e o item 11 no art. 70 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre a realização dos serviços de emissão, alteração e extinção dos dados cadastrais de pessoas naturais no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda pelos cartórios de registros civis de todo o País.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 76/2018<br>JOSÉ MEDEIROS                    | Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para classificar o porte ostensivo e ilegal e o disparo de arma de fogo de uso proibido ou restrito como atos de terrorismo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 82/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Regula o pagamento indenizatório para custeio de moradia aos agentes públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 84/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO          | Permite a atualização, na declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativa ao exercício de 2019, ano-calendário de 2018, do valor dos bens imóveis pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos anos de 1998 a 2018.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 88/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera a redação do art. 342 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para estabelecer como crime de falso testemunho ou falsa perícia fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em qualquer processo, procedimento ou investigação, de natureza judicial ou administrativa, ou em juízo arbitral. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 87/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, incluindo os agentes públicos detentores de mandato eletivo entre os casos que não constituem violação do dever do sigilo bancário.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 85/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE                | Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para determinar que os recursos provenientes do cancelamento de indenizações e de ajuda de custo à título de auxílio-moradia serão utilizados na atualização e majoração do valor do piso salarial nacional dos professores da educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 86/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE              | Altera a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, para assegurar o livre exercício da profissão de músico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 89/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Assegura aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, investidos por concurso público, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1992, o direito a efetivação no cargo de titular.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 93/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados sejam obrigados a estabelecer sistemas de logística reversa e reciclagem no prazo de cinco anos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 92/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de materiais biodegradáveis na composição de utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 90/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 91/2018 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Determina a aplicação das disposições do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências, para vedar a capitalização de juros no Sistema Financeiro Nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 95/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor que os municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes devem instalar e manter pelo menos uma usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 94/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 96/2018<br>ROSE DE FREITAS                   | Altera o art. 10 do decreto 3.689 de 03 de outubro de 1941 para ampliar o prazo para a conclusão do inquérito policial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 97/2018 - Complementar<br>JOSÉ SERRA         | Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 12/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS              | Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 99/2018<br>PAULO PAIM                        | Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 101/2018<br>TELMÁRIO MOTA                    | Regulamenta a profissão de psicanalista.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 104/2018<br>PASTOR BEL                       | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a inclusão de sistema de visualização da traseira ativado pela marcha a ré entre os equipamentos obrigatórios dos veículos pesados que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 102/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera as Leis nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para tornar pública a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda do agente público detentor de mandato eletivo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 20/2018<br>LINDBERGH FARIAS                  | Susta a tramitação congressual dos acordos bilaterais firmados entre Brasil e EUA.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PLS 103/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE  | Acrescenta o Art. 54-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar o livre acesso de qualquer cidadão às aulas nas universidades públicas, como aluno ouvinte, ou usando o direito de gravá-las ou transmiti-las por meio eletrônico. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 106/2018<br>JOSÉ PIMENTEL      | Dispõe sobre o apoio ao empreendedorismo feminino e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 105/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN | Acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para vedar a mudança de nome de partidos políticos no período de um ano antes de cada eleição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 110/2018<br>EDUARDO LOPES      | Altera a Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível, inclusive mediante o uso do sistema Braille.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 111/2018<br>DALIRIO BEBER      | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispensar de licitação, pelo prazo de cinco anos, a contratação de concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica para prestar o serviço de iluminação pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 112/2018<br>WILDER MORAIS      | Altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940, de 7 de dezembro de 1940, para instituir a presunção de legítima defesa na hipótese de violação domiciliar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 113/2018<br>WILDER MORAIS      | Dispõe sobre a fabricação, a importação e a comercialização de spray de pimenta (gás Oleoresina capsicum) em todo território nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 114/2018<br>EDUARDO AMORIM     | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições federais de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas de baixa renda ou com idade igual ou superior a 60 anos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 115/2018<br>PASTOR BEL                     | Dispõe sobre a atenção à pessoa com transtorno do espectro autista no Estado do Maranhão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 116/2018<br>LINDBERGH FARIAZ               | Dispõe sobre a reserva de cargos de direção, chefia ou assessoramento para as mulheres em entidades da administração pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 118/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO        | Acrescenta artigo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a comunicação prévia à vítima sobre a progressão de regime, as autorizações de saída, o livramento condicional e a extinção da pena do autor do delito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 120/2018 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o Município de Caratinga na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 7/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 119/2018<br>JOSÉ MEDEIROS                  | Acrescenta § 2º ao art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para admitir novos meios de prova da transferência da propriedade sobre veículo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 21/2018<br>LASIER MARTINS                  | Zela, com base no inciso XI do art. 49 da Constituição Federal, pela preservação da competência legislativa do Congresso Nacional em face das atribuições da Justiça Eleitoral, no tocante ao cumprimento da regra legal regularmente aprovada pelo Congresso Nacional sobre a implementação do voto impresso no Brasil. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 22/2018<br>ACIR GURGACZ                    | Susta a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 729, de 6 de março de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de veículos no padrão disposto na Resolução Mercosul do Grupo Mercado Comum nº 33, de 2014.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PLS 121/2018<br>DALIRIO BEBER   | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prever a possibilidade de contratação de serviços de natureza continuada por prazo superior a doze meses.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 122/2018<br>ELBER BATALHA   | Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para assegurar a conservação da autorização de porte de arma de fogo aos integrantes das carreiras de policial e outras que especifica, no momento em que se aposentam ou são transferidos para a reserva remunerada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 123/2018<br>ELBER BATALHA   | Altera o § 2º, do artigo 16, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescer o menor sob guarda no rol de dependentes beneficiários da Regime Geral de Previdência Social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 124/2018<br>ROMERO JUCÁ     | Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Educação Indígena.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 126/2018<br>WILDER MORAIS   | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restringir o rol de crimes hediondos e aumentar o tempo mínimo de cumprimento da pena para fins de progressão de regime.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 127/2018<br>PAULO BAUER     | Dispõe sobre a divulgação dos reajustes dos valores das anuidades dos cartões de crédito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 130/2018<br>PAULO BAUER     | Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 132/2018<br>ROSE DE FREITAS | Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 131/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Altera o art. 87 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis presos em regime fechado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 134/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 135/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever a competência do Ministério Público para investigar crimes cometidos por agentes dos órgãos de segurança pública, no exercício das funções, e para permitir que o ofendido participe efetivamente da investigação criminal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 133/2018<br>CPI DO BNDES - 2017                                     | Estabelece limites para financiamento por bancos de desenvolvimento criados ou mantidos pela União para aquisição de ativos no exterior ou participação em empresa estrangeira, cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) e dispõe sobre regras de transparência a serem observadas por bancos de desenvolvimento criados ou mantidos pela União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 136/2018<br>REGINA SOUSA  | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a literatura de cordel e manifestações culturais baseadas no improviso no currículo da educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 137/2018<br>HUMBERTO COSTA  | Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 138/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                                 | Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incluir como crime de concorrência desleal a utilização de conjunto-imagem de concorrente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLS 141/2018<br>WILDER MORAIS       | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para alterar as regras relativas às indenizações e às saídas temporárias; e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 140/2018<br>JOSÉ PIMENTEL       | Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 139/2018<br>WILDER MORAIS       | Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 143/2018<br>EUNÍCIO OLIVEIRA    | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos os crimes de associação para o tráfico ilícito de drogas e de colaboração, como informante, com grupo, organização ou associação destinados ao tráfico ilícito de drogas, quando praticados por funcionário público civil ou militar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 18/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para ampliar os recursos disponíveis para a educação especial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 152/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 8/2018<br>JOSÉ AGRIPINO         | Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Apoio às Startups.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 9/2018<br>PAULO PAIM            | Institui a Honraria Naiara Soares Gomes, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 147/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA    | Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 149/2018<br>LASIER MARTINS       | Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 153/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Acrescenta o art. 210-A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para suspender a contagem do período de afastamento do servidor no decorrer de capacitação, estudo ou programa de pós-graduação que esteja em concomitância com a licença à maternidade, à adoção ou à paternidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 150/2018<br>JOSÉ PIMENTEL        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivos antiesmagamento nos acionadores energizados de janelas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 154/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN   | Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, termos de fomento ou de colaboração, contratos não onerosos ou acordos de cooperação técnica para realização de perícia médica, nos casos de impossibilidade de sua realização pelo órgão ou setor próprio competente, assim como de efetiva incapacidade física ou técnica de implementação das atividades e de atendimento adequado à clientela da previdência social. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 148/2018<br>MARIA DO CARMO ALVES | Institui medidas para promover o aperfeiçoamento e a racionalização de atos e processos administrativos de órgãos e entidades da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 151/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar prática abusiva elevar o preço do seguro em razão do divórcio ou da dissolução da união estável do consumidor.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 156/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN   | Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 157/2018<br>PAULO BAUER                    | Altera o art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para reduzir a alíquota de imposto de renda incidente sobre os ganhos líquidos auferidos em operações day trade de vinte para quinze por cento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 158/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES             | Institui, o "Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Edwards".  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 159/2018<br>CIRO NOGUEIRA                  | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a proibição de produtos saneantes e cosméticos que contenham micropartículas de plástico em sua composição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 160/2018<br>CIDINHO SANTOS                 | Altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para criar a medida cautelar diversa da prisão de ensino obrigatório.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 162/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 161/2018<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de água. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 10/2018<br>COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS | Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 165/2018<br>HÉLIO JOSÉ                     | Inclui a capoterapia no rol de terapias oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 166/2018<br>LASIER MARTINS  | Altera o Código de Processo Penal para disciplinar a prisão após a condenação em segunda instância.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 167/2018<br>JOÃO ALBERTO SOUZA                                      | Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para excluir de seu âmbito de aplicação as empresas estatais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica em regime de monopólio, eliminar vedações ao exercício de funções nos órgãos diretivos das empresas estatais que exerçam atividade econômica e assegurar tratamento isonômico entre estas e as empresas privadas no tocante às obrigações societárias. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 168/2018<br>ACIR GURGACZ  | Regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 164/2018 - Complementar<br>LÚCIA VÂNIA                              | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para suspender, temporariamente, algumas exigências referentes à transferência voluntária de recursos entre entes da federação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 170/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre monitoria no ensino médio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 171/2018<br>WILDER MORAIS   | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, para prever a elaboração de manual de operação, uso e manutenção e de plano de manutenção de obras públicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 172/2018<br>WILDER MORAIS   | Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 174/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE                        | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento dos recursos destinados à educação no Orçamento da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 173/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE                                       | Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, para vedar o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 175/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer que o fornecedor é obrigado a exigir e registrar a apresentação de documento de identidade por ocasião da entrada do consumidor em estabelecimentos como hotéis, motéis e similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 177/2018<br>JOSÉ MARANHÃO   | Dispõe sobre a federalização das rodovias PB-073, entre a BR-230 e a localidade de Rua Nova, no Município de Belém (PB), e a PB-105, em toda sua extensão.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 178/2018<br>CIRO NOGUEIRA   | Altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para dispor sobre as garantias funcionais dos ex-Conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), oriundos da Fazenda Nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 180/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 179/2018<br>ELMANO FÉRRER   | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 181/2018<br>ANA AMÉLIA                    | Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 183/2018<br>CIDINHO SANTOS                | Institui o Dia Nacional do Campista Católico, a ser comemorado, anualmente, no primeiro domingo do mês de setembro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 182/2018<br>CIDINHO SANTOS                | Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para permitir ao bacharel em Direito estágio profissional de advocacia pelo prazo de dois anos, que poderá ser contado como exercício de atividade jurídica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 184/2018<br>TELMÁRIO MOTA                 | Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 185/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN            | Altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 187/2018<br>REGUFFE                       | Acrescenta o inciso V ao artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, para estabelecer, na hipótese de condenação pelos crimes de corrupção ativa (art. 333) e corrupção passiva (art. 317), todos do Código Penal, o ressarcimento integral do dano e o pagamento de multa civil correspondente a três vezes o valor do prejuízo causado à Administração Pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 188/2018<br>REGUFFE                       | Obriga o ressarcimento integral do dano mais o pagamento de indenização correspondente a duas vezes o valor do prejuízo causado por aquele que pichar, vandalizar ou depredar patrimônio público ou particular.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 189/2018 - Complementar<br>LASIER MARTINS | Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 190/2018<br>LASIER MARTINS  | Altera o art. 342 do Código Penal para tipificar o crime de falso testemunho ou falsa perícia em inquérito civil, comissão parlamentar de inquérito, processo por crime de responsabilidade ou por quebra de decoro parlamentar e para suprimir a extinção de punibilidade pela retratação antes da sentença no processo em que se deu tal crime.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 191/2018<br>LASIER MARTINS  | Altera o Código de Processo Penal para aperfeiçoar as regras sobre o processamento de embargos infringentes, embargos de declaração e habeas corpus e sobre os pedidos de vista nos tribunais, a fim de dar mais agilidade ao processo penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 192/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 194/2018<br>ANA AMÉLIA  | Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 198/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                                       | Modifica a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), acrescentando § 5º ao seu art. 1.341, § 3º ao seu art. 1.350 e parágrafo único ao seu art. 1.355, a fim de facilitar a convocação de reuniões de condomínio e respectivas deliberações voltadas à realização de obras nas áreas comuns dos condomínios em edificações voltadas à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 195/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA                                       | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer em dez anos o prazo para a extinção da pretensão do herdeiro ao recebimento de herança e definir os marcos temporais que dão início à contagem do prazo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 37/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN                                       | Susta os efeitos do Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 196/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA        | Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 e parágrafo único ao art. 1.845 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para outorgar ao companheiro o direito real de habitação no caso de falecimento do consorte e a condição de herdeiro necessário.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 199/2018<br>JOSÉ MEDEIROS            | Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para legitimar o uso de algemas nas hipóteses em que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 200/2018<br>WILDER MORAIS            | Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para permitir o pagamento de despesas com educação de crianças de até três anos em creches privadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 201/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES       | Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir a execução provisória da pena em decorrência de acórdão condenatório proferido em grau de apelação ou confirmatório de sentença condenatória; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 (Lei de Execução Penal), para criar a guia de execução provisória e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a execução provisória da pena de multa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 15/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE         | Altera o Regimento Interno do Senado Federal para permitir a participação virtual dos Senadores em reuniões das Comissões e em sessões do Plenário por intermédio de videoconferência ou de outros recursos tecnológicos disponíveis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 203/2018<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, e nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências, para instituir, respectivamente, o registro especial temporário e o preço máximo provisório ao consumidor. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 205/2018<br>ROSE DE FREITAS          | Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 207/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 208/2018<br>DALIRIO BEBER                    | Redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense".   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 209/2018<br>PAULO BAUER                      | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de omissão da entrega de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 38/2018<br>LINDBERGH FARIAS                  | Susta o Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 211/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para limitar o dever de sigilo ao prazo de vinte e cinco anos a partir da data em que foi produzida a informação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 212/2018<br>ROBERTO REQUIÃO                  | Estabelece o direito dos parlamentares de acesso a qualquer instalação pública na esfera de controle do respectivo ente  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 213/2018<br>ANTONIO CARLOS VALADARES         | Regulamenta o exercício da profissão de Biotecnologista.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 17/2018<br>JOSÉ SERRA                        | Altera os arts. 99, 99-A e 393-D do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93, de 1970), para dispor sobre o exercício da competência da Comissão de Assuntos Econômicos na avaliação do impacto fiscal das proposições que indica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 214/2018<br>JOSÉ SERRA   | Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dar publicidade ao processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades das agências reguladoras de transporte terrestre e aquaviário e de telecomunicações, bem como para atualizar o valor máximo das multas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 215/2018<br>JADER BARBALHO   | Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 216/2018<br>LÚCIA VÂNIA  | Altera o art. 37 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, para prever a possibilidade de ação de regresso contra o dirigente partidário que tenha dado causa à aplicação de sanção de suspensão de cotas do Fundo Partidário em face de partido político.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 217/2018<br>PAULO ROCHA  | Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 220/2018 - Complementar<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para prever a possibilidade de opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual dos profissionais que exerçam atividades de desenvolvimento de sistema e afins  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 221/2018<br>GARIBALDI ALVES FILHO  | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PDS 52/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Susta os efeitos do Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, e na Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 222/2018<br>ROBERTO REQUIÃO     | Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 20/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização, de conservação, de comercialização e de fornecimento de canudos hermeticamente lacrados nos locais que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 21/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que ele complete 6 (seis) meses.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 22/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Obriga as empresas fabricantes ou importadoras de produtos à base de óleo mineral destinados à ingestão como laxantes a inserir nos rótulos e embalagens a advertência “Este produto, quando aspirado, pode causar pneumonia lipoídica”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 23/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 25/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a regulamentação da profissão de marinheiro profissional de esporte e recreio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 28/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Obriga a adoção, nas instalações elétricas de baixa tensão de edificações, de medidas de proteção previstas em normas técnicas que contribuam para a não ocorrência de choques elétricos fatais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLC 30/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dispõe sobre as condições de transporte de animais domésticos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 33/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter) e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 34/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 36/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional de Conscientização pelo Não Desperdício de Alimentos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 38/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 6º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 40/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 43/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, para incluir a denominação suplementar Trecho Presidente Nilo Peçanha ao trecho da rodovia BR-101 localizado em todo o Estado do Rio de Janeiro.                | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 45/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 47/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 48/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 49/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS    | Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.                         | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 223/2018<br>VALDIR RAUPP           | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar da legítima defesa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 225/2018 - Complementar<br>ROMÁRIO | Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a vedação à candidatura ao Senado Federal de Senador que se encontra no meio do mandato.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 224/2018<br>RENAN CALHEIROS        | Acrescenta inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 226/2018<br>JOSÉ MEDEIROS          | Altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, para dispor sobre restrição ao exercício dos direitos de ex-Presidente da República.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 19/2018<br>JOSÉ SERRA              | Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a tramitação em conjunto de proposições.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PDS 53/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES                                       | Dispõe sobre a convocação de plebiscito para consulta pública quanto à extinção integral do foro privilegiado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 228/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 229/2018<br>LASIER MARTINS  | Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e revoga o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para determinar que a correção monetária dos depósitos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço terá como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 231/2018<br>TELMÁRIO MOTA   | Dispõe sobre a cooperação entre os entes da Federação para realização de obras públicas e prestação de serviços públicos voltados para povos indígenas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 233/2018<br>HÉLIO JOSÉ  | Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para restringir a terceirização a serviços específicos e determinados, impor à empresa contratante a obrigação de acompanhar o processo de dispensa dos trabalhadores terceirizados, responsabilizar subsidiariamente o órgão público que terceirizar as suas atividades e assegurar ao trabalhador temporário os mesmos direitos e vantagens dos empregados da empresa tomadora dos serviços, desde que presente a identidade de função. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 232/2018<br>LÚCIA VÂNIA   | Acrescenta os arts. 394-B, 452-I, 452-J, 452-K, 452-L, 452-M, 452-N, 452-O e 452-P à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da empregada gestante, e revoga os arts. 394-A e 452-A."   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 54/2018<br>ROBERTO REQUIÃO  | Susta o Decreto nº 9.355, de 25 de abril de 2018.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PLS 234/2018<br>CIRO NOGUEIRA     | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para disciplinar a responsabilidade civil decorrente da submissão de criança ou adolescente às piores formas do trabalho infantil e estabelecer normas de proteção ao trabalho adolescente, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 235/2018<br>PAULO PAIM        | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir nos programas públicos de assistência farmacêutica modalidade de subsídio para possibilitar que todo aposentado ou pensionista adquira os medicamentos a ele prescritos com o desconto que específica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 236/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 237/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 238/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera o art. 5º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família ao único imóvel residencial do devedor que se encontre locado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 239/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para determinar que todos os prazos nela previstos serão contados em dias úteis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 241/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para tornar obrigatória a inserção de um circuito eletrônico integrado ("chip") de identificação em todas as armas de fogo comercializadas no Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 240/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir ao menor sob guarda judicial a condição de dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 243/2018<br>RICARDO FERRAÇO                | Acrescenta o § 4º ao art. 2º à Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para permitir que a arbitragem possa ser utilizada para prevenir conflitos nas relações jurídicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 244/2018<br>RICARDO FERRAÇO                | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer a possibilidade da internação compulsória e estimular o tratamento especializado do dependente químico inciso nas penas previstas na referida lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 245/2018 - Complementar<br>RICARDO FERRAÇO | Altera a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências, para instituir vedações à atuação do Advogado-Geral da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 7/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES               | Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os dez primeiros anos da criação dessas unidades federadas, estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-Territórios Federais e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 5/2018<br>JOÃO ALBERTO SOUZA               | Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 51 e §§ 2º e 3º ao art. 52 da Constituição Federal, para designar que a Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| ECD 2/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.610-D de 2009 do Senado Federal (PLS nº 620/2007, na Casa de origem), que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, determina outras providências e revoga a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979”.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 56/2018<br>ALVARO DIAS                     | Susta dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e da Resolução ANEEL nº 223, de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, para eliminar incentivos à ocupação irregular do solo urbano.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 248/2018<br>LASIER MARTINS  | Dispõe sobre direitos dos ex-Presidentes da República.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 250/2018<br>HÉLIO JOSÉ  | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), para conceder porte de arma de fogo aos comissários e agentes de proteção da infância e da juventude do Poder Judiciário.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 246/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 51/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a multipropriedade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 252/2018<br>RICARDO FERRAÇO   | Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estabelecer a pena de suspensão do temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos para as pessoas jurídicas responsabilizadas pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 253/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN                                      | Modifica o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências, para incluir a Eletrobras, a Centrais Elétricas de Rondônia, a Boa Vista Energia S.A, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A, a Companhia de Eletricidade do Acre, a Companhia Energética de Alagoas e a Companhia Energética do Piauí entre as entidades às quais não se aplicam os dispositivos da referida Lei. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 8/2018<br>DAVI ALCOLUMBRE   | Altera os arts. 22 e 48 da Constituição Federal, para acrescentar novos incisos que estabelecem, respectivamente, a competência privativa da União para legislar sobre funcionamento e segurança das instituições financeiras; e, a competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, para dispor sobre material financeira, cambial e monetária, instituições financeiras, suas operações, serviços, funcionamento e segurança.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 256/2018<br>FÁTIMA BEZERRA  | Institui o Dia Nacional da Educação Cidadã e o mês Setembro Cidadão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 258/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Dispõe sobre a concessão de desconto de vinte por cento no preço de venda de combustíveis para abastecimento dos veículos pertencentes a transportadores autônomos de cargas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PFS 1/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN  | Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PLS 260/2018<br>EDUARDO LOPES   | Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário nos lugares que especifica, para assegurar essa garantia à pessoa com transtorno do espectro autista.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 262/2018<br>ALVARO DIAS   | Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 263/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 264/2018<br>MAGNO MALTA   | Altera os arts. 155, 157 e 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar os crimes de furto, roubo e receptação de cargas e incluí-los no rol dos crimes hediondos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PLS 265/2018<br>MAGNO MALTA       | Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 24/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES | Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com combustíveis. O SENADO FEDERAL, na forma do art.155, V, "b", da Constituição Federal, RESOLVE:   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 266/2018<br>PEDRO CHAVES      | Altera o art. 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para vedar a concessão de autorização de saída temporária em datas comemorativas do Dia dos Pais e do Dia das Mães para condenados por homicídio doloso praticado contra seus genitores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 268/2018<br>ALVARO DIAS       | Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para disciplinar a comercialização de etanol.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 25/2018<br>RONALDO CAIADO     | Fixa a alíquota máxima para a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 269/2018<br>AIRTON SANDOVAL   | Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para prever como crime a elevação, sem justa causa, de preços de bens ou serviços, em situações de grave crise econômica, calamidade, interrupção e suspensão de serviços de interesse público ou social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 270/2018<br>LINDBERGH FARIAZ  | Dispõe sobre as diretrizes da política de preços para gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo – GLP, aplicadas à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e altera o art. 11, da Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 271/2018<br>LINDBERGH FARIAZ  | Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas que exerçam atividades de exploração, de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº105, de 10 de janeiro de 2001, e revoga o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 273/2018<br>HÉLIO JOSÉ              | Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para definir como prioridade do programa o financiamento de motocicletas ou triciclos com carroceria para substituição de carroças.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 274/2018<br>HÉLIO JOSÉ              | Institui normas gerais para licitação da concessão de direito real de uso de imóveis da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos respectivos entes da administração indireta de direito público para instalação de cantinas, lanchonetes, restaurantes ou similares.                              | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 26/2018<br>REGUFFE                  | Altera o Regimento Interno do Senado Federal conferindo a um Senador sem filiação partidária os mesmos direitos atribuídos a um Senador que seja o único representante de seu partido na Casa  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 27/2018<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Institui o Prêmio Amigo do Ciclista, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 276/2018<br>CIRO NOGUEIRA           | Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de etanol hidratado diretamente com os postos revendedores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 60/2018<br>JOSÉ MEDEIROS            | Susta os efeitos da Resolução nº 23.521, de 1º de março de 2018, do Tribunal Superior Eleitoral, que regulamenta os procedimentos nas seções eleitorais que utilizarão o módulo impressor nas eleições de 2018.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 278/2018<br>WELLINGTON FAGUNDES     | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para considerar dependente de ambos os genitores, para fins do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, o filho de pais separados sob o regime de guarda compartilhada, e para dispor sobre a dedução de despesas médicas e de instrução incorridas em proveito dele. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 9/2018<br>THIERES PINTO             | Acrescenta § 12 ao art. 14 da Constituição Federal, para vedar aos partidos vitoriosos em duas eleições consecutivas para Presidente da República, Governador e Prefeito o registro de candidatos na terceira eleição para o mesmo cargo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PEC 10/2018<br>ROMÁRIO              | Altera o § 9º do art. 166 da Constituição Federal para fixar percentual da receita corrente líquida a ser destinado ao esporte por intermédio de emendas ao projeto de lei orçamentária.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 54/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a prática de drenagem linfática manual nas unidades de assistência de saúde do País.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 55/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre o prêmio Trânsito Melhor e Mais Seguro.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SCD 5/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver em local incerto.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 57/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 5 (cinco) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto cujo nome do pai não tenha sido declarado, e para prever o afastamento do serviço às doadoras de leite materno. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 58/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Confere ao Município de Marília, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Alimento.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 59/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para denominar Marcelino Chiarello o trecho da rodovia BR-282 localizado entre o Km 534,8 e o Km 645,7, no Estado de Santa Catarina.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 60/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| SCD 7/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Altera o art. 1.577 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 62/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Dispõe sobre medidas alternativas de segurança para usuários de aparelhos de marca-passo, quanto à passagem por aparelhos que empreguem radiação eletromagnética, e para usuários de próteses metálicas, quanto à passagem por detectores de metais e outros equipamentos similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 63/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 64/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Dispõe sobre a prática do naturismo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 67/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS     | Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 280/2018<br>LÍDICE DA MATA          | Acrescenta ao art. 5º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, dispositivo que suspende, pelo prazo de 12 meses a contar da publicação dessa Lei, os incentivos criados pelo regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 281/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar prazo idêntico ao prazo de manutenção da Zona Franca de Manaus para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 29/2018<br>PAULO PAIM               | Altera o Regimento Interno do Senado Federal para adequar a redação atinente às competências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 282/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para prever reserva de vagas em instituições federais de ensino superior da região Nordeste para estudantes oriundos do semiárido. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 283/2018<br>FLEXA RIBEIRO           | Altera a Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir crimes contra a Administração Pública no rol dos crimes hediondos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 285/2018<br>ROSE DE FREITAS         | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para prever a internação compulsória do infrator reincidente no crime de porte de drogas para consumo pessoal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 286/2018<br>LÍDICE DA MATA          | Limita o reajuste de preços ao consumidor dos bens e serviços cujos preços são controlados pelo governo ou suas agências reguladoras à inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 289/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN      | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a movimentação da conta vinculada da trabalhadora, vítima de violência física ou psicológica na família, no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 288/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN      | Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 287/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN      | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 290/2018<br>EDUARDO LOPES           | Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 5º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para vedar o condicionamento da eficácia dos atos praticados pelos serviços notariais e de registro a prévias conferências de sua autenticidade (abono).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PLS 293/2018<br>LINDBERGH FARIAS   | Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para dispor sobre o fundo de investimento específico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 30/2018<br>PEDRO CHAVES        | Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 294/2018<br>ROSE DE FREITAS    | Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 296/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES | Dispõe sobre a bioconstrução no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 71/2018<br>EDUARDO AMORIM      | Susta os efeitos do art. 6º da Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 299/2018<br>RUDSON LEITE       | Altera o art. 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 117 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para vedar a concessão de prisão domiciliar a indiciados, acusados ou condenados pelos crimes de peculato, corrupção passiva ou corrupção ativa (arts. 312, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), lavagem de dinheiro (art. 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998), contra o sistema financeiro nacional (arts. 2º a 23, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986) ou contra a ordem tributária, a economia e as relações de consumo (arts. 1º a 7º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 298/2018<br>RUDSON LEITE       | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fixar em 75 anos a idade para a obtenção da atenuante genérica prevista na parte final do inciso I do art. 65.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 300/2018<br>EDUARDO AMORIM              | Dá nova redação ao inciso II do caput e ao § 4º do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes dos quadros efetivos da perícia oficial de natureza criminal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 303/2018<br>HÉLIO JOSÉ                  | Institui a Engenharia, Arquitetura e Urbanismo-Geral da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 297/2018<br>JOSÉ MEDEIROS               | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a obrigatoriedade do transporte de equipamentos de retenção infantil sem ônus ao passageiro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 301/2018<br>LASIER MARTINS              | Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar o nepotismo nos contratos de terceirização de atividades da Administração Pública e exigir a transparência nessas contratações e a qualificação dos empregados utilizados na execução dos contratos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 304/2018 - Complementar<br>RUDSON LEITE | Altera a alínea e do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências, para ampliar o prazo de inelegibilidade na hipótese de condenação penal pelos crimes que especifica.    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 306/2018<br>CIRO NOGUEIRA               | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para autorizar a aplicação dos recursos do Fundo Partidário para o recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores determinados na decisão judicial que julgar as contas do órgão partidário, e para o pagamento de multas e outras sanções relativas a atos infracionais, administrativos ou eleitorais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 305/2018<br>EDUARDO AMORIM              | Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, para estabelecer a participação coordenada dos órgãos e entidades públicos.                                    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 310/2018<br>EDUARDO LOPES               | Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 309/2018<br>EDUARDO LOPES            | Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 311/2018<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para incluir as dificuldades de comunicação e expressão no rol dos impedimentos que caracterizam a pessoa com deficiência.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 11/2018<br>JOSÉ SERRA                | Altera a Constituição Federal para elevar a idade máxima para escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 316/2018<br>VALDIR RAUPP             | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 314/2018<br>LASIER MARTINS           | Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para prever nova causa impeditiva da prescrição e instrumentos processuais que auxiliem em sua prevenção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 313/2018<br>MARTA SUPLICY            | Acrescenta o art. 699-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que nas ações de guarda o juiz indague previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar ou de crimes de maus-tratos ou contra a dignidade sexual, envolvendo o casal ou os filhos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 312/2018<br>RUDSON LEITE             | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação com o Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 70/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS      | Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| SCD 9/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro dos Tecnólogos em Administração e dos Técnicos de Nível Médio em Administração nos Conselhos Regionais de Administração.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 71/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, para vedar a atribuição a bens públicos federais de nome de pessoa que tenha sido responsável por ato atentatório aos direitos e às liberdades fundamentais no período da ditadura militar brasileira.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 75/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas; altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 13.103, de 2 de março de 2015, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga os Decretos-Lei nºs 284, de 28 de fevereiro de 1967, 1.438, de 26 dezembro de 1975, 1.582, de 17 de novembro de 1977, as Leis nºs 7.290, de 19 de dezembro de 1984, 10.209, de 23 de março de 2001, 12.667, de 15 de junho de 2012, e dispositivos da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 82/2018<br>ARMANDO MONTEIRO     | Susta os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 33/2018<br>PAULO ROCHA          | Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na TV Senado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 318/2018<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de energia elétrica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 319/2018<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 320/2018<br>RUDSON LEITE             | Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 322/2018<br>LASIER MARTINS           | Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 83/2018<br>RICARDO FERRAÇO           | Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 323/2018<br>ANTONIO CARLOS VALADARES | Estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 324/2018<br>CIRO NOGUEIRA            | Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 325/2018<br>RUDSON LEITE             | Altera a redação da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, para estender a concessão de indenização aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – em exercício em unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 326/2018<br>PAULO PAIM                             | Acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que a higienização de instalações de uso público ou coletivo de grande circulação, assim como a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 327/2018<br>JOSÉ MARANHÃO                          | Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações ostensivas acerca da qualidade do café comercializado no Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 331/2018<br>GLADSON CAMELI                         | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer, como medida a ser preferencialmente adotada, a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos casos que especifica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 328/2018<br>GARIBALDI ALVES FILHO                  | Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para dispor sobre um sistema integrado destinado a solucionar o desaparecimento de criança ou de adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 330/2018<br>GLADSON CAMELI                         | Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a utilização de nome afetivo para crianças em processo de adoção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 332/2018 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 333/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO                | Acrescenta §§ 5º, 6º e 7º ao art. 75 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a representação processual do espólio como réu em ações nas hipóteses em que os herdeiros não tiverem instaurado o processo de inventário no prazo legal com a designação de inventariante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 334/2018<br>AÉCIO NEVES                            | Estabelece incentivos fiscais para empreendimentos localizados em municípios considerados prioritários para receber ações e iniciativas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e que estejam localizados fora das áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| SUG 24/2018<br>PROGRAMA E-CIDADANIA | Tornar crime o ensino de ideologia de gênero nas escolas brasileiras.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PEC 12/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE    | Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir aos Órgãos da Administração Pública a utilização dos recursos provenientes de captação própria.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 335/2018<br>ROMÁRIO             | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para regular a avaliação de aptidão de pessoa com deficiência, com doença grave ou incapacitante em concursos públicos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 336/2018<br>JOSÉ SERRA          | Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, fundos de investimento em participações que não sejam considerados entidades de investimento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 78/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, para permitir à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 13/2018<br>ALVARO DIAS          | Altera o § 2º e revoga os § 3º, § 4º e § 5º, todos do art. 53 da Constituição Federal para legitimar constitucionalmente a prisão após condenação em segundo grau, acabar com a competência da Câmara e do Senado de deliberar sobre a manutenção ou não de prisão em flagrante de parlamentar, bem como eliminar a competência da Câmara e do Senado sustar o andamento de processos contra parlamentares por crimes ocorridos após a diplomação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 338/2018<br>TASSO JEREISSATI    | Dispõe sobre o Contrato de Impacto Social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 337/2018<br>TASSO JEREISSATI    | Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para permitir a redução da contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado em Parcerias Público-Privadas em função da receita obtida nas concessões patrocinadas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PLS 339/2018<br>PEDRO CHAVES        | Cria o Fundo de Incentivo à Formação Superior – FIFS, com o objetivo de conceder bolsas de estudos a alunos carentes em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 345/2018<br>LINDBERGH FARIAZ    | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as normas especiais de tutela do trabalho para os empregados em condomínios residenciais ou comerciais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 346/2018<br>LINDBERGH FARIAZ    | Dispõe sobre distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 341/2018<br>LINDBERGH FARIAZ    | Acrescenta o § 6º ao art. 611-A; e o art. 605-B; à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar, mediante assembleia geral, a expressa e prévia anuência do empregado, para desconto da contribuição sindical, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 342/2018<br>LINDBERGH FARIAZ    | Acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 343/2018<br>LINDBERGH FARIAZ    | Veda a terceirização de mão de obra em edifícios e condomínios, residenciais e comerciais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 84/2018<br>PAULO ROCHA          | Susta os §§ 1º, 2º e 3º do art.1º e o art. 2º da Portaria nº 718/2017, de 28 de agosto de 2017, do Ministério da Justiça, que regulamenta a visita íntima no interior das Penitenciárias Federais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| SUG 27/2018<br>PROGRAMA E-CIDADANIA | Proibir que ensinem ideologia de gênero para crianças  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 352/2018<br>CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018      | Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dá outras providências, para dispor sobre o Certificado de Recebíveis de Cartão de Crédito (CRCC).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 353/2018<br>CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018      | Altera a Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, para regular a advertência sobre os riscos para as finanças pessoais decorrentes do endividamento por meio de cartão de crédito ou cheque especial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 354/2018<br>CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018      | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir publicidade de crédito mediante o uso das expressões “parcelamento sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, “com taxa zero” e outras de teor semelhante.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 349/2018<br>GARIBALDI ALVES FILHO                  | Altera regras de cobrança aplicáveis às Taxas de Fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública sobre estações terminais utilizadas em aplicações de comunicação máquina a máquina e em sistemas de recepção por satélite. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 347/2018 - Complementar<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 348/2018<br>HÉLIO JOSÉ                             | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para dispor sobre a habilitação profissional do síndico não condômino, sobre competências, renúncia, dever de prestação de prestação de contas e destituição do síndico e sobre o uso de procurações nas assembleias condominiais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 351/2018<br>RICARDO FERRAÇO                        | Altera os arts. 394, 400, 401, 402, 531, 532 e 798 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer a redução de prazos e medidas destinadas à aceleração do processo penal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 355/2018<br>JOÃO CAPIBERIBE                        | Prevê a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível às vítimas de escalpelamento provocado por volantes, eixos ou partes moveis de motores de embarcação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 79/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                    | Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de constitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 38/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Resolução nº 19, de 2015, que regulamenta o programa E-Cidadania do Senado Federal para estabelecer critérios de recepção de ideias legislativas de iniciativa dos cidadãos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 358/2018<br>RUDSON LEITE   | Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 356/2018<br>JOSÉ MEDEIROS  | Altera a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para permitir que a empresa com pedido de recuperação judicial deferido utilize crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, na compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 357/2018<br>RUDSON LEITE   | Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para proibir a exportação de animais vivos destinados ao abate.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 360/2018<br>MAGNO MALTA  | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no rol dos temas transversais da educação básica, os dispositivos constitucionais relacionados aos direitos e garantias fundamentais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 359/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES                                     | Revoga a reforma trabalhista, conservando a extinção da obrigatoriedade do imposto sindical.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 361/2018<br>VALDIR RAUPP                   | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para disciplinar medidas administrativas, procedimentos de destinação de bens aprendidos e sanções administrativas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 362/2018 - Complementar<br>RICARDO FERRAÇO | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tornar a apuração da despesa total com pessoal mais abrangente e vedar aumento da despesa com pessoal nos casos que especifica, bem como altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar explícita como crime de responsabilidade conduta que especifica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 80/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 81/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Reconhece o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 82/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Institui o Dia Nacional do Movimento de Vida Independente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 85/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, para dispor sobre a extensão de feriados municipais, estaduais ou distritais à administração pública federal das respectivas localidades.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 86/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Institui o mês de novembro como mês nacional de combate ao mosquito Aedes aegypti.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 87/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLC 88/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 90/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 363/2018<br>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamentoso, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 92/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS                                     | Declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 364/2018<br>PAULO PAIM  | Altera o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender ao segurado empregado aposentado pelo regime geral de previdência social, que sofreu acidente do trabalho, a garantia, pelo prazo mínimo de doze meses, a contar da alta médica, da manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, desde que tenha permanecido afastado do serviço por prazo superior a quinze dias. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 100/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE                                       | Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 656, de 22 de agosto de 2018, do Ministério do Trabalho, que Aprova modelos de Contrato de Trabalho e de Nota Contratual para contratação de músicos, profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 101/2018<br>JOSÉ MEDEIROS   | Susta a Resolução nº 461, de 25 de janeiro de 2018, da Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despachos de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 366/2018<br>PEDRO CHAVES                     | Altera a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que, no caso de empate na deliberação dos sócios, competirá ao juiz a decisão.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 377/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para garantir efetividade à Justiça Eleitoral e conferir instrumentos para o Ministério Público Eleitoral investigar irregularidades e prever sanções mais rígidas para partidos e candidatos condenados por irregularidades nas contas eleitorais e abuso de poder econômico. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 372/2018 - Complementar<br>PEDRO CHAVES      | Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para criar nova hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 371/2018<br>JOSÉ MEDEIROS                    | Acrescenta § 2º ao art. 139 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de ajustar o alcance das medidas gerais passíveis de serem impostas pelo juiz com o intuito de obter a efetivação da tutela judicial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 368/2018<br>HUMBERTO COSTA                   | Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de ofensa sexista.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 373/2018<br>PEDRO CHAVES                     | Modifica o art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a interveniência do sindicato profissional ou da autoridade administrativa do trabalho para a autorização do trabalho da gestante em condições insalubres.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 378/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE                | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, para extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e estabelecer limites para as doações e autofinanciamento eleitorais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 381/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE                | Altera os arts. 32, 121, 129 e 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o art. 41-A na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a pena de perda de bens e valores ao autor de crimes de lesões corporais contra a mulher, feminicídio, estupro e dos praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PLS 369/2018<br>DÁRIO BERGER      | Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, para fixar em doze meses o prazo mínimo de carência após o qual será expedida a intimação do mutuário em mora com o financiamento imobiliário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 367/2018<br>RAIMUNDO LIRA     | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 ("Estatuto do Desarmamento"), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 376/2018<br>CIRO NOGUEIRA     | Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para instituir como categoria de segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) o contribuinte de confissão, ordem ou congregação religiosa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 374/2018<br>DALIRIO BEBER     | Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite da renda familiar que habilita ao recebimento do benefício de prestação continuada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 375/2018<br>DALIRIO BEBER     | Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, de que trata o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 365/2018<br>PEDRO CHAVES      | Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 380/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para acrescentar fatores a serem considerados na dosimetria da pena em caso de condenação por improbidade administrativa; aumentar as penas quando se tratar de desvios de verbas da saúde ou da educação; e exigir que se apliquem as penas de resarcimento ao erário e de perda de bens e valores cumulativamente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 379/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para determinar que os partidos políticos estão sujeitos às mesmas regras destinadas à prevenção e ao combate da lavagem de dinheiro aplicadas a empresas e bancos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 385/2018<br>EDUARDO BRAGA              | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a atenção à saúde da criança com malformação congênita e, especificamente, com fissura labiopalatal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 382/2018<br>AÉCIO NEVES                | Proíbe a produção, importação, exportação, comercialização e distribuição de sacolas plásticas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 384/2018<br>EDUARDO BRAGA              | Aumenta a pena dos crimes definidos nos arts. 218, 218-A, 218-B, 227 e 230, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 388/2018<br>PAULO ROCHA                | Autoriza a implantação do Programa Mais Ciência Amazônia no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia , Inovações e Comunicações  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 383/2018 - Complementar<br>AÉCIO NEVES | Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o art. 40 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para prever a destinação preferencial de recursos do Funpen para a instalação, implementação e apoio aos estabelecimentos penais geridos pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), bem como para possibilitar a sua contratação pelo sistema de parceria de que trata a Lei nº 13.019, de 2014. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 390/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES         | Veda o estabelecimento de bandeira tarifária vermelha para estados cuja produção de energia elétrica supere o consumo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 387/2018<br>EDUARDO BRAGA              | Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 391/2018<br>MAGNO MALTA                | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer como requisito para progressão de regime o cumprimento de 4/5 da pena, no caso de crime hediondo praticado contra criança.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PDS 102/2018<br>LASIER MARTINS    | Susta a Resolução nº 582 de 2018, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que veda a participação do Enfermeiro no ensino de práticas de Enfermagem que exija aplicação de conhecimentos técnico-científicos em atividades de formação de Cuidador de Idosos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 392/2018<br>PAULO BAUER       | Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos com alto teor de sódio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 393/2018<br>ROBERTO MUNIZ     | Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 –Lei Pelé, para dispor sobre a obrigatoriedade de os veículos de comunicação se referirem às arenas e aos estádios de futebol pelos seus nomes comerciais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 394/2018<br>AIRTON SANDOVAL   | Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não gratuitas ao programa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 395/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias de transporte rodoviário ou ferroviário.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 14/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir, dos limites instituídos para as despesas primárias, as despesas das áreas de Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Assistência Social, Saneamento, Gestão Ambiental e Segurança Pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 44/2018<br>JOÃO CAPIBERIBE    | Institui a Frente Parlamentar em defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| PLS 397/2018<br>PEDRO CHAVES   | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para incluir entre os documentos de habilitação nas licitações por elas regidas, no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante bancos e órgãos ou entidades de fomento, relativos a empréstimos subsidiados e operações financeiras congêneres. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 400/2018<br>RAIMUNDO LIRA  | Altera a redação do art. 144 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para estabelecer um horário único para recebimento de votos em todo o território nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 396/2018<br>LASIER MARTINS | Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 405/2018<br>GIVAGO TENÓRIO | Revoga os incisos VII e IX do § 3º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que vedam a compensação dos créditos cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal e de débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 404/2018<br>GIVAGO TENÓRIO | Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que “Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 399/2018<br>CIRO NOGUEIRA  | Institui o Programa Poupança Jovem.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 406/2018<br>IONE GUIMARÃES | Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para revogar as exigências que desencorajam a opção pela esterilização cirúrgica como método contraceptivo e impõem dificuldades para a realização do procedimento nos serviços de saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PDS 108/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN         | Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".                                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 109/2018<br>VANESSA GRAZZIOTIN         | Susta o Decreto nº 9.514, de 27 de setembro de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 407/2018<br>HÉLIO JOSÉ                 | Define os limites da Floresta Nacional de Brasília.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 408/2018<br>ROMERO JUCÁ                | Altera a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados, e a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 409/2018 - Complementar<br>ROMERO JUCÁ | Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para vedar a adoção de medidas que impeçam o exercício de atividades da vida civil, salvo nos casos expressamente previstos em lei, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 410/2018<br>EDUARDO LOPES              | Acrescenta o Capítulo IV – A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção ao trabalho do idoso e do trabalhador com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em função da idade e dá outras providências.                   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 411/2018<br>LASIER MARTINS             | Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências, para aperfeiçoar as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 413/2018<br>EDUARDO BRAGA              | Regulamenta as atividades de marketing multinível no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 415/2018<br>AIRTON SANDOVAL         | Modifica o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”, para uniformizar o prazo de renovação do certificado de registro de arma de fogo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 414/2018<br>DALIRIO BEBER           | Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 416/2018<br>LINDBERGH FARIAS        | Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 110/2018<br>JOSÉ PIMENTEL           | Susta o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que “Cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.”  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 417/2018<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para delegar ao Poder Executivo a atribuição de estabelecer o valor apto a permitir o arquivamento de execuções fiscais de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 418/2018<br>KÁTIA ABREU             | Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, no Estado do Piauí.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 419/2018<br>KÁTIA ABREU             | Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Balsas, no Estado do Maranhão.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 420/2018<br>KÁTIA ABREU             | Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 421/2018<br>KÁTIA ABREU         | Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 422/2018<br>KÁTIA ABREU         | Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Luís Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 424/2018<br>KÁTIA ABREU         | Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2018, com o objetivo de fomentar as exportações do País.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 425/2018<br>JOSÉ PIMENTEL       | Altera o art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a continuidade do pagamento aos dependentes habilitados do valor da aposentadoria ou auxílio-doença devido pelo Regime Geral de Previdência Social, até que seja deferida a pensão por morte.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 95/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Confere ao Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cebola.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 15/2018<br>ROMERO JUCÁ          | Dá nova redação ao art. 231, da constituição Federal e acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer critérios de indenização resultante da demarcação de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 426/2018<br>GIVAGO TENÓRIO      | Altera a Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para a concessão de auxílio financeiro na obtenção de Carteira Nacional de Habilitação por pessoas carentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 427/2018<br>ROMERO JUCÁ         | Acrescenta o art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, visando instituir contribuição previdenciária sobre a receita corrente líquida para os municípios que contem até 70.000 (setenta mil) habitantes, alternativamente às contribuições previstas no art. 22, I e II, dessa Lei, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLC 97/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Dispõe sobre a suplementação medicamentosa de ácido fólico para a prevenção da má-formação fetal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 99/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS  | Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir a representação do réu nas audiências de conciliação perante os juizados especiais cíveis.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 100/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Denomina Deputado Paes de Andrade o Açude Público Padre Cícero, conhecido como Açude Castanhão, no Estado do Ceará.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 101/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tratar da proteção dos membros do Conselho Tutelar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 103/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Estabelece regras de segurança de trocadores para crianças.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 105/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, para incluir a aprovação em curso de formação como requisito para investidura em cargo público nas guardas municipais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 428/2018<br>JOSÉ MEDEIROS        | Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 111/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional do Ecumenismo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLC 112/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Institui o Dia Nacional de Combate à Poluição nos Oceanos e de Limpeza das Praias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 114/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016, para modificar o prazo de interposição de agravo em caso de indeferimento da petição inicial da ação de mandado de injunção.               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 129/2018<br>GLEISI HOFFMANN      | Susta o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, que cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 430/2018<br>TELMÁRIO MOTA        | Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 433/2018<br>OTTO ALENCAR         | Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 434/2018<br>ROBERTO REQUIÃO      | Esta Lei, ridendo castigat mores, denominada Lei Ônix Lorenzoni, acrescenta dispositivo do perdão judicial à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dá outras providências.           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 16/2018<br>GIVAGO TENÓRIO        | Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 17/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE     | Altera o art. 78 da Constituição Federal para acrescentar a igualdade na qualidade da Educação Básica para todos como compromisso do Presidente da República no dia da posse.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 18/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE               | Dá nova redação aos arts. 206, 209 e 213 da Constituição Federal, para assegurar a oferta de educação básica gratuita nos estabelecimentos públicos e privados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 135/2018<br>JOSÉ MEDEIROS                  | Susta o art. 36 da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – Sipec, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle de frequência, a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos, em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 136/2018<br>LINDBERGH FARIAS               | Susta o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 51/2018<br>COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS | Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestrar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 116/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região da Chapada dos Veadeiros (Funveadeiros).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 121/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS           | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a fim de qualificar como serviço, para efeitos dessa Lei, atividades com pagamento indireto ao fornecedor, inclusive serviços públicos de caráter geral, desde que remunerados direta ou indiretamente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 435/2018<br>LASIER MARTINS                 | Cria Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 436/2018<br>CIRO NOGUEIRA                         | Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 437/2018<br>JOSÉ SERRA                            | Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para dispor sobre a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e revogar a possibilidade de extensão da vigência de patentes além do prazo regular contado da data de depósito, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dispor sobre a competência da Agência de avaliar a concessão de patente para produto ou processo farmacêutico. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 438/2018<br>AIRTON SANDOVAL                       | Altera o inciso XIV do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para sujeitar as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, bem como outras atividades profissionais, de forma individual, associada ou cooperativada, ao mecanismo de controle e prevenção à lavagem de dinheiro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 439/2018<br>MARTA SUPLICY                         | Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 52/2018<br>COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA | Altera o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, para incluir a Análise de Impacto Regulatório nos relatórios da Comissão de Serviços de Infraestrutura que versem sobre matérias que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessões e parcerias público-privadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 138/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES                    | Susta os efeitos do art. 7º do Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018, que regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 817, de 4 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o exercício do direito de opção para a inclusão em quadro em extinção da União de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 440/2018<br>PAULO PAIM                            | Modifica o art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Plano de Benefícios da Previdência Social – para especificar as situações em que é necessária a elaboração de laudo técnico de condições ambientais do trabalho e dispor sobre o acompanhamento do sindicato dos trabalhadores em sua elaboração.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PLS 441/2018<br>AIRTON SANDOVAL | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que o processo seletivo para cursos superiores de graduação seja baseado no desempenho escolar e na nota obtida em avaliação nacional do ensino médio.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 445/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 444/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 443/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infração administrativa de omissão de comunicação à autoridade competente de casos envolvendo suspeita ou confirmação de crime de abuso sexual de criança ou adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 448/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar ao Poder Público a criação de varas especializadas e exclusivas do idoso.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 446/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a lesão corporal gravíssima e a lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra mulher, criança ou maior de sessenta anos, no rol dos crimes hediondos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 447/2018<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 449/2018<br>MAGNO MALTA     | Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade, na ocupação das vagas concedidas aos menores aprendizes, aos adolescentes que residam em espaços de acolhimento institucional e abrigos, e acrescenta § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do empregador, nas contratações de aprendizes, e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PRS 53/2018<br>LASIER MARTINS     | Altera o Regimento Interno para estabelecer o voto aberto nas eleições.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 450/2018<br>TELMÁRIO MOTA     | Altera os arts. 155 e 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena prevista para os crimes de furto e roubo quando praticados contra entidades filantrópicas, igrejas e instituições de ensino.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 451/2018<br>JOSÉ MEDEIROS     | Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para determinar a realização de exame toxicológico para ingresso e permanência em cargos públicos e em instituições públicas de ensino superior e profissional e para manutenção de bolsa de estudo paga pelo Administração Pública a estudantes de instituições privadas de ensino superior. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 455/2018<br>JOSÉ MEDEIROS     | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 453/2018<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 454/2018<br>JOSÉ MEDEIROS     | Estabelece a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento dos crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra profissional da segurança pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 456/2018<br>JOSÉ MEDEIROS     | Altera os Decretos-Leis nos 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, para ratificar a competência da polícia judiciária militar para investigar crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 452/2018<br>CRISTOVAM BUARQUE | Altera o art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para estabelecer que, após cumprir a pena, o egresso terá direito a passagem rodoviária para a sua cidade de origem.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PDS 139/2018<br>ROMÁRIO           | Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.546, de 30 de outubro de 2018, que altera o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, para excluir a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e estabelecer que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos critérios aplicados aos demais candidatos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 459/2018<br>CIRO NOGUEIRA     | Altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e o art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de material genético de todos os condenados e de todos os presos em flagrante por crime cuja pena máxima seja superior a 2 (dois) anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 461/2018<br>ROMÁRIO           | Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 460/2018<br>ROMÁRIO           | Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência", para dispor sobre a utilização do Cadastro-Inclusão para fins de habilitação da pessoa com deficiência a quotas e a vagas reservadas em processos seletivos e em certames públicos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 55/2018<br>REGUFFE            | Dispõe sobre a extinção do plano de assistência à saúde prestada aos Senadores, ex-Senadores, seus dependentes e cônjuges.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 463/2018<br>REGUFFE           | Determina a proibição de aposentadoria especial para parlamentares e dispõe sobre o enquadramento obrigatório de todos os parlamentares brasileiros, de todas as esferas de governo, como integrantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 462/2018<br>ROMERO JUCÁ       | Altera a legislação tributária federal e a relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aprimorar o regime de tributação relativo aos planos de previdência privada para as pessoas físicas e jurídicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 464/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA | Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para instituir o direito do usuário de serviço público a ter conhecimento prévio quanto da interrupção da prestação do serviço.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|------------------------------------|--|---|
| PLS 465/2018<br>ROBERTO ROCHA      | Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 56/2018<br>LÍDICE DA MATA      | Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia da União nas operações de crédito externo e interno.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 140/2018<br>JOSÉ MEDEIROS      | Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 61/2018<br>RICARDO FERRAÇO     | Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 469/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES | Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para estabelecer uma única faixa para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 141/2018<br>PAULO PAIM         | Revoga os §§ 1º e 2º do Decreto Legislativo nº 276, de 2014, para extinguir a ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional e a suplente convocado, destinada a compensar as despesas com mudança e transporte.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 471/2018<br>HUMBERTO COSTA     | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a definição das infrações penal, eleitoral e civil de criar ou divulgar notícia falsa, e cominar as respectivas penas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 19/2018<br>OTTO ALENCAR        | Atribui ao Conselho Nacional de Justiça a Competência para a edição de indulto coletivo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 473/2018<br>CIRO NOGUEIRA        | Inclui o art. 3º-D na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a comercialização, a importação e a publicidade de dispositivos eletrônicos fumígenos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 62/2018<br>WALTER PINHEIRO       | Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e de contrapartida para a concessão de aval e garantia pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 472/2018<br>JOSÉ SERRA           | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes na educação básica pública.                                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 475/2018<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 125/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera a Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, para permitir às partes a utilização de correio eletrônico ou outra ferramenta similar com vistas à prática de atos processuais que dependam de petição escrita. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 126/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Denomina Rodovia Virgílio José Carneiro o trecho rodoviário da BR-359 entre os Municípios de Coxim e Alcinópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 129/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a profissão de ceremonialista e de suas correlatas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 130/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a realização de exames em gestantes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLC 133/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS       | Confere o título de Capital Nacional do Ovo ao Município de Bastos, no Estado de São Paulo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 508/2018<br>ALVARO DIAS                | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 509/2018<br>ALVARO DIAS                | Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para considerar a participação no Programa Mais Médicos como tempo de realização do Programa de Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 476/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para exigir alvará especial de funcionamento de estabelecimentos de diversões e espetáculos públicos que comercializem bebidas alcoólicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 477/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Dispõe sobre a notificação de violência autoprovocada por crianças ou adolescentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 500/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exibições artísticas inadequadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 478/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 492/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas íntimas a adolescentes privados de liberdade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 501/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para prever competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juiz o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 479/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar causa de aumento de pena mais severa para maus-tratos cometidos contra criança menor de seis anos de idade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 480/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para condicionar a obtenção de licença de funcionamento de instituições de educação infantil e ensino fundamental à instalação de câmeras de monitoramento em suas dependências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 481/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir as competências socioemocionais como tema transversal nos currículos dos ensinos fundamental e médio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 482/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 502/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou à autoridade policial.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 493/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Dispõe sobre a garantia de proteção a agentes públicos que comuniqueem casos de suspeita de violência, agressão e maus-tratos contra crianças e adolescentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 483/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Acrescenta os arts. 159-A e 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre normas de segurança e medicina do trabalho específicas para os empregados que trabalhem em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PLS 495/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever o confisco e a destinação de bens utilizados nos crimes de tráfico de criança ou adolescente ou contra a liberdade e dignidade sexual de criança ou adolescente que especifica.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 503/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena, para o crime de homicídio praticado contra criança ou adolescente e aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável seguido de morte.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 496/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir a pedofilia no rol dos crimes hediondos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 497/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o ingresso compulsório de pais ou responsáveis, autores de violência contra criança ou adolescente, em programas de prevenção da violência contra criança ou adolescente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 498/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Revoga a Lei da Alienação Parental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 504/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 494/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para estabelecer sanções penais para quem deixar de comunicar violência praticada contra criança ou adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 506/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em abrigos.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 484/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para incluir cinemas, teatros, apresentações cinematográficas ou teatrais, exposições ou mostras de arte no rol de locais ou atividades nos quais a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável é condicionada à competência da autoridade judiciária para disciplinar, mediante portaria, ou autorizar, mediante alvará. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 499/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1995, para que bebidas com teor alcoólico superior a 0,5 graus Gay Lussac passem a ser consideradas bebidas alcoólicas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 485/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever medidas adicionais de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 486/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a admissão e a permanência de criança ou de adolescente em bailes funk, eventos com livre fornecimento de bebidas alcoólicas ou eventos semelhantes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 487/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar mais rígido o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 488/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impedir que pessoas filiadas a partidos políticos exerçam ou concorram à função de membro do Conselho tutelar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 489/2018 - Complementar<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis para qualquer cargo, durante o exercício da função e por 2 anos após o seu encerramento, os membros do Conselho Tutelar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 490/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017                | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para regulamentar a visita de criança ou adolescente a estabelecimento penal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 491/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para proibir a visita íntima acompanhada de criança.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 513/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 180 do Código Penal, para estabelecer a responsabilidade penal de pessoas jurídicas por receptação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 520/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 510/2018<br>LASIER MARTINS             | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências.                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 516/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Inclui o § 5º no art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para vedar a concessão de liberdade provisória a investigado ou réu que tenha confessado a prática de crime hediondo ou equiparado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 514/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer que os convênios e contratos da União contenham cláusula de divulgação da origem de recursos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 521/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para determinar que não se aplicam às obras e aos serviços executados nas faixas de domínio das rodovias e ferrovias federais e nos portos federais já implantados as sanções da Lei de Crimes Ambientais | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 511/2018<br>CIDINHO SANTOS             | Acrescenta o § 2º ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a prescrição no contrato de experiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PLS 518/2018<br>CIDINHO SANTOS       | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 512/2018<br>CIDINHO SANTOS       | Altera os arts. 318 e 334 do Código Penal para aumentar a pena no caso de contrabando de explosivo, ou qualquer equipamento, instrumento ou artefato destinados à prática de crime.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 519/2018<br>CIDINHO SANTOS       | Dispõe sobre a instalação de bombas de autosserviços nos postos de abastecimento de combustíveis, e revoga a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 523/2018<br>ROSE DE FREITAS      | Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para incluir entre as causas de indignidade a prática de crimes hediondos contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 522/2018<br>ROSE DE FREITAS      | Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para obrigar a realização de processos seletivos simplificados para preenchimento de vagas de estágio supervisionado nos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 524/2018<br>ROSE DE FREITAS      | Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PDS 167/2018<br>HUMBERTO COSTA       | Veda o pagamento da ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional no caso de reeleição e em outras situações similares.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 134/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena pela prática de ato de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir como causa de aumento de pena do crime de maus-tratos aos animais a prática de atos de zoofilia. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLS 525/2018 - Complementar<br>GUARACY SILVEIRA | Altera o art. 3º-B da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, com o intuito de prever a destinação de recursos para o auxílio e a capacitação de organizações civis no cumprimento dos requisitos para se enquadrarem como Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 20/2018<br>GUARACY SILVEIRA                 | Dá nova redação ao art. 102 da Constituição Federal para determinar a utilização do Preâmbulo como elemento de interpretação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 528/2018<br>ACIR GURGACZ                    | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para estabelecer o uso da telessaúde no Sistema Único de Saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 529/2018<br>DALIRIO BEBER                   | Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Código Florestal; e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano, para fortalecer a autonomia local e a segurança jurídica em matéria ambiental e urbanística.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 527/2018 - Complementar<br>CIDINHO SANTOS   | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 526/2018<br>CIDINHO SANTOS                  | Revoga o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, para não mais permitir a possibilidade da penhora do bem de família nos casos de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 530/2018<br>DALIRIO BEBER                   | Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento do Sul – FDS com a finalidade de estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 531/2018<br>LINDBERGH FARIA                 | Altera o art. 1º da Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, para determinar que para fins de dedução das importâncias aplicadas, em cada período de apuração, nas atividades de exploração e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, não poderão ser computados os pagamentos de royalties e bônus de assinatura feitos pelos contratados sob o regime de partilha de produção, de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PLS 535/2018<br>ROBERTO REQUIÃO                  | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para permitir a utilização do Fundo Partidário para o pagamento de multas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 537/2018<br>HUMBERTO COSTA                   | Altera o art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para tornar obrigatória a realização de entrevista com candidato que tenha aceito convite para participar de debate em emissora de rádio ou de televisão, na hipótese de recusa pelos candidatos adversários.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 532/2018<br>ATAÍDES OLIVEIRA                 | Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre limites máximos de gorduras, açúcares e sódio nos alimentos industrializados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 536/2018 - Complementar<br>ARMANDO MONTEIRO  | Regulamenta o disposto no art. 192 da Constituição Federal para suprir a condição determinada no art. 52 das disposições Constitucionais Transitórias, eliminando a necessidade de autorização do Poder Executivo da União para o funcionamento de instituições financeiras estrangeiras no País.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 533/2018<br>ATAÍDES OLIVEIRA                 | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a definição das infrações penal, eleitoral e civil de criar ou divulgar notícia falsa, e cominar as respectivas penas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 64/2018<br>ATAÍDES OLIVEIRA                  | Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, para disciplinar o quantitativo de cargos em comissão nos gabinetes parlamentares.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 534/2018 - Complementar<br>CRISTOVAM BUARQUE | Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 136/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS             | Institui o Sistema Nacional de Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLC 137/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Disciplina a aquisição de livros pelo poder público por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e programas similares; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), para dispor sobre a impressão de livros contemplados com o incentivo fiscal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 138/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 140/2018<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS            | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a inserção no mercado de trabalho, como aprendizes, de jovens egressos de estabelecimentos prisionais e correcionais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 538/2018 - Complementar<br>ARMANDO MONTEIRO | Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 540/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA               | Altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 539/2018<br>CÁSSIO CUNHA LIMA               | Acrescenta o artigo 200-A e incisos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer regras para o procedimento de regulamentação da segurança e saúde no trabalho.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 21/2018<br>IVO CASSOL                       | Altera os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, para permitir que bombeiros e policiais militares possam acumular o cargo militar com outros cargos especificados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 541/2018<br>GUARACY SILVEIRA                | Altera a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, para adotar o critério de quotas sociais para ingresso no serviço público federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PLS 542/2018<br>ROSE DE FREITAS           | Dispõe sobre a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de dissolução do casamento ou da união estável.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 543/2018<br>ATAÍDES OLIVEIRA          | Acrescenta o § 6º ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1995, para instituir critério para a divulgação de pesquisas eleitorais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 545/2018<br>GUARACY SILVEIRA          | Dispõe sobre dispensação da prescrição de receita para medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.                              | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 544/2018<br>ZÉ SANTANA                | Altera a Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal - quanto aos procedimentos para a execução indireta de atividades em estabelecimentos penais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PRS 67/2018<br>CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017 | Cria a Comissão da Criança e do Adolescente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 547/2018<br>REGUFFE                   | Dispõe sobre o fim dos chamados “carros oficiais”, com a proibição da utilização de veículos oficiais por autoridades públicas, exceto o Presidente da República, na condição de Chefe de Estado Brasileiro. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 547/2019<br>PAULO ROCHA                | Altera a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, para dispor sobre o valor do salário mínimo em 2019.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2019<br>ROSE DE FREITAS             | Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 577/2019<br>ALVARO DIAS                | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 16/2019 - Complementar<br>ALVARO DIAS | Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 579/2019<br>ALVARO DIAS                | Altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 586/2019<br>ALVARO DIAS                | Altera a Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos correspondentes a honorários por serviços prestados ao Sistema Único de Saúde por profissionais de saúde.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 576/2019<br>ALVARO DIAS                | Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 583/2019<br>ALVARO DIAS                | Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 584/2019<br>ALVARO DIAS                | Estabelece normas para a concessão de assistência judicial gratuita aos necessitados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 16/2019<br>LASIER MARTINS             | Urgência para o PRS 53/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 639/2019<br>TELMÁRIO MOTA                       | Altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar como crime de maus-tratos a conduta do agente público que, injustificadamente, sacrificar animais apreendidos ou deixar de soltá-los em seu habitat natural ou de destiná-los a pessoas ou entidades que por eles queiram se responsabilizar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 634/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO                | Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar o tempo máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade para quarenta anos; o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para o crime de latrocínio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o interstício mínimo para a progressão de regime de cumprimento de pena para condenados pela prática de crime hediondo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 635/2019<br>LASIER MARTINS                      | Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 616/2019<br>LASIER MARTINS                      | Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 22/2019 - Complementar<br>MARIA DO CARMO ALVES | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para estabelecer que as renúncias fiscais tenham prazo determinado, objetivos, metas e órgão responsável por sua supervisão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 26/2019 - Complementar<br>ANTONIO ANASTASIA    | Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 711/2019<br>ANTONIO ANASTASIA                   | Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 1/2019 - CAE<br>JORGINHO MELLO                 | Requeiro, nos termos dos arts. 73 e 89, inc. IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a examinar e debater as políticas públicas relacionadas às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 5/2019 - CE<br>LEILA BARROS             | Requeiro, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno, que a política pública selecionada como objeto de avaliação por essa Comissão de Educação, Cultura e Esporte no presente ano seja a implementação da reforma do ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 5/2019 - CAE<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO | Requeiro, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça à esta Comissão, a fim de apresentar e discutir Reforma da Previdência, elaborada pelo Ministério de sua titularidade.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 6/2019 - CAE<br>CIRO NOGUEIRA           | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o spread bancário no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:<br>1. Presidente do Banco Central do Brasil;<br>2. Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;<br>3. Presidente da Federação Brasileira dos Bancos;<br>4. Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;<br>5. Deputado Federal Júlio César.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 8/2019 - CAE<br>ANGELO CORONEL          | Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia para prestar informações acerca da Reforma da Previdência.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2019 - CRE<br>ANGELO CORONEL          | Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações acerca das diretrizes e dos programas prioritários da pasta sob sua responsabilidade.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 5/2019 - CRE<br>MARCOS DO VAL           | Requeiro, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 703, de 2019, que “Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015”, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões constantes no despacho inicial, Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 938/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO      | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre programas de estímulo à adoção por meio de busca ativa de pessoas interessadas em adotar crianças e adolescentes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 10/2019 - CAE<br>JORGINHO MELLO    | Requeiro nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata de competência dessa Comissão, avaliar os critérios estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para classificação da situação fiscal dos Estados.                                    | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 859/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Código de Minas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 9/2019<br>ALVARO DIAS              | Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1120/2019<br>LASIER MARTINS         | Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 6/2019 - CRE<br>MARCIO BITTAR      | Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro, pelos atos de violência perpetrados contra o povo venezuelano e a destruição de carregamentos de ajuda humanitária. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1216/2019<br>ALVARO DIAS            | Acrescenta o § 6º ao art. 33 e altera o art. 35 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para proibir a divulgação de pesquisas eleitorais nos quinze dias anteriores ao pleito e dá outras providências.                          | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1265/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO   | Institui o dia 21 de abril como o Dia Nacional de Combate a Violência e ao Crime Hediondo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 12/2019<br>ALVARO DIAS             | Modifica os §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal, para reduzir o número de Senadores de três para dois, por Estado e pelo Distrito Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| RQS 104/2019<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Auditória e inspeção de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todos os contratos e documentos comprobatórios da prestação dos serviços de aviação, prestados no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) na última legislatura.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 105/2019<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Informações ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 70 e art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação à construção da Ponte do rio Matapi, localizada no município de Santana-AP, assim como a realização de inspeção na referida obra. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1350/2019<br>ROSE DE FREITAS               | Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para determinar que entidades de prática desportiva apresentem alvará de funcionamento para serem reconhecidas e certificadas como entidades formadoras de atletas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1329/2019<br>ALVARO DIAS                   | Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar debates, entrevistas individuais e coberturas jornalísticas sobre atos de campanha e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 57/2019 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para determinar que a liberação dos recursos relativos a transferências voluntárias deverá preferencialmente obedecer à ordem cronológica de aprovação dos respectivos projetos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1421/2019<br>ROSE DE FREITAS               | Altera os arts. 114 e 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer a necessidade de avaliação psicológica para a progressão ao regime aberto e para a concessão do benefício da saída temporária.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1406/2019<br>ROSE DE FREITAS               | Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para incluir o desempenho acadêmico como um dos requisitos a ser considerado na seleção de estagiários bem como a condição social e familiar do candidato ao estágio.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1417/2019<br>ROSE DE FREITAS               | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para majorar as penas cominadas aos crimes relacionados a poluição e a condutas com produtos perigosos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 1415/2019<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer preferência em leilão de veículos àquele que teve o bem apreendido.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1458/2019<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador completar 60 anos.                                     | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1455/2019<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador permanecer um ano ininterrupto fora do regime do FGTS. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 18/2019<br>ALVARO DIAS                | Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 62/2019 - Complementar<br>JOSÉ SERRA  | Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior flexibilidade, alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 66/2019 - Complementar<br>ALVARO DIAS | Exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1536/2019<br>JEAN PAUL PRATES          | Destina ao Fundo Social os recursos, em favor da União, oriundos de acordos de leniência, bem como de acordos judiciais celebrados entre pessoas físicas ou jurídicas com autoridades estrangeiras.                               | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1541/2019<br>MAILZA GOMES              | Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), com o fim de aperfeiçoar a legislação eleitoral no combate à fraude à cota de gênero.                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PL 1594/2019<br>JOSÉ SERRA              | Dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 22/2019<br>ALVARO DIAS              | Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para fixar o valor mínimo a ser aplicado, anualmente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 15/2019 - CRE<br>CHICO RODRIGUES    | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objetada REQ 10/2019 - CRE, seja incluída a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e que seja convidado o Excelentíssimo Senhor MarcosCesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC, para apresentar dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite que os Estados Unidos da América do Norte e outras nações lancem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), no Maranhão. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 180/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLC 103/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 15/2019 - CDR<br>IZALCI LUCAS       | Requeiro, nos termos do Artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Política de Centros de Desenvolvimento Regional, desenvolvida pelo Ministério da Educação em escala piloto, seja objeto de avaliação por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no presente ano.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2019 - CE<br>STYVENSON VALENTIM  | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a qualidade dos cursos EAD no País; o acesso à informação referente à regularidade desses junto ao MEC; os critérios de fiscalização de abertura e manutenção desses cursos; e as ações que o MEC vem desenvolvendo para resolver os casos de milhares de alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e não obtiveram registros de seus diplomas de conclusão.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 30/2019<br>ELMANO FÉRRER            | Altera o art. 73 da Constituição Federal para modificar a forma de escolha e o regime jurídico dos Ministros do Tribunal de Contas da União.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 8/2019 - CRA<br>SORAYA THRONICKE    | Nos termos do artigo 90, IX, 96-B e 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2019: Política de Comércio Internacional Agropecuário.<br>Relator da avaliação: Senador Luis Carlos Heinze. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1850/2019<br>ALVARO DIAS             | Altera a Lei nº 4886, de 9 de dezembro de 1965, para fixar em R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) o valor da anuidade devida pelos representantes comerciais, pessoas físicas e jurídicas, ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no qual estejam registrados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1851/2019<br>ALVARO DIAS             | Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para dispor sobre as eleições e composição dos Conselhos Federal e Regionais de Representantes Comerciais Autônomos, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 208/2019<br>ROBERTO ROCHA           | Oitiva da CAE sobre o PLS 376/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1907/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prorrogar a autorização da dedução, do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas devido, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1906/2019<br>ROSE DE FREITAS         | Altera o art. 20 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a manutenção da prisão em flagrante ou da prisão preventiva decretada no curso da investigação até a conclusão do inquérito policial ou de eventual apuração realizada pelo Ministério Público.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1918/2019<br>LASIER MARTINS          | Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; nº 7.802, de 11 de julho de 1989; nº 12.651, de 25 de maio de 2012; e nº 13.123, de 20 de maio de 2015; para estabelecer medidas de estímulo à pesquisa e à proteção das populações de polinizadores.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1983/2019<br>ROBERTO ROCHA           | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a responsabilidade de toda a cadeia de fornecedores de produtos ou serviços na hipótese de dano causados a terceiros.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| PEC 42/2019<br>ANTONIO ANASTASIA      | Revoga a não incidência de ICMS na exportação de produtos não-industrializados e semielaborados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1980/2019<br>JEAN PAUL PRATES      | Altera a Lei nº 13.251, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 19/2019 - CRE<br>SORAYA THRONICKE | Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2168/2019<br>ALVARO DIAS           | Altera a redação do § 2º do art. 63 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para permitir que jovens advogados, com mais de dois anos de efetivo exercício profissional, possam disputar as eleições da Ordem dos Advogados do Brasil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 47/2019<br>LASIER MARTINS         | Altera o art. 5º da Constituição Federal para prever regime integralmente fechado para condenados por crimes hediondos cometidos com violência contra a pessoa.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2235/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO  | Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de ao menos trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para cada um dos sexos e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.                                | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 30/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2259/2019<br>REGUFFE               | Altera a Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar o pagamento automático de indenização aos consumidores por atraso de voos, sem que esses precisem entrar na Justiça.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 31/2019 - CAE<br>STYVENSON VALENTIM                           | Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS329/2018, que Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 107/2019 - Complementar<br>ALVARO DIAS                        | Acrescenta o § 5º ao art. 4º, o § 6º ao art. 9º e os §§ 3º a 5º ao art. 26, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer limites para valores e prazos máximos de vigência para subvenções pagas pelo setor público, criar mecanismo de prestação de contas relativo ao gerenciamento da dívida pública mobiliária federal e fixar limite máximo ao déficit primário equivalente a 1,1% do Produto Interno Bruto. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 288/2019<br>ROBERTO ROCHA                                     | Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418/2013.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 32/2019 - CAE<br>WELLINGTON FAGUNDES                          | Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 538/2018, que Altera a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), de forma a garantir a utilização dos créditos acumulados de ICMS nas exportações.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 297/2019<br>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL | Criação de Comissão Temporária Externa destinada a participar de missão oficial no Peru.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 300/2019<br>IZALCI LUCAS                                      | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômico sobre o Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 302/2019<br>CHICO RODRIGUES                                   | Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143/2011.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2451/2019<br>JEAN PAUL PRATES                                  | Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estabelecer critérios para a utilização do benefício do incentivo fiscal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 37/2019 - CAE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeremos, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a decretação de sigilo sobre estudos da reforma da Previdência, noticiada pelo jornal Folha de São Paulo.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 38/2019 - CAE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeremos, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário Especial da Previdência do governo federal, Rogério Simonetti Marinho, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a decretação de sigilo sobre estudos da reforma da Previdência noticiada pelo jornal Folha de São Paulo.                                   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2507/2019<br>ACIR GURGACZ            | Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2508/2019<br>ACIR GURGACZ            | Altera o art. 854 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para vedar a penhora de valores constantes de conta salário em que os créditos da entidade pagadora sejam inferiores a cinquenta salários mínimos mensais, considerada a média anual, ressalvada a penhora para pagamento de prestação alimentícia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2504/2019<br>ACIR GURGACZ            | Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 44/2019 - CE<br>ANGELO CORONEL      | Requer, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre o bloqueio do orçamento de universidades federais, notadamente a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2604/2019<br>ACIR GURGACZ            | Estabelece requisitos para a investidura em cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional dos Poderes da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 40/2019 - CAE<br>RANDOLFE RODRIGUES             | Requeiro, nos termos do artigo 58, §2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio de recursos das Universidades Federais.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 26/2019 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Requer o convite ao secretário especial da previdência do governo federal, Rogério Simonetti Marinho, para prestar informações acerca das denúncias de que o valor de uma emenda parlamentar de sua autoria foi parar em na conta de um primo, conforme investigação da Polícia Federal.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 27/2019 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES            | Requer o convite ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio de recursos das Universidades Federais.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 42/2019 - CAE<br>PAULO PAIM                     | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o "PLS nº 511 de 2017, que acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo". | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 124/2019 - Complementar<br>MARIA DO CARMO ALVES | Altera a Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, para condicionar a validade das leis que especifica à revogação de ao menos duas outras leis relativas à mesma atividade econômica e instituir novas diretrizes para a revogação das leis.                                  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 64/2019<br>ROBERTO ROCHA                        | Altera os arts. 23 e 165 da Constituição Federal; cria o art. 165-A da Constituição Federal; dá nova redação ao art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e cria o art. 35-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre políticas de redução das desigualdades inter-regionais.                                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2675/2019<br>MAILZA GOMES                        | Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para assegurar a execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 2674/2019<br>MAILZA GOMES                    | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para permitir que a Administração Pública exija, nos editais de licitação para a contratação de serviços, que um percentual mínimo da mão de obra seja composto por mulheres em situação de violência doméstica e familiar. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2648/2019<br>ROBERTO ROCHA                   | Dispõe sobre a exploração de cassinos em resorts instalados ou que venha a se instalar em qualquer parte do território nacional, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2718/2019<br>ROSE DE FREITAS                 | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, para vedar a comercialização de armas de fogo de uso restrito para pessoas físicas e jurídicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 130/2019 - Complementar<br>JEAN PAUL PRATES | Altera o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para manutenção e desenvolvimento do ensino não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2833/2019<br>JEAN PAUL PRATES                | Adiciona inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 70/2019<br>ACIR GURGACZ                     | Acrescenta § 13 ao art. 37 e dá nova redação ao inciso II do § 3º do art. 142, ambos da Constituição Federal, para detalhar hipóteses de acumulação de cargos dos servidores civis que menciona, assim como dos militares das forças armadas e dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2903/2019<br>ROSE DE FREITAS                 | Dispõe sobre normas de regulação do setor de órteses, próteses e demais materiais implantáveis; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar o fornecimento de informações econômicas para fins de composição dos preços; e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar a substituição gratuita dos produtos implantados, nos casos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| REQ 46/2019 - CAE<br>KÁTIA ABREU      | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário tendo como temas a serem explorados: Direito de Passagem; Modelo open access ao sistema ferroviário; Cálculo da tarifa ferroviária; Fundamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADI) 5684 e 5991 contra a Lei nº 13.448/17 (sancionada no governo Temer) que autorizou a prorrogação antecipada dos contratos de concessões ferroviárias. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2902/2019<br>ROSE DE FREITAS       | Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 76/2019<br>ANTONIO ANASTASIA      | Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 48/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2019 - CAE, seja incluído o seguinte convidado:<br>Rodrigo Orair - Representante da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI). Economista pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pesquisador associado ao International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 49/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 4/2019, seja incluído o seguinte convidado:<br>Cleveland Prates Teixeira - professor da FGV - São Paulo  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2971/2019<br>ROSE DE FREITAS       | Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos e institui normas para circulação de bicicletas elétricas e veículos de mobilidade individual autopropelidos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2965/2019<br>ELMANO FÉRRER         | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os controles eletrônicos de estabilidade e tração como equipamentos obrigatórios dos veículos automotores.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| REQ 56/2019 - CAE<br>IZALCI LUCAS    | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater os efeitos fiscais da política monetária, creditícia e cambial.                               | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 30/2019 - CRE<br>NELSINHO TRAD   | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, incluir o ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin.             | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3007/2019<br>LASIER MARTINS       | Altera os arts. 65 e 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para extinguir os benefícios de atenuação de pena e redução pela metade dos prazos de prescrição, aplicáveis quando o agente, na data do crime, apresentar idade inferior a 21 (vinte e um) anos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 81/2019<br>ROSE DE FREITAS       | Altera os arts. 27, 29, 45 e 49 da Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3075/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para tornar obrigatório plebiscito sobre temas relevantes e de alta repercussão nacional concomitante com as eleições gerais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3076/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera o art. 352 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fuga de preso, independentemente da utilização de violência contra a pessoa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3110/2019<br>JEAN PAUL PRATES     | Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.                                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 444/2019<br>CHICO RODRIGUES      | Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 446/2019<br>ELMANO FÉRRER              | Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2016.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 458/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO    | Oitiva da CAE sobre o PLS 110/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 141/2019 - Complementar<br>KÁTIA ABREU | Dispõe sobre o cadastramento nacional de créditos de dívida ativa federal, estadual, distrital e federal, e sobre o leilão desses créditos. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3141/2019<br>ACIR GURGACZ               | Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Ji-Paraná, com sede no Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.          | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 453/2019<br>ELMANO FÉRRER              | Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 454/2019<br>ELMANO FÉRRER              | Oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.        | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 455/2019<br>ELMANO FÉRRER              | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 2259/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3143/2019<br>ACIR GURGACZ               | Institui os Juizados Especiais de Família.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3142/2019<br>ACIR GURGACZ               | Autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Militar de Porto Velho, no Município de Porto Velho, em Rondônia.                              | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PL 3148/2019<br>ROSE DE FREITAS      | Modifica a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas os rendimentos e proventos de qualquer natureza percebidos pelos portadores das doenças especificadas em lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3178/2019<br>JOSÉ SERRA           | Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 85/2019<br>ACIR GURGACZ          | Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação as operações interestaduais com energia elétrica, bem como dividir em partes iguais a apropriação da receita gerada por essas operações entre os Estados de origem e de destino.                | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 60/2019 - CAE<br>CHICO RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e esclarecer a situação atual da produção e oferta pública de insulina aos brasileiros portadores do diabetes.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 472/2019<br>JUÍZA SELMA          | Tramitação conjunta dos PLS nºs 360/2015 e 112/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3252/2019<br>LASIER MARTINS       | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 32/2019 - CDR<br>IZALCI LUCAS    | Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDAM, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 34/2019 - CDR<br>IZALCI LUCAS    | Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDENE, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 3263/2019<br>ANTONIO ANASTASIA                   | Modifica a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre parcerias garantidas por fundos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 89/2019<br>LASIER MARTINS                       | Modifica o art. 84 da Constituição Federal, para vedar indulto e comutação de penas nas situações que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 63/2019 - CAE<br>KÁTIA ABREU                    | Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 61 de 2019, que “altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido”. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 493/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO             | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 2313/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 65/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO               | Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade da realização do censo 2020 sem cortes, para nortear o planejamento de políticas públicas para o Brasil em seus diversos âmbitos.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 153/2019 - Complementar<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Estabelece normas gerais nacionais de finanças públicas e administração financeira e orçamentária de natureza complementar à regulamentação geral da matéria realizada com amparo nos arts. 163 e 165, § 9º, da Constituição Federal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3410/2019<br>ELMANO FÉRRER                       | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer que a exclusão da sucessão dos herdeiros ou legatários indignos, nos casos previstos no inciso I do art. 1.814 do Código Civil, dar-se-á na própria sentença penal condenatória.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 67/2019 - CAE<br>RODRIGO PACHECO                | Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 579/2019, que altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.                               | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 3460/2019<br>JEAN PAUL PRATES                 | Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre autorização legislativa específica para a alienação de ativos quando importar perda de controle acionário pelo Estado; e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3459/2019<br>PAULO ROCHA                      | Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro (a), ascendente ou descendente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3476/2019<br>ROBERTO ROCHA                    | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 515/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO          | Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 2313, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 519/2019<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO          | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 72/2019 - CAE<br>PAULO ROCHA                 | Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 71 de 2019, desta Comissão de Assuntos Econômicos, seja incluído O nome do Sr. Fabio Vasconcellos, Diretor Estaleiro Rio Maguari e Presidente Sindicato Indústria de Construção Naval do PA, como participante da audiência que será realizada em Conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre as restrições e potencialidades da utilização de navegação por cabotagem no Brasil e para instruir o Projeto de lei nº 2948, de 2019. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 530/2019<br>MECIAS DE JESUS                  | Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar a situação do Estado de Roraima com a finalidade de verificar o impacto da imigração dos venezuelanos junto à população no que se refere à segurança pública, saúde e educação.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 158/2019 - Complementar<br>ANTONIO ANASTASIA | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dar nova redação ao seu art. 11, que trata da previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| RQS 537/2019<br>AROLDE DE OLIVEIRA      | Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 230 e 239/2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3712/2019<br>ROSE DE FREITAS         | Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas do crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 39/2019 - CTFC<br>MARCIO BITTAR     | Requer, nos termos do art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja encaminhada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria no Fundo Amazônia, especialmente, nos contratos de repasse, investigando o objeto dos programas aprovados, a utilização dos recursos disponibilizados, a efetividade dos programas desenvolvidos, a correlação com os objetivos do fundo, a origem dos recursos aportados no referido fundo, o real objetivo dos doadores e a legalidade dos atos normativos de constituição, funcionamento e operação. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3740/2019<br>REGUFFE                 | Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para garantir ao paciente com neoplasia maligna (Câncer) o direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 45 dias, devendo os tratamentos sequenciais ao primeiro serem realizados em até 30 dias, a partir da prescrição médica, bem como determina a estruturação de uma rede de atenção à saúde das pessoas com essas doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 549/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Tramitação conjunta do PLS nº 337/2015 com o PLC nº 103/2015, com os PLS nºs 359/2015; 111/2016; 462/2018; 524/2018; e com os PL nºs 685/2019; 1232/2019; 2390/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 550/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1232, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 553/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria       |
|--------------------------------------|---|---------------------------|
| REQ 71/2019 - CE<br>IZALCI LUCAS     | Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater questões atinentes ao Aviso nº 36, de 2018, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre o acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, com a presença de representantes das seguintes instituições: 1. Tribunal de Contas da União (TCU); 2. Ministério da Educação (MEC); 3. Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); 4. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); 5. Todos pela Educação; 6. Professor Celso Niskier – Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES). | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 7/2019 - CSF<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Análise Crítica do Estado brasileiro, Instituições e Sistema e Regime de Governo após promulgação da Constituição Federal de 1988”.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 8/2019 - CSF<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Transparência da Administração Pública e na Prevenção à Corrupção e Processos de Investigação”.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 9/2019 - CSF<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “A Interferência das Notícias Falsas (Fake News) no Debate Público e Ameaças à Democracia”.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 39/2019 - CRE<br>ANGELO CORONEL  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Paulo Guedes – Ministro da Economia 2. Ernesto Araújo – Ministro das Relações Exteriores 3. Marcos Troyjo – Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais 4. Klenize Chagas – Presidente da Associação dos Analistas de Comércio Exterior ( AACE).   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 40/2019 - CRE<br>ANGELO CORONEL  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 41/2019 - CRE<br>ANGELO CORONEL  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Sr. Paulo Guedes - Ministro da Economia.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 556/2019<br>CID GOMES            | Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2016.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 3840/2019<br>ROBERTO ROCHA           | Dispõe sobre os produtos eletrônicos recolocados no mercado de consumo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3841/2019<br>SIMONE TEBET            | Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, para estender, para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com exceção do Distrito Federal, benefícios previstos para as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 43/2019 - CRE<br>HUMBERTO COSTA     | Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a prisão de militar brasileiro integrante da comitiva do presidente Jair Bolsonaro, no aeroporto de Sevilha, na Espanha, por levar 39 (trinta e nove) quilos de cocaína em sua bagagem transportada pela Força Aérea Brasileira.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 44/2019 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia e suas implicações para a economia brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA 2. Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI 3. Senhor Luis Cornachione - Diretor Executivo da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG 4. Senhor Marcos Prado Troyjo - Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia 5. Representante do Governo do Amapá 6. Senhor Paulo Nogueira Batista Jr. - Economista 7. Representante do Instituto Aço Brasil. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 45/2019 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria       |
|---|---|---------------------------|
| REQ 46/2019 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Acordo Comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia. No último dia 28 de junho foi anunciada a assinatura do Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia, acordo que estava sendo negociado há vinte anos. Os países dos dois blocos representam 25% da economia mundial, têm um PIB de US\$ 17 trilhões e uma população de 780 milhões de pessoas. O acordo comercial cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual, regras de indicação geográfica, pequenas e médias empresas, comércio e desenvolvimento sustentável, entre outros temas. Ao todo, são dezessete capítulos. O acordo é bastante abrangente e terá grande impacto na economia nacional. Para entrar em vigor ainda precisará ser ratificado pelo Congresso Nacional. É preciso, portanto, conhecer os detalhes desse acordo e debater quais serão os impactos, positivos e negativos, para o Brasil.</p> | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 47/2019 - CRE<br>JAQUES WAGNER      | <p>Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar as investigações, inclusive junto às autoridades espanholas, sobre a prisão de militar brasileiro integrante da comitiva do presidente Jair Bolsonaro, no aeroporto de Sevilha, na Espanha, por levar 39 (trinta e nove) quilos de cocaína em sua bagagem transportada pela Força Aérea Brasileira.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 80/2019 - CAE<br>KÁTIA ABREU        | Requer aditamento de requerimento da CAE com a inclusão da CRA  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 568/2019<br>AROLDE DE OLIVEIRA      | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60/2016.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 81/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Acrescenta três convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 71/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 82/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Acrescenta convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 75/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 83/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer a inclusão do economista Paulo Nogueira Batista Jr na audiência pública solicitada pelo REQ 77/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| REQ 84/2019 - CAE<br>LASIER MARTINS | Requer audiência pública para discutir o Censo Demográfico 2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3941/2019<br>DÁRIO BERGER        | Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que “dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001”, para estender aos professores o benefício da meia-entrada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3942/2019<br>DÁRIO BERGER        | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3943/2019<br>SIMONE TEBET        | Altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3950/2019<br>JOSÉ SERRA          | Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre finalidade, destinação e modalidades de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3957/2019<br>KÁTIA ABREU         | Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”, para autorizar as instituições financeiras que especifica a operacionalizar recursos dos fundos de investimento do Norte e do Nordeste. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3967/2019<br>ELMANO FÉRRER       | Altera o art. 298 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar atos preparatórios da falsificação de cartão de crédito ou de débito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3972/2019<br>ROBERTO ROCHA       | Disciplina as apostas de loterias da Caixa Econômica Federal, para tornar obrigatória a identificação do apostador e determinar que, no caso do recebedor do prêmio não ser o apostador, os seus dados deverão ser enviados ao COAF.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 3981/2019<br>ROBERTO ROCHA                  | Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV; altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; revoga as Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, 6.346, de 6 de julho de 1976, 6.504, de 13 de dezembro de 1977, 6.555, de 22 de agosto de 1978, 6.574, de 30 de setembro de 1978, 6.630, de 16 de abril de 1979, 6.648, de 16 de maio de 1979, 6.671, de 4 de julho de 1979, 6.776, de 30 de abril de 1980, 6.933, de 13 de julho de 1980, 6.976, de 14 de dezembro de 1980, 7.003, de 24 de junho de 1982, 7.436, de 20 de dezembro de 1985, 7.581, de 24 de dezembro de 1986, 9.060, de 14 de junho de 1995, 9.078, de 11 de julho de 1995, 9.830, de 2 de setembro de 1999, 9.852, de 27 de outubro de 1999, 10.030, de 20 de outubro de 2000, 10.031, de 20 de outubro de 2000, 10.540, de 1º de outubro de 2002, 10.606, de 19 de dezembro de 2002, 10.680, de 23 de maio de 2003, 10.739, de 24 de setembro de 2003, 10.789, de 28 de novembro de 2003, 10.960, de 7 de outubro de 2004, 11.003, de 16 de dezembro de 2004, 11.122, de 31 de maio de 2005, 11.475, de 29 de maio de 2007, 11.550, de 19 de novembro de 2007, 11.701, de 18 de junho de 2008, 11.729, de 24 de junho de 2008, e 11.731, de 24 de junho de 2008; revoga dispositivos das Leis nºs 6.261, de 14 de novembro de 1975, 6.406, de 21 de março de 1977, 11.297, de 9 de maio de 2006, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, e 11.772, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências, para proibir a construção de pontes de madeira construídas com recursos do Governo Federal. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 177/2019 - Complementar<br>RENILDE BULHÕES | Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde e estabelece critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde, para estabelecer critério de cálculo dos recursos transferidos pela União para os demais entes federados baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 178/2019 - Complementar<br>RENILDE BULHÕES | Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral; a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – Lei das Inelegibilidades; e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições –, para dispor sobre as ações e sanções em face de descumprimento à cota de gênero nas candidaturas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 86/2019 - CAE<br>JAQUES WAGNER             | Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 52/2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 576/2019<br>RODRIGO PACHECO                | Oitiva da CCJ sobre o PLS 375/2016.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 109/2019<br>SIMONE TEBET                   | Acrescenta § 4º ao art. 102 da Constituição Federal, para estabelecer a necessidade de demonstração da existência de controvérsia constitucional relevante e atual como condição de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 4006/2019<br>ALVARO DIAS                  | Altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, o Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 e a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para regulamentar a prática do anatocismo e a cobrança de juros em diversas modalidades de crédito.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 87/2019 - CAE<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Audiência Pública CAE CI   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4033/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO      | Altera o § 2º do art. 38 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato), para dispor sobre o depósito da caução em dinheiro em contrato de locação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4032/2019<br>JUÍZA SELMA                  | Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 88/2019 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES        | Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Prado Troyjo, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar informações sobre a atuação intervencionista do Governo Federal no mercado brasileiro em favor das empresas estrangeiras.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 89/2019 - CAE<br>ESPERIDIÃO AMIN         | Requer, nos termos do art. 73 do RISF do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária, no âmbito da CAE, para no prazo de 120 dias, examinar e comparar o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER), o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) e o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e o refinanciamento, celebrado com a União, das dívidas sob responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, com a análise individualizada de caso a caso, a fim de eventualmente ser proposto aprimoramento da legislação vigente. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 90/2019 - CAE<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Requer a realização de Audiência Pública para debater a política de financiamento da CAIXA para Estados e Municípios do Nordeste.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 92/2019 - CAE<br>EDUARDO BRAGA       | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as Políticas de Juros e Crédito no Brasil.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4232/2019<br>ACIR GURGACZ             | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para possibilitar, aos alunos matriculados na educação básica pública, a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos, e para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 51/2019 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Requer nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareçam a esta Comissão, em Reunião Conjunta com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as circunstâncias da assinatura de Ata Diplomática entre os governos do Brasil e Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 45/2019 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareçam a esta Comissão, em Reunião Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre as circunstâncias da assinatura de Ata Diplomática entre os governos do Brasil e Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu.                                     | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4241/2019<br>ROSE DE FREITAS          | Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para proibir a cobrança de serviços enquanto estiverem suspensos pelo inadimplemento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4242/2019<br>TELMÁRIO MOTA            | Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda na distribuição de lucros e dividendos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4240/2019<br>ROSE DE FREITAS          | Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para criminalizar a homofobia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PEC 118/2019<br>ALVARO DIAS                  | Altera o inciso IV do art. 52 da Constituição Federal para definir que a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente deve recair sobre servidor integrante da carreira diplomática.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 119/2019<br>KÁTIA ABREU                  | Acresce ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 115, que destina por 15 (quinze) anos 1/3 (um terço) dos recursos de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 159 da Constituição Federal, a projetos estruturantes, por meio de investimentos públicos e de financiamento de concessões e de parcerias público-privadas no âmbito de cada região; e autoriza determinadas instituições financeiras a ofertar empréstimos com recursos dos fundos constitucionais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 641/2019<br>IZALCI LUCAS                 | Tramitação conjunta do PLS 512/2017 com o PL 576/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 642/2019<br>COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS | Urgência para o PLS 116/2017-Complementar.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 648/2019<br>ROSE DE FREITAS              | Retirada do PLS 392/2016 da relação de matérias constantes do Requerimento 548/2019, de tramitação em conjunto do PLS nº 337/2015 com os PLS nºs 11, 322, 371, 454, 715, 625, 681, 703 e 749, de 2015; 113, 321, 376, 390 e 392, de 2016; 415, de 2017; 229 e 289, de 2018; com os PLs nºs 1458 e 1455, de 2019; e com o PLC 149/2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 122/2019<br>RENILDE BULHÕES              | Altera o art. 198 da Constituição Federal e os arts. 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para elevar para dezoito por cento da receita corrente líquida da União o montante mínimo a ser por ela aplicado anualmente em ações e serviços públicos de saúde, bem como para excluir esses recursos dos limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 94/2019 - CAE<br>ZEQUINHA MARINHO        | Requer realização de Audiência Pública para debater as operações de swaps cambiais, operações compromissadas e consequências da aprovação do PL 9248 de 2017, que dispõe sobre depósitos voluntários à vista ou a prazo.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 95/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO        | AP para discutir EC 95/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 97/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer debater o impacto socioeconômico da proposta de reforma da previdência (PEC nº 6, de 2019)   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4421/2019<br>JOSÉ MARANHÃO           | Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 165 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a instalação de centros judiciários de solução consensual de conflitos em prédios públicos e comunitários.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4422/2019<br>ACIR GURGACZ            | Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para regular a publicidade, a promoção e a exposição de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas em pontos de venda. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 674/2019<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Oitiva da CMA sobre o PL 1282/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 678/2019<br>EDUARDO BRAGA           | Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura para o Projeto de Lei Complementar nº 71/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 686/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 687/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 691/2019<br>FLÁVIO BOLSONARO        | Oitiva da CAE sobre o PL 3134/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 703/2019<br>OTTO ALENCAR            | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 47/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|--|---|
| PL 4585/2019<br>ROSE DE FREITAS     | Altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.522, de 19 de julho de 2002, para reduzir o percentual de multa moratória, modificar o índice de correção de débitos tributários e dilatar o prazo para rescisão de parcelamentos na situação em que específica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4584/2019<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para criar cadastro nacional de crianças e adolescentes fora da escola.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 719/2019<br>HUMBERTO COSTA      | Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar e fiscalizar o desmatamento e queimadas em áreas da Floresta Amazônica e a atuação dos órgãos federais na prevenção, combate, investigação e punição de ações ou omissões causadoras desses danos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 100/2019 - CAE<br>MAJOR OLIMPIO | Requer a realização de audiência pública para debater a perspectiva econômica para o setor audiovisual brasileiro.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 721/2019<br>ELMANO FÉRRER       | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 1284, de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 55/2019 - CRE<br>MARCIO BITTAR  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o Desmatamento Ilegal Zero. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério das Relações Exteriores – MRE; 2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 3. Ministério do Meio Ambiente – MMA; e 4. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 732/2019<br>PAULO ROCHA         | Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 317 e 324, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 733/2019<br>CHICO RODRIGUES     | Oitiva da CAE sobre PLS 51/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 734/2019<br>CHICO RODRIGUES     | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| RQS 735/2019<br>CHICO RODRIGUES         | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 50, de 2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 743/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 317, de 2015.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 744/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PLS nº 317, de 2015.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 745/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 324, de 2015.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 746/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 324, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 747/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Serviço de Infraestrutura sobre o PLS nº 324, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4840/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO    | Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 754/2019<br>ANGELO CORONEL          | Criação de Comissão Temporária destinada a visitar as obras de transposição do Rio São Francisco.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                 | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| REQ 104/2019 - CAE<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018 e o PLP 137/2019. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4978/2019<br>TELMÁRIO MOTA                 | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a destinação de animais domésticos e exóticos apreendidos e para proibir seu sacrifício.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 783/2019<br>EDUARDO GOMES                 | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC 179/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 788/2019<br>MARCOS ROGÉRIO                | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 46/2019 - CDR<br>LUCAS BARRETO            | Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 47/2019 - CDR<br>LUCAS BARRETO            | Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 143/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO          | Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para alterar a duração do mandato dos prefeitos e vereadores eleitos em 2020 e viabilizar a coincidência geral dos mandatos a partir de 2026.        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 145/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO          | Altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal, para dispor sobre os suplentes de Senador.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| RQS 808/2019<br>ALVARO DIAS           | Informações ao Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública sobre a atuação das instituições públicas, inclusive da Advocacia-Geral da União - AGU, no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5181/2019<br>JEAN PAUL PRATES      | Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que avô ou avó se afaste do trabalho por até cinco dias, por ocasião de nascimento de neto.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 810/2019<br>ALVARO DIAS           | Informações ao Advogado-Geral da União sobre a atuação das instituições públicas, inclusive da Advocacia-Geral da União - AGU, no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.                              | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 112/2019 - CAE<br>MAJOR OLIMPIO   | Requer o aditamento ao requerimento CAE nº 105/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 113/2019 - CAE<br>RODRIGO PACHECO | Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.             | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 827/2019<br>JAQUES WAGNER         | Criação de Comissão Temporária Interna destinada ao Acompanhamento das Privatizações - CEAP.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5282/2019<br>ANTONIO ANASTASIA     | Altera o art. 156 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para estabelecer a obrigatoriedade de o Ministério Público buscar a verdade dos fatos também a favor do indiciado ou acusado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5287/2019<br>ROBERTO ROCHA         | Institui a Semana Nacional da Resolução de Conflitos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| RQS 830/2019<br>JEAN PAUL PRATES       | Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o plano de reestruturação da Eletrobrás e seu sistema de empresas.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 115/2019 - CAE<br>ZEQUINHA MARINHO | Requer audiência pública   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 156/2019<br>LASIER MARTINS         | Dispõe sobre a instituição de regimes próprios de previdência social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 60/2019 - CRE<br>JAQUES WAGNER     | Requer que seja convidado o Senhor Manoel Silva Rodrigues, Sargento da Força Aérea Brasileira, a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre a apreensão de substância entorpecente em 25 de junho de 2019 durante escala da missão presidencial ao Japão em Sevilha.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 123/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente da Petroleos Brasileiros - Petrobras, Ministro Bento Costa Lima Leite e Presidente Roberto Castello Branco, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestarem informações sobre sobre o fechamento e desmonte da Petrobras no Nordeste (NE).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 125/2019 - CAE<br>KÁTIA ABREU      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e avaliar os impactos econômicos das Propostas de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional, em conformidade com a competência regimental da Comissão de Assuntos Econômicos de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e componentes. (art.99-A do RISF). | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 880/2019<br>SÉRGIO PETECÃO         | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5460/2019<br>JOSÉ SERRA             | Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para autorizar a constituição de garantia de operações de crédito consignado a partir de recursos mantidos em planos de previdência complementar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 5453/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para atualizá-la em face da atual redação da alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5452/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5449/2019<br>MAILZA GOMES            | Acrescenta parágrafo único ao art. 199-C da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atribuir efeito meramente devolutivo a recursos destinados aos tribunais superiores e interpostos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição do poder familiar, em procedimentos em que tenha havido revelia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 126/2019 - CAE<br>ALESSANDRO VIEIRA | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Soluções para o déficit acumulado dos fundos de pensão da Petrobras e do Banco do Brasil".   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5485/2019<br>ALVARO DIAS             | Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer a competência da autoridade judiciária brasileira para ações que se restrinjam à mudança do estado civil em razão da separação ou do divórcio contra réus.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 127/2019 - CAE<br>IZALCI LUCAS      | Requer Audiência Pública para instruir o PLC Nº 134, DE 2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 55/2019 - CTFC<br>ROSE DE FREITAS   | Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 30, de 2019, da realização de audiência pública relativa ao PLS 98/2017 que dispõe sobre o fracionamento de medicamentos. Convida os representantes dos seguintes órgãos: Ana Navarrete - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Célia Chaves - Federação Nacional dos Farmacêuticos; e Hessem Miranda Neiva - Instituto para Práticas Seguras no uso de Medicamentos – ISMP. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5521/2019<br>ROSE DE FREITAS         | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque do saldo do FGTS para aquisição de imóvel na planta.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 5522/2019<br>ROSE DE FREITAS        | Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para proibir a exploração de petróleo e gás natural em unidades de conservação e em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na zona costeira.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5518/2019<br>ROSE DE FREITAS        | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador completar 60 anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5520/2019<br>ROSE DE FREITAS        | Altera o art. 41 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para classificar como crime inafiançável a destruição de vegetação nativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5524/2019<br>ACIR GURGACZ           | Insere o Capítulo V no Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalhador-estudante.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 172/2019<br>ACIR GURGACZ           | Cria nova hipótese para destinação dos recursos arrecadados da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, bem como institui o Fundo Nacional para Transportes Urbanos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 918/2019<br>PAULO PAIM             | Tramitação conjunta do PLS nº 416, de 2018 com os PL nºs 605 e 2618, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 2/2019 - CTFCGPCC<br>MARA GABRILLI | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater as ações de fiscalização e controle sobre a qualidade do gasto público federal, bem como as práticas de governança que vêm sendo incentivadas pelos órgãos de controle interno e externo. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 921/2019<br>MARIA DO CARMO ALVES   | Oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o PL 3832/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PL 5598/2019<br>ACIR GURGACZ            | Altera a redação do art. 145 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para permitir o voto dos trabalhadores do setor de transporte rodoviário, nas eleições municipais, estaduais e nacionais, em todas as seções do território nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5612/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, para conferir maior adequação à cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5611/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, para dispor sobre os efeitos do evento morte de consorciado.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 66/2019 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CRE, sejam incluídos os seguintes convidados: Carlos Nobre - cientista aposentado do INPE e pesquisador da USP. 2. Luiz Gylvan Meira Filho - Instituto de Estudos Avançados da USP. 3. Paulo Eduardo Artaxo Netto - Instituto de Física da USP. 4. Rubens Ricupero - diplomata, Ex-Ministro do Meio Ambiente, Ex- Ministro da Fazenda. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 2/2019 - CTRCC<br>ANTONIO ANASTASIA | Requer a inclusão do nome do Professor Otavio Luiz Rodrigues Jr. na lista de convidados da audiência pública   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2019 - CTRCC<br>VANDERLAN CARDOSO | Requer acréscimo de convidados.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 1/2019 - CTRCC<br>ANGELO CORONEL    | Audiência Pública para debater a necessidade de um novo Código Comercial e estabelecer as premissas para a elaboração de um marco legislativo que melhore o ambiente de negócios no Brasil   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 16/2019 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO   | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2019 - CSF e do REQ 15/2019 - CSF, no lugar do Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Bento Albuquerque, seja convidado o representante do Ministério para ambas as audiências.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PEC 182/2019<br>JOSÉ SERRA           | Aperfeiçoa e harmoniza as instituições e regras fiscais em vigor no País para uma gestão fiscal responsável e de qualidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 2/2019 - CRESTL<br>JAQUES WAGNER | Requeiro, nos termos dos art. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações a respeito da Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019: Nesses termos, requisita-se: 1. texto integral do acordo negociado; 2. motivos que levaram a que as negociações fossem cercadas de sigilo; 3. autoridades brasileiras que participaram das negociações; 4. razões que motivaram o governo brasileiro a pedir a revisão da potência contratada pelo Paraguai; 5. principais empecilhos encontrados na negociação; 6. estimativas sobre o encarecimento da energia utilizada pelo Paraguai e eventual redução do custo da energia consumida no Brasil, em razão da revisão da energia contratada; 7. repercussões dessas negociações nas relações bilaterais Brasil/ Paraguai e nas próximas tratativas relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu; 8. demanda de autoridades brasileiras pelo encaminhamento do acordo; e 9. empresas que poderiam ser beneficiadas por tal revisão.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2019 - CRESTL<br>JAQUES WAGNER | Requeiro, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informações a respeito da Ata Bilateral Relativa à Contratação de Potência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmada entre Brasil e Paraguai, em 24 de maio de 2019: Nesses termos, requisita-se: 1. texto integral do acordo negociado; 2. motivos que levaram a que as negociações fossem cercadas de sigilo; 3. autoridades brasileiras que participaram das negociações; 4. razões que motivaram o governo brasileiro a pedir a revisão da potência contratada pelo Paraguai; 5. principais empecilhos encontrados na negociação; 6. estimativas sobre o encarecimento da energia utilizada pelo Paraguai e eventual redução do custo da energia consumida no Brasil, em razão da revisão da energia contratada; 7. repercussões dessas negociações nas relações bilaterais Brasil/ Paraguai e nas próximas tratativas relativas ao Anexo C do Tratado de Itaipu; 8. demanda de autoridades brasileiras pelo encaminhamento do acordo; e 9. empresas que poderiam ser beneficiadas por tal revisão. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 138/2019 - CAE<br>PLÍNIO VALÉRIO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, na cidade de Manaus, AM, na Assembleia Legislativa do Estado, Propostas para o Desenvolvimento do Setor Mineral no Amazonas, tendo como objetivos principais o diagnóstico sobre os temas relevantes relacionados a políticas públicas, governabilidade, avaliação legislativa, oportunidades e investimentos para geração de emprego e renda, sustentabilidade, controle social, dentre outros assuntos de interesse da sociedade.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| REQ 32/2019 - CRA<br>LUIS CARLOS HEINZE | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a consulta pública aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - que prevê a revisão da Resolução Normativa 482/2012 - alteração das regras que tratam da chamada geração distribuída - energia solar.</p> <p>Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ministro de Minas e Energia: Bento Albuquerque;</li> <li>2. Ministro da Economia: Paulo Guedes;</li> <li>3. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL: André Pepitone da Nóbrega;</li> <li>4. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Gustavo Henrique Moreira Montezano;</li> <li>5. Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar: Rodrigo Lopes Sauaia;</li> <li>6. Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica - Conacen: Manoel Teixeira de Mesquita Neto;</li> <li>7. Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD: Carlos Evangelista.</li> </ol> | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5790/2019<br>JOSÉ SERRA              | Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, para destinar parcela do Fundo Social para as atividades de prevenção de vazamentos de petróleo, gás natural, outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados e de reparação dos danos por eles causados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 141/2019 - CAE<br>CID GOMES         | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o acordo da Boeing com a Embraer para a criação de uma joint venture, com a participação de convidados a serem indicados pelos membros da comissão.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 142/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO  | Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2015 - Complementar, que "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 143/2019 - CAE<br>PAULO PAIM        | Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2017 - Complementar, que "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 992/2019<br>EDUARDO GOMES           | Oitiva da Comissão Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 144/2019 - CAE<br>WEVERTON          | Requer aditamento ao REQ 141/2019-CAE, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o acordo da Boeing com a Embraer para a criação de uma joint venture.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 145/2019 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES  | Requer realização de audiência pública para debater precificação automática realizada por algoritmos com aprendizagem de máquinas (self-learning algorithms)  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 188/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117; revoga dispositivos constitucionais e legais e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5869/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO    | Regula o inciso I do art. 19 da Constituição Federal, para estabelecer condições para a colaboração de interesse público entre o Estado e cultos religiosos ou igrejas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 189/2019<br>ALVARO DIAS             | Altera o art. 60 da Constituição Federal, para dispor sobre a tramitação de proposta de emenda à Constituição.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 146/2019 - CAE<br>CHICO RODRIGUES   | Requerimento para instruir PLS 422/2014 que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1007/2019<br>EDUARDO GOMES          | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 110/2019 - CE<br>PAULO PAIM              | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL nº 5695/2019, que altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1) Representante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança e Nutrição; 2) Representante da CONTAG; 3) Representante do Conselho de Alimentar; 4) Representante do Conselho Federal de Nutrição; 5) Representante da UNICOPAS; 6 ) Associação dos Servidores do FNDE; 7) Representante da CNTE; e 8) Representante da FINEDUCA – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5957/2019<br>JOSÉ MARANHÃO                | Altera os arts. 610 e 733 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a gratuidade àqueles que se declararem pobres, sob as penas da lei, para a realização consensual de inventário, partilha, separação, divórcio e extinção da união estável por via administrativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 254/2019 - Complementar<br>ROBERTO ROCHA | Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer condição de inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 111/2019 - CE<br>IZALCI LUCAS            | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 110/2019 - CE, seja incluído o seguinte convidado: José Ângelo Xavier de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional - ABRELIVROS.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1026/2019<br>RANDOLFE RODRIGUES          | Criacão de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar o caso da execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1028/2019<br>LEILA BARROS                | Tramitação conjunta das SUG 24/2018 e SUG 27/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria       |
|---------------------------------------|--|---------------------------|
| REQ 61/2019 - CTFC<br>REGUFFE         | Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a saúde suplementar no Brasil, com foco no regime jurídico dos planos de saúde oferecidos pelas operadoras, abordando os seguintes temas: manobra que os planos utilizam para não colocar à disposição dos consumidores planos de saúde individuais, obrigando as pessoas a contratarem planos de saúde coletivos; atuação da ANS na autorização de reajustes dos planos de saúde individuais e a total omissão da ANS em relação aos reajustes dos planos de saúde coletivos; o papel e o desempenho, nos últimos anos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no âmbito da regulação, normatização e fiscalização de entidades de assistência médica, hospitalar e odontológica; o papel da ANS na regulação, normatização e fiscalização das relações jurídicas e comerciais mantidas entre operadoras de planos de saúde e os prestadores de serviços profissionais médicos e odontólogos, bem como entre as operadoras e os hospitais, além de outros temas de interesse da sociedade, no que tange à saúde suplementar no Brasil. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1033/2019<br>IZALCI LUCAS         | Oitiva da CAE sobre o PLC 34/2015.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 75/2019 - CRE<br>JAQUES WAGNER    | Requer a convocação do Exmo. Sr. Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre a participação do governo brasileiro no episódio da invasão da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Brasília e no golpe de Estado ocorrido recentemente no Estado Plurinacional de Bolívia.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 148/2019 - CAE<br>JAQUES WAGNER   | Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de informações sobre o preocupante cenário de deterioração da situação externa brasileira, em especial da nossa conta corrente, que resume as transações de bens e serviços e a transferência de rendas, tendo em conta que apresenta déficit de US\$ 34 bilhões neste ano, segundo dados do Banco Central do Brasil até setembro de 2019, bem como da redução em cerca de US\$ 20 bilhões das nossas reservas internacionais até novembro deste ano.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 78/2019 - CRE<br>ZEQUINHA MARINHO | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; 2. Representante do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA, do Ministério da Defesa; 3. Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, do Ministério da Economia; 4. Representante da Polícia Federal – PF, do Ministério Justiça e Segurança Pública; 5. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 6. Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e 7. Representante da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério do Desenvolvimento Regional.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 150/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar informações sobre declaração, dada em entrevista coletiva na Cidade de Washington/EUA, no dia 25 de novembro de 2019, favorável às restrições democráticas e defesa do AI-5 enquanto meio para viabilizar reformas liberalizantes.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1055/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Tramitação conjunta dos PLC 201/2015, PLS 163/2011, 114/2015, PLS 56/2016, 248/2017, PLS 320/2018, PL 580/2019 e PL 3709/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 6206/2019<br>LUIZ CARLOS DO CARMO     | Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de roubo quando a vítima estiver em serviço de transporte público, de cargas, de encomendas ou de passageiros.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6212/2019<br>ANTONIO ANASTASIA        | Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a correção.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 62/2019 - CTFC<br>HUMBERTO COSTA     | Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre declarações dadas em entrevista coletiva na cidade de Washington/EUA, no dia 25 de novembro de 2019, relacionadas a medidas antidemocráticas (AI-5).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 112/2019 - CE<br>IZALCI LUCAS        | Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Educação, Abraham Weintraub, a comparecer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a fim de prestar informações sobre as modificações propostas nos Arts. 208, 212 e 213 da Constituição Federal, através da PEC Nº 188/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1068/2019<br>HUMBERTO COSTA          | Convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre declarações dadas em entrevista coletiva na cidade de Washington/EUA, no dia 25 de novembro de 2019, relacionadas a medidas antidemocráticas (AI-5).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 63/2019 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Antônio de Oliveira Francisco, para que compareça à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre a exclusão da Folha de São Paulo do pregão eletrônico nº 39/2019, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que tem por objeto a contratação de serviços de fornecimento de assinatura para acesso on-line a jornais e revistas nacionais e internacionais, publicado no Diário Oficial da União de 28/11/2019. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 152/2019 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES | Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as "Conquistas e riscos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil com a privatização das empresas estatais.".   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1077/2019<br>MARCOS DO VAL         | Criação de Comissão Temporária destinada a elaborar projeto de Código Nacional de Combate à Corrupção e aos Crimes de Colarinho Branco, integrada por 7 (sete) juristas, no prazo de 180 (dias).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1078/2019<br>JAQUES WAGNER         | Auditoria do TCU ao Ministério da Economia.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 209/2019<br>ROBERTO ROCHA          | Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 35/2019 - CRA<br>SORAYA THRONICKE  | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a conectividade no campo. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);</li> <li>• Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);</li> <li>• Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA);</li> <li>• Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e</li> <li>• Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).</li> </ul> | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 65/2019 - CTFC<br>RODRIGO PACHECO  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de privacidade e segurança de dados pessoais das empresas de telefonia em face da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 154/2019 - CAE<br>LEILA BARROS     | Requer avaliação operacional do SERPRO e DATAPREV   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 116/2019 - CE<br>EDUARDO GIRÃO     | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da meditação transcendental e seus efeitos não só para o seu próprio equilíbrio mas o do planeta. Solícito que esta audiência seja realizada no dia 12/03/2020 às 11h</p> <p>horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:</p> <p>1. Srª. Flávia Miranda Baptista - Vice Presidente do Instituto David Lynch; 2. Dr. Gregory Sun Kow- Professor de meditação transcendental; 3. Dr. Júlio César Damasceno - Reitor da Universidade Estadual de Maringá; 4. Dr. Celso Ivam Conegido - Especialista em Ciências Morfofuncionais; 5. Tenente Coronel Ademar Carlos Paschoal - Comandante do 4º Batalhão da PM de Maringá. 6. Professora Maze Nascimento - diretora da sede Brasília da Associação Internacional de Meditação.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 159/2019 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre os dados divulgados da balança comercial brasileira e as diversas retificações seguintes.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 160/2019 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES | Requer ...nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a Política Pública de concessão de incentivos fiscais ao setor de produção e comercialização de defensivos agrícolas (agrotóxicos), no exercício de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 36/2019 - CRA<br>JEAN PAUL PRATES  | <p>Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a execução dos débitos decorrentes do não recolhimento de contribuições ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL (art. 25 c/c 30 ambos da Lei nº 8.212/91), dada a iminência de prescrição de substancial passivo no ano de 2020. Dessa forma, faz-se necessária a disponibilização de documentos que informem o montante total das dívidas a prescrever no próximo ano, os nomes dos devedores que serão beneficiados, além da data que ocorrerá a prescrição. Nesses termos, requisita-se:</p> <p>1. Detalhamento de quem está em débito com a Fazenda Pública no que se refere à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica e não tenha aderido ao Programa de Regularização Tributária Rural instituído pela Lei nº 13.606/18;</p> <p>2. Detalhamento do passivo referente à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, indicando valores devidos atualizados;</p> <p>3. Detalhamento dos prazos prespcionais referentes ao passivo demonstrado pelas informações obtidas a partir da verificação do passivo e dos devedores supracitados;</p> <p>4. Relatório de desempenho da Procuradoria da Fazenda Nacional junto à Receita Federal do Brasil, incluindo indicadores de mensuração de eficácia, no que tange a cobrança do passivo referente à contribuição social para a seguridade social do produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, notadamente para aqueles débitos que prescreverão em 2020, com o intuito de avaliar o desempenho.</p> | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| REQ 61/2019 - CDR<br>DÁRIO BERGER     | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 188/19 no que tange à proposta de extinção de municípios brasileiros.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 117/2019 - CE<br>DANIELLA RIBEIRO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a instituição do Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Senadora Zenaide Maia - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; 2. Senadora Rose de Freitas - Procuradora da Mulher no Senado Federal; 3. Deputada Luísa Canziani - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados; 4. Instituto Maria da Penha - IMP; 5. ONU Mulheres; 6. Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal; 7. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; 8. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 9. Rita de Cassia Andrade - Juizado de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher -Comarca de João Pessoa-PB. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 6406/2019<br>LUIZ PASTORE          | Dispõe sobre a imposição de penalidades relacionadas ao comércio exterior; altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956; revoga o art. 67 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6399/2019<br>ELMANO FÉRRER         | Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de acordo de não persecução penal em caso de confissão da prática de infração penal, sem violência ou grave ameaça, com pena máxima não superior a quatro anos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6400/2019<br>ELMANO FÉRRER         | Altera os arts. 116 e 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever novas causas impeditivas e interruptivas de prescrição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6398/2019<br>ELMANO FÉRRER         | Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para ampliar as hipóteses de emprego da videoconferência nas audiências e em outros atos processuais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6401/2019<br>ELMANO FÉRRER         | Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o regime inicial fechado no cumprimento de pena em caso de reincidência ou na hipótese de prática de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, roubo com arma de fogo ou explosivo, ou roubo que resulte em lesão corporal grave.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PL 6403/2019<br>LUIZ PASTORE            | Altera as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, e 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para reduzir as multas de lançamento de ofício e a multa de mora, aplicáveis a impostos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.    | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 217/2019<br>JOSÉ SERRA              | Altera a Constituição Federal para instituir o Sistema Parlamentarista de Governo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6413/2019<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre a regra de igualdade substancial na determinação das prestações alimentícias entre os filhos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6415/2019<br>ROBERTO ROCHA           | Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir que seja averbada no Cartório de Registro de Imóveis a decisão judicial de natureza civil para garantir ao credor direito de preferência sobre a alienação do imóvel.        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1125/2019<br>LEILA BARROS           | Oitiva da CAE sobre o PLS 383/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2019 - CDRUBM<br>ZEQUINHA MARINHO | Prorrogação da subcomissão de acompanhamento de conclusão das obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (REQ nº 12/2019-CDR) até o término da próxima sessão legislativa ordinária.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 6471/2019<br>ELMANO FÉRRER           | Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 ("Lei dos Crimes Hediondos"), para dispor sobre a progressão de regime e as saídas temporárias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 118/2019 - CE<br>ANGELO CORONEL     | Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 90/2019 - CE, destinada a instruir o PL 4028/2019, que declara feriado nacional o dia 13 de março consagrado à "Santa Dulce dos Pobres". | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PL 6478/2019<br>JOSÉ MARANHÃO           | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, cessada a produção ou importação de produto, a oferta de peças de reposição deverá ser mantida por período razoável de tempo, não inferior a 5 (cinco) anos, na forma da lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 6485/2019<br>KÁTIA ABREU             | Desobriga a frequência em auto-escolas para a realização dos exames práticos e teóricos como condição para obtenção da CNH e garante nova destinação para os recursos arrecadados com multas de trânsito e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 2/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Abraham Braga de Vasconcellos Weintraub, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre denuncia de receber, por meio da empresa FW Comunicação e Marketing, da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, por ministérios e por estatais do governo.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 1/2020 - CAE<br>RANDOLFE RODRIGUES  | Requer a realização de audiência pública com o presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 2/2020 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as medidas já adotadas e a serem adotadas pela União para prevenção e tratamento de eventuais casos do Coronavírus (2019-nCoV) no Brasil, discutir a assistência aos brasileiros na China e analisar o possível impacto sobre o território nacional da confirmação do vírus em países vizinhos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; Exmo. Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 26/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO  | Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor sobre o dever de informação antecedente à realização de procedimentos invasivos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 30/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO  | Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para dispor sobre a notificação do fiador para fins do exercício da opção de exoneração na hipótese de sub-rogação prevista no caput do art. 12.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 31/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO  | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o restabelecimento do nome de nascimento com o término da sociedade conjugal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 72/2020<br>KÁTIA ABREU              | Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para liberalizar as regras de cabotagem aérea na Amazônia Legal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 62/2020<br>SIMONE TEBET             | Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para acrescentar hipótese de vedação à indicação de pessoa para o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada das agências reguladoras, com base nos vínculos mantidos com empresas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 27/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO  | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre o prazo prescricional da ação coletiva de consumo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| RQS 22/2020<br>JORGINHO MELLO           | Criação de Comissão Temporária composta de 11 (onze) membros titulares para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, acompanhar os desdobramentos do Coronavírus no Brasil.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 5/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, para que compareça a esta comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre a proposta de extinção do NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, o Programa Previne Brasil e a Nota Técnica no 3/2020- DESF/SAPS/MS, que dá fim ao cadastro de novas equipes NASF e desobriga o gestor municipal e estadual de registrar esses profissionais no CNES.       | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 2/2020 - CAE<br>PLÍNIO VALÉRIO      | Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 257, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2020 - CAE<br>MAJOR OLIMPIO       | Nos termos regimentais, requer urgência para o Projeto de Lei nº 142, de 2019 - Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para reconhecer a não incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre valores que as sociedades cooperativas de motoristas de taxi recebem dos passageiros e repassam aos taxistas, autoriza aos Municípios a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às cooperativas de motoristas de taxi". | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 189/2020<br>ROBERTO ROCHA            | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever que a responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa física que a represente.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 4/2020 - CAE<br>OMAR AZIZ           | Requer sejam avaliadas as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, acerca da questão dos reajustes anuais dos planos de saúde acima da inflação autorizados pela ANS e os reflexos econômicos para a população usuária.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 223/2020<br>ROBERTO ROCHA            | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e dá outras providências, para permitir a doação de pessoas jurídicas aos partidos políticos e candidatos às eleições e extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 49/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES       | Oitiva da CAS sobre o PLS nº 168/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 2/2020 - CDR<br>IZALCI LUCAS       | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar nesta Comissão as ações do Ministério para os próximos dois anos.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 53/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da CAE, da CI e da CTFC sobre o PLS 304/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 54/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da CI sobre o PL 1905/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 5/2020 - CAE<br>PLÍNIO VALÉRIO     | Requer audiência pública para discutir a situação dos oficiais de Justiça   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 62/2020<br>ROGÉRIO CARVALHO        | Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre as falhas e ineficiência no atendimento e na prestação dos serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 9/2020 - CRE<br>VANDERLAN CARDOSO  | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anatel. E, debater questões relativas a segurança cibernética das redes que serão implementadas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhor Leonardo Euler de Moraes, Presidente da ANATEL; Senhor Marcos Ferrari, Presidente-executivo do SindiTelebrasil; Senhor Carlos Lauria, Diretor de Relações Institucionais da Huawei no Brasil; Senhor Tiago Machado, Diretor de Relações Governamentais da Ericsson Telecomunicações S/A. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 6/2020 - CAE<br>PLÍNIO VALÉRIO     | Tramitação conjunta do PLS 416/2018, do PL 605/2019, do PL 2618/2019 e do PL 3137/2019, por tratarem da mesma matéria.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 70/2020<br>JAQUES WAGNER           | Oitiva da CMA sobre o PL nº 4146/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| RQS 71/2020<br>ELMANO FÉRRER         | Tramitação conjunta do PL 3137/2019 e do PL 2618/2019, por tratarem da mesma matéria.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 359/2020<br>DÁRIO BERGER          | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o prazo de vigência do exame de aptidão física e mental.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 10/2020 - CRE<br>MAJOR OLÍMPIO   | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 9/2020, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 79/2020<br>ALESSANDRO VIEIRA     | Criação de Comissão Temporária Interna para acompanhamento da Agenda Social da Câmara dos Deputados, composta de 10 membros titulares com a mesma quantidade de membros suplentes, no prazo de 180 dias.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 80/2020<br>FABIANO CONTARATO     | Desapensamento dos PL nºs 1199, 1923, 2025, 2855, 3030, 3118, 5052, 5192, 5221, 5316, 5456, 5543, 5700, 5742, 5891, 5951, 6216 e 6482/2019 do PLS 236/2012.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2020 - CRA<br>JEAN PAUL PRATES | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2019 - CRA, seja incluído o seguinte convidado: Senhor José Luiz Soares (Luiz Katu), Cacique, representando Comunidade do Katu.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2020 - CRA<br>ELMANO FÉRRER    | Requeiro em aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2020, de autoria do Senador Esperidião Amin, que sejam convidados os Srs. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura e Eliseu Roberto de Andrade Alves, Funcionário da Embrapa para participarem da audiência pública aprovada por esta Comissão. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria       |
|---|--|---------------------------|
| REQ 5/2020 - CRA<br>LUIS CARLOS HEINZE  | <p>Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito desta Comissão, com transmissão ao vivo pela TV Senado dentro das possibilidades técnicas e operacionais, no dia 8 de maio do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante 23ª edição da Fenasoja que acontecerá no período de 1º a 10 de maio de 2020, no Parque de Exposições Alfredo Leandro Carlson, no município de Santa Rosa, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O evento tem por objetivo de discutir o tema "Conectividade no Campo". Para esse importante debate, sugiro que sejam convidados a representação dos seguintes órgãos do governo e entidades, entre outras que possam ser sugeridas por este plenário, inclusive posteriormente: 1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; 3. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul; 4. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - Fetag/RS; 5. Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul - FecoAgro/RS; 6. Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura Infracoop; 7. Representação das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas; 8. Gaúcha Tecnologia e Participações S/A – Gaúcha TecPar; e 9. Sicredi Integração de Estados RS/SC - Passo Fundo.</p> | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 87/2020<br>ROGÉRIO CARVALHO         | Convocação do sr. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 11/2020 - CRE<br>VANDERLAN CARDOSO  | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de receber o Diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas e debater sobre as perspectivas do Programa Nuclear Brasileiro.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 7/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, a comparecer a esta Comissão, a fim de com o objetivo de debater sobre a fila para o ingresso no Programa Bolsa Família, a diminuição do número de famílias beneficiadas no ano de 2019, bem como a redução da previsão orçamentária para o ano de 2020. Também solicitamos esclarecimentos acerca da definição de prioridades do Ministério da Cidadania durante a nova gestão que se inicia.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 89/2020<br>VANDERLAN CARDOSO        | Oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 9/2020 - CAE<br>IZALCI LUCAS        | Requer audiência pública para debater a proposta da Consulta Pública nº 75/2019, que “divulga minuta de circular que dispõe sobre a instituição de arranjos de pagamento na modalidade saque e aporte, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)”, realizada pelo Banco Central.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria       |
|-------------------------------------|--|---------------------------|
| REQ 5/2020 - CE<br>IZALCI LUCAS     | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater o modelo de gestão alimentar das escolas públicas de educação básica, com a presença dos seguintes convidados: Representante - Secretaria de Educação do DF; Representante - Secretaria de Agricultura do DF; Representante - FNDE; Representante - Grupo de Gestores das Escolas Públicas do DF; Representante - Conselho Escolar do DF; Representante - Conselho de Nutrição do DF.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 10/2020 - CAE<br>IZALCI LUCAS   | Requer audiência pública para instruir o PL 3596/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 8/2020 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA  | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas públicas de defesa do consumidor para o ano de 2020 com a presença do Comitê Nacional de Defesa dos Direitos Fundamentais dos Consumidores, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Consumidor.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 9/2020 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA  | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 11/2020 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das falhas apontadas pela auditoria feita por técnicos do Tribunal de Contas da União nos programas e planos a respeito de Políticas sobre Drogas. Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2020 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as obras paradas de UBSs. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, representando Ministério da Saúde; Senhor Representante, representando Ministério da Economia; Senhor Representante, representando Controladoria-Geral da União; Senhor Representante, representando Tribunal de Contas da União; Senhor Representante, representando Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Senhor Representante, representando Associação Nacional do Ministério Público de Contas; Senhor Representante, representando Confederação Nacional de Municípios; Senhor Representante, representando Associação dos Municípios de Alagoas; Senhor Representante, representando Transparência Brasil; Senhor Representante, representando Conselho Nacional de Justiça; Senhor Representante, representando Procuradoria-Geral da República; Senhor Representante, representando Fundo Nacional de Saúde. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 13/2020 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá. Conforme informação do Governo do Estado do Amapá, o número de mortos no naufrágio da embarcação Anna Karoline III subiu para 13, sendo que a embarcação tinha de 60 a 70 pessoas quando naufragou. O citado naufrágio ocorreu na madrugada de sábado (29/02), próximo à Ilha de Aruás e à Reserva Extrativista Rio Cajari, no Rio Jari. As causas do acidente ainda não foram divulgadas. Um inquérito foi instaurado pela Marinha para investigar o caso. Trata-se de assunto de interesse público, já que desde 2013 venho denunciando a falta de fiscalização de embarcações como principal propiciadora de tais tragédias, a exemplo do naufrágio da embarcação Reis I o qual fiz questão de apontar em Plenário. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ilques Barbosa Junior, Comandante da Marinha, representando Marinha do Brasil.</p> | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2020 - CRE<br>NELSINHO TRAD       | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Fernando Azevedo e Silva, Ministro da Defesa, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a política brasileira de defesa.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 4/2020 - CDR<br>RANDOLFE RODRIGUES   | <p>Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater os meios e a efetividade da fiscalização de embarcações no Amapá.</p>   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 11/2020 - CAE<br>ELIZIANE GAMA       | <p>Requer a retirada da Emenda 2 oferecida ao PL 3137/2019</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 8/2020 - CE<br>LEILA BARROS          | <p>Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 5638, de 2019.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 13/2020 - CRE<br>AROLDE DE OLIVEIRA  | <p>Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie o Programa Nuclear Brasileiro, no exercício de 2020.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2020 - CAE<br>TASSO JEREISSATI    | <p>Requer urgência para o Projeto de Lei nº 6395, de 2019, que “Dispõe sobre o processo administrativo fiscal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências”.</p>   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 93/2020<br>MARIA DO CARMO ALVES      | Oitiva da CAE sobre o PL nº 4424/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 96/2020<br>FERNANDO BEZERRA COELHO   | Oitiva da CCJ sobre o PLS nº 359/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 484/2020<br>ANTONIO ANASTASIA         | Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para ampliar o uso exclusivo dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) ao pagamento de contrapartida pública em parcerias público-privadas aeroportuárias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 14/2020 - CRE<br>ANGELO CORONEL      | Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, no exercício de 2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 502/2020<br>DÁRIO BERGER              | Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para aumentar a pena do crime previsto em seu art. 20, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para criar nova hipótese de agravante genérica e aumentar a pena do crime de injúria qualificada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 1/2020 - CTFCGPCC<br>MARA GABRILLI   | Requerimento audiência pública CTFCGPCC   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 22/2020 - Complementar<br>JOSÉ SERRA | Dispõe sobre normas gerais para o funcionamento de fundos públicos criados no âmbito da União, dos Estados e dos municípios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 15/2020 - CRE<br>ESPERIDIÃO AMIN     | Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética, conforme o Parecer aprovado nesta Comissão relativo ao Requerimento nº 24, de 2019. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa   | Situação da matéria   |
|----------------------------------|--|---|
| RQS 118/2020<br>IZALCI LUCAS     | Oitiva da CDR sobre o PL nº 120/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 575/2020<br>ALVARO DIAS       | Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para proibir a utilização do dietilenoglicol em instalações de produção de cervejas em todo o território nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 122/2020<br>MARCOS ROGÉRIO   | Criação de Comissão destinada a acompanhar as ações de prevenção, controle e enfrentamento tomadas pelo Poder Público em relação ao Coronavírus (COVID-19).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 9/2020 - CE<br>EDUARDO GIRÃO | Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6559, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 10/2020 - CE<br>DÁRIO BERGER | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito de atuação do Ministério da Cidadania, especialmente na Secretaria Especial do Esporte, bem como discutir as prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área do esporte.<br>Proponho para a audiência a presença do Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 11/2020 - CE<br>DÁRIO BERGER | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tomar conhecimento das políticas públicas e programas a serem implementados no âmbito do Ministério do Turismo, especialmente na Secretaria Especial da Cultura, bem como discutir prioridades a fim de trabalhar para uma agenda conjunta e propositiva na área da cultura. Proponho para a audiência a presença da Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, a Senhora Regina Duarte.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 12/2020 - CE<br>DÁRIO BERGER | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e propor soluções para a alimentação escolar no Brasil por meio de política públicas eficientes, que valorizem a alimentação saudável e atendam as demandas de cada região brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhora Lidiane Gonçalves dos Santos Barbosa, Presidente do Instituto Alice Henrique de Campos Gonçalves; Senhor Marcelo Colonato, Coordenador Geral do Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar; Senhor Marcelo Barasuol Lanzarin, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau/SC; Representante da Pastoral da Criança; Representante da área de Agricultura Familiar, do Ministério da Agricultura; e Representante do Instituto Sathy Sai Educare. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria       |
|--------------------------------------|---|---------------------------|
| REQ 13/2020 - CE<br>EDUARDO GIRÃO    | Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL n.º 6550, de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 125/2020<br>WEVERTON             | Tramitação conjunta dos PL 4032/2019 com o PL 393/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 16/2020 - CRE<br>TELMÁRIO MOTA   | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, firmado em Brasília, em 1978, entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo promover o desenvolvimento integral da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos, tendo o fortalecimento da cooperação regional como o principal meio para alcançar esses objetivos.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 17/2020 - CAE<br>PLÍNIO VALÉRIO  | Acrescenta convidados a audiência pública   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 127/2020<br>STYVENSON VALENTIM   | Oitiva da CAE sobre o PLC 90/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 128/2020<br>STYVENSON VALENTIM   | Oitiva da CCJ sobre o PLC 90/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 7/2020 - CRA<br>SORAYA THRONICKE | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o uso amplo de tecnologia nuclear em alimentos. Assim proponho os seguintes convidados:<br>- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Repùblica - GSI,<br>- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA,<br>- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN,<br>- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa<br>- Confederação Nacional da Agricultura - CNA,<br>- Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - ABRAFRUTAS. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 59/2020 - CM-ReformaTributária<br>PAULA BELMONTE | Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão para debater o tema "Os impactos da reforma tributária em cada uma das regiões brasileiras".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 60/2020 - CM-ReformaTributária<br>VITOR LIPPI    | Requer a inclusão de convidado em audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado"   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 61/2020 - CM-ReformaTributária<br>VITOR LIPPI    | Requer a realização de audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado".   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 62/2020 - CM-ReformaTributária<br>VITOR LIPPI    | Requer a realização de audiência pública com o tema "Visão do Setor Privado".   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 14/2020 - CE<br>ZENAIDE MAIA                     | Requer, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5961/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, para todos os alunos, conteúdos relativos à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Representante do Ministério da Educação; e Representante da Associação Nacional dos Surdos Oralizados - ANASO. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 8/2020<br>LUIZ PASTORE                           | Altera o art. 5º da Constituição Federal, para incluir o acesso à internet entre os direitos fundamentais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 18/2020 - CAE<br>PAULO PAIM                      | Requer inclusão de convidados   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 135/2020<br>KÁTIA ABREU                          | Criação de Comissão Temporária para identificar as privações sociais definidas no Cadastro Único do Governo Federal organizando Plano Emergencial de Soluções.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| RQS 137/2020<br>ROGÉRIO CARVALHO      | Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre o corte de bolsas da Capes para programas de pós-graduação, realizado em 2019, em especial, o maior impacto proporcional da medida na região Nordeste.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 780/2020<br>JOSÉ SERRA             | Dispõe sobre medidas penais e processuais relativas à prevenção da transmissão do COVID-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 782/2020<br>LASIER MARTINS         | Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para incluir os municípios em que estejam situadas as atividades de Tancagem, ou Armazenagem, relativas à cadeia do petróleo e do gás natural, como beneficiárias da distribuição dos respectivos royalties.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 784/2020<br>FERNANDO COLLOR        | Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a interrupção de serviços públicos em situação de emergência ou calamidade pública por razões sanitárias ou de saúde pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 871/2020<br>JOSÉ SERRA             | Dispõe sobre a instituição do Fundo para Enfrentamento do Coronavírus.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 874/2020<br>LASIER MARTINS         | Altera a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, para prever a possibilidade de fechamento de fronteiras em decorrência de emergências em saúde pública internacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 878/2020<br>JEAN PAUL PRATES       | Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro extraordinário pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2020, na hipótese de redução do repasse mensal em relação ao mesmo período de 2019. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 38/2020 - Complementar<br>REGUFFE | Fica instituído, durante o período de calamidade pública no Brasil, o Imposto Extraordinário Sobre Grandes Fortunas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 880/2020<br>REGUFFE                      | Altera a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e a Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, para proibir a interrupção da prestação do fornecimento de água e energia elétrica enquanto vigorar estado de calamidade pública no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 45/2020 - Complementar<br>TELMÁRIO MOTA | Institui o seguro-fraternidade, a ser recebido por brasileiros mais pobres em situações de epidemia, pandemia e calamidade pública, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1037/2020<br>TELMÁRIO MOTA               | Dispõe sobre a criação, manejo e exposição de aves da raça Mura – Galo de Combate, com vistas a atender os princípios de garantia do bem-estar animal e da preservação da espécie.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1040/2020<br>LUIZ PASTORE                | Dispõe sobre a revogação das restrições quantitativas ao aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1049/2020<br>ROBERTO ROCHA               | Altera a Lei n.º 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, para incluir todas as bacias hidrográficas do Nordeste em sua jurisdição.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1050/2020<br>JOSÉ MARANHÃO               | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de permitir a adoção intuitu personae.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1123/2020<br>LASIER MARTINS              | Altera a Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, para permitir a destinação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no combate e prevenção da pandemia do COVID-19 e seus efeitos econômicos e sociais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1127/2020<br>TASSO JEREISSATI            | Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para estabelecer a alternância nos cargos de presidente e vice-presidente dos órgãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e para estabelecer a forma de decisão e o voto de qualidade no âmbito daquele Órgão. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| RQS 151/2020<br>PAULO PAIM                  | Tramitação conjunta do PLS nº 315/2015-Complementar com os PLP nº 183/2019, PLP nº 38/2020 e PLP nº 50/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 60/2020 - Complementar<br>KÁTIA ABREU   | Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1165/2020<br>ALVARO DIAS                 | Impede o Banco Central do Brasil de realizar operações compromissadas até julho de 2021.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1186/2020<br>ROSE DE FREITAS             | Dispõe sobre a suspensão da cobrança das taxas de manutenção de contas bancárias em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1187/2020<br>ROSE DE FREITAS             | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1193/2020<br>ROBERTO ROCHA               | Dispõe sobre linha de crédito emergencial para pequenas e microempresas, sem garantia real, com aval da União, devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 64/2020 - Complementar<br>ROBERTO ROCHA | Dispõe sobre o funcionamento, transposição e a transferência de saldos financeiros provenientes de recursos dos Fundos Públicos para ações emergenciais em face de decretação de estado de calamidade pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1198/2020<br>ALVARO DIAS                 | Acrescenta parágrafo único ao artigo 65 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na referida Lei, em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------|--|---|
| PL 1199/2020<br>ALVARO DIAS     | Altera a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para modificar a ordem de preferência de créditos na falência, durante a vigência do período de calamidade pública no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1202/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que, em períodos de situação de emergência ou calamidade pública, todas as aulas possam ser ministradas por meio de educação a distância.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1205/2020<br>PAULO ROCHA     | Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 163/2020<br>WEVERTON        | Convocação do Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, para que compareça ao Plenário Virtual do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre os locais, datas, períodos de cadastramento e recebimento do Auxílio Emergencial (coronavoucher) pelos brasileiros aptos a receber o benefício.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1243/2020<br>ROSE DE FREITAS | Acrescenta o art. 1.045-A à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código Processo Civil), para suspender os prazos processuais e os bloqueios judiciais, nos casos em que especifica, a contar da publicação desta Lei, até o dia 31 de dezembro de 2020, em face da ocorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) cujos efeitos nocivos à saúde pública já foram reconhecidos pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1281/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a garantia de auxílio financeiro, para fins de alimentação, em períodos de suspensão das aulas ocasionados por emergência de saúde pública, a ser destinado, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), às crianças regularmente matriculadas em instituições públicas de educação infantil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1342/2020<br>ALVARO DIAS     | Disciplina a cobrança de tarifas para transferências bancárias até 31 de dezembro de 2020, devido ao estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em virtude da pandemia causada pelo Covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1412/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o combate a pandemias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------|--|---|
| RQS 176/2020<br>ROSE DE FREITAS | Tramitação conjunta do PL nº 1203/2020 com os PLS nº 392/2017, PL nº 5518/2019 e PL nº 1455/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1413/2020<br>TELMÁRIO MOTA   | Autoriza, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, a realocação para o Ministério da Saúde da parcela da remuneração mensal dos agentes públicos que exceder o teto remuneratório constitucional, a fim de custear despesas diretamente relacionadas ao combate à pandemia do coronavírus (Covid-19). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1419/2020<br>ROSE DE FREITAS | Permite pactuar sobre a redução das mensalidades decorrentes de contrato de prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial, por instituições privadas de ensino, diante do estado de calamidade pública causado pela pandemia do coronavírus (COVID-19).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1451/2020<br>ROBERTO ROCHA   | Altera o art. 4º da Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, para permitir que as instituições financeiras abram limite de crédito garantido pela alienação fiduciária de imóvel.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1453/2020<br>JOSÉ SERRA      | Estabelece medidas gerais a serem seguidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a preços e oferta de bens e serviços e abusos contra o consumidor na vigência de estado de emergência ou calamidade pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1520/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar condições de reequilíbrio contratual no caso de surto, epidemia ou pandemia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1523/2020<br>ALVARO DIAS     | Isenta a importação de fertilizantes do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, previsto na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, até o dia 31 de dezembro de 2021.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1532/2020<br>ACIR GURGACZ    | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o combate a pandemias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PL 1538/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, para estabelecer prazo máximo para a execução de medidas previstas em lei que declare ou reconheça a situação de emergência ou o estado de calamidade pública ou que com ela esteja relacionada.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1539/2020<br>TELMÁRIO MOTA   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para permitir que, durante o período de vigência da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, o médico brasileiro graduado em instituição de ensino estrangeira possa exercer legalmente a Medicina no território nacional sem a exigência de revalidação de seu diploma. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1546/2020<br>PAULO ROCHA     | Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do COVID19, durante o período de vigor do estrado de calamidade pública no país, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1626/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para dispor sobre medidas sanitárias a serem adotadas nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas de transporte rodoviário de passageiros e rodoviário de cargas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 184/2020<br>WEVERTON        | Auditória, pelo Tribunal de Contas da União, no Plano de Investimentos da Eletrobrás para os próximos 5 anos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 207/2020<br>WEVERTON        | Auditória, pelo Tribunal de Contas da União, no plano de investimento da Eletrobras para os próximos 5 anos em geração e transmissão de energia elétrica.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1798/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a permissão, na hipótese de calamidade pública reconhecida pelo Poder Público, de que o registro da ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes praticados contra criança, adolescente e idoso possam ocorrer por meio da internet ou de número de telefone de emergência, bem como sobre a oitiva da ofendida em seu domicílio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1803/2020<br>FERNANDO COLLOR | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a suspensão do pagamento de prestações do financiamento imobiliário durante a emergência de saúde pública decorrente da COVID-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------|--|---|
| PL 1804/2020<br>FERNANDO COLLOR | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para disciplinar a edição de certidões durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1805/2020<br>ROBERTO ROCHA   | Altera o art. 486 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que “aprova a Consolidação das Leis do Trabalho”, para excluir a responsabilidade de entidade federativa e de autoridades públicas federal, distrital, estadual e municipal na situação que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1854/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras oferecerem máscaras e álcool em gel para os clientes que estiverem presencialmente em agências bancárias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1866/2020<br>KÁTIA ABREU     | Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, exclusivamente ao exercício de 2020, ano-calendário de 2019, devido ao estado de emergência em saúde pública em razão da pandemia do Covid-19.                             | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 12/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Altera o art. 66 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo de até dois dias úteis para a sanção em caso de situação de emergência e calamidade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1933/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre prioridade de tramitação para as ações de alimentos e sobre a realização de audiência virtual no âmbito dessas mesmas ações durante a vigência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1934/2020<br>ROSE DE FREITAS | Acrescenta art. 2º- A à Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para dispor sobre a concessão de Seguro-Calamidade para os trabalhadores autônomos, contribuintes individuais da Previdência Social, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1935/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a suspensão de prestações de financiamentos habitacionais em favor de consumidores afetados economicamente pela pandemia de coronavírus (Covid-19).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| PL 1991/2020<br>JOSÉ SERRA        | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre a assistência aos beneficiários de planos privados de saúde nas emergências em saúde pública de importância nacional ou internacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1994/2020<br>ROBERTO ROCHA     | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para reduzir o valor das mensalidades pagas às operadoras de planos de assistência à saúde, durante o período de emergência de saúde pública de que trata a Lei.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 256/2020<br>ALESSANDRO VIEIRA | Convocação do Exmo. Sr. Senhor Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que compareça ao Plenário, a fim de esclarecer se o Executivo Federal conduz algum tipo de investigação que recaia sobre os demais Poderes.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2002/2020<br>ROBERTO ROCHA     | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre garantia de produto adquirido no exterior.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2069/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, para determinar a cobertura obrigatória de teleconsultas pelos planos privados de assistência à saúde, e para autorizar a emissão de atestados médicos e de prescrições de medicamentos por meio eletrônico.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2075/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para possibilitar a cobertura, sem o cumprimento dos prazos de carenção, da internação hospitalar de pacientes com a covid-19, mediante compensação dos custos das operadoras pela respectiva redução dos valores de resarcimento por elas devidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2139/2020<br>ANTONIO ANASTASIA | Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas contratuais da Administração Pública, no período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2148/2020<br>JEAN PAUL PRATES  | Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para estabelecer medidas a vigorar em período de calamidade pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 2207/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para incluir no rol de crimes de responsabilidade a não publicação das operações de crédito e das despesas executadas durante a vigência de estado de calamidade pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 289/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES             | Convocação do Ministro de Estado da Saúde.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 113/2020 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Regulamenta o disposto no art. 192 da Constituição Federal, para suspender o pagamento de dívidas e estabelecer percentual máximo de juros durante períodos de calamidade pública, atendidos aos requisitos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 292/2020<br>CARLOS VIANA                   | Requer seja convidado o Exmo.Sr. ONYX LORENZONI, Ministro da Cidadania, para prestar esclarecimentos sobre a concessão do auxílio emergencial.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 296/2020<br>ALESSANDRO VIEIRA              | Convocação do Ministro de Estado da Economia.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 297/2020<br>ALESSANDRO VIEIRA              | Convocação do Ministro de Estado da Cidadania.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 298/2020<br>ALESSANDRO VIEIRA              | Convite ao Presidente da Caixa Econômica Federal.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 299/2020<br>MARCOS ROGÉRIO                 | Destaque para votação em separado da Emenda nº 45-PLEN, apresentada ao PL nº 1128/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2304/2020<br>LUIZ CARLOS DO CARMO           | Institui pensão especial destinada a dependentes de profissionais de serviços de saúde que falecerem em decorrência de COVID-19, adquirida no exercício da profissão.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| PL 2305/2020<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre a gratuidade do acesso à internet pelos beneficiários do Programa Bolsa Família. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2307/2020<br>DÁRIO BERGER         | Suspender a lavratura e o registro de protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, devidos por micro e pequenas empresas, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2329/2020<br>TELMÁRIO MOTA        | Acrescenta art. 78-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a pensão por morte devida aos dependentes de profissionais da saúde, auxiliares e trabalhadores complementares, que tenham perdido a vida em razão da pandemia e da calamidade pública decorrente do coronavírus (covid-19) e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 306/2020<br>PLÍNIO VALÉRIO       | Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que as bandeiras colocadas diante do Congresso Nacional e em todas as dependências da Senado Federal sejam hasteadas a meio mastro e que se coloque um laço de crepe na ponta de lança caso estejam sendo conduzidas em cerimônia oficial, enquanto houver mortes causadas pela Covid-19 em território nacional.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2354/2020<br>DÁRIO BERGER         | Dispõe sobre os requisitos de fabricação e comercialização de ventiladores pulmonares durante o período em que perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2355/2020<br>DÁRIO BERGER         | Cria programa de recuperação da capacidade de crédito para pessoas que tenham restrições cadastrais em sistemas de proteção ao crédito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2370/2020<br>ROSE DE FREITAS      | Dispõe, em caráter transitório e emergencial, sobre o quorum exigido para o aumento da contribuição em condomínios edilícios e de lotes no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 2410/2020<br>TELMÁRIO MOTA                    | Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir celeridade ao exame de pedidos de patente relacionados a produtos, processos, equipamentos e materiais essenciais para o combate a epidemias.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 117/2020 - Complementar<br>ANTONIO ANASTASIA | Dispõe sobre a cooperação federativa na área de saúde e assistência pública em situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2435/2020<br>PAULO ROCHA                      | Prevê que o Banco Central do Brasil deverá, em caráter extraordinário, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, repassar ao Tesouro Nacional a integralidade dos resultados positivos da equalização cambial, apurados em balanço entre os meses de janeiro e março de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2478/2020<br>ROSE DE FREITAS                  | Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Lei dos Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para definir como crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa a omissão do chefe do Poder Executivo em adotar medidas de controle de epidemias e pandemias, inclusive as orientações das autoridades de saúde vinculadas a órgãos e entidades estatais nacionais e organismos internacionais. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2533/2020<br>ROSE DE FREITAS                  | Dispõe sobre a dispensa de licitação de quaisquer instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, conforme a Emenda Constitucional nº 106, de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2538/2020<br>TELMÁRIO MOTA                    | Institui a política nacional de apoio ao afroempreendedorismo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2563/2020<br>ROSE DE FREITAS                  | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para obrigar os serviços de saúde a informar a quantidade e a disponibilidade de leitos que possuem.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|----------------------------------|---|---|
| PL 2569/2020<br>ROBERTO ROCHA    | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de disponibilizar canal de atendimento ao consumidor, inclusive nas hipóteses em que o estabelecimento estiver fechado por determinação do Poder Público.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2593/2020<br>KÁTIA ABREU      | Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até dezembro de 2020, tendo em vista a magnitude da crise sanitária e social que se impõe em razão da pandemia de COVID-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2594/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências, para prever, expressamente, a responsabilidade com a efetiva realização de obras e prestação dos serviços contratados com dispensa ou inexigibilidade de licitação. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2620/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a produção de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2627/2020<br>JEAN PAUL PRATES | Estende o prazo de pagamento do auxílio emergencial até 31 de dezembro de 2020, ao fim do estado de calamidade pública decorrente da covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2629/2020<br>ROBERTO ROCHA    | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor – para obrigar lojas virtuais de serviços de mídia over-the-top (OTT) a oferecer listagem periódica e atualizada dos produtos e serviços adquiridos, dos termos contratuais e dos valores pactuados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2639/2020<br>KÁTIA ABREU      | Institui o Programa Emergencial de Apoio ao Setor Sucroenergético brasileiro (PEASSE ) e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2708/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Altera o art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar tipo penal qualificado do crime de peculato quando a conduta incidir sobre dinheiro, valor ou bem destinado ao enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 2720/2020<br>REGUFFE                        | Altera a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para estabelecer que o Secretário da Receita Federal do Brasil será nomeado pelo Presidente da República para cumprir um mandato de dois anos, permitida uma recondução. Sua destituição pode ocorrer mediante iniciativa do Presidente da República, com aprovação de 3/5 do Senado Federal, em votação aberta.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2741/2020<br>ROBERTO ROCHA                  | Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para acrescentar, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, a contratação de hospedagem, alimentação e demais serviços de hotelaria, para atendimento a profissionais de saúde e profissionais de outras categorias que trabalhem em unidades e serviços de saúde durante o período em que seja decretada emergência de saúde pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2742/2020<br>JOSÉ SERRA                     | Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu a renda básica de cidadania, para definir os critérios de recebimento e a fonte de custeio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2760/2020<br>ACIR GURGACZ                   | Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole; a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, para modernizar a mobilidade urbana no País. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2775/2020<br>DÁRIO BERGER                   | Dispõe sobre a gratuidade no acesso a aplicações de ensino a distância por meio de conexões fixas e móveis de banda larga para estudantes de escolas públicas no período da emergência decorrente do coronavírus.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 132/2020 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Estabelece o estatuto do cuidador de idoso, o exercício da atividade laborativa, seus direitos, deveres e prerrogativas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2828/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Regulamenta o exercício da profissão de cuidador de idosos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| RQS 443/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Convite à Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 444/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Convite ao Ministro de Estado da Educação para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 445/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Convite ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2867/2020<br>LASIER MARTINS     | Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para instituir a assembleia geral de credores à distância.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2868/2020<br>LASIER MARTINS     | Dispõe sobre a concessão de prioridade às empresas de setores que especifica na concessão de linhas de crédito e de equalizações de juros de financiamentos durante o período de vigência do reconhecimento do estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, caso essas empresas tenham sido afetadas por medidas restritivas de autoridades locais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2876/2020<br>ACIR GURGACZ       | Acrescenta os arts. 141-A e 181-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para estabelecer que cada registro de título e documento deverá ser feito também no Sistema Eletrônico de Blockchain Nacional de Registro de Títulos e Documentos, bem como fixar que cada registro de imóvel deverá ser feito também no Sistema Eletrônico de Blockchain Nacional de Registro de Imóveis, ambos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 452/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Ministro de Estado do Meio Ambiente para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 453/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para comparecer, por meio de videoconferência, à sessão remota do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer as declarações proferidas no vídeo da reunião ministerial do dia 22/04/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| RQS 455/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre a "Nota à Nação Brasileira",   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2929/2020<br>ROBERTO ROCHA      | Suspende os prazos de garantia legal de serviços e de produtos duráveis e os prazos de garantia contratual de produtos durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 459/2020<br>ELIZIANE GAMA      | Convocação do Sr. Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre suas intenções proferidas no vídeo da reunião ministerial realizada no dia 22/04/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2940/2020<br>KÁTIA ABREU        | Dispõe sobre a prorrogação de operações de crédito rural, nas modalidades comercialização, custeio e investimento para as atividades de produção, comercialização e distribuição de natureza agropecuária que tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2950/2020<br>REGUFFE            | Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos Bancos e instituições financeiras dos atuais 20% para 27,5%, destinando-se o acréscimo de 7,5% da alíquota integralmente ao Sistema Único de Saúde (SUS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2971/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Acrescenta o § 3º ao art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a dedução tributária pela pessoa jurídica do custeio de despesas com educação dos empregados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2972/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Altera o art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para equiparar as penas previstas para os crimes de sonegação fiscal às previstas para os crimes de corrupção ativa e passiva.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3015/2020<br>ROBERTO ROCHA      | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para exigir a sinalização adequada de alterações da quantidade, na embalagem do produto, de alterações em sua quantidade, fórmula ou ingredientes.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria   |
|------------------------------------|--|---|
| PL 3101/2020<br>JOSÉ SERRA         | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, quando a conduta tiver impacto sobre ações de enfrentamento de pandemia ou epidemia, enquanto esta perdurar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3159/2020<br>KÁTIA ABREU        | Dispõe sobre a prorrogação do Programa Emergencial de Suporte aos Empregos de que trata a Medida Provisória nº 944, de 03 de abril de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 637/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Solicitação, ao Tribunal de Contas da União, da criação de uma contagem paralela das informações acerca da Covid-19, para comparação com a contagem do Ministério da Saúde, consolidação e divulgação diária, no máximo até 19h30, com os dados estaduais que específica.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 639/2020<br>WEVERTON           | Inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 1985 de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3211/2020<br>TELMÁRIO MOTA      | Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar que os segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS não venham a ser prejudicados em seus direitos previdenciários em função dos dados cadastrais preenchidos erroneamente ou em decorrência do eventual recebimento de auxílios emergenciais durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da epidemia de coronavírus (covid-19) e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 658/2020<br>MECIAS DE JESUS    | Convocação do Ministro de Estado Interino da Saúde para prestar esclarecimentos sobre os crescentes números de contaminação e mortes por covid-19 e os números divergentes que estão sendo publicados.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3285/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor turístico a serem adotadas durante e depois do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3286/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Dispõe sobre processo de consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, e formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------|--|---|
| PL 3288/2020<br>KÁTIA ABREU     | Dispõe sobre o acolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras e institui o sistema de registro de recebíveis de arranjos de pagamento (Central de Recebíveis de Cartão de Crédito e Débito) e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3336/2020<br>ROSE DE FREITAS | Autoriza a renegociação de dívidas rurais em decorrência da pandemia de Covid-19 e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3337/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 (Lei dos Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores), e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para definir como crime de responsabilidade e ato de improbidade administrativa a omissão do chefe do Poder Executivo em disponibilizar ampla informação sobre epidemias ou pandemias, especialmente o quantitativo de pessoas afetadas e falecidas. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3338/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a oferta dos serviços de provimento de conexões fixas e móveis em banda larga no período da emergência decorrente do coronavírus.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3339/2020<br>ROSE DE FREITAS | Altera o art. 18 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar como crime doloso a conduta praticada com negligência quando a vítima for menor de 16 (dezesseis) anos de idade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3340/2020<br>ROSE DE FREITAS | Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos, em virtude da ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3341/2020<br>ROSE DE FREITAS | Destina a ações de combate ao Coronavírus (Covid-19) os recursos dos prêmios de loterias não reclamados nos termos da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, durante o período de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3369/2020<br>PAULO ROCHA     | Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio a apresentações de espetáculos ao vivo, com interação popular via internet, torna obrigatória a execução do Fundo Nacional de Cultura no exercício 2020 em função da decretação de calamidade pública e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PL 3372/2020<br>ACIR GURGACZ      | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, para instituir o Fundo de Financiamento Estudantil Emergencial (FIES-E).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3373/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a disponibilização, pelo serviço de saúde, de boletim diário sobre o estado de saúde do paciente internado com covid-19.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3374/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Acrescenta o art. 33-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que serão aumentadas em um terço as penas dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, idoso e deficiente durante período de calamidade pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3379/2020<br>ELMANO FÉRRER     | Denomina João Cláudio Fernandes o viaduto localizado na BR-343, na interseção com a Avenida dos Expedicionários, no Município de Teresina-PI.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3405/2020<br>ACIR GURGACZ      | “Altera a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para configurar como conflito de interesse o exercício de cargo por dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista que mantenha vínculo societário ou profissional com empresa contratada para tratar de processo de privatização no âmbito da entidade da qual seja dirigente”.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1058/2020<br>JEAN PAUL PRATES | Informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre o fechamento de agências bancárias durante o período de pandemia da Covid-19.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3531/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para incluir a prática, sem habilitação legal, de atos privativos de profissional da área da saúde no rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3532/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para vedar a suspensão e a rescisão unilateral do contrato de plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão, mantido por entidade de classe, durante a vigência da emergência de saúde pública. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|----------------------------------|---|---|
| PL 3533/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para garantir a concessão de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para mulher provedora de família monoparental em caso de prorrogação do tempo do auxílio emergencial.                                       | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3534/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Dispõe sobre a suspensão do pagamento de financiamentos de veículos por cento e vinte dias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3535/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos tomados por servidores públicos e empregados públicos e privados que tiverem redução salarial durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3546/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Portuária (SENAP).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1220/2020<br>ROSE DE FREITAS | Convite ao novo Ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli, para comparecer por meio de videoconferência a sessão remota do Plenário do Senado Federal, destinada ao debate temático sobre suas propostas e planos para a educação de nosso país.                                       | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3564/2020<br>ROSE DE FREITAS  | Altera a lei Maria da Penha para estabelecer que os pais e filhos possam denunciar a violência doméstica praticada em âmbito familiar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3582/2020<br>LASIER MARTINS   | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para criar o tipo penal de desperdício de recursos públicos destinados à saúde e agravar a pena de crimes que resultarem em dano aos recursos ou bens destinados à saúde. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 15/2020 - CTFC<br>REGUFFE    | Requer o convite do ex-ministro da Justiça Sérgio Fernando Moro a fim de prestar informações sobre interferências do Presidente da República na Polícia Federal.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| RQS 1267/2020<br>JEAN PAUL PRATES | Informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca da Portaria Interministerial nº 13.668, de 5 de junho de 2020, que autoriza o Comando do Exército a contratar 522 profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com atuação no Departamento de Engenharia e Construção e no Departamento de Ciência e Tecnologia, em atividades relacionadas a projetos e obras de engenharia de construção, obras públicas de infraestrutura, atividades de mapeamento cartográfico terrestre, ações de logística e implantação de projetos estratégicos no âmbito do Comando do Exército. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3631/2020<br>KÁTIA ABREU       | Altera a Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para prorrogar o desconto na Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1305/2020<br>JEAN PAUL PRATES | Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre os ocupantes de funções comissionadas na Administração Pública.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3689/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Estipula obrigações contratuais para empresas de serviço de entregas (delivery) por aplicativo para com seus entregadores no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (covid-19), a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3690/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre a disponibilização de um nutricionista a fim de orientar o consumidor sobre a alimentação adequada nos estabelecimentos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3691/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar aos valores depositados em conta corrente conjunta necessários para reacomodação em local seguro.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3692/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera o art. 319 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) para condicionar o ingresso em juízo à prévia tentativa de solução extrajudicial do conflito nas ações de cobrança.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PL 3693/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Dispõe sobre a suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos tomados por servidores públicos e empregados públicos e privados que tiverem redução salarial durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3694/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos pagamentos de empréstimos, financiamentos, inclusive da casa própria por até 120 dias e de agua, luz e internet. durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3711/2020<br>JEAN PAUL PRATES  | Dispõe sobre a vedação de processos de desestatização e desinvestimento durante o enfrentamento da pandemia até que haja deliberação legislativa em sentido contrário  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3712/2020<br>PAULO ROCHA       | Altera a Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019, para prever que, durante a vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o resultado do Banco Central do Brasil será destinado à União para pagamento do auxílio emergencial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1346/2020<br>JEAN PAUL PRATES | Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre a Portaria Conjunta no 266, de 17 de junho de 2020, do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas de 2020 a 2023, em razão da alteração de sua missão e dos valores organizacionais propostos. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1380/2020<br>MARCOS DO VAL    | Criação de Comissão Temporária Externa, composta de quatro membros titulares, para, no prazo de sessenta dias, acompanhar os atos de violência que vêm sendo perpetrados contra a integridade física de religiosos brasileiros, membros da Igreja Universal do Reino de Deus, bem como de seus familiares, e contra propriedades privadas pertencentes a essa instituição localizadas em território angolano.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3785/2020<br>ROBERTO ROCHA     | Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 125 cm³ e às bicicletas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 25/2020<br>LASIER MARTINS     | Altera o art. 128 da Constituição Federal para modificar a forma de escolha do Procurador-Geral da República.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                               | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| RQS 1502/2020<br>JEAN PAUL PRATES           | Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre apostila que contém material didático de português do Brasil para estrangeiros, disponibilizada na página da Rede Brasil Cultural, da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, de autoria da professora Airamaia Chapina.                       | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2020 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO       | Requer que seja convidado o Presidente do Banco do Brasil, para prestar informações sobre a venda de carteira de crédito de R\$ 2,9 bilhões de Banco do Brasil a fundo do banco BTG Pactual  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1512/2020<br>LEILA BARROS               | Solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria de natureza operacional nos recursos alocados no Ministério da Saúde e nas Subfunções Orçamentárias relacionadas com a Saúde, executadas por outros Ministérios, no enfrentamento da pandemia da COVID.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 192/2020 - Complementar<br>DÁRIO BERGER | Institui o Fundo Emergencial para Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com a finalidade de repassar recursos, no exercício de 2020, ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, para conceder crédito aos pequenos negócios que não possuem contas de depósito em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3947/2020<br>ROSE DE FREITAS             | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para a introdução não autorizada de espécime animal no País, e sua aplicação em dobro, no caso de animal peçonhento ou predador carnívoro que cause risco à vida humana.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3948/2020<br>ROSE DE FREITAS             | Insere o art. 1º-A na Lei nº 7.498, de 16 de dezembro de 1985, para permitir, durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a concessão de vale-transporte via créditos para a utilização em aplicativos de transporte de pessoas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3949/2020<br>SIMONE TEBET                | Autoriza os agentes financeiros dos fundos constitucionais de financiamento de que trata o art. 159, I, c, da Constituição a renegociarem as dívidas no âmbito dos respectivos fundos constitucionais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3987/2020<br>KÁTIA ABREU                 | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de vacinações contra doenças imunopreveníveis que deem causa a declaração, pela autoridade sanitária, de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional.                 | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLP 197/2020 - Complementar<br><br>DÁRIO BERGER | Dispõe sobre o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, destinados para o custeio de medidas emergenciais de estímulo e manutenção da educação básica, superior e técnica privadas, em razão do enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, decorrente da pandemia de Covid-19. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4005/2020<br><br>ROSE DE FREITAS             | Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para regulamentar o pagamento de débitos utilizando precatórios.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4006/2020<br><br>ROSE DE FREITAS             | Determina que os recursos economizados com o teletrabalho, nos três Poderes da União, sejam destinados ao combate à covid-19.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4021/2020<br><br>DÁRIO BERGER                | Dispõe sobre medidas de estímulo ao setor de educação privada, com ou sem fins lucrativos, em razão da pandemia de Covid-19, e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni), para ampliar o número de bolsas de estudo durante o período de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 20/2020 - CAE<br><br>IRAJÁ                  | Requer o comparecimento do Sr. Gustavo Montezano, Presidente do BNDES, perante a CAE, para prestar esclarecimentos sobre Seleção de Fundos de Crédito para MPMEs.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1635/2020<br><br>RANDOLFE RODRIGUES         | Convocação do Ministro da Justiça para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1636/2020<br><br>RANDOLFE RODRIGUES         | Convocação do Ministro Chefe da Casa Civil para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1637/2020<br><br>RANDOLFE RODRIGUES         | Convocação do Ministro da Defesa para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa   | Situação da matéria       |
|-------------------------------------|--|---------------------------|
| RQS 1638/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1639/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Ministro Chefe da Secretaria de Governo para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1640/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Advogado-Geral da União para prestar informações sobre a tentativa de intervenção do Poder Executivo no STF.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1683/2020<br>DANIELLA RIBEIRO   | Comparecimento, ao Plenário do Senado Federal, do Exmo. Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro de Estado da Cidadania, a fim de prestar informações sobre as ações e os programas sociais sob responsabilidade de sua pasta.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1701/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre emissão de passaporte diplomático em favor do ex-Ministro da Educação, senhor Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, e sobre o uso desse documento para ingresso nos Estados Unidos da América.                                      | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1702/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca de voos suspeitos e reiterados do avião presidencial boliviano para o Brasil, segundo noticiado pela imprensa e pelas redes sociais.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1703/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca de voos suspeitos e reiterados do avião presidencial boliviano para o Brasil, segundo noticiado pela imprensa e pelas redes sociais.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1753/2020<br>JEAN PAUL PRATES   | Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre eventos e treinamentos com participação de autoridades e/ou servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), organizados por organismos multilaterais, institutos de pesquisa, empresas ou governo estrangeiros. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 1823/2020<br>PAULO ROCHA        | Informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio as comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 4231/2020<br>DÁRIO BERGER             | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os planos privados de saúde darão cobertura a exames laboratoriais e outros exames necessários para diagnóstico e tratamento de doenças que ensejem a decretação, pelas autoridades sanitárias, de emergência em saúde pública de importância nacional ou internacional. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1972/2020<br>ROGÉRIO CARVALHO        | Realização de auditoria do TCU sobre a venda do Complexo Eólico Campos Neutrais.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 16/2020 - CTFC<br>STYVENSON VALENTIM | Requer criação de subcomissão temporária para estudar, discutir e propor aprimoramento na fiscalização de repasses de recursos públicos da União para os demais entes federados, avaliando a distribuição de competências entre os órgãos envolvidos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4294/2020<br>LUIZ CARLOS DO CARMO     | Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 12.527, de 18 de novembro de 2011, para tornar obrigatória a transmissão, em tempo real, mediante meios e instrumentos legítimos de comunicação audiovisuais, do ato licitatório para a escolha da proposta do licitante vencedor.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2047/2020<br>ESPERIDIÃO AMIN         | Convocação do Senhor Paulo Guedes, Ministro da Economia, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre o conteúdo da declaração "O Senado cometeu um crime contra o País".   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4307/2020<br>DÁRIO BERGER             | Suspende, enquanto durar o estado de calamidade pública causado pela covid-19, a exigência de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados aos veículos do transporte escolar e de turismo, para renovação do licenciamento de que trata a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2076/2020<br>PAULO ROCHA             | Informações ao Ministro do Meio Ambiente sobre operações contra garimpo ilegal na Região Norte e, em particular, sobre a suspensão dessas operações na Terra Indígena Munduruku.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4377/2020<br>LASIER MARTINS           | Permite a suspensão do pagamento das operações de crédito junto ao BNDES até o final de 2020.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 17/2020 - CTFC<br><br>STYVENSON VALENTIM | Nos termos do art. 71, inciso IV da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria de natureza operacional para aferir eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas e processos pelos quais se operacionalizam e controlam repasses de recursos públicos federais para os demais entes da Federação, verificando se permitem a adequada fiscalização da aplicação dos valores, com aferição individualizada das condutas dos agentes envolvidos, de forma a permitir responsabilizações por desvios ou mal uso dos recursos. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4391/2020<br><br>SIMONE TEBET             | Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer a previsão de reserva de gênero de pelo menos 30% dos lugares para cada sexo na composição dos órgãos partidários.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4406/2020<br><br>DÁRIO BERGER             | Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar inafiançáveis os crimes relacionados à prática da pedofilia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4414/2020<br><br>FERNANDO BEZERRA COELHO  | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre regras de adoção a serem adotadas em situações de pandemia ou calamidade pública.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2126/2020<br><br>JEAN PAUL PRATES        | Informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o militar brasileiro que foi objeto de declaração do chefe do Comando Sul das Forças Armadas norte-americanos, Almirante Craig Faller, durante evento na Flórida, segundo a Folha de São Paulo dia 16, de julho, de 2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4462/2020<br><br>ROSE DE FREITAS          | Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para proibir a desativação dos leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) incorporados ao SUS durante a vigência do estado de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4463/2020<br><br>ROSE DE FREITAS          | Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para estabelecer a impossibilidade de protesto de título sem que haja tentativa de intimação pessoal, no endereço da pessoa responsável por cumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4464/2020<br><br>ROSE DE FREITAS          | Acrescenta o art. 188-A ao Código de Processo Civil, a fim de prever como preferencial a transferência de valores, por ordem judicial, diretamente para a conta bancária do beneficiário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PL 4465/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Autoriza a concessão de linha de crédito rural especial a pequenos agricultores familiares e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4466/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre as penalidades aplicáveis nas hipóteses de cobrança indevida de débitos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4467/2020<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impedir a prestação de alimentos ou a partilha de bens adquiridos na constância do casamento ou da união estável, em favor do cônjuge ou companheiro agressor. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2222/2020<br>PAULO ROCHA      | Informações ao Ministro de Estado de Meio Ambiente sobre a eliminação da participação popular da composição da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 33/2020<br>ROSE DE FREITAS    | Altera o § 4º do art. 57 da Constituição Federal, para permitir a recondução dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2242/2020<br>WEVERTON         | Destaque para votação em separado da Emenda nº 6 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2243/2020<br>ELIZIANE GAMA    | Destaque para votação em separado da Emenda nº 12 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2247/2020<br>ROGÉRIO CARVALHO | Destaque para votação em separado da Emenda nº 15 - PLEN, apresentada ao PL nº 2388/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 34/2020<br>TASSO JEREISSATI   | Institui o benefício universal infantil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| RQS 2272/2020<br>HUMBERTO COSTA         | Convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a fim de prestar informações acerca da visita do Sr. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA, a Roraima, ao apoio do Brasil ao candidato norte-americano no BID, à extensão da cota de importação para o etanol norte-americano e aos rumos gerais da atual política externa brasileira.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2275/2020<br>CONFÚCIO MOURA         | Criação de Comissão Especial, composta por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, para propor soluções que promovam a Regulamentação e acompanhamento orçamentário do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), conforme descrito na Emenda Constitucional nº 108/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4622/2020<br>ROSE DE FREITAS         | Dispõe sobre a cobrança de juros no caso de suspensão do pagamento de empréstimos e financiamentos, inclusive da casa própria durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4642/2020<br>ROSE DE FREITAS         | Altera a lei orgânica do SUS lei 8080, de 19 de setembro de 1990, para torna obrigatório que a rede pública de saúde com mais de vinte e cinco mil habitantes disponha de soro antiofídico.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 17/2020 - CRE<br>JAQUES WAGNER      | Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações, em sessão não presencial, acerca da visita do Sr. Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA, a Roraima, ao apoio do Brasil ao candidato norte-americano no BID, à extensão da cota de importação para o etanol norte-americano e aos rumos gerais da atual política externa brasileira. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 18/2020 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer a convocação do Ministro das Relações Exteriores perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4720/2020<br>LASIER MARTINS          | Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir o pagamento dos débitos veiculares no momento da fiscalização.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| REQ 23/2020 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao Sr. Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, pelos atos de servilismo e de desrespeito à soberania nacional impetrados pelo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 24/2020 - CRE<br>JAQUES WAGNER        | Requeiro, nos termos do art. 74, II do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, observar, in loco, as próximas eleições legislativas na Venezuela e estabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, de modo a contribuir, dentro dos princípios constitucionais que regem a política externa brasileira, para o aprimoramento das nossas relações bilaterais com aquela importante nação vizinha e amiga.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 26/2020 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, informações sobre os documentos preparatórios para a visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, ao Brasil, realizada no dia 18 de setembro de 2020 em Roraima.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2459/2020<br>JEAN PAUL PRATES         | Informações ao Ministro de Estado da Economia sobre o processo de nomeação do senhor Marcelo Serfaty para o cargo de presidente do Conselho de Administração do BNDES, especialmente quanto à análise de possível conflito de interesse em razão da participação do nomeado como sócio de empresa contratada pelo BNDES.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 243/2020 - Complementar<br>JOSÉ SERRA | Dispõe sobre a transparência da destinação dos recursos de royalties provenientes da exploração de petróleo e gás natural.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4811/2020<br>ALVARO DIAS               | Institui o Dia Nacional da Mulher Policial Brasileira.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4843/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Estabelece que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até o fim do estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, no que concerne às contratações e renegociações de operações de crédito realizadas para micro, pequenas e médias empresas, diretamente ou por meio de agentes financeiros, fica dispensado de observar anotações registradas em quaisquer bancos de dados, públicos ou privados, que impliquem restrição ao crédito por parte do proponente, inclusive protesto; deverá conceder prazo mínimo de 120 (cento e vinte) meses; e deverá conceder carência mínima de 12 (doze) meses para o início dos pagamentos das prestações. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 4910/2020<br>ALVARO DIAS               | Revoga o parágrafo único do Art. 316 do Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4916/2020<br>JOSÉ SERRA                | Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, para prever o teste neonatal para identificar atrofia muscular espinhal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4918/2020<br>LASIER MARTINS            | Altera os arts. 3º-B e 316 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 247/2020 - Complementar<br>JOSÉ SERRA | Dispõe sobre a retomada progressiva dos pagamentos das dívidas dos Estados e Distrito Federal junto à União nos anos de 2021 e 2022, em razão da pandemia da COVID-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2537/2020<br>EDUARDO GIRÃO            | Requer, nos termos regimentais, a homologação da instalação, na 56ª Legislatura do Congresso Nacional, do GRUPO PARLAMENTAR DO CONGRESSO NACIONAL BRASIL - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (GPONU).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4967/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Dispõe sobre as atividades da campanha Novembro Azul.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4969/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; e dá outras providências, para diminuir o valor do limite da renda bruta familiar dos beneficiários do Programa. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4970/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade civil do agressor sobre danos morais e materiais causados à vítima da violência doméstica e familiar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 4971/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Dispõe que as instituições financeiras federais, com carteira comercial, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, deverão desenvolver soluções facilitadas para que seus clientes e potenciais clientes possam abrir contas e acessar os serviços das agências que estiverem operando de maneira remota.                           | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4972/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera o art. 107 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime praticado contra a mulher.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4976/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Acrescenta o art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer multa em favor da empregada em caso de discriminação remuneratória.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4995/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera o parágrafo único do art. 316 do Decreto-Lei nº 3.689 de 1941 (Código de Processo Penal), para obstar a soltura automática do preso provisório por mero decurso de prazo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4996/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para tornar obrigatório que o Poder Público federal disponibilize, no mínimo, um mamógrafo para cada ente federado com mais de noventa mil mulheres. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4997/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, para determinar, nas execuções judiciais para cobrança da dívida ativa de natureza tributária da União, o recolhimento integral ao Tesouro Nacional dos honorários de sucumbência pagos pelo executado.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 251/2020 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 5. 172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para fixar em 3 (três) dias úteis o prazo para a emissão de certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e para que os órgãos ou entidades públicas realizem a baixa no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).            | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2546/2020<br>HUMBERTO COSTA                | Convocação do Ministro da Saúde.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PL 5031/2020<br>KÁTIA ABREU         | Altera a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, para considerar que a consulta às intimações eletrônicas deverá ser feita em até 3 (três) dias corridos contados da data do envio da comunicação.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5107/2020<br>ROSE DE FREITAS     | Prevê renegociação das dívidas dos contratos de operações de crédito concedidas a pessoas físicas por instituições financeiras controladas pela União, pelo prazo de até cento e vinte meses, para minimizar os impactos econômicos sobre as famílias da pandemia de covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2670/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Auditória do TCU no sistema elétrico que opera no Amapá, em decorrência das graves falhas que levaram ao apagão do dia 3 de novembro, ainda sem previsão de restabelecimento da energia, fazendo a população do Estado sofrer sem insumos básicos como água, alimento, saúde e comunicação.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2671/2020<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5128/2020<br>LASIER MARTINS      | Altera o art. 10 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a obrigatoriedade de realização, no Sistema Único de Saúde, de testes de triagem neonatal na modalidade ampliada.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5139/2020<br>KÁTIA ABREU         | Dispõe sobre a instituição da Cédula de Serviços (CS).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5168/2020<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para prever nova situação de flagrante delito para os casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5169/2020<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda parcela do aporte de capital realizado em startups que produzam conteúdos digitais para a educação básica; e concede isenção do Imposto sobre a Renda sobre os rendimentos decorrentes do aporte e sobre o ganho de capital auferido na alienação dos direitos de participação naquelas startups. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa   | Situação da matéria   |
|---|--|---|
| PL 5170/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico, para determinar a elaboração de planos quadriennais de tratamento de esgotos sanitários.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5171/2020<br>ROSE DE FREITAS           | Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, para estabelecer prioridade para o aproveitamento desses bens em programas habitacionais sob responsabilidade de entes subnacionais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 265/2020 - Complementar<br>JOSÉ SERRA | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para determinar a gravação e a publicação das reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5186/2020<br>LASIER MARTINS            | Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença-maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido, e acrescenta art. 73-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5190/2020<br>ACIR GURGACZ              | Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para determinar o registro eletrônico do histórico de vacinações administradas em serviços de saúde públicos e privados e assegurar o acesso dos usuários a essas informações.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5216/2020<br>LASIER MARTINS            | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para assegurar o saque do FGTS para financiamento imobiliário fora do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 26/2020 - CAE<br>ANGELO CORONEL       | Requer a convocação do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para prestar esclarecimentos sobre viagens de servidores e conselheiros do CADE.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5262/2020<br>ACIR GURGACZ              | Altera a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, e a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para incluir no plano de recuperação judicial os créditos previstos nos artigos 14 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nas condições que especifica, bem como para regular o plano especial de recuperação judicial do produtor rural e efeitos do crédito lastreado em cédula de produto rural perante a recuperação judicial do devedor. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 2805/2020<br>MAJOR OLIMPIO                 | Convocação do ministro de estado das relações exteriores.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5312/2020<br>JOSÉ SERRA                     | Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para proibir o uso alternativo do solo em áreas atingidas por fogo não autorizado e para ampliar incentivos à preservação e à recuperação do meio ambiente. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5343/2020<br>TASSO JEREISSATI               | Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5380/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5381/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera o Decreto-Lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940, que regula o exercício do comércio ambulante, para permitir o comércio de doces pré-embalados em veículos de transporte público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 270/2020 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Estipula prazo para a regulamentação dos dispositivos constitucionais que demandem a edição de lei ordinária ou complementar.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5383/2020<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para estabelecer que a renúncia de candidato a Vice-Presidente, a Vice-Governador ou a Vice-Prefeito, nos trinta dias anteriores à eleição, em nenhuma hipótese implica impugnação ou cancelamento da candidatura do candidato a Presidente da República, a Governador ou a Prefeito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 18/2020 - CTFC<br>ELIZIANE GAMA            | Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura aos seguintes Requerimentos - Sedol: SF/20195.69536-96 e SF/20567.76289-68, os quais requerem informações:  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLP 272/2020 - Complementar<br><br>LASIER MARTINS | Altera o § 2º do art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 para vedar o contingenciamento dos recursos do sistema de aviação civil.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 5429/2020<br><br>LASIER MARTINS                | Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar o salário-maternidade da incidência de contribuições previdenciárias.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2873/2020<br><br>ELIZIANE GAMA                | Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN apresentada ao PLP nº 247/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2874/2020<br><br>ROGÉRIO CARVALHO             | Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-PLEN apresentada ao PLP nº 247/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 275/2020 - Complementar<br><br>JOSÉ SERRA     | Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para estabelecer o Comitê de Política Cambial e determinar a gravação e a publicação de suas reuniões.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2905/2020<br><br>ROMÁRIO                      | Dispensa do parecer da CCJ, por ter-se esgotado o prazo regimental para a sua apresentação, e remessa do PLS nº 68/2017 para a CE.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 3061/2020<br><br>ZENAIDE MAIA                 | Informações ao Ministro de Estado da Saúde.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 3072/2020<br><br>ROGÉRIO CARVALHO             | Requer, nos termos dos arts. 336, I, e 338, I, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 565/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 5621/2020<br><br>ALVARO DIAS                   | Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para dispor sobre a implementação do princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e a promoção do adequado aproveitamento do solo urbano. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| RQS 10/2021<br>ALESSANDRO VIEIRA  | Convocação do Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 23/2021<br>ALESSANDRO VIEIRA  | Convocação do Ministro de Estado da Educação para prestar esclarecimentos.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 39/2021<br>RANDOLFE RODRIGUES | Convite ao Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 57/2021<br>JOSÉ SERRA         | Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União referente às ações e programas de enfrentamento à COVID-19 nos Ministérios da Saúde e da Economia.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 78/2021<br>TELMÁRIO MOTA      | Tramitação conjunta do PLC nº 119/2015 com o PLS nº 169/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 90/2021<br>DANIELLA RIBEIRO   | Tramitação conjunta do PL nº 11/2021 com o PL nº 13/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 96/2021<br>ROSE DE FREITAS    | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre a vacinação de trabalhadores da educação do ensino básico e de trabalhadores e da educação do superior, no contexto do "Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19". | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 305/2021<br>ALVARO DIAS        | Altera a Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, para estabelecer eleições diretas para a Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e determina outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 419/2021<br>NILDA GONDIM       | Acrescenta § 4º ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho da pessoa com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 485/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Altera os arts. 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal e de ameaça, quando praticados em contexto de violência doméstica e familiar; e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para prever que a ação penal será pública e incondicionada nos casos de lesão corporal leve praticados no mesmo contexto. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 373/2021<br>PAULO ROCHA            | Informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública referentes à ação da Polícia Rodoviária Federal de “monitorar redes sociais para identificação de ações adversas que atentem contra os objetivos da missão”, realizada no âmbito da operação de auxílio do Governo Federal para debelar a crise sanitária que se instalou no Estado do Amazonas.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 524/2021<br>NILDA GONDIM            | Acrescenta o Capítulo VII-A ao Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir proteção contra despedidas discriminatórias de empregados com doenças incuráveis ou estigmatizantes e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 525/2021<br>NILDA GONDIM            | Dispõe sobre a inserção de mensagem informativa nas embalagens, frascos e recipientes de alimentos industrializados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 526/2021<br>NILDA GONDIM            | Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para assegurar a gratuidade da segunda via de carteira de identidade para idosos que se autodeclararem pobres.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 2/2021<br>PAULO ROCHA              | Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre o pagamento de auxílio emergencial, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 483/2021<br>PAULO ROCHA            | Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 510/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 484/2021<br>PAULO ROCHA            | Oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 510/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|----------------------------------|---|---|
| REQ 1/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidores de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de distribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 2/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Alexandre Barreto, Presidente do CADE, a comparecer esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidores de combustíveis, que dominam o mercado. Esse sistema de dedistribuição prejudica os consumidores e impede soluções que, de fato, diminuam o valor final do combustível. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) não permite a venda direta entre as refinarias e os postos de combustíveis. Em 2018, apresentei um Projeto de Decreto Legislativo, PDS nº 61, de 2018, o qual foi aprovado no Senado e remetido à Câmara. O projeto susta o artigo 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009, da ANP, que estabelece que todo combustível deve passar por empresas distribuidoras antes de chegar às revendedoras. Precisamos rever o sistema de dedistribuição no nosso país. O mercado está privilegiando esse segmento econômico e faz-se necessário alterar essa dinâmica e ampliar a concorrência.. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR | Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie o impacto da pandemia do covid-19 na economia, no exercício de 2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 634/2021<br>KÁTIA ABREU       | Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 642/2021<br>TELMÁRIO MOTA     | Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para determinar que a vacinação de idosos contra a covid-19 seja em domicílio.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 713/2021<br>KÁTIA ABREU       | Dispõe sobre a responsabilidade educacional pela universalização da oferta e pela garantia de padrão de qualidade do ensino na educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 737/2021<br>KÁTIA ABREU       | Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, (Mobilidade Urbana), para regulamentar o transporte remunerado privado de mercadorias, delivery e multidelivery, solicitadas exclusivamente por aplicativo on-line nas plataformas de comunicação em rede.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| RQS 816/2021<br>PAULO ROCHA           | Informações ao Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 817/2021<br>PAULO ROCHA           | Informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 818/2021<br>PAULO ROCHA           | Informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Governo sobre as reuniões realizadas naquela pasta e que possam ter sido fonte de informação privilegiada na negociação de ativos da Petrobras na bolsa de valores.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2021 - CAE<br>VANDERLAN CARDOSO | Requer a realização de Audiências Públicas sob a forma de Ciclo de Debates para Reequilíbrio Econômico para tratar sobre a alta de preços durante a pandemia.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 814/2021<br>ROBERTO ROCHA          | Altera a Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social, para equiparar os blogues que publicam conteúdo noticioso aos veículos de comunicação social.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 882/2021<br>JEAN PAUL PRATES      | Informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre outorgas para a prestação do serviço de radiodifusão comunitária.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 930/2021<br>RANDOLFE RODRIGUES    | Realização de sessão especial a fim de comemorar o centenário do jornal Folha de São Paulo.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 893/2021<br>TELMÁRIO MOTA          | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir a educação profissional, técnica e tecnológica no rol dos cursos a serem financiados, de modo prioritário, pelo referido Fundo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 5/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR      | Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Req. nº 1 da CAE, para que seja convidado o Sr. Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Rodolfo Henrique de Saboia, a comparecer a esta Comissão para prestar informações sobre o suposto Cartel formado entre as distribuidoras de combustíveis, que dominam o mercado. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| RQS 1067/2021<br>PAULO PAIM       | Realização de sessão de debates temáticos para debater a viabilidade da suspensão temporária das patentes das vacinas contra a COVID-19.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1079/2021<br>JEAN PAUL PRATES | Informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a viagem a Israel entre os dias 6 e 10 de março de Delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1139/2021<br>NELSINHO TRAD    | Realização de Sessão de Debates Temáticos, a fim de debater o uso de tratamento precoce no combate à Covid-19.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1015/2021<br>TELMÁRIO MOTA     | Acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de criação, divulgação, propagação, compartilhamento ou transmissão de informação falsa sobre epidemia.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 1/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS  | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital .</p> <p>Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o Senhor Caio Paes de Andrade, Presidente do SERPRO;</li> <li>• o Senhor Jackson Venâncio Barros, Diretor DATASUS;</li> <li>• o Senhor Gustavo Canuto, Presidente DATAPREV;</li> <li>• o Senhor Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL;</li> <li>• o Senhor Sérgio Paulo Gallindo, Presidente Executivo BRASCOM;</li> <li>• o Senhor Edmar Araújo, Presidente da ABES.</li> </ul> | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 2/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS  | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Governo Digital da Estônia.</p> <p>Proponho para a audiência a presença da Exma. Sra. KERSTI KALJULAID, PRESIDENTE DA ESTÔNIA.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS  | <p>Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater sobre gestão pública .</p> <p>Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. AUGUSTO NARDES, MINISTRO TCU.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| REQ 6/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR     | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a venda da refinaria de Mataripe: o Senhor Roberto Castello Branco, Presidente da Petrobrás; e o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1042/2021<br>ACIR GURGACZ         | Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para conferir validade nacional ao registro profissional de medicina.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 2/2021 - CMA<br>JAQUES WAGNER    | Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017, com foco especial na avaliação do que estabelece o inciso III do art. 6º da referida lei, que trata dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, em face dos aumentos expressivos de desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1059/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera os arts. 213 e 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena do crime de estupro praticado contra pessoas idosas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1060/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)” para determinar a utilização de meios alternativos para realização do Exame de Ordem em face de situação excepcional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1076/2021<br>ROBERTO ROCHA        | Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer o quórum referente ao julgamento da ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade de emendas à Constituição Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 1/2021 - CSP<br>SIMONE TEBET     | Requerimento de comparecimento do Ministro da Justiça na Comissão de Segurança Pública, para expor plano do governo federal no combate ao narcotráfico e contrabando nas fronteiras do País.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| REQ 2/2021 - CSP<br>WELLINGTON FAGUNDES | Requer criação de subcomissão permanente faixa de fonteira  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1254/2021<br>ROBERTO ROCHA          | Requer, nos termos do art. 89, III, do Regimento Interno, que sejam designadas a mim a relatoria do PLS 258/2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 7/2021 - CAE<br>TASSO JEREISSATI    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a LOA 2021 aprovada pelo Congresso Nacional, bem como debater o assunto com o Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 8/2021 - CAE<br>WELLINGTON FAGUNDES | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2021 - CAE, seja incluído o tema sobre fechamento da principal indústria de fertilizantes nitrogenados que é responsável pela produção de toda a ureia pecuária produzida no país e o fechamento da indústria, para a produção do gás essencial no tratamento de pacientes em estágio grave da Covid-19. Propõe, ainda, a inclusão de representante da Petrobrás. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1268/2021<br>CID GOMES              | Convite ao Sr. General Fernando Azevedo e Silva, ex-Ministro da Defesa, para prestar esclarecimentos ao Senado Federal.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1170/2021<br>ROSE DE FREITAS         | Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 9/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES    | Requer a presença do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 10/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES   | Requer a presença do Sr. André Brandão em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 11/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES   | Requer a presença do Sr. Hélio Lima Magalhães em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|---|---|
| REQ 12/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES | Requer a presença do Sr. José Guimarães Monforte em audiência junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para esclarecer denúncias sobre ingerências sobre o Banco do Brasil S.A.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 13/2021 - CAE<br>CID GOMES        | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Economia, Paulo Guedes, informações sobre a criação do Banco Digital da Caixa Econômica Federal - CEF.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 1/2021 - CTFC<br>REGUFFE          | Requer ao Plenário da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater: a) a formação dos preços dos combustíveis fornecidos pela Petrobras ao mercado nacional, além da política de reajustes dos combustíveis adotada e implementada pela empresa nos últimos anos, principalmente em relação à gasolina, ao diesel, ao gás de cozinha (GLP) e ao etanol, bem como seus impactos na economia e no custo de vida dos brasileiros; b) os cartéis de combustíveis em todo o Brasil e a atuação das autoridades responsáveis por coibir tal prática criminosa e deletéria aos consumidores. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1235/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO  | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e família contra a mulher (Lei Maria da Penha), e a ei 13.146, de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o uso, no cumprimento de medidas cautelares de proteção, de dispositivo eletrônico de gravação de conversas entre vítima e agressor, associado ao dispositivo "SOS VIDA"  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1326/2021<br>PAULO ROCHA          | Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1334/2021<br>EDUARDO BRAGA        | Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 25/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1336/2021<br>EDUARDO BRAGA        | Destaque para votação em separado da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1345/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Informações ao Ministro de Estado das Comunicações referentes à gestão econômico-financeira da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e de eventuais resultados de estudos que tenham sido realizados após a inclusão da empresa no Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (PPI), com vistas à alienação do seu controle societário.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa   | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|--|---|
| PL 1356/2021<br>ROBERTO ROCHA     | Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para dispor sobre o pedido de tutela de urgência formulado perante o Supremo Tribunal Federal, relativo à impugnação de ato praticado pelo Poder Executivo ou Legislativo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1368/2021<br>PAULO ROCHA      | Tramitação conjunta do PL 1058/2021 e PL 6/2021  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1387/2021<br>PAULO ROCHA       | Suspende, em 2021, os reajustes previstos na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em todas as modalidades, relativos às contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde.                         | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1388/2021<br>PAULO ROCHA       | Suspende o pagamento de 6 (seis) parcelas relativas aos contratos de financiamento imobiliário no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1390/2021<br>ACIR GURGACZ      | Dispõe sobre medidas de transparência na realização de seleções públicas federais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1379/2021<br>PAULO ROCHA      | Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 16 PLEN ao PL nº 973/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1383/2021<br>DANIELLA RIBEIRO | Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 17-PLEN ao PL nº 973/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1386/2021<br>IZALCI LUCAS     | Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 11-PLEN ao PL nº 973 de 2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1396/2021<br>IZALCI LUCAS     | Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 1058/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| RQS 1397/2021<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e dos arts. 397, I, e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações relacionadas aos fatos denunciados em notícia-crime ao STF pelo Delegado de Polícia Federal Alexandre Silva Saraiva, Superintendente da Polícia Federal no Amazonas. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1401/2021<br>PAULO ROCHA        | Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a adequação e suficiência das fiscalizações no setor de mineração e a proposta de solicitar ajuda de estados e prefeituras em ações de fiscalização.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1405/2021<br>IZALCI LUCAS       | Realização de Sessão de Debates Temáticos, para debater o artigo 40, parágrafo único, da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996), objeto de Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) 5529.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2021 - CDH<br>ROMÁRIO         | Requer com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “A pena para crime de injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional: crime de racismo”.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1413/2021<br>ROBERTO ROCHA      | Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comissão Temporária de Superação da Crise Econômica e Social decorrente da Pandemia da COVID-19, destinada à avaliação dos impactos de ordem econômica e social decorrentes da pandemia da COVID-19 e à apresentação de propostas de políticas públicas e medidas legislativas destinadas a mitigá-los.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1536/2021<br>KÁTIA ABREU         | Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para proibir a percepção de benefícios financeiros ou qualquer outra vantagem por réus colaboradores, em decorrência da celebração do acordo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1428/2021<br>EDUARDO BRAGA      | Destaque para votação em separado da Emenda nº 1 - PLEN ao PL 1052/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1594/2021<br>ROSE DE FREITAS     | Destina para ações de combate à covid-19 pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos valores devidos como contrapartida à União em razão das outorgas da infraestrutura aeroportuária e altera o art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, para determinar que somente parte desses valores será destinada ao Fundo Nacional de Aviação Civil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1595/2021<br>ROSE DE FREITAS     | Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para destinar os recursos públicos recuperados em operações de combate à corrupção e ao crime organizado ao enfrentamento da covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PL 1597/2021<br>ROSE DE FREITAS | Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à campanha informativa de vacinação em períodos de situação de emergência ou calamidade pública e das outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1598/2021<br>ROSE DE FREITAS | Acrescenta art. 372-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a capacitação das empregadas, em empresas que possuírem cem ou mais empregados e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1599/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1600/2021<br>ROSE DE FREITAS | Estabelece obrigatoriedade de utilização de energia elétrica proveniente de usina solar fotovoltaica por unidades de saúde e de ensino mantidas pelo Governo Federal no prazo de vinte anos, contado a partir de 2022.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1601/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, para dispor sobre a formação de consórcio para a aquisição de vacinas, equipamentos, insumos e outros itens necessários ao enfrentamento da covid-19.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1602/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a segurança de dados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1603/2021<br>ROSE DE FREITAS | Acrescenta art. 452-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pela Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para definir como intermitente os contratos firmados entre empregados e empresas que se utilizam de aplicativos ou instrumentos eletrônicos ou informatizados para intermediação de serviços de transporte de pessoas ou entrega de mercadorias e dá outras providências. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1604/2021<br>ROSE DE FREITAS | Revoga o § 2º do art. 14-A e o §14 do art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para suprimir a exigência de percentual mínimo de recolhimento da primeira parcela em casos de reparcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                   | Ementa  | Situação da matéria   |
|---------------------------------|---|---|
| PL 1605/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1606/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para instituir política que preste apoio e incentivo à iniciativas de desenvolvimento de imunizantes no território nacional.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1607/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1608/2021<br>ROSE DE FREITAS | Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal, referente à concessão de bolsas de estudo com recursos públicos no âmbito da educação básica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1609/2021<br>ROSE DE FREITAS | Altera a Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior, e dá outras providências, para vedar a exportação de oxigênio medicinal, kit covid e de vacinas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 3/2021 - CTFC<br>REGUFFE    | Requer ao Plenário da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1445/2021<br>PAULO ROCHA    | Audiência da CE sobre o PL nº 5595/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1446/2021<br>PAULO ROCHA    | Audiência da CAS sobre o PL nº 5595/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa  | Situação da matéria   |
|----------------------------------|---|---|
| RQS 1456/2021<br>PAULO ROCHA     | Destaque para votação em separado da Emenda nº 10-PLEN, apresentada ao PL nº 5595/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1661/2021<br>PAULO ROCHA      | Determina que a União transfira recursos financeiros extraordinários ao Sistema Único de Saúde – SUS, repassando-os aos fundos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde, que serão utilizados exclusivamente no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1464/2021<br>PAULO ROCHA     | Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Fundação Nacional do Índio e do Departamento de Polícia Federal, isoladamente ou em conjunto, inclusive com o Ministério da Defesa e forças policiais estaduais, para prevenir, identificar, reprimir e sancionar a atividade de madeireiros, garimpeiros e agricultores em terras indígenas já homologadas ou em processo de identificação e demarcação. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1465/2021<br>ACIR GURGACZ    | Solicita, ao Tribunal de Contas da União, a disponibilização do conteúdo dos relatórios técnicos e deliberações constantes do Processo TC 010.222/2019-7.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2021 - CTFC<br>REGUFFE     | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2021, para debater a prevenção e o controle dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira, seja convidada mais uma autoridade. Propõe para a audiência a inclusão do Exmo. Sr. Ricardo Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1786/2021<br>ROSE DE FREITAS  | Dispõe sobre a organização da Polícia Ferroviária Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1510/2021<br>ROSE DE FREITAS | Realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater a situação do Mercosul.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1806/2021<br>TELMÁRIO MOTA    | Altera o parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de novembro de 1991, para disciplinar o reajuste dos aluguéis residenciais e comerciais.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|--|---|
| RQS 1521/2021<br>ANTONIO ANASTASIA   | Realização de Sessão de Debate Temático sobre a Lei do Governo Digital.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1822/2021<br>LASIER MARTINS       | Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 para permitir o uso de gravação oriunda de captação ambiental nos casos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 1/2021 - CRE<br>NELSINHO TRAD    | Requer o comparecimento do Embaixador da República de Angola Sr Florêncio Mariano.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1841/2021<br>PAULO ROCHA          | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para suspender, de março de 2020 a março de 2022, o pagamento, por beneficiários com renda familiar bruta de até 3 (três) salários mínimos ou comprovadamente desempregados, de valores relativos à amortização do saldo devedor e aos juros incidentes sobre o financiamento no biênio. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1533/2021<br>TELMÁRIO MOTA       | Realização de sessão especial, em 07/06/2021, destinada a comemorar os 20 anos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -DNIT.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1857/2021<br>LASIER MARTINS       | Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os pagamentos a Instituição de Longa Permanência para Idosos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1858/2021<br>LASIER MARTINS       | Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para custear o tratamento de reprodução assistida.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1861/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera a redação do art. 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incrementar a pena para o descumprimento de medida protetiva de urgência, nos casos que especifica.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 1545/2021<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO     | Realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, no Edital nº 03/2021, do Ministério da Justiça, cujo objetivo seria o de contratar o programa de espionagem Pegasus, desenvolvido pela empresa israelense NSO Group,   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 1888/2021<br>SIMONE TEBET                 | Acrescenta o art. 201-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre regras de processo e julgamento nos crimes que envolvam violência sexual.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 1903/2021<br>SIMONE TEBET                 | Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica, para dispor sobre as hipóteses de captação ambiental, sem ordem judicial, quando há risco à vida, à liberdade ou à dignidade sexual.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1562/2021<br>JEAN PAUL PRATES            | Informações ao Ministro de Estado da Cidadania sobre a organização, estrutura e serviços da Assistência Social, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a partir de dados apurados pelo Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 15/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES        | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a MPV 1031/2021, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1591/2021<br>JAQUES WAGNER               | Realização de sessão de debates temáticos, em data oportuna, a fim de debater a educação ambiental para uma nova geração ecológica.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1595/2021<br>LEILA BARROS                | Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União na Casa da Moeda do Brasil.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 16/2021 - CAE<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO | Requer a realização de Audiência Pública na CAE, para debater a Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização Eletrobras.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                    | Ementa   | Situação da matéria   |
|----------------------------------|--|---|
| PL 1989/2021<br>ACIR GURGACZ     | Altera o art. 12 da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para dispor a celebração de convênios para a transmissão de alertas urgentes sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2040/2021<br>SIMONE TEBET     | Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, para modernizar o processo nos Juizados Especiais Cível e Criminal e da Fazenda Pública.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2086/2021<br>LASIER MARTINS   | Altera a Lei nº 8.080, de 1990 para incluir, entre os objetivos da política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação de programa de qualidade de vida para profissionais da saúde.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2088/2021<br>JEAN PAUL PRATES | Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para incluir os trabalhadores dos setores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no rol dos grupos prioritários e estabelecer os critérios de preferência dentro dos grupos prioritários. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2089/2021<br>JEAN PAUL PRATES | Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para incluir os trabalhadores dos setores de comércio e serviços no rol dos grupos prioritários e estabelecer os critérios de preferência dentro dos grupos prioritários.                         | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2097/2021<br>NILDA GONDIM     | Altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de estupro de vulnerável praticado mediante emprego de violência ou grave ameaça.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2104/2021<br>JEAN PAUL PRATES | Regulamenta a profissão de bugueiro turístico; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                             | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PLP 91/2021 - Complementar<br>PAULO ROCHA | Altera a Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019, para prever que, extraordinariamente, durante o exercício de 2021, parcela do resultado positivo do Banco Central do Brasil e do superávit financeiro das fontes vinculadas a fundos públicos será destinada ao pagamento do auxílio emergencial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1652/2021<br>LUIS CARLOS HEINZE       | Audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 4422/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 6/2021 - CDH<br>ROMÁRIO               | Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema “Dia nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil, seguindo o Dia Internacional da Conscientização da Síndrome do X Frágil”.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2182/2021<br>LASIER MARTINS            | Acrescenta § 2º ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para deixar expressa a aplicabilidade da isenção de que tratam os incisos XIV e XXI do mesmo artigo nos casos de resgate de contribuições à previdência privada, a Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e aos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), por beneficiários portadores das moléstias arroladas no inciso XIV e no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2187/2021<br>ROSE DE FREITAS           | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas de crimes cometidos contra motoristas de táxi e de serviço de transporte de passageiro por aplicativo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2203/2021<br>NILDA GONDIM              | Acrescenta parágrafos ao art. 223-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os assédios moral e sexual nas relações de trabalho.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2254/2021<br>ROSE DE FREITAS           | Modifica o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de assédio sexual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2271/2021<br>REGUFFE                   | Altera a redação do §2º do artigo 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1.984 (Lei de Execução Penal), para proibir a saída temporária de condenado por crime hediondo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 2320/2021<br>SIMONE TEBET                 | Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para incluir a ação do terceiro setor como integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2342/2021<br>REGUFFE                      | Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para tornar obrigatória a publicação, no site oficial da ANS, da relação completa de todos os hospitais, clínicas e profissionais credenciados pelos planos de saúde no Brasil.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 6/2021 - CTFC<br>PAULO ROCHA             | Requer aditamento do requerimento 1/2021- CTFC  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 99/2021 - Complementar<br>LASIER MARTINS | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dispor sobre a possibilidade de hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para ações de custeio e investimento na saúde especializada independente de pendências referentes à adimplência financeira.                      | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1713/2021<br>MARA GABRILLI               | Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara nº 3 de 2017, que confere ao Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2377/2021<br>KÁTIA ABREU                  | Dispõe sobre o regime jurídico das sociedades limitadas e sobre suas condições de governança para a emissão de debêntures.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2396/2021<br>MARIA DO CARMO ALVES         | Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências; para dar prioridade a projetos de pesquisa voltados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2439/2021<br>NILDA GONDIM                 | Acrescenta alínea n ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a dispensa por justa causa do empregado que se recusar ao recebimento de imunização, mediante vacina, contra doenças endêmicas, epidêmicas ou pandêmicas e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PL 2440/2021<br>LASIER MARTINS       | Institui novo piso da Previdência Social para aposentados e pensionistas com 75 (setenta e cinco) anos ou mais de idade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 7/2021 - CTFC<br>PAULO ROCHA     | Requerimento aditamento do REQ 03/2021-CTFC de audiência publica.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2474/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Autoriza o Poder Executivo a remanejar emendas de relator à lei orçamentária de 2021 para financiar ações de educação superior e ciência e tecnologia e inovação.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2477/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Dispõe sobre as medidas de proteção ao trabalhador, em seu retorno, reinserção e continuidade no ambiente de trabalho, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus (covid-19).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2496/2021<br>TELMÁRIO MOTA        | Altera a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19), para suspender o reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos de saúde durante a emergência em saúde pública de importância nacional decorrente dessa doença. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2502/2021<br>KÁTIA ABREU          | Altera a lei 12.973/2014 para tratar da tributação em bases universais das pessoas jurídicas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1754/2021<br>IZALCI LUCAS        | Requer seja incluído na pauta do dia 13 de julho de 2021, a deliberação sobre o Projeto de Lei nº 399, de 2019 que "institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional da Música e Viola Caipira".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2548/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO | Altera o art. 349-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar o ingresso de cartão SIM e demais componentes essenciais de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------|---|---|
| RQS 1784/2021<br>IZALCI LUCAS  | Destaque para votação em separado da Emenda nº 7 - PLEN apresentada ao PL nº 675/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2562/2021<br>NILDA GONDIM   | Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes previstos nos arts. 239, 240, 241, 241-A, 244-A, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no rol dos crimes hediondos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2604/2021<br>MAILZA GOMES   | Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para possibilitar o financiamento da prestação de serviços de assistência técnica para assentados e aperfeiçoar os mecanismos de regularização e titulação de lotes em assentamentos da reforma agrária. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2606/2021<br>NILDA GONDIM   | Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar as penas dos crimes contra a Flora, previstos nos seus arts. 38, 38-A, 39, 41, 50, 50-A.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2621/2021<br>LASIER MARTINS | Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o reajuste dos valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como sobre os partidos aptos a participar da distribuição desses recursos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1807/2021<br>NILDA GONDIM  | Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a exclusividade e preço dos combustíveis repassados pelas distribuidoras nos últimos 24 meses.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2727/2021<br>NILDA GONDIM   | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar a administradora do cartão de débito ou crédito a informar ao consumidor o motivo para a negativa de autorização de operação financeira, bem como para o cancelamento do contrato de cartão de débito ou crédito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2732/2021<br>NILDA GONDIM   | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PL 2733/2021<br>NILDA GONDIM       | Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para dispor sobre os compromissos de abrangência associados à exploração do Serviço Móvel Pessoal.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 17/2021 - CAE<br>JAQUES WAGNER | Requer audiência pública, tendo por convidados o Senhor Walton Alencar Rodrigues, Ministro do Tribunal de Contas da União, e o Senhor Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural do Tribunal de Contas da União, para que apresentem os achados no âmbito da auditoria operacional objeto do Processo TC 003.245/2020-9, sobre o tema do novo mercado de refino de combustíveis e impactos sobre o abastecimento. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 18/2021 - CAE<br>PAULO PAIM    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Ameaça à democracia e à Ordem Econômica", diante do impacto das políticas públicas na violação aos princípios que norteiam a Ordem Econômica e Financeira prevista na Constituição Federal (art. 170 da CF/88).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1849/2021<br>PAULO ROCHA       | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1850/2021<br>PAULO ROCHA       | Requer audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1853/2021<br>HUMBERTO COSTA    | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1854/2021<br>HUMBERTO COSTA    | Requer audiência da Comissão Senado do Futuro sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1856/2021<br>ELIZIANE GAMA     | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1857/2021<br>ELIZIANE GAMA     | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa  | Situação da matéria   |
|--------------------------------------|---|---|
| PL 2768/2021<br>KÁTIA ABREU          | Altera as Leis nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 10.925, de 23 de julho de 2004, para conceder benefícios no âmbito do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na aquisição de motocicletas de até 250 CC para utilização no transporte autônomo de passageiros. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1858/2021<br>NÃO INFORMADO       | Ementa não informada.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 11/2021 - CSF<br>ANGELO CORONEL  | Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2021 - CSF, seja incluído o convidado Antônio Márcio Buainain, professor do instituto de Economia da Unicamp.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2819/2021<br>MARIA DO CARMO ALVES | Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), para dispor sobre ações específicas nas áreas de educação e capacitação para o trabalho.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1883/2021<br>JAQUES WAGNER       | Requer oitiva da CCJ ao PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1886/2021<br>WEVERTON            | Convocação do Ministro de Estado da Educação.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2850/2021<br>KÁTIA ABREU          | Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 2867/2021<br>PAULO ROCHA          | Determina a isenção da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2021, para os candidatos que a solicitaram, nos termos que especifica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 24/2021<br>NILDA GONDIM            | Altera os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre o tempo de contribuição das mulheres.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 8/2021 - CTFC<br>FABIANO CONTARATO | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado a comparecer a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Souza Braga Netto, para prestar esclarecimentos relativos ao provimento da patente de Marechal e equivalentes nas demais forças armadas (de almirante na Marinha e de marechal do ar na Aeronáutica) fora das hipóteses legais. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2021 - CAE<br>FLÁVIO ARNS       | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a tributação de medicamentos no Brasil e a busca de soluções para tornar os remédios mais acessíveis à população.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 2980/2021<br>FERNANDO COLLOR        | Institui a Bolsa de Formação Musical.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 1946/2021<br>WEVERTON              | Urgência para a PEC nº 76/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1947/2021<br>MARCOS DO VAL         | Tramitação conjunta do PLS 258/2016 com o PL 2259/2019, o PL 5190/2019, o PL 3693/2019, o PL 2744/2019, o PL 4494/2019, o PL 3675/2019, o PL 6285/2019, o PL 3835/2019, o PL 2970/2019, o PL 3815/2019, o PL 72/2020, o PL 120/2020, o PL 377/2020 e o PLS 444/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1949/2021<br>IZALCI LUCAS          | Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 5452/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1950/2021<br>IZALCI LUCAS          | Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 5452/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 1952/2021<br>ANTONIO ANASTASIA           | Tramitação conjunta do PLC 130/2017 com o PLS 485/2011, o PLS 426/2013, o PLS 91/2014, o PLS 275/2015, o PLS 604/2015, o PLS 610/2015, o PLS 268/2016, o PLC 152/2017, o PLS 259/2017, o PLS 121/2018, o PLS 274/2018, o PLS 337/2018, o PLS 397/2018, o PLS 514/2018, o PL 1912/2019, o PL 1916/2019, o PL 2711/2019, o PL 2859/2019 e o PL 3816/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1953/2021<br>ANTONIO ANASTASIA           | Desapensamento do PLS 284/2017 que tramita com PLS 87/2015, PLS 155/2015 e PLS 165/2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1955/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO     | Tramitação conjunta do PL 1203/2020 com o PL 1206/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 1345/2020, o PL 2602/2020, o PL 3009/2020, o PL 949/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 3630/2020, o PL 3973/2020, o PL 5266/2020, o PL 1530/2021, o PL 1858/2021, o PL 1942/2021, o PL 2967/2019, o PL 4855/2019, o PL 4419/2019, o PLS 550/2015, o PL 1540/2019, o PL 3254/2019, o PLS 24/2017, o PL 4812/2019, o PLS 11/2015, o PLS 625/2015, o PL 6045/2019, o PL 5518/2019 e o PL 5521/2019. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1962/2021<br>JAQUES WAGNER               | Requer audiências da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 1963/2021<br>JAQUES WAGNER               | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 21/2021 - CAE<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO | Requer a realização de Audiência Pública na CAE, para analisar a Proposta de Emenda nº23, de 2021 — "PEC dos Precatórios".  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3055/2021<br>ACIR GURGACZ                 | Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para dispor sobre as relações de trabalho entre as empresas operadoras de aplicativos ou outras plataformas eletrônicas de comunicação em rede e os condutores de veículos de transporte de passageiros ou de entrega de bens de consumo, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 9/2021 - CTFC<br>MARCOS DO VAL           | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral.          | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa  | Situação da matéria   |
|------------------------------------|---|---|
| PL 3084/2021<br>NILDA GONDIM       | Dispõe sobre a implantação de infraestrutura cicloviária de caráter não-municipal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 5/2021 - CCT<br>RODRIGO CUNHA  | Requer que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática avalie as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil, no exercício de 2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3145/2021<br>ACIR GURGACZ       | Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, para dispor sobre a veiculação de publicidade institucional, a obtenção de apoio cultural e de patrocínio pelas emissoras de radiodifusão educativa.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 23/2021 - CAE<br>EDUARDO BRAGA | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as mais recentes matérias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em especial, a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, que institui os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, conhecida como PEC dos Precatórios. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 24/2021 - CAE<br>EDUARDO BRAGA | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 25/2021 - CAE<br>JAQUES WAGNER | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir a renovação da concessão da FCA (Ferrovia Centro Atlântica S/A) e os impactos da conexão ferroviária do NE.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3186/2021<br>ACIR GURGACZ       | Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências, para requerer o comprovante de vacinação contra a covid-19 para admissão no serviço público.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2043/2021<br>PAULO PAIM        | Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 591/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 3202/2021<br>JOSÉ ANÍBAL                | Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para definir critérios para o controle e distribuição de munições.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3216/2021<br>TELMÁRIO MOTA              | Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para vedar a destruição dos instrumentos utilizados nas infrações ambientais e estabelecer que o resultado de sua venda reverterá em favor do município em que ocorreu o ilícito.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2048/2021<br>PAULO PAIM                | Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o PL 591/2021, e o impacto à população e aos trabalhadores.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 11/2021 - CTFC<br>STYVENSON VALENTIM   | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, datada de 20 de setembro de 2021, cujo conteúdo revela que o Ministro Rogério Marinho direcionou R\$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de um terreno de sua propriedade no município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 28/2021 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQE 23/2021, seja incluído mais um convidado com o objetivo de enriquecer o debate. Propõe a inclusão do Senhor Rodrigo Orair, técnico do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 29/2021 - CAE<br>LUIS CARLOS HEINZE    | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2021 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021, seja incluído um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3278/2021<br>ANTONIO ANASTASIA          | Atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 144/2021 - Complementar<br>JOSÉ ANÍBAL | Introduz dispositivos na Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre instrumentos de transparência relativos a despesas com sentenças judiciais e precatórios.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PEC 31/2021<br>ALVARO DIAS               | Modifica o art. 3º da Emenda Constitucional nº 97, de 2017.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 30/2021 - CAE<br>ORIOVISTO GUIMARÃES | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 2337, de 2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 31/2021 - CAE<br>TASSO JEREISSATI    | Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2337/21 na CAE   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 33/2021 - CAE<br>ELIZIANE GAMA       | Requer o aditamento dos RQE 30 e 31/2021 para incluir convidado em audiência pública que irá debater o PL 2337/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2072/2021<br>FABIANO CONTARATO       | Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), sejam ouvidas, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 12/2021 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater de forma clara e transparente os termos do leilão da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL para concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário de 13 cidades da região metropolitana de Maceió, bem como para discutir futuras concessões pretendidas pelo Governo de Alagoas. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3327/2021<br>MARIA DO CARMO ALVES     | Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir, entre as diretrizes de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 35/2021 - CAE<br>ORIOVISTO GUIMARÃES | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor  | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 36/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR  | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Manoel Vitório da Silva Filho, Secretário da Fazenda da Bahia; o Senhor Henrique Meirelles, Secretário da Fazenda de São Paulo e o Senhor Marco Aurelio Santos Cardoso, Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 37/2021 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO  | Requer a presença do Sr. Rodrigo Orair, Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), na audiência pública requerida pelo REQ 31/2021-CAE, do Senador Tasso Jereissati.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 38/2021 - CAE<br>JAQUES WAGNER   | Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 33/2021. Propõe para a audiência pública os seguintes convidados: representante dos Estados, representante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), representante da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e representante do Ministério da Economia.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2082/2021<br>EDUARDO BRAGA   | Oitiva da CE sobre o PLS nº 9/2017.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2083/2021<br>FABIANO CONTARATO   | Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), que seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2084/2021<br>FABIANO CONTARATO   | Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), que seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2104/2021<br>COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR | Desapensamento dos PLS nº 87/2015 – Complementar; PLS nº 155/2015 – Complementar; PLS nº 165/2015 – Complementar e PLS nº 284/20 - Complementar, para que tenham tramitações autônomas.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2110/2021<br>PAULO PAIM  | Sessão de Debates Temáticos, a fim de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 39/2021 - CAE<br>ALESSANDRO VIEIRA   | Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, para explicar as razões e circunstâncias de manutenção da offshore Dreadnoughts International, nas Ilhas Virgens Britânicas, bem como esclarecer a respeito da existência de outras empresas e/ou investimentos similares em instituições financeiras no exterior.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 41/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES    | Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 42/2021 - CAE<br>CID GOMES           | Requer inclusão de convidada no Requerimento 38/2021-CAE   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2121/2021<br>JAQUES WAGNER           | Oitiva da CMA sobre o PL nº 3278/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 13/2021 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 14/2021 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a manutenção e eventual movimentação de empresas em paraísos fiscais depois de terem entrado para o governo do presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019.             | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2139/2021<br>ZEQUINHA MARINHO        | Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 135/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 44/2021 - CAE<br>LASIER MARTINS      | Requer aditamento ao RQS 36/2021 CAE para incluir mais nomes para participarem dos debates sobre o PL 2337/2021  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 45/2021 - CAE<br>WELLINGTON FAGUNDES | Requer aditamento ao REQ 24/2021 - CAE   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2146/2021<br>LASIER MARTINS          | Requer a tramitação conjunta do PDL 350/2020 com o PDL 558/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de Audiência Pública para debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2154/2021<br>ACIR GURGACZ            | Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o projeto PL nº 2608/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 13/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 14/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a Agricultura Irrigada no Brasil   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2155/2021<br>PAULO PAIM              | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2159/2021<br>ZEQUINHA MARINHO        | Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 5624/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 46/2021 - CAE<br>FLÁVIO ARNS         | Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de 2 (duas) audiências públicas, com o objetivo de instruir o PL nº 2337/2021   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 47/2021 - CAE<br>ESPERIDIÃO AMIN     | Requer, que na audiência pública objeto do REQ 31/2021-CAE, seja incluído, no rol de convidados, o Senhor Gustavo Brigagão, advogado tributarista e Presidente Nacional do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 3614/2021<br>ELMANO FÉRRER            | Modifica o art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para permitir o pagamento do vale transporte em espécie, mediante acordo entre empregado e empregador.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 48/2021 - CAE<br>LUIS CARLOS HEINZE  | Inclusão do Presidente da CNC convidada ao RQS 24/2021 da CAE de Audiência Pública sobre o PL 2337/21 (IR).  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3620/2021<br>TELMÁRIO MOTA            | Altera dispositivos da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, para suprimir a exigência de comprovação de escolaridade para enquadramento de servidores e empregados de ex-Territórios em cargos públicos de quadro em extinção da União.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 49/2021 - CAE<br>PAULO PAIM          | Requer a realização de audiência pública   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 50/2021 - CAE<br>WELLINGTON FAGUNDES | Requer realização de audiência pública para instrução da MSF 40/2021   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 52/2021 - CAE<br>JAQUES WAGNER       | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos sobre a produção científica e tecnológica dopaís da aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021 que, conjugados, podem retirarR\$ 2,7 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico—FNDCT, afetando, inclusive, o enfrentamento à pandemia e a recuperação daeconomia brasileira. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2171/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS 357/2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 53/2021 - CAE<br>ESPERIDIÃO AMIN     | Requer ...Audiência Pública para discutir a Política de Teto de Gastos   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 54/2021 - CAE<br>EDUARDO GOMES       | Requer inclusão da FENAINFO na audiência pública destinada a instruir o PL 2337/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 55/2021 - CAE<br>ZEQUINHA MARINHO    | Requer aditamento do REQ 30/2021-CAE - Sindireceita   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3713/2021<br>ALVARO DIAS              | Acresce o parágrafo primeiro ao Art. 149-A do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para tipificar o tráfico de atletas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2177/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO    | Realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, com o objetivo de debater a PEC nº 110/2019, que trata da Reforma Tributária.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2179/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da CSP sobre o PLC nº 49/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2181/2021<br>IZALCI LUCAS            | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS 236/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 15/2021 - CTFC<br>FABIANO CONTARATO  | Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre áudio vazado em que o Presidente do Banco BTG Pactual informa influenciar na política da taxa de juros no país. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2187/2021<br>LASIER MARTINS          | Requer inclusão em Ordem do Dia da PEC 35, de 2015.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2188/2021<br>LASIER MARTINS          | Requer inclusão em Ordem do Dia do PL 3007, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2189/2021<br>LASIER MARTINS          | Requer desapensamento do PL 3007, de 2019.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| RQS 2190/2021<br>LASIER MARTINS       | Requer inclusão em Ordem do Dia do PLS 147, de 2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2191/2021<br>LASIER MARTINS       | Requer dispensa de parecer da CCJ sobre o PRS 11, de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2192/2021<br>LASIER MARTINS       | Requer inclusão em Ordem do Dia do PLS 443, de 2017.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2193/2021<br>LASIER MARTINS       | Requer inclusão do PLS 314, de 2018, na Ordem do Dia.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2194/2021<br>LASIER MARTINS       | Requer inclusão em Ordem do Dia do PL 4229, de 2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 56/2021 - CAE<br>ZEQUINHA MARINHO | Requer aditamento SINDIRECEITA   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2198/2021<br>IZALCI LUCAS         | Requer a tramitação conjunta do PLS 346/2018 com o PLS 357/2015, o PLS 9/2017 e o PL 4501/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2200/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2201/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3796/2021<br>ROSE DE FREITAS       | Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a penas de crimes cometidos contra motoristas de táxi e de serviço de transporte de passageiro por aplicativo. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                  | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 3797/2021<br>ROSE DE FREITAS                | Modifica o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de assédio sexual.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3798/2021<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para estabelecer bônus tarifário a consumidores que reduzirem consumo de energia elétrica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3799/2021<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade de profissional de estabelecimento de ensino comunicar informação de que seja sabedor sobre violação, ou iminência de violação, de direito fundamental que possa pôr em risco aluno criança ou adolescente.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3800/2021<br>ROSE DE FREITAS                | Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PLP 180/2021 - Complementar<br>ROSE DE FREITAS | Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir o município de São Roque do Canaã, situado no Estado do Espírito Santo, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3835/2021<br>FERNANDO COLLOR                | Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 3836/2021<br>FERNANDO COLLOR                | Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para ampliar o número de bolsas integrais do Programa Universidade para Todos (PROUNI).   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria       |
|---|---|---------------------------|
| REQ 57/2021 - CAE<br>OTTO ALENCAR       | Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis, as pessoas abaixo:• o Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia;• o Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras. Em 2021, a Petrobras aumentou os preços da gasolina 11 vezes e 9 vezes, os preços do diesel. No ano, a gasolina subiu 74% e o diesel, 64,7%. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 58/2021 - CAE<br>LUIS CARLOS HEINZE | Requer inclusão de convidados na audiência pública para instruir o PL 2337/21   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 59/2021 - CAE<br>CARLOS FÁVARO      | Requer adição de assinatura ao REQ 49/2021 - CAE, de autoria do Senador Paulo Paim.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 60/2021 - CAE<br>PAULO PAIM         | Requer a inclusão de convidados   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 2211/2021<br>WEVERTON               | Requer oitiva da CCJ para o Projeto de Lei nº 591, de 2021  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 15/2021 - CRA<br>JEAN PAUL PRATES   | <p>Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.</p> <p>Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a Senhora Vanessa Shotz, Representante de entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional - SAN;</li> <li>• o Senhor Marcos José de Abreu, Mestre em Agroecossistema, representante de entidades que atuam com Tratamento de Resíduos orgânicos;</li> <li>• representante de Agricultores/as Urbanos/as;</li> <li>• representante de Articulação Nacional de Agroecologia / Movimento Agroecológico.</li> </ul> | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 17/2021 - CRA<br>PAULO ROCHA        | <p>Requeiro, nos termos do art.58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência Pública a fim de debater a produção do cacau na região amazônica e a sustentabilidade.</p> <p>Posteriormente enviaremos relação de convidados da audiência.</p>  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria   |
|---------------------------------------|--|---|
| PL 3906/2021<br>MARIA DO CARMO ALVES  | Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2227/2021<br>JAQUES WAGNER        | Requer Remessa à CMA_PL 11276/2018_Câmara dos Deputados_Política Manejo Integrado do Fogo MIF  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 16/2021 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA   | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual dos bairros dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, no município de Maceió, Alagoas. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2231/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2232/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2233/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 591/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2234/2021<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL 591/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 3978/2021<br>LUIZ CARLOS DO CARMO  | Altera o art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para equiparar a consumidor o produtor rural que realiza a aquisição de máquinas e insumos destinados à atividade agrícola.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 15/2021 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO | Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 16/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS     | Requer a realização de audiência pública com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as recentes exonerações ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 3993/2021<br>FERNANDO COLLOR          | Concede isenção do Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de micro-ônibus para utilização no transporte coletivo de passageiros urbano e semiurbano, e dá outras providências.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PEC 40/2021<br>JOSÉ ANÍBAL               | Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para apresentar o orçamento da emergência social como fonte de custeio para ações de assistência social.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 17/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas e Inovação em Segurança Pública.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 18/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública no país.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a condição atual e os estímulos necessários para o desenvolvimento do Voluntariado no país.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 20/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 17/2021 - CTFC<br>STYVENSON VALENTIM | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2o, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1o e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Rogério Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre matérias publicadas no Jornal o Estado de São Paulo, datadas de 20 e 24 de setembro de 2021. A primeira, contém a revelação de que o Ministro Rogério Marinho direcionou R\$ 1,4 milhão do chamado orçamento secreto, alocado no Ministério do Turismo, para a obra de um mirante turístico que será construído a 300 metros de uma torre de sua propriedade no Município de Monte das Gameleiras, no Estado do Rio Grande do Norte. A segunda, matéria intitulada "Marinho mira campanha ao Senado e distribui tratores comprados com verba do orçamento secreto". | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 62/2021 - CAE<br>CID GOMES           | Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 63, de 2021.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 63/2021 - CAE<br>JEAN PAUL PRATES    | Requer acesso aos autos do TC 028.391/2020-9, que trata da relitigação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN, para que se obtenham as informações necessárias ao acompanhamento do assunto por parte desta Casa.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4076/2021<br>FERNANDO COLLOR          | Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para instituir Novo Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 18/2021 - CTFC<br>FABIANO CONTARATO  | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que “estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados”.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2021 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4101/2021<br>NILDA GONDIM             | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que seja disponibilizado canal para apresentação de defesa prévia e de recursos via internet.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4102/2021<br>NILDA GONDIM             | Altera a Lei nº 3.795, de 2 de agosto de 1960, para denominar “Governador José Maranhão” o aeroporto localizado no Município de Santa Rita, no Estado da Paraíba.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4117/2021<br>TELMÁRIO MOTA            | Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o Programa Bolsa Família.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 64/2021 - CAE<br>LASIER MARTINS      | Requer a realização de audiência pública na CAE para debater solução tecnológica que permitirá o recolhimento automático de impostos, combatendo sonegação e aliviando a carga fiscal sobre o consumo.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| REQ 65/2021 - CAE<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO | Requer a realização de audiência pública na CAE, para discutir a implantação de resorts integrados em todo o território nacional, conforme disposto no Projeto de Lei nº 4495/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PLP 196/2021 - Complementar<br>JOSÉ ANÍBAL   | Aperfeiçoamento do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, com o objetivo de incluir os atos de prorrogação de renúncias fiscais no âmbito dos procedimentos de controle previstos na Lei.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| PL 4152/2021<br>SIMONE TEBET                 | Denomina "Rodovia José de Oliveira Santos" o trecho da BR-419 que liga os Municípios de Rio Verde de Mato Grosso, a Rio Negro, no Estado do Mato Grosso do Sul.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2298/2021<br>IZALCI LUCAS                | Destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2-PLEN ao PL nº 316/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PEC 44/2021<br>JOSÉ ANÍBAL                   | Altera os arts. 100 e 166 da Constituição Federal, para prever meios alternativos de utilização dos valores decorrentes de precatórios e vedar a inclusão de emendas ao projeto de lei orçamentária nas hipóteses que especifica, e o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excepcionar do Teto de Gastos as despesas que especifica. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2303/2021<br>PAULO PAIM                  | Requer inclusão de convidado  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 66/2021 - CAE<br>VENEZIANO VITAL DO RÉGO | Requer a retirada do RQS nº 65/2021-CAE   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 21/2021 - CSF<br>IZALCI LUCAS            | Requer realização de audiência pública para debater o impacto da PEC 23/2021..  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 20/2021 - CTFC<br>RODRIGO CUNHA          | Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| PL 4197/2021<br>ROSE DE FREITAS          | Dispõe sobre restrições excepcionais e temporários para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 68/2021 - CAE<br>ROGÉRIO CARVALHO    | Requer a retirada da Emenda nº 38, oferecida ao PLP 245/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2315/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Requer a tramitação conjunta do PL 1203/2020 com o PL 1206/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 1345/2020, o PL 2602/2020, o PL 3009/2020, o PL 949/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto), o PL 3630/2020, o PL 3973/2020, o PL 5266/2020, o PL 1530/2021, o PL 1858/2021, o PL 1942/2021, o PL 2967/2019, o PL 4855/2019, o PL 4419/2019, o PLS 550/2015, o PL 1540/2019, o PL 3254/2019, o PLS 24/2017, o PL 4812/2019, o PLS 11/2015, o PLS 625/2015, o PL 6045/2019, o PL 5518/2019, o PL 5521/2019 e o PL 951/2020. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2319/2021<br>LASIER MARTINS          | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLC 83/2015.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4255/2021<br>ROSE DE FREITAS          | Dispõe sobre restrições excepcionais e temporários para entrada de viajantes no País em decorrência da pandemia de covid-19.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2353/2021<br>ALVARO DIAS             | Informações ao Ministro da Economia sobre suas falas a respeito de investimentos previstos para o Brasil nos próximos anos.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4271/2021<br>PAULO ROCHA              | Dispõe sobre ao registro e coleta de dados pelo Poder Público referentes à prática de violência contra a população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2355/2021<br>ROBERTO ROCHA           | Requer a tramitação conjunta do PL 2648/2019 com o PL 4495/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| PL 4322/2021<br>ALVARO DIAS              | Estabelece limites máximos para os teores de enxofre e de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA) no óleo diesel de uso rodoviário.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2362/2021<br>ELMANO FÉRRER           | Requer a tramitação conjunta do PL 2950/2020 com o PL 911/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2363/2021<br>EDUARDO BRAGA           | Oitiva da Comissão de Ciência ,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o SCD 6/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4362/2021<br>PAULO ROCHA              | Autoriza o Poder Executivo a transferir recursos, a título de contribuição corrente, para entidades privadas sem fins lucrativos que atuem com estudos e pesquisas sobre trabalho, emprego, renda, qualificação profissional e que subsídien políticas públicas federais, estaduais e municipais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2370/2021<br>FERNANDO BEZERRA COELHO | Oitiva da CSP sobre o PLC nº 49/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4393/2021<br>JEAN PAUL PRATES         | Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo remanejar recursos de RP9 para pagamento do Auxílio Gás dos Brasileiros.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2382/2021<br>ROSE DE FREITAS         | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 537/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2383/2021<br>FABIANO CONTARATO       | Requer que, no tocante ao Projeto de Lei nº 3723, de 2019, seja ouvida, também, a Comissão de Segurança Pública do Senado (CSP).   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 19/2021 - CRA<br>PAULO ROCHA         | Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 2633/2020, que “altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”, para o dia 23 de fevereiro de 2022. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria   |
|-----------------------------------|---|---|
| RQS 2387/2021<br>CHICO RODRIGUES  | Realização de sessão especial para comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2388/2021<br>CHICO RODRIGUES  | Realização de Sessão Especial em Homenagem à Antônio Delfim Netto.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 20/2021 - CRA<br>PAULO ROCHA  | Requeiro, nos termos do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal, votação nominal para o PL 2633/2020, que “altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 2389/2021<br>CHICO RODRIGUES  | Realização de Sessão Especial em Homenagem à Ozires Silva.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4432/2021<br>FERNANDO COLLOR   | Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para tornar obrigatória a sinalização turística ao longo das rodovias federais.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 2396/2021<br>ROGÉRIO CARVALHO | Tramitação conjunta do PL nº 3823/2021 com o PL nº 1746/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4482/2021<br>NILDA GONDIM      | Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para impor as penalidades de multa, cassação do direito de dirigir e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir, bem como determinar a realização de exames como condição para que o condutor volte a dirigir, nos casos de cometimento dos crimes que menciona.                        | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 2/2021 - CMO<br>HUGO LEAL     | Requer a criação de Grupo de Trabalho Conjunto com o Tribunal de Contas da União com vistas a estudar o aperfeiçoamento e a intensificação da atividade de fiscalização por parte desta Comissão nas diferentes dimensões de gestão fiscal, infraestrutura e obras.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| PL 4485/2021<br>ROSE DE FREITAS   | Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência de incentivos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis); e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa  | Situação da matéria   |
|---|---|---|
| PL 4603/2021<br>ROSE DE FREITAS         | Altera a Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incentivar a recuperação energética dos resíduos sólidos como forma destinação e disposição ambientalmente adequada de resíduos sólidos e de rejeitos.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| RQS 3/2022<br>ELIZIANE GAMA             | Realização de Sessão Especial, no dia 08/03/2022, a fim de comemorar o Dia Internacional das Mulheres.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 3/2022 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia.             | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 4/2022 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Gustavo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia. | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 49/2022<br>PAULO ROCHA              | Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 272/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 50/2022<br>PAULO ROCHA              | Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS nº 272/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 51/2022<br>PAULO ROCHA              | Audiência da Comissão de Segurança Pública sobre o PLS nº 272/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 58/2022<br>ALESSANDRO VIEIRA        | Retirada do PLS nº 272/2016 da pauta da Ordem do Dia.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 76/2022<br>PAULO ROCHA              | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS 540/2018.   | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| RQS 91/2022<br>VANDERLAN CARDOSO       | Aditamento ao RQS nº 70/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 105/2022<br>PLÍNIO VALÉRIO         | Requer a tramitação conjunta do PLP 3/2022 com o PLS 407/2016, o PLS 412/2016 e o PLS 245/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 4/2022 - CE<br>JEAN PAUL PRATES    | Requer o convite do Senhor Mário Luís Frias, Secretário Especial de Cultura, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre gastos exorbitantes em suas viagens e de sua equipe.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 117/2022<br>ROSE DE FREITAS        | Requer a tramitação conjunta do PL 145/2020 com o PLS 263/2018 e o PLS 382/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 129/2022<br>MARCOS ROGÉRIO         | Requer a realização de Sessão de Debate Temático sobre a campanha de vacinação obrigatória da Covid-19 em crianças entre 5 e 11 anos.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 134/2022<br>ZEQUINHA MARINHO       | Tramitação conjunta do PLS nº 520/2015 com o PLC nº 84/2015.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 139/2022<br>JAQUES WAGNER          | Requer a tramitação conjunta do PLS 361/2018 com o PL 3216/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 141/2022<br>ROSE DE FREITAS        | Requer a tramitação conjunta do PL 145/2020 com o PLS 263/2018 e o PLS 382/2018.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 4/2022 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para que preste informações sobre a aparente mobilização tardia para retirada de brasileiros do solo ucraniano antes do início do ataque russo. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria   |
|--|--|---|
| REQ 5/2022 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Norton de Andrade Mello Rapestá, embaixador do Brasil na Ucrânia, para que preste informações sobre a aparente mobilização tardia para retirada de brasileiros do solo ucraniano antes do início do ataque russo.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 147/2022<br>HUMBERTO COSTA         | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PLS 220/2014.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| ATS 3/2022<br>RODRIGO PACHECO          | Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para atualização da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022 - Ao arquivo |
| REQ 7/2022 - CTFC<br>REGUFFE           | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 184/2022<br>ACIR GURGACZ           | Requerimento para exame do PLS 376 de 2017 na Comissão de Desenvolvimento Regional.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 185/2022<br>MARCOS DO VAL          | Requer a tramitação conjunta do PL 3723/2019 com o PL 513/2022 e o PL 579/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 191/2022<br>EDUARDO GIRÃO          | Sessão de Debates Temáticos sobre o PL nº 3723/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022   |
| REQ 9/2022 - CTFC<br>PAULO ROCHA       | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CTFC, sejam incluídos dentre os convidados, os seguintes nomes, para abordar o tema da Audiência, que trata do acesso e a qualidade da atenção à saúde, o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no DF. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: a Exma. Sra. ARLETE AVELAR SAMPAIO, Deputada Distrital - Presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura; a Senhora JOVÂNIA RODRIGUES DA SILVA, Presidente - Conselho de Saúde do DF. | Prejudicada em 21/12/2022   |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| RQS 204/2022<br>EDUARDO GIRÃO          | Realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater o PL nº 3723/2019 e suas implicações.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 212/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO       | Requer a tramitação conjunta do PLS 418/2013 com o PLS 419/2013, o PLS 488/2013 e o PLS 420/2013.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 213/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO       | Oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS nº 418/2013.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 214/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO       | Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 419/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 215/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO       | Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 488/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 216/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO       | Requer audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o PLS 420/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 15/2022 - CE<br>CONFÚCIO MOURA     | Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema “Como Enfrentar os Problemas da Violência nas Escolas Agravados pela Pandemia”.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 18/2022 - CE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Em complemento ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 11, de 2022, requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a presença dos seguintes Senhores para oitiva a título de depoimento para prestação de esclarecimentos sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação: Prefeito de Rosário (MA), Sr. Calvet Filho; Prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga; Prefeito de Boa Esperança do Sul (SP) José Manoel de Souza; Prefeito de Guarani D'Oeste (SP) Nilson Caffer; Prefeito de Três Corações (MG) - Reinaldo Vilela Paranaíba Filho; Prefeito de Anajatuba (MA), Sr. Helder Aragão; Prefeito de Centro Novo (MA), Sr. Junior Garimpeiro; e Prefeita de Bom Lugar (MA), Sra. Marlene Miranda. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 234/2022<br>JEAN PAUL PRATES       | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 3723/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria       |
|---------------------------------------|---|---------------------------|
| RQS 235/2022<br>JEAN PAUL PRATES      | Requer audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o PL 3723/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 23/2022 - CE<br>ALESSANDRO VIEIRA | <p>Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, de acordo ainda com o art. 264, IV de seu Regimento Interno (Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011), que informe sobre a aplicação da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 e o uso dos recursos da União pelos Estados, especificamente sobre os seguintes pontos:</p> <p>1. O § 6º do art. 3º da Lei nº 14.172/2021 prevê a aplicação excepcional dos recursos de contratação de soluções de conectividade móvel para contratação de serviços de conectividade para as escolas da rede pública de ensino. Considerando a mudança de cenário da pandemia, com o retorno gradual dos estudantes para o ensino presencial, há possibilidade de flexibilização da exceção para que os recursos sejam aplicados prioritariamente para a conectividade das escolas e como deve ser realizada a prestação de contas de estados e municípios para justificar essa flexibilização? 2. Os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei poderão ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas? 3. Os planos de trabalho fornecidos ao FNDE podem ser alterados após a transferência do recurso, por exemplo, modificando os percentuais de despesas de custeio e capital? 4. Considerando que a lei não definiu os critérios para transferência dos recursos dos estados para os municípios, cada ente federado poderá definir seus parâmetros de transferência? Existe óbice para que o Estado opte por não transferir o recurso para os seus municípios? 5. Considerando a dificuldade em identificar os beneficiados por meio da lista do CadÚnico, uma vez que está desatualizada, existe alternativa para definir os beneficiários das ações ou poderá ser utilizada a lista com os dados desatualizados? 6. Diante do silêncio do Decreto nº 10.952, de 2022, sobre o prazo para que os recursos e os rendimentos não aplicados, os saldos remanescentes e os seus rendimentos sejam restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, como estados e municípios deverão proceder para realizar a restituição?</p> | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 246/2022<br>PAULO ROCHA           | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 5983/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 7/2022 - CRE<br>MARCOS DO VAL     | Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de receber o Presidente da Ucrânia.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 8/2022 - CRE<br>KÁTIA ABREU       | Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública nesta Comissão em conjunto com a CMA e CRA para tratar sobre os principais desafios, restrições e condicionantes ambientais da produção doméstica e importação de fertilizantes por parte do Brasil.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 9/2022 - CRE<br>KÁTIA ABREU        | Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para tratar do anexo C do Tratado de Itaipu   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 10/2022 - CRE<br>KÁTIA ABREU       | Requer, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, audiência pública para atualizar o cenário mais recente sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia e os seus desdobramentos no âmbito nacional e internacional.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 11/2022 - CRE<br>CHICO RODRIGUES   | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar da retomada das relações diplomáticas do Brasil com a Venezuela   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 24/2022 - CE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a tomada de depoimento dos seguintes senhores no bojo desta Comissão, a fim de que prestem as informações devidas sobre o aparente beneficiamento indevido na destinação de verbas públicas afetas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Garigham Amarante Pinto - Diretor de Ações Educacionais (Dirae) do FNDE; Gabriel Vilar - Diretor de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) do FNDE; Odimar Barreto; Nely Carneiro da Veiga Jardim; Luciano de Freitas Musse; Crezus Ralph Lavra Santos; Darwin Einstein Arruda Nogueira Lima; e Jorge Guilherme da Silva Souza.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 25/2022 - CE<br>JEAN PAUL PRATES   | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a execução de programas do Ministério da Educação destinados à assistência a estudantes do ensino médio e do ensino superior. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação (MEC); representante da União Nacional de Estudantes (UNE); representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE); representante União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 265/2022<br>ACIR GURGACZ           | Requerimento de retirada da emenda nº 025 do PL 510 de 2021  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 266/2022<br>FLÁVIO ARNS            | Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, no tocante ao PL nº 591, de 2021, que dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| RQS 269/2022<br>CARLOS PORTINHO          | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2788/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2022 - CRE<br>FLÁVIO ARNS         | Requer que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresente Indicação sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a convocação de Cúpula Extraordinária dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com participação de representante da Ucrânia como convidado(a), podendo ser realizada inclusive por videoconferência, a fim de discutir medidas concretas para se alcançar imediato cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, bem como o estabelecimento de meios diplomáticos ou políticos efetivos capazes de superar as divergências e garantir a paz no longo prazo. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 272/2022<br>ELMANO FÉRRER            | Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 4290/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2022 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 90, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações e a remessa de documentos pela Presidência da República sobre as visitas feitas pelos Srs. Gilmar Santos e Arilton Moura ao Palácio do Planalto.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 14/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor André Pepitone da Nóbrega - Diretor Geral da ANEEL e de representante da ENEL Ceará, para que prestem esclarecimentos sobre o percentual do reajuste tarifário anual nas contas de energia elétrica.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 281/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE       | Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 2183/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 289/2022<br>SÉRGIO PETECÃO           | Requer oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PLS 13/2015.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 292/2022<br>SIMONE TEBET             | Oitiva a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 2633/2020 (que tramita com o PL nº 510/2021).  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 33/2022 - CE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 127, caput, e 129, VII e VIII, da Constituição Federal, a prestação de informações e a remessa, pelo Ministério Público Federal, a título de cooperação com esta Comissão, dos documentos entregues pelo Sr. Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação, sobre indícios de irregularidades no Ministério da Educação durante a sua gestão.                 | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 296/2022<br>ELIZIANE GAMA          | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 2159/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 301/2022<br>LASIER MARTINS         | Convite ao Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, a comparecer ao Plenário do Senado Federal a fim de esclarecer eventuais manifestações de cunho político, de modo a elucidar fatos e evitar o conflito entre os Poderes.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 302/2022<br>ELIZIANE GAMA          | Criação de Comissão Temporária Externa composta de 10 (dez) membros titulares para, no prazo de 90 (noventa) dias, destinada a acompanhar in loco as denúncias de invasões de terras indígenas e de violência contra povos indígenas na região amazônica.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 15/2022 - CTFC<br>NELSINHO TRAD    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das recentes denúncias feitas no Procon do DF que constatam publicidade enganosa na comercialização de sanduíches por duas redes de redes de fast food com sede no Distrito Federal. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 16/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO    | Requer a adição de novos nomes ao REQ 14/ 2022  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 17/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2022 - CTFC, seja incluído os seguintes convidados   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 313/2022<br>CONFÚCIO MOURA         | Requer a tramitação conjunta do PL 4688/2019 com o PL 3735/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 320/2022<br>PAULO ROCHA            | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria       |
|--------------------------------------|--|---------------------------|
| RQS 324/2022<br>ELIZIANE GAMA        | Requer nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2374/2020, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prever a compensação em dobro de déficit de Reserva Legal", além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 326/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 327/2022<br>CONFÚCIO MOURA       | Requer a tramitação conjunta do PLS 361/2018 com o PL 3216/2021 e o PL 3217/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 332/2022<br>OTTO ALENCAR         | Urgência para o PLC 180/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 13/2022 - CRE<br>RENAN CALHEIROS | Requer o convite ao Exmo Sr. Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores, para comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os critérios de promoção para os diplomatas no Brasil.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 14/2022 - CRE<br>KÁTIA ABREU     | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convocada a audiência pública, com os convidados que indica, sobre o potencial agrícola dos países do continente africano e a importância da agricultura brasileira, bem como a trajetória do país na agricultura tropical ao longo das últimas décadas.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 353/2022<br>ROGÉRIO CARVALHO     | Realização de Sessão Especial, destinada a comemorar os 47 anos de fundação da TV Atalaia.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 355/2022<br>EDUARDO BRAGA        | Requer a tramitação conjunta do PLP 91/2019 com o PLP 269/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 356/2022<br>SÉRGIO PETECÃO       | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 4315/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 357/2022<br>SÉRGIO PETECÃO       | Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 4315/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| RQS 358/2022<br>JAQUES WAGNER          | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 2374/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 43/2022 - CE<br>ROSE DE FREITAS    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLS 68/2017, que dispõe sobre a Lei Geral do Esporte.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 44/2022 - CE<br>CID GOMES          | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 2/2022-CE, que na Audiência Pública destinada a instruir o PLC 158/2017, que "Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior", sejam incluídos os seguintes convidados: - José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, Presidente da Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil - AFEBRAS e Reitor da Universidade Federal do Ceará; e Edson da Costa Bortoni, Reitor da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais.                                 | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 18/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO    | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor".  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 46/2022 - CE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, a prestação de informações pelo Ministro da Educação, Exmo. Sr. Victor Godoy, acerca de problemas relatados no procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina no Brasil, nos termos da justificação a seguir, em especial sobre as atualizações das listas e sistemas de instituições estrangeiras credenciadas para o revalida simplificado e sobre as atualizações necessárias empreendidas pelas próprias instituições de ensino nacionais.                         | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 387/2022<br>PAULO ROCHA            | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL 6204/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 19/2022 - CTFC<br>PAULO ROCHA      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022 sejam incluídos os seguintes convidados: Doutor Tadeu Henrique Lopes da Cunha, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate as Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET - Ministério Público do Trabalho; Doutor Martin Georg Hahn, Diretor do Escritório de Brasília da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Doutor Ricardo Abramovay, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade São Paulo. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria       |
|--------------------------------------|--|---------------------------|
| REQ 47/2022 - CE<br>JEAN PAUL PRATES | Requer a realização de um ciclo com 8 (oito) audiências públicas para instrução do Projeto de Lei nº 1338, de 2022, que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 403/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 3228/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 416/2022<br>ELIZIANE GAMA        | Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD ao PLS 526-1999) tramite na CMA   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 420/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 421/2022<br>HUMBERTO COSTA       | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 21/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO  | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a qualidade dos serviços prestados pela Enel Distribuição Ceará ante o altíssimo valor de suas tarifas. Requer ainda que esta reunião seja realizada na cidade de Fortaleza / CE no dia 01/07/2022, às 10:00 da manhã.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 22/2022 - CTFC<br>PAULO ROCHA    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que estabelece critérios para a configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativo, bem como estabelecer normas protetivas ao consumidor seja incluído o Senhor Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-Anamatra. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 23/2022 - CTFC<br>NELSINHO TRAD  | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3221/2021, que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar as ligações telefônicas excessivas ao consumidor inadimplente".  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 24/2022 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião com a presença do Sr. PAULO REBELLO, Diretor-Presidente da ANS, para prestação de contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em especial para justificar ao povo brasileiro a autorização de reajuste absurdo de 15,5% nos planos de saúde em decisão publicada no DOU de 27 de maio de 2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 25/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, seja incluído o nome do Sr. Raimundo Nonato Alves da Silva, Presidente da Federação Nacional dos Mototaxistas e Motoboy - FENAMOTO.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 431/2022<br>JAQUES WAGNER            | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1459/2022 (Substitutivo-CD).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 433/2022<br>SÉRGIO PETECÃO           | Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 3668/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 26/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que “estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor” seja incluído o seguinte convidado: Doutor André Gonçalves Zipperer, Mestre, Doutor em Direito Econômico e Socioambiental PUC-PR, sendo bolsista da CAPES com pesquisa voltada ao trabalho por plataforma. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 1/2022 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO     | Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção de medidas públicas que estimulem o aumento do consumo de produtos derivados de cacau.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 444/2022<br>HUMBERTO COSTA           | Urgência para o PL nº 1388/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 445/2022<br>ROMÁRIO                  | Urgência para o PL nº 1575/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria       |
|---|--|---------------------------|
| RQS 446/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 1293/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 447/2022<br>JORGE KAJURU            | Urgência para o PL nº 1579/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 448/2022<br>FABIANO CONTARATO       | Urgência para o PL nº 1557/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 449/2022<br>EDUARDO GIRÃO           | Urgência para o PL nº 1592/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 15/2022 - CRE<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer, nos termos dos arts. 50, caput , e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Defesa, General Paulo Sergio Nogueira de Oliveira, a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre o ofício enviado ao Tribunal Superior Eleitoral a respeito do processo eleitoral no Brasil. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 450/2022<br>MECIAS DE JESUS         | Urgência para o PL nº 1570/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 451/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Urgência para o PL nº 396/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 452/2022<br>ROGÉRIO CARVALHO        | Urgência para o PL nº 1571/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 460/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES      | Constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares para, no prazo de 60 (sessenta) dias, acompanhar as buscas e investigar "in loco" as causas e as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, servindo como subsídio para eventual pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.                                       | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                        | Ementa   | Situação da matéria       |
|--------------------------------------|--|---------------------------|
| RQS 462/2022<br>PAULO PAIM           | Urgência para o PL nº 1594/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 471/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES   | Comissão Temporária Externa composta de 9 (nove) membros titulares para, no prazo de 60 (sessenta) dias, investigar in loco as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados, assim como fiscalizar as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, servindo como subsídio para eventual pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 1/2022 - CDR<br>ROBERTO ROCHA    | Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 35/2019 - CDR, destinada a instruir o PLS 465/2018, que "altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses".  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 477/2022<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 442/91- CD.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 478/2022<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o PL 442/91- CD.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 479/2022<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL 442/91- CD.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 480/2022<br>JEAN PAUL PRATES     | Requer audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 442/91- CD.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 2/2022 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de Importação do Cacau via DRAWBACK.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 28/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO  | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes Marques, preste esclarecimentos sobre viagem à cidade de Paris na França, em jatinho de luxo particular, para assistir a final da Champions League.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                           | Ementa   | Situação da matéria       |
|---|--|---------------------------|
| REQ 3/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os Estudos sobre o Futuro.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 5/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas para o desenvolvimento da conectividade no padrão 5G no país.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 6/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o mercado digital e os novos perfis profissionais emergentes.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 7/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prevenção e o combate aos incêndios florestais no Brasil.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 493/2022<br>PAULO ROCHA             | Oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 1459/2022 (Substitutivo-CD).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 494/2022<br>PAULO ROCHA             | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 1459/2022 (Substitutivo-CD).   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 495/2022<br>JORGE KAJURU            | Requer, nos termos do art. 71 da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União informe acerca dos contratos de licitação para a contratação de serviços publicitários institucionais pelas entidades do Sistema S.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 499/2022<br>PAULO ROCHA             | Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 26/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 29/2022 - CTFC<br>FABIANO CONTARATO | Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar informações sobre os motivos que levaram à Polícia Rodoviária Federal negar acesso aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, em Umbaúba, Sergipe  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 59/2022 - CE<br>FABIANO CONTARATO   | Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R\$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para reverter essa situação. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| REQ 60/2022 - CE<br>FABIANO CONTARATO    | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Victor Godoy Veiga, Ministro da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram o Ministério da Educação a cortar cerca de R\$ 619 milhões das instituições federais de ensino, bem como as medidas que estão sendo tomadas para compensar essa situação.                           | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 30/2022 - CTFC<br>FABIANO CONTARATO  | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC seja incluído o nome do Senhor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 31/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 32/2022 - CTFC<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petroléo Brasileiro S.A. - Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre notícia veiculada no portal de notícias G1, publicada no dia 27 de junho de 2022, com alegações de que o celular corporativo da Petrobras, por ele utilizado, conteria mensagens e áudios que poderiam incriminar o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.           | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 33/2022 - CTFC<br>MARGARETH BUZZETTI | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.315, de 2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência”. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 512/2022<br>CARLOS PORTINHO          | Tramitação conjunta do PL 5691/2019 com o PL 21/2020 (e demais matérias que tramitam em conjunto).   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 516/2022<br>PAULO ROCHA              | Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-PLEN, apresentada ao PL nº 6204/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 521/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE       | Oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o PL nº 3668/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| RQS 522/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE     | Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL nº 3668/2021.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 36/2022 - CTFC<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2022 - CTFC seja incluído convidado representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 526/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE     | Requer a tramitação conjunta do PLS 215/2017 com o PLS 510/2017.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 37/2022 - CTFC<br>NELSINHO TRAD    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, Presidente do INSS, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 534/2022<br>ESPERIDIÃO AMIN        | Tramitação conjunta da PEC nº 34/2021 com a PEC nº 118/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 535/2022<br>MARCELO CASTRO         | Retirada da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao PL nº 196/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 536/2022<br>CARLOS PORTINHO        | Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 4196/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 537/2022<br>PAULO PAIM             | Realização de Sessão de Debates Temáticos a fim de debater a importância das normas regulamentadoras para a saúde e segurança no trabalho.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 38/2022 - CTFC<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                      | Ementa   | Situação da matéria       |
|------------------------------------|--|---------------------------|
| RQS 540/2022<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), apurar: a) a relação entre a ampliação dos índices de homicídios de jovens e adolescentes, no território nacional, entre os anos de 2016 a 2020, com a atividade do narcotráfico; b) levantar dados acerca da expansão da atuação de Organizações Criminosas e/ou Associações Criminosas no narcotráfico nos últimos anos nas regiões Norte e Nordeste; c) reunir informações sobre a estrutura e funcionamento de tais organismos criminosos, dentro e fora dos estabelecimentos prisionais do País. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 541/2022<br>CARLOS PORTINHO    | Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), apurar eventual irregularidade e crimes na condução de obras e edificações, bem como responsabilidade de agentes e ex-agentes públicos relativamente às ações e omissões que resultaram na existência de obras públicas iniciadas e não-concluídas, no período de 2006 até o ano de 2018, e, ainda, possíveis irregularidades no Programa de Financiamento Estudantil - Fies, no mesmo período.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 542/2022<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, com limite de despesas de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), apurar as irregularidades e crimes praticados na destinação das verbas públicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 9/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS   | Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater aspectos relacionados à tecnologia e à segurança da certificação digital.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 544/2022<br>PAULO ROCHA        | Oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 196/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 546/2022<br>EDUARDO BRAGA      | Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-PLEN, apresentada ao PL nº 196/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 548/2022<br>JOSÉ SERRA         | Oitava da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 196/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| RQS 549/2022<br>JOSÉ SERRA             | Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL nº 196/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 550/2022<br>JOSÉ SERRA             | Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 196/2020.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 551/2022<br>MARCELO CASTRO         | Retirada da Emenda nº 5-PLEN, apresentada ao PL nº 196/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 41/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que sejam esclarecidas as declarações dadas pelo Senhor Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 559/2022<br>ALEXANDRE SILVEIRA     | Tramitação conjunta do PL nº 1961/2022 com o PL nº 1962/2022 e o PL nº 1997/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 563/2022<br>ROBERTH BRINGEL        | Tramitação conjunta do PL nº 6204/2019 com o PLS nº 478/2017, por tratarem da mesma matéria.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 567/2022<br>FABIANO CONTARATO      | Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 502, de 2020, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 568/2022<br>FABIANO CONTARATO      | Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1545, de 2019, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 569/2022<br>FABIANO CONTARATO      | Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1544, de 2019, da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 16/2022 - CRE<br>FABIANO CONTARATO | Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Carlos Alberto Franco França, Ministro das Relações Exteriores, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a reunião ocorrida no Palácio do Planalto, no dia 18 de julho, entre o Presidente da República e diversos embaixadores. | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                                       | Ementa  | Situação da matéria       |
|---|---|---------------------------|
| <a href="#">REQ 42/2022 - CTFC</a><br>EDUARDO GIRÃO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, e os 8 Ministros do Superior Tribunal de Justiça que participaram de viagem para evento em Portugal, custeada por empresas com litígios bilionários na área de falência, pendentes de julgamento por esses magistrados convidados para o evento, prestem esclarecimentos sobre esse fato. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">RQS 577/2022</a><br>FABIANO CONTARATO   | Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei nº 1521, de 2019 para tramitação autônoma.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">REQ 44/2022 - CTFC</a><br>EDUARDO GIRÃO | Requer a retirada de tramitação do REQ 41/2022 - CTFC.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">REQ 45/2022 - CTFC</a><br>EDUARDO GIRÃO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que sejam esclarecidas as declarações dadas pelo Senhor Marcos Valério em depoimento à Polícia Federal.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">RQS 590/2022</a><br>IZALCI LUCAS        | Sessão Especial em Comemoração aos 60 anos de profissão regulamentada para os corretores de imóveis.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">RQS 594/2022</a><br>ELIANE NOGUEIRA     | Requer audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PL 5544/2019.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">RQS 605/2022</a><br>PAULO PAIM          | Requer a tramitação conjunta do PL 737/2021 com o PL 800/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">REQ 46/2022 - CTFC</a><br>EDUARDO GIRÃO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2022 - CTFC seja incluído o seguinte convidado: Exmo. Sr. Rodrigo Janot, ex Procurador Geral da República.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| <a href="#">RQS 613/2022</a><br>ELIZIANE GAMA       | Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de ampliar em mais 6 (seis) vagas, totalizando 9 (nove) membros titulares, com a mesma quantidade de membros suplentes, a composição da CTEFBOAT - Comissão Temporária Externa para verificar, "in loco", no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a situação da travessia de Ferry Boat que conecta a região ocidental do Estado do Maranhão à ilha de São Luís.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria       |
|---------------------------------------|--|---------------------------|
| REQ 67/2022 - CE<br>ALESSANDRO VIEIRA | Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "Formação de professores e o papel do curso de pedagogia no século 21". Propõe-se para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Mozart Neves Ramos, do Conselho Nacional de Educação; • o Senhor Luiz Miguel Garcia, Presidente da Undime; • a Senhora Bernardete Gatti, da Fundação Carlos Chagas; • o Senhor Luís Carlos de Menezes, Coordenador Acadêmico da Cátedra de Educação Básica da USP.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 626/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE    | Oitiva da CDH sobre o PLS nº 81/2015.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 69/2022 - CE<br>FLÁVIO ARNS       | Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a felicidade nas políticas públicas e a Felicidade Interna Bruta (FIB) de um país, como índice aferidor de qualidade de vida da população. Propõe-se para a audiência a presença do Senhor THAKUR S. POWDYEL, ex-ministro da educação do Butão (2008-2013).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 47/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO   | Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC, seja incluído o tema do combate à corrupção numa visão mais ampla no sentido de enfrentar o sistema político-administrativo-empresarial corrompido. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Wagner de Campos Rosário, ministro-chefe da Controladoria-geral da União; representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Senhora Amanda Faria Lima, representante da Transparência Internacional Brasil; a Doutora Janaina Conceição Paschoal, Advogada e Deputada Estadual - SP; representante da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DICOR (Polícia Federal); a Doutora Eliana Calmon, jurista e ex-magistrada brasileira. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 48/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO   | Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do julgamento das supostas irregularidades com viagens e diárias de membros da força-tarefa da Lava Jato.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 632/2022<br>JAQUES WAGNER         | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PDL 201/2020.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 633/2022<br>JAQUES WAGNER         | Requer audiência da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL 1282/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa  | Situação da matéria       |
|---------------------------------------|---|---------------------------|
| RQS 653/2022<br>STYVENSON VALENTIM    | Oitiva da CCJ sobre o PL nº 5512/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 654/2022<br>STYVENSON VALENTIM    | Oitiva da CAE sobre o PL nº 5512/2019.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 671/2022<br>PAULO PAIM            | Realização de Sessão Especial a fim de homenagear os 50 anos do Sindicato dos Enfermeiros do Rio grande do Sul.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 49/2022 - CTFC<br>CARLOS PORTINHO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto, com a presença dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país, de cientistas políticos e de outros especialistas na área.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 50/2022 - CTFC<br>TELMÁRIO MOTA   | Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que após ter ciência dos termos dos Requerimentos nº 45/2022 e 47/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, apresentados e aprovados nessa Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que tratam de audiências públicas, sejam realizadas em data posterior ao decurso das eleições nacionais.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 51/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO   | Requer a adição de novos convidados aos REQ's 45 e 47 da CTFC   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 52/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO   | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 45/2022 - CTFC e do REQ 47/2022 - CTFC sejam incluídos os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública; o Exmo. Dr. João Pedro Gebran Neto, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; o Exmo. Dr. João Vicente Beraldo Romão, Procurador da República; a Ex juíza Denise Frossard; o Sr. Gil Castelo Branco, da Associação Contas Abertas; o Sr. Silvio Navarro, Jornalista. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 704/2022<br>CARLOS PORTINHO       | Urgência para o PDL 371/2022, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.,   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                          | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 1/2022 - CSP<br>JEAN PAUL PRATES   | Requer a convocação do Ministro da Justiça, Sr. Anderson Torres, para prestar informações sobre medidas tomadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o processo eleitoral de 2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 53/2022 - CTFC<br>MARCELO CASTRO   | Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, providências e informações acerca da omissão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) na fiscalização e controle dos repasses devidos aos Fundo de Desenvolvimento Educacional do Seguro (FDES).  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 54/2022 - CTFC<br>ROGÉRIO CARVALHO | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública, objeto do REQ 38/2022 - CTFC, com o objetivo de analisar sugestões do setor da construção civil e de especialistas em licitações e contratos administrativos, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional do Tribunal de Contas da União em seu papel de fiscalização das obras públicas (com ênfase na supervisão de preços contratuais, cf. Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário); e avaliar possíveis soluções para o problema das obras paralisadas por determinação da Corte de Contas, seja incluído o seguinte convidado: Representante do SINICON - Sindicato Nacional da Indústria Pesada. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 55/2022 - CTFC<br>JEAN PAUL PRATES | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os indícios de corrupção, prevaricação e advocacia administrativa associados à operação policial em desfavor de Roberto Jefferson, motivada por descumprimento de condicionantes para gozo do benefício da prisão domiciliar.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 722/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE     | Requer audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PL 412/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 2/2022 - CSP<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, informações, bem como seja realizada remessa de documentos sobre as circunstâncias do assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, morto por asfixia por policiais rodoviários federais no dia 25 de maio de 2022, no quilômetro 180 da rodovia BR-101, em Umbaúba, Sergipe.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 730/2022<br>PAULO PAIM             | Realização de sessão especial a fim de celebrar o primeiro centenário da Lei Eloy Chaves, considerada a origem da previdência social no Brasil.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 731/2022<br>CARLOS PORTINHO        | Requeiro, com fundamento no art. 154, inciso IV e § 7º do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Senhor Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seja respeitosamente convidado a comparecer a sessão do Plenário do Senado Federal, a fim de esclarecer aos senadores, questões atinentes às Eleições Gerais de 2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa  | Situação da matéria       |
|--|---|---------------------------|
| REQ 56/2022 - CTFC<br>IZALCI LUCAS       | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2022, com o objetivo de instruir o PL 2842/2021, que "estabelece critérios para configuração de relação de emprego a trabalhadores que realizam atividades por meios de aplicativos, bem como estabelece normas protetivas ao consumidor" seja incluído o seguinte convidado: a Senhora Vanessa Cardone, Gerente de Grupo de Trabalho - Relações Laborais e Sindicais - BRASSCOM. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 17/2022 - CRE<br>MARA GABRILLI       | Requer, nos termos do parágrafo 2º, do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo iraniano, em particular às mulheres do Irã, pela luta em favor da liberdade e dos direitos humanos no país.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 57/2022 - CTFC<br>RANDOLFE RODRIGUES | Requer a convocação do Ministro do TCU Augusto Nardes.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 58/2022 - CTFC<br>HUMBERTO COSTA     | Requer adição de assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/22179.40131-68, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 60/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO      | Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao STF sobre viagem de ministros da Corte para participar da 1ª edição do "Lide Brazil Conference", no HCNY (Harvard Club of New York), nos Estados Unidos.<br>.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 752/2022<br>EDUARDO GOMES            | Realização de Sessão Especial a fim de homenagear os 80 anos da Jovem Pan.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 754/2022<br>PLÍNIO VALÉRIO           | Requer a tramitação conjunta do PLS 401/2016 com o PL 2837/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 755/2022<br>SIMONE TEBET             | Convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça ao Plenário, a fim de prestar informações sobre as medidas efetivas que estão sendo tomadas para desobstruir as rodovias interditadas por manifestantes após o 2º turno das eleições.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 758/2022<br>JEAN PAUL PRATES         | Requer a tramitação conjunta do PDS 112/2018 com o PDL 691/2021.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                         | Ementa   | Situação da matéria               |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------|
| REQ 20/2022 - CRA<br>PAULO ROCHA      | Requer ...Destaque liderança do PT- item 1 CRA   | ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA |
| REQ 10/2022 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado:<br>• o Senhor Valnei Luciano Pereira Pestana, Produtor de cacau e chocolate.  | Prejudicada em 21/12/2022         |
| REQ 62/2022 - CTFC<br>EDUARDO GIRÃO   | Requer, nos termos do Art. 102-A, Inc. II,c do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, as seguintes informações relacionadas a contratação da empresa "Partners Comunicação Integrada" para monitorar as redes sociais: valor total que será gasto, critérios utilizados para a escolha da empresa, metodologia que será aplicada na identificação de publicações, detalhes dos objetivos pretendidos com esta fiscalização e de que forma estes dados obtidos serão utilizados, bem como outras que achar pertinente. | Prejudicada em 21/12/2022         |
| RQS 770/2022<br>PAULO ROCHA           | Realização de Sessão Temática para debater o PL 5983, de 2019, que regulamenta o exercício profissional de acupuntura.   | Prejudicada em 21/12/2022         |
| REQ 18/2022 - CRE<br>MARA GABRILLI    | Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 367/2018, que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a fim de aumentar para 10 (dez) anos o prazo mínimo para renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo".   | Prejudicada em 21/12/2022         |
| RQS 772/2022<br>ORIOVISTO GUIMARÃES   | Destaque para votação em separado da expressão "não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI", constante da redação dada ao § 1º do art. 93 e pelo § 7º do art. 128 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da PEC nº 63/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022         |
| RQS 774/2022<br>NELSINHO TRAD         | Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022         |
| RQS 777/2022<br>PAULO ROCHA           | Destaque para votação em separado da expressão "e na advocacia", constante da redação dada ao § 2º do art. 93, ao § 8º do art. 128 e ao § 6º do art. 134 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da PEC nº 63/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022         |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                            | Ementa   | Situação da matéria       |
|--|--|---------------------------|
| RQS 778/2022<br>IZALCI LUCAS             | Destaque para votação em separado do § 10 do artigo 39 da Constituição Federal na forma da Emenda nº 7-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 779/2022<br>NELSINHO TRAD            | Destaque para votação em separado da Emenda nº 14-PLEN, apresentada à PEC nº 63/2013.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 11/2022 - CSF<br>IZALCI LUCAS        | Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater a segurança e transparência do sistema eleitoral brasileiro e a confiabilidade das urnas eletrônicas.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 781/2022<br>ORIOVISTO GUIMARÃES      | Destaque para votação em separado da expressão "não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI", constante da redação dada ao § 1º do art. 93 e pelo § 7º do art. 128 da CF pelo art. 1º do Substitutivo da CCJ e da redação dada ao art. 134, §5º, pela subemenda do relator da PEC nº 63/2013.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 12/2022 - CSF<br>ZEQUINHA MARINHO    | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022 - CSF seja incluído o seguinte convidado: • o Senhor Almir Vieira Silva, Assessor Técnico Especializado do Ministério da Agricultura/CEPLAC.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 64/2022 - CTFC<br>ROGÉRIO CARVALHO   | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira, informações sobre os motivos para suspensão da Operação Carro-Pipa no Estado de Sergipe em novembro de 2022, bem como valores financeiros destinados à operação e os cortes realizados.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 65/2022 - CTFC<br>LUIS CARLOS HEINZE | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de dar prosseguimento as discussões iniciadas por esta comissão, por meio do requerimento 59/2022, de autoria do Senador Eduardo Girão, sobre o processo eleitoral brasileiro no que refere-se a veiculação de propaganda eleitoral em emissoras de rádio e as recentes denúncias apresentadas pelo Partido Liberal - PL. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 19/2022 - CRE<br>FABIANO CONTARATO   | Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 de autoria da Senadora Mara Gabrilli.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 66/2022 - CTFC<br>LUIS CARLOS HEINZE | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutirmos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratam da aplicação do Artigo 142 da Constituição Federal, bem como da Garantia da Lei e da Ordem - GLO.  | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                     | Ementa  | Situação da matéria       |
|-----------------------------------|---|---------------------------|
| RQS 795/2022<br>JADER BARBALHO    | Requer a retirada de tramitação do PLS 371/2017.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 801/2022<br>PAULO ROCHA       | Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o PL nº 2703/2022.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 802/2022<br>PAULO ROCHA       | Oitiva da Comissão de Meio Ambiente sobre o PL nº 2703/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 803/2022<br>PAULO ROCHA       | Oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL nº 2703/2022.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 808/2022<br>ROBERTO ROCHA     | Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS 152/2016.   | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 812/2022<br>IZALCI LUCAS      | Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 04 ao PL 2896/2022, que “altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho de administração e para a diretoria das estatais e sobre os gastos com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista e suas subsidiárias, e a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselheiro diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras”. | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 813/2022<br>FLÁVIO BOLSONARO  | Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-PLEN.  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| REQ 71/2022 - CE<br>EDUARDO GIRÃO | Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do "Dia Nacional do Esperanto"  | Prejudicada em 21/12/2022 |
| RQS 817/2022<br>PAULO ROCHA       | Preferência para o PLS 526/1999, a fim de que seja votado antes de seu Substitutivo, nos termos do art. 311, III, do Regimento Interno do Senado Federal.   | Prejudicada em 21/12/2022 |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                              | Ementa  | Situação da matéria   |
|--|---|---|
| RQS 818/2022<br>PAULO ROCHA                | Retirada do PL 1459/2022 (Substitutivo-CD) da pauta da Ordem do Dia.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| RQS 819/2022<br>PAULO ROCHA                | Adiamento da votação do PL 1459/2022 (Substitutivo-CD), por 30 (trinta) dias úteis, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal.  | Prejudicada em 21/12/2022   |
| R.S 5/2022<br>ELIANE NOGUEIRA              | Requer a apreciação do PL 1057/2019 pelo Plenário do Senado Federal.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| R.S 3/2022<br>LUIS CARLOS HEINZE           | RQS Recurso Plenário PL 581-2019  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 21/12/2022              |
| PLS 169/2005<br>PAULO PAIM                 | Altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 214/2007<br>PAULO PAIM                 | Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 260/2008<br>ALVARO DIAS                | Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentando-lhe § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 413/2008<br>PAULO PAIM                 | Altera a Lei Nº 8.213 de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para concessão de aposentadoria especial ao segurado que tiver trabalhado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, que coloque em risco a saúde e a integridade física.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 230/2009 - Complementar<br>ALVARO DIAS | Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                       | Ementa  | Situação da matéria   |
|-------------------------------------|---|---|
| PLS 91/2010<br>PAULO PAIM           | Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991(permite a renúncia do benefício da aposentadoria; prevê a possibilidade de solicitação de aposentadoria com fundamento em nova contagem de tempo de contribuição).  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLC 31/2010<br>CÂMARA DOS DEPUTADOS | Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 12/2011<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 53/2011<br>PAULO PAIM           | Altera o art. 15 da Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remunetatórias constantes do Anexo I da lei.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 69/2011<br>PAULO PAIM           | Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para permitir que operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinadas aos entes públicos para investimentos em saneamento e habitação sejam excluídas do cálculo do limite de endividamento. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 89/2011<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 90/2011<br>CIRO NOGUEIRA        | Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para agravar o regime de cumprimento de pena do condenado pela prática de crime hediondo.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 101/2011<br>CIRO NOGUEIRA       | Altera o Código Penal para criminalizar a criação de identidade ou perfil falsos na internet e outras condutas equiparadas.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

## Matérias arquivadas ao final da 56ª legislatura

| Matéria/Autor                  | Ementa   | Situação da matéria   |
|--------------------------------|--|---|
| PDS 82/2011<br>CIRO NOGUEIRA   | Para sustar os efeitos normativos do ato da Diretoria da ANEEL, que negou o direito dos consumidores brasileiros de serem resarcidos do erro da metodologia de cálculo que elevou ilegalmente as tarifas de energia elétrica, e obrigar as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica a restituir o que receberam indevidamente dos consumidores, no período de 2002 a 2009. | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 107/2011<br>KÁTIA ABREU    | Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 118/2011<br>CIRO NOGUEIRA  | Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 125/2011<br>CIRO NOGUEIRA  | Altera o Código Penal para aumentar a pena para os crimes de roubo e de receptação de cargas.  | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 133/2011<br>HUMBERTO COSTA | Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 140/2011<br>ALVARO DIAS    | Acrescenta artigo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o rito da assembléia geral de credores que delibera sobre o plano de recuperação judicial.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 143/2011<br>CIRO NOGUEIRA  | Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Oeiras (UFO), no Estado do Piauí.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |
| PLS 163/2011<br>HUMBERTO COSTA | Estabelece a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal e proíbe a revelação da identidade dos ganhadores de prêmios lotéricos.   | Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF) em 23/12/2022 - Ao arquivo |

|              | ATS      | AVS      | ECD      | INS      | PDS       | PEC        | PFS      | PL         | PLC        |
|--------------|----------|----------|----------|----------|-----------|------------|----------|------------|------------|
| 2005         |          |          |          |          |           |            |          |            |            |
| 2007         |          |          |          |          |           |            |          |            |            |
| 2008         |          |          |          |          |           |            |          |            |            |
| 2009         |          |          |          |          |           |            |          |            |            |
| 2010         |          |          |          |          |           |            |          |            | 1          |
| 2011         |          |          |          |          | 1         | 9          |          |            | 3          |
| 2012         |          |          |          |          |           | 3          |          |            | 2          |
| 2013         |          |          |          |          |           | 7          | 1        |            | 4          |
| 2014         |          |          |          |          |           | 5          |          |            | 9          |
| 2015         |          | 2        | 1        | 13       | 81        | 1          |          |            | 96         |
| 2016         | 1        | 1        |          | 4        | 32        | 1          |          |            | 18         |
| 2017         |          | 2        |          | 13       | 19        | 1          |          |            | 82         |
| 2018         |          | 1        |          | 29       | 19        | 1          |          |            | 69         |
| 2019         |          |          |          |          | 27        |            | 124      |            |            |
| 2020         |          |          |          |          | 5         |            | 193      |            |            |
| 2021         |          |          |          |          | 5         |            | 120      |            |            |
| 2022         | 1        |          |          |          |           |            |          |            |            |
| <b>Soma:</b> | <b>1</b> | <b>1</b> | <b>6</b> | <b>1</b> | <b>60</b> | <b>212</b> | <b>5</b> | <b>437</b> | <b>284</b> |

| PLP       | PLS         | PRN      | PRS       | RCE      | REQ        | RQS        | R.S      | SCD       | SUG      | <b>Soma:</b> |
|-----------|-------------|----------|-----------|----------|------------|------------|----------|-----------|----------|--------------|
|           | 1           |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>1</b>     |
|           | 1           |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>1</b>     |
|           | 2           |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>2</b>     |
|           | 1           |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>1</b>     |
|           | 1           |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>2</b>     |
|           | 44          |          | 1         |          |            |            |          |           |          | <b>58</b>    |
|           | 22          |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>27</b>    |
|           | 27          |          | 1         |          |            |            |          |           |          | <b>40</b>    |
|           | 31          |          |           |          |            |            |          |           |          | <b>45</b>    |
|           | 293         | 3        | 28        |          |            | 3          |          | 6         |          | <b>527</b>   |
|           | 202         |          | 13        |          |            | 1          |          | 2         |          | <b>275</b>   |
|           | 213         | 2        | 15        | 1        |            | 2          |          | 4         | 1        | <b>355</b>   |
|           | 439         |          | 27        |          |            |            |          | 3         | 2        | <b>590</b>   |
| 15        |             |          |           |          | 117        | 67         |          |           |          | <b>350</b>   |
| 17        |             |          |           |          | 62         | 84         |          |           |          | <b>361</b>   |
| 5         |             |          |           |          | 99         | 119        |          |           |          | <b>348</b>   |
|           |             |          |           |          | 93         | 133        | 2        |           |          | <b>229</b>   |
| <b>37</b> | <b>1277</b> | <b>5</b> | <b>85</b> | <b>1</b> | <b>371</b> | <b>409</b> | <b>2</b> | <b>15</b> | <b>3</b> | <b>3212</b>  |